

Nº

004637



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA (U.F.P.) RECORTES DE JORNAIS

PT 2355-268

Passeata pelos RUs reúne quase 500

O décimo dia da greve dos estudantes da Universidade Federal do Paraná foi marcado, ontem, com a realização de uma passeata, que contou com a participação de cerca de 500 estudantes. Através de panfletos distribuídos à população, o Diretório Central de Estudantes - DCE - pretende esclarecer sobre o movimento pela reabertura dos três restaurantes universitários, fechados há um mês, e contra a portaria 03/82 do MEC.

Hoje os estudantes se reúnem em nova assembleia, às 9 horas, que será realizada no auditório da Reitoria, se estiver chovendo. Os estudantes da Ala Independente - Alinde -, contrários à greve, como foram voto vencido na última assembleia, deram um prazo até a próxima segunda-feira para solução do impasse na questão dos RUs, senão voltam a assistir aulas.

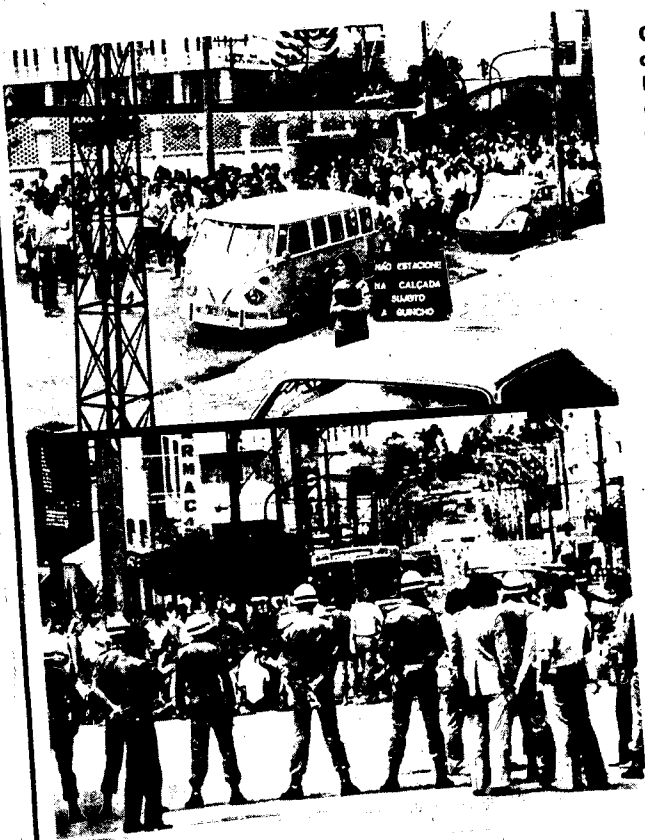
CRÍTICA

Os descontentes com a greve - estudantes da maioria dos cursos da UFP - se posicionam favoravelmente à portaria do MEC que tabelou as refeições em todo o País, "porque os preços vão de encontro às possibilida-

des econômicas dos usuários dos RUs". A Alinde não acredita que esta seja apenas uma das iniciativas do MEC no sentido da implantação do ensino pago, como destacam o DCE e a UNE.

A preocupação dos estudantes contrários à paralisação "é com o caráter político e extrabancos escolares, mais do que simples reivindicações de preços dos RUs" - como observou Adolpho Riekens Neto, um dos que integram a Alinde. "Achamos que hoje, o que aflige os estudantes é a mesma política econômica e social que se abate sobre os trabalhadores e o povo brasileiro, e que o Pacote da Educação, em muito se assemelha ao recente Pacote da Previdência. É a expressão do desespero que atinge o governo, pois sua política de arrocho, recessão e opressão, recebe o não uníssono do povo brasileiro, como certamente ficará claro com a fragorosa derrota de seu partido nas eleições de 15 de novembro". A Alinde entende que é incorreto misturar a questão estudantil com a política partidária.

PASSEATA DOS ESTUDANTES PÁRA NA POLÍCIA



Acima o momento em que os estudantes saíam em passeata da Reitoria. Abaixo quando eles pararam no cordão de isolamento da polícia.

Os estudantes da Universidade Federal do Paraná, que há tempos vêm protestando contra a portaria do MEC - que fixa em 130 cruzeiros os preços máximos dos restaurantes universitários. ontem, após assembleia geral na Reitoria, dirigiram-se em passeata pela rua XV de Novembro até alcançaram a altura da rua Tibagi, onde foram contidos pelos policiais militares. Os estudantes gritavam "slogans" como: "João, João, queremos refeição" "Abaixo a portaria do MEC" Após terem seu trajeto interrompido pelos guardas os universitários sentaram no asfalto e lá ficaram por um bom tempo, sempre procurando chamar a atenção para suas reivindicações. Neste interim estavam sendo observados de perto por vários agentes da comitiva presidencial, que inclusive os fotografavam. Os estudantes durante o tempo que ficaram parados, cantaram o Hino Nacional e a música de Geraldo Vandré: "Prá não dizer que não falei de Flores" além, é claro, de gritarem em coro suas exigências.

UM EXEMPLO DE DEMO

CRACIA

"Chefe, nós poderíamos tirar eles daí fácil, fácil.
- Não. Vamos vencer eles - pelo cansaço.
Esse era o diálogo entre dois policiais militares a respeito dos estudantes, que a esta altura já haviam esgotados seu elenco de reivindicações. No entanto, antes de irem embora eles, num gesto pacífico, depositaram aos pés de cada soldado que fazia o cordão de isolamento um ramalhete de flores. Após feito isso, cantaram o Hino Nacional, pediram licença e, calmamente, tomaram o rumo da Universidade.

GREVE

Os estudantes da Federal, que ontem de manhã se reuniram em assembleia, decidiram que, se até na próxima quarta-feira, a reitoria não se manifestar quanto às suas exigências, entrarão em greve. O que eles pedem é a revogação da portaria do Mec que estipula em 130 cruzeiros os preços das refeições, bem como a reabertura dos restaurantes, que foram fechados, quando da invasão há quinze dias.

JORNAL Diário do Pr.
Rota U.E.P.
Data 17/3/82 Estado Pr

Estudantes da Federal em greve

Reunidos em assembleia geral, ontem, os membros do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná decidiram, por maioria dos 600 participantes, pela paralisação geral dos estudantes por um dia, em protesto contra o fechamento dos restaurantes universitários. Reivindicam a reabertura imediata dos RUs, com refeições ao preço de 45 cruzeiros e gratuidade aos estudantes, e se colocam abertos à negociação com a Reitoria. A proposta da Associação dos Servidores da UFPR de reabertura dos RUs ao preço de 130 cruzeiros, foi derrotada por aclamação.

Estudantes podem entrar em greve

Os estudantes da Universidade Federal do Paraná estão esperando a assembleia que acontecerá hoje a partir das 11 horas para tomar uma decisão quanto a realização ou não da greve geral em protesto contra o aumento das refeições, que é considerado "abusivo" e quanto as medidas a serem tomadas para a reabertura dos restaurantes, tanto do Politécnico quanto o Central, uma vez que um grande número de alunos e funcionários da universidade estão sendo prejudicados com o fechamento.

Por outro lado, na próxima quinta-feira, dia 11, os representantes estudantis, UNE, DCEs, e entidades ligadas de todo o país, estarão reunidos com o Ministro da Educação Rubens Ludwig para tratarem do assunto referente a portaria do MEC e tentarem, nesse encontro, chegar a um ponto comum quanto ao preço fixado anteriormente para as refeições servidas aos alunos. Na oportunidade, será apresentada ao ministro, sugestões de negociações entre alunos e MEC para que a portaria seja revogada.

INTERESSES POLÍTICOS

Um dos representantes das classes estudantis de Curitiba concordou que como em tudo que acontece, existem interesses políticos ligados a isso que vem se desenvolvendo, uma vez que é "notória" a tentativa que o MEC vem fazendo de implantar o ensino pago nas Universidades Federais. Essa tentativa segundo ele poderá "com o tempo, criar dentro dessas universidades, interesses internacionais, o que impediria a implantação de uma tecnologia totalmente nacional, mas a medida faria que essa tecnologia ficasse voltada a interesses externos.

ACUSAÇÕES

Quanto ao manifesto dos estudantes, acusando o pró-reitor da UFP de "pessoa estranha a Universidade", Celso disse que elas são "tão incoerentes quanto quem as fez e, o docu-

mento é uma revelação do pseudo-espírito dos estudantes que temos". Segundo Celso, "o que os estudantes estão acusando, é uma provável ligação minha com os órgãos de segurança e "quem acusa, deve provar". Ele diz ainda que não tem que dar satisfações a esses alunos, mas, para chegar ao cargo que está "é lógico que antes devo ter feito as provas necessárias e possuir também um currículo que permitiria a mim ocupar o cargo que me foi dado".

No que se refere a reabertura dos restaurantes, Celso diz que "a regra do jogo está estabelecida e, cada reitor deverá agora seguir as normas locais, pois a portaria está em vigor e é muito pouco provável que nesse impasse que foi criado com a invasão dos restaurantes a portaria seja revogada e que a reitoria siga com os alunos até Brasília para tentar revogar a portaria do MEC".

Para ele, o que está discutindo é inteiramente de interesse político pois a alimentação não tem ligação nenhuma com a implantação do ensino pago uma vez que "sempre foi paga a alimentação nas universidades mas o que na realidade se está tentando fazer, "é igualar o preço da alimentação em todos os RUs, uma vez que não tem porque se pagar 50 cruzeiros em um Estado e 20 que seja, em outro". Outro fato que caracteriza o interesse políticos é que se está "ênfaticamente muito os 130 cruzeiros, quando na realidade os preços reais são elásticos, pois tem os que não pagam nada e os que pagam o máximo. E ai eu pergunto: estão querendo proteger a quem? Porque estão impedindo que se levante a possibilidade de quem pode e quem não pode pagar? É uma proteção a elite?"

Para Celso, seria muito mais "cômodo para a reitoria deixar a coisa como está e não criar uma celeuma sobre o caso, uma vez que só faltam 16 dias para a entrega do cargo, mas o que fazer se existe uma portaria do MEC". Outro fator, é ver as reais condições, pois para

ele "o restaurante é apenas um pano de fundo para o que as lideranças estudantis estão procurando. O primeiro passo, que era fechar o restaurante, já foi conseguido. Agora, que deem o segundo".

FUNCIONÁRIOS

A Associação dos Funcionários da UFPr também se manifestou através de seu presidente Manuel Claudino de Andrade e Silva. Segundo ele, "possivelmente existem alguns funcionários que tenham assinado uma lista concordando com a atitude dos alunos, mas deve ser uma minoria e não associado, porque até agora a lista não foi apresentada para a conferência dos nomes e o número de assinaturas". Segundo ele, o que está realmente acontecendo é que a Associação está radicalmente contra essas medidas de invasão porque aproximadamente oitenta por cento dos funcionários estão "passando fome, o que caracteriza um prejuízo aos de baixa renda, pois conforme os pedidos, a refeição deverá passar a 45 cruzeiros quando na realidade está custando a esses funcionários apenas 30 cruzeiros".

Manuel, declarou ainda que a Associação, fez uma reunião onde contou com a presença de toda a sua diretoria e que nesse encontro, "foi decidido que será encaminhado a reitoria uma solicitação de reabertura do restaurante aos funcionários". Nesta solicitação, irá também uma carta, dizendo que eles estão de acordo com a portaria do MEC, uma vez que esta apresenta uma flexibilidade que apenas beneficia os funcionários de baixa renda e, por outro lado, não está gerando descontentamento aos que precisam pagar mais porque a renda desses permite que suas refeições sejam um pouco majoradas.

Para o presidente da Associação, "os estudantes estão levando a situação "a ferro e fogo, o que está prejudicando um grande número de funcionários e também a uma classe carente de alunos, alunos estes, que eles próprios dizem estar defendendo".

JORNAL: <i>Veio do Paraná</i>
<i>P. V. F. R.</i>
Data <i>22/10/81</i> Estado <i>PR</i>

Federal não apóia greve de professor

Os professores da Universidade Federal do Paraná decidiram em assembléia defender em Brasília, na reunião do Conselho Nacional de Associações Docentes - III Conad, neste fim de semana, a continuidade de diálogo com o Ministério da Educação, antes de se decidir pela greve nacional.

Os docentes consideram que ainda há condições de negociações de suas reivindicações, e que por isso a Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior-Andes, não deve medir esforços para conseguir uma audiência com o ministro Rubem Ludwig, da Educação. Isto porque o documento resposta do MEC não aliviou as tensões, ou o clima de greve, como explicou ontem os dirigentes da Associação de Professores da UFP.

Mas os professores decidiram continuar em assembléia permanente, para tomar novo posicionamento caso os resultados das assembléias de outros Estados assim exijam. Segundo o secretário da APUFP, Emmanuel José Appel, os docentes da UFP não têm condições de desencadear uma greve, mas é possível que possa participar do processo a

nível nacional, se isto ocorrer. Na assembléia foram escolhidos os três delegados do Paraná que levarão essas propostas a Brasília: Emmanuel José Appel, Carlos Roberto Antunes dos Santos e Mário Pederneras.

A assembléia também aprovou uma moção de protesto ao governo paulista pela intervenção na Unicamp, e contra a vocação antidemocrática dos atuais dirigentes, que aceitaram a substituição dos 8 diretores, 5 dos quais candidatos a reitor, assim como a demissão de 14 dirigentes da Associação de Funcionários. Os docentes enviaram nota de apoio a eles, "pelo exemplo de democracia que está sendo dado pela comunidade da Unicamp".

Outra posição tirada na assembléia foi de colocar em questão no III Conad, a orientação da Andes, ou da maioria das Associações Docentes, de salientar mais as reivindicações salariais, "que nos parece economicista", segundo Appel. A UFP vai colocar a necessidade de sensibilizar os professores também quanto às questões democráticas. "Porque a democracia é a grande questão hoje".

Professores universitários estão insatisfeitos

EXISTE CLIMA DE GREVE

O argumento do ministro da Educação, para justificar que os professores das universidades federais não têm razões legais para deflagrar uma greve nacional, foi rebatida ontem pelo presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - APUFPr, Carlos Roberto Antunes dos Santos. Ele acha que o "achatamento crônico do salário dos professores" mais do que justifica a reivindicação de reajuste semestral, e de retroatividade de 45 por cento de reajuste desde março passado. "E se o MEC considera que isto não justifica uma paralisação, é

porque está fora do tempo e do espaço", frisou.

Os professores da UFPr decidiram ontem à noite, em assembleia geral, qual a posição que defenderão em Brasília, no III Congresso Nacional de Associações Docentes - Conad, no próximo fim de semana. No congresso poderá ser decidida a paralisação do magistério do ensino superior, a exemplo do ano passado. Também foi escolhido o delegado da APUFPr para o Conad. A insatisfação dos professores com as respostas evasivas do MEC às reivindicações

encaminhadas pela Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior - Andes, segundo Carlos Roberto, faz com que o clima de greve se faça presente. A posição da UFPr, entretanto, só deverá ser conhecida hoje.

De acordo com o presidente da APUFPr, uma nova conjuntura se impõe e, "infelizmente, parece que o MEC apenas assiste". Ele lembrou que a reestruturação da carreira do magistério conquistada no ano passado, assim que o general Rubem Ludwig assumiu o Ministério, foi gra-

ças ao instrumento de pressão, a greve nacional.

Quanto às reivindicações salariais de agora considera que são apenas o mínimo que se pode exigir diante da crise econômica em que se encontra o País. Os docentes também pedem o enquadramento equânime de todos os discriminados no projeto de carreira, assim como a correção de suas distorções; além do aumento do percentual do orçamento federal para a educação para 12 por cento. O documento resposta do MEC, "não alivia em nada as tensões dos professores", segundo a Andes.



Os estudantes têm a garantia do vice-reitor.

Leprevost garante estudantes

As lideranças estudantis da Universidade Federal do Paraná obtiveram, ontem, do vice-reitor Alsedo Leprevost, a garantia de que não haverá processo administrativo contra os estudantes que invadiram o Restaurante Universitário no último sábado, e realizaram a festa do "Cachorro Loco". O pró-reitor de Assuntos Comunitários, Celso de Deus, também esclareceu que apenas enviou um relatório à administração da UFP sobre o ocorrido, solicitando à Reitoria a instauração de uma comissão de averiguação, que depende do Reitor para posteriormente, se for o caso, abrir inquérito, cujas sanções se houver culpados, vão desde a suspensão dos envolvidos, até a expulsão da universidade.

Apesar de não ter havido danos ao patrimônio com a realização da festa no restaurante, Celso de Deus, considera que houve prejuízos morais, pelo fato do local ter sido requisitado através do Dascisa, e depois os estudantes a anunciarem como promoção do Diretório Central de Estudantes — DCE — livre, entidade não reconhecida pela administração, e que motivou a proibição. A Associação dos Professores da UFP emitiu uma nota de protesto pela atitude do pró-reitor e confiando que a instituição encerre o episódio, "sem maiores desgastes para o bom entendimento entre alunos e administração da UFP".

De acordo com a nota da APUFP "causa-nos espécie que alguém que ocupe cargo da mais alta responsabilidade como o da pró-reitoria de Assuntos Comunitários, tome atitudes arbitrarias e insensatas como tentar impedir uma festa de estudantes, fechar o Restaurante Universitário e ir à televisão ameaçar nossos estudantes com um processo administrativo".

A presidenta do DCE, Tosca Zamboni, disse que hoje, as lideranças voltarão a se reunir com o vice-reitor, (reitor em exercício, pois Ocyron Cunha está no Chile), para tomar conhecimento dos 26 nomes que constam do relatório de Celso de Deus. Os estudantes acham que este episódio foi apenas a gota d'água para pedirem o afastamento do pró-reitor, "de quem nada sabemos, pois parece ter caído de pára-quedas na Universidade". Solicitaram ao vice-reitor para que Celso de Deus permaneça afastado do R. U.

PR poderá punir alunos por invasão a restaurante

Da sucursal de CURITIBA

Por terem "invadido pacificamente" o restaurante universitário na noite de sábado, para fazer uma festa promovida pelo DCE — livre da Universidade Federal do Paraná —, 26 estudantes poderão até ser expulsos sob a acusação de "má-fé e desrespeito à autoridade". Caberá ao reitor Ocyron Cunha, que se encontra no Chile, a decisão de nomear uma comissão de sindicância e, dependendo das conclusões desta, mandar instaurar um inquérito administrativo contra os alunos.

O pró-reitor de Assuntos Comunitários, Celso Cândido de Deus, explicou ontem que, na semana passada, recebera uma solicitação em nome do diretorio do setor de Ciências da Saúde para

utilizar as dependências do restaurante, onde haveria uma festa em homenagem aos calouros. Disse que deu a autorização, mas a suspendeu na quinta-feira, quando soube que a festa estava sendo anunciada como promoção pelo DCE-livre. "Sustamos a autorização, pois o DCE não pertence à universidade, e, portanto, não é reconhecido", enfatizou.

Segundo ele, os estudantes desrespeitaram a proibição e permaneceram no restaurante após o jantar de sábado, realizando a festa. Celso Cândido de Deus preferiu "não os reprimir, mas os avisei que poderiam ser punidos por isso". Segunda-feira, ele pediu a nomeação de uma comissão de sindicância, mas afirmou que a decisão final cabe à Reitoria.

JORNAL: *O Est. Paraná*
p. *U.F.P.*
Data *16.08.81* Estado *PR*

99

Associação marca a nova assembléia

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná está convocando os associados para uma assembléia geral, terça-feira, às 19h30min, no anfiteatro do 7º andar do anexo B, do Hospital de Clínicas entrada pela Rua General Carneiro. Os dois principais itens da pauta são: consulta aos professores a respeito da realização de eleições diretas para composição da lista sêxtupla para reitor, e apresentação do relatório da auditoria realizada sobre a parte contábil deixada pela gestão anterior.

Segundo o presidente da APUFP, professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, pretende-se buscar o consenso sobre a forma de consulta à comunidade universitária: professores, estudantes e funcionários, para composição da lista sêxtupla, de onde sairá o próximo reitor da UFP. Apesar da lista já ter sido composta pelo Colégio Eleitoral Especial, no início do mês, a Associação pretende realizar uma escolha democrática. "pois isto não

interessa apenas à entidade ou à comunidade universitária, mas também à sociedade como um todo, "porque o processo democrático gera lideranças capazes de conduzir de forma eficiente a universidade, e de preservar os seus dois grandes objetivos: a produção e a transmissão do saber".

A APUFP não questiona a legalidade da elaboração da lista sêxtupla "da forma elitista como foi feita", mas observa que nada impede que se faça uma consulta ampla à comunidade, para se conseguir um consenso sobre os seis nomes que devam integrá-la. "O próprio secretário geral do MEC, Tarcsio Della Senta, e o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, professor Diógenes, já se manifestaram diversas vezes questionando esta forma de eleição pelo colégio eleitoral", lembra o presidente da APUFP. Ressalta que a diretoria da entidade pretende cumprir a Carta de Princípios, na luta para democratizar as decisões na universidade.

Justiça garante DCE em pleno funcionamento

MARINGÁ (Sucursal) - Através de mandado de segurança concedido pelo juiz substituto Valter Parzewski, da 4ª Vara Cível local, o DCE - Diretório Central Estudantil - pode, desde já, retornar às suas atividades, suspensas desde março último por portaria da Reitoria. A decisão judicial baseou-se no fato de que a medida assentava-se em resquício do decreto 477, proscrito desde 1979. Como se recorda, 15 líderes e suas representações estudantis (DCE e DACESE) foram punidos, porque, segundo o reitor Neumar Adélio de Godoy, fizeram contundentes críticas, através de uma publicação destinada aos calouros, ao estabelecimento de ensino e alguns de seus professores, gerando, em represália, pesados protestos dos estudantes, que quase entraram em greve em apoio aos punidos.

RAZÕES

Ao não acolher as alegações da Reitoria, o juiz justifica: "Os impetrantes alegam ser a portaria que os puniu nula, por estar fundamentada na resolução nº 32/76 - (do Conselho Universitário da escola) e que data de 24 de novembro de 76, na portaria 836/79, do Ministério da Educação e Cultura, no regimento geral da Universidade e nos seus estatutos. Em outras palavras, o reitor apoiava-se numa legislação proscrita e baseada no famigerado decreto 477.

A Justiça também concorda com a "arbitrariedade" do impetrado, que chegou ao ponto de suspender preventivamente os impetrantes de seus cargos e funções junto ao DCE e DACESE, bem como suspendendo todas as atividades do primeiro organismo estudantil sem que tal medida estivesse prevista, quer nos estatutos ou no regimento geral ou mesmo no regulamento disciplinar da Universidade Estadual de Maringá.

Estudantes entregaram reivindicações ao MEC

Os estudantes universitários entregaram, ontem, em Brasília ao Ministério da Educação e Cultura-MEC, a pauta de reivindicações aprovada no Conselho de Entidades de Base-Coneb, e segundo Pedro Longo, um dos diretores do Diretório Central de Estudantes da UFP, há ameaça de greve não só nas universidades particulares como públicas caso não haja resposta do ministro Ludwig. Entre os itens reivindicados, há mobilização maior na UFP quanto à eleição direta para reitor, pois já foi formada uma lista sêxtupla sem consulta da comunidade acadêmica.

Os itens reivindicados pelos estudantes, através da União Nacional dos Estudantes foram os seguintes: revogação do aumento de 50,9 por cento nas mensalidades das escolas particu-

Assim, Valter Parzewski considera "patente ilegalidade" a decisão do reitor Neumar Godoy em suspender os 15 líderes estudantis, bem como colocar fora de atividade as duas agremiações a que pertenciam. Apesar da concessão do mandado de segurança, ele era praticamente inócuo porque, conforme portaria 265/81 assinada pela Reitoria, os estudantes já se encontravam em condições legais de retornar às suas atividades.

Diz textualmente o juiz, no final de seu despacho: "no mérito, é de se julgar pela procedência do "mandamus" pelos motivos de fato e de direito que passo a expor: a portaria 214/81 - GRE - expedida pela digna autoridade coatora, tem como lastro legal inegavelmente o regulamento disciplinar do corpo discente. Eis que ali estão somente definidas as faltas disciplinares que inculcados os impetrantes, haja visto que em nenhuma outra peça do processo tais faltas são referidas. Da mesma forma e por sua vez, face à suspensão aplicada aos impetrantes pelo artigo 4º, da aludida portaria, é de se afirmar que o referido regimento disciplinar teve sucedâneo no decreto-lei 477/69. Eis que este também determinava que a suspensão aplicada a indiciados o seria até o julgamento. Isto quer dizer: suspender até a conclusão final do inquérito".

Para o substituto da 4ª Vara Cível, se nem a portaria ministerial e nem o regimento geral da escola definem as normas disciplinares que eventualmente possam ser infringidas pelos acadêmicos é no revogado regulamento disciplinar que as infrações disciplinares mesmas estão estabelecidas. Nestas condições, à vista do exposto, concedo a segurança impetrada para efeito de suspender definitivamente o cumprimento da portaria 214/81-GRE, por declará-la nula como nulos são os efeitos dela decorrentes".

lares, subsídios às escolas particulares; contra a transformação das universidades federais autárquicas em fundação, suplementação de verbas para escolas públicas; atendimento de todos os pedidos de crédito educativo aos estudantes carentes; contra liberação de juros e correção monetária, assim como o fim da exigência de fiador para o crédito educativo; além da elevação do valor do crédito educativo de mil e cem cruzeiros para valor correspondente ao salário mínimo regional; eleição direta para reitor e demais cargos da universidade, garantia de um quinto de participação dos estudantes nos órgãos colegiados da universidade; contra fechamento de cursos e redução de vagas; e 12 por cento do orçamento da União para a educação.

Até hoje, prazo para Universidade explicar

Em assembléia realizada ontem de manhã, os estudantes de Psicologia da Universidade Católica do Paraná decidiram dar prazo até amanhã para que um representante da Reitoria explique as causas da demissão do professor Osvaldo Cardoso, da disciplina de Teologia. Os estudantes também decidiram encaminhar suas reivindicações para melhoria do curso: reativação do Departamento de Psicologia, e que o currículo retorne ao que era, antes da supressão de algumas matérias.

Os estudantes da UCP estão preocupados porque com o professor Osvaldo chegam a seis os demitidos, e coincidentemente todos eram os mais

os estudantes está havendo triagem ideológica, "o que é inadmissível numa universidade". No caso dos cinco professores de Direito não houve mobilização dos estudantes porque o fato ocorreu nas férias. Mas um dos demitidos, o professor Cal Garcia obteve na Justiça, o direito de permanecer na UCP, pedindo demissão em seguida.

No caso do professor Osvaldo, os estudantes atribuem a demissão ao fato de defender a teologia de libertação, "que apesar de ser defendida pela Igreja não parece ser bem vista pelos padres maristas". O professor admite que a UCP tem esse direito de dispensá-lo, mas acha que sem liberdade não há como ensinar bem.

Eleição de reitor é uma farsa, dizem estudantes

Professores e estudantes da Universidade Federal do Paraná estão mobilizados para a realização de uma eleição direta para composição de outra lista sêxtupla, para ser escolhido o futuro reitor da mais antiga universidade brasileira. Apesar de compor o colégio eleitoral especial que elegeu a lista, no último sábado, os três representantes estudantis que compareceram votaram em branco. O Diretório Central de Estudantes repudiou, ontem, o que chama de "farsa eleitoral", reafirmando a posição de eleições diretas para todos os níveis dentro da universidade.

A Associação dos Professores da UFP convocou assembléia geral da categoria para o próximo dia 18, para discutir sobre a forma de consultar todos os professores da UFP, a respeito de candidatos a reitor e diretor de setor. O DCE-Livre também convocou uma reunião para amanhã, às 20 horas, no Diretório Acadêmico Visconde de Mauá-DAVM, para discutir o assunto.

A presidenta do DCE, Tosca Zamboni, observou que a convocação do reitor para a composição da lista sêxtupla parece ter sido propositalmente coincidente com as férias e a data em que as lideranças estudantis se encontravam em Campinas, participando do Coneb, Conselho de Entidades de Base da União Nacional de Estudantes. A Reitoria sabia dessa reunião, segundo os estudantes, pois



Estudantes querem outra lista sêxtupla.

foi feito pedido de um ônibus da UFP para os levarem, que aliás foi negado. Pedro Longo, diretor do DCE, também lembrou que os estudantes estavam desmobilizados porque era período de férias, uma vez que as aulas deste semestre só terão início na próxima segunda-feira.

A proposta inicial dos estudantes é de juntamente com os professores definirem a data, ainda este mês, para a eleição em que serão apontados os membros da comunidade universitária que julgam mais capacitados para ocupar o cargo hoje do reitor Ocyron Cunha, e cujo mandato se encerrará no dia 23 de março

próximo. Como lembram os dirigentes do DCE, nada impede que os escolhidos sejam os mesmos da lista eleita pelo colégio eleitoral, "pois o importante é a luta de democratizar as decisões na universidade".

Entre os homens com bom trânsito entre os professores e estudantes, e que provavelmente farão parte da lista a ser eleita diretamente, estão o professor José Lamartine Correia de Oliveira Lyra, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, assim como o diretor deste setor, e presidente regional da OAB, Alcides Munhoz Netto. Dos seis componentes da lista eleitos sábado, o mais benquisto entre os estudantes pelo que tudo indica é o desembargador José Munhoz de Mello, defensor do ensino gratuito também no nível superior.

Para os estudantes, é grave o fato de que o presidente da República, que não acompanha o dia-a-dia da universidade, seja quem vá escolher o novo reitor que estará à frente da UFP por quatro anos, entre os seis nomes que lhe forem enviados. Além das eleições diretas, os estudantes defendem também a garantia de um quinto de participação nos conselhos superiores da universidade, pois a representação discente atual não atinge esse número.

12

Univ. Fed. do Paraná
p. UFRB
CDD 05706181 Estado PR

Viração, calma

Os mesários estavam sem o que fazer ontem, último dia das eleições para renovação da cúpula do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Paraná. O desinteresse dos estudantes em votar na única chapa concorrente, a "Viração" faz crer que o número de participantes nesta terceira eleição após a reconstituição do DCE-Livre, estará bem abaixo dos 5.500 registrados no ano passado. As propostas dos líderes estudantis são as mesmas, e a novidade acaba sendo a predominância de mulheres nos cargos da diretoria.

Presidida pela estudante de Biologia, Tosca Zamboni, a chapa "Viração" se propõe a construir um DCE de todos, "para que possamos nos somar ao nosso povo, no cordão da liberdade que vai sair muito breve, trazendo o dia claro da democracia, e levando para longe a noite escura do arbitrio, botando para correr a corrupção, a incompetência, o entreguismo e o terrorismo. Construiremos hoje o amanhã".

Uma das propostas do grupo "Viração" é aumentar a participação estudantil nos órgãos colegiados da UFP para um terço de representação, "com o intuito de democratizar a universidade". Eles querem saber o que acontece dentro da universidade, com as verbas e currículos, assim como planejar o orçamento e ampliar a democracia. Além de poder eleger o reitor, coordenadores de curso, para uma partici-



pação plena da comunidade acadêmica.

A chapa se posiciona contra o projeto de transformação da UFP em fundação, "pois o governo quer transformar em particular o pouco de ensino público que nos resta, conquistado com muita luta, quer entregar as federais para o controle de grandes empresas multinacionais". Preocupados com o corte de dois bilhões no orçamento da UFP para este ano, os estudantes se propõem "a dar o fim a esta situação".

JORNAL: <i>Jornal do Povo</i>
<i>P. JFRB</i>
Data <i>06/06/81</i> Estado <i>PR</i>

ANOTAR:

13

Anotado em 14/07/81
Quis

Baixa votação no pleito para o DCE

Com o voto de 2.589 alunos, dos 13 mil existentes na Universidade Federal do Paraná, a chapa "Viração" foi eleita para ocupar a chefia do Diretório Central dos Estudantes, órgão representativo dos universitários da UFP. A apuração foi encerrada ontem e foram constatados 399 votos em branco e 202 nulos, num montante de 3.188 votos, recolhidos nas 15 urnas espalhadas pela instituição de ensino.

Mesmo assim, legalmente, tomam posse do Diretório Central dos Estudantes da UFP os seguintes universitários: Tosca Zamboni - Biologia - (Presidente); Marlene Zanin - Agronomia (vice-Presidente); Gilson Leal - Engenharia Civil (Sec. Geral); Arnaldo Camargo Neto - Direito - (1.º Secretário) e Cleuza Higashi - Administração (Tesoureira). Além destes também participarão da chapa "Viração" estudantes componentes das secretarias de departamentos nos Diretórios Acadêmicos.

Para a Presidente eleita ao DCE, Tosca Zamboni, estudante de Biologia, "o fato de poucos votarem — pois este não é obrigatório — se deveu a existência de apenas uma chapa, mas isso não significa que não haja representatividade da chapa Viração". Disse ainda que "é muito significativa a efetivação de uma chapa em toda a universidade, já que o trabalho se desenvolve de forma homogênea". No entanto, a participação de maioria dos estudantes da Federal não está sendo a esperada pela "Viração" — e inclusive muitos se queixam contra a forma com que a chapa foi feita.

PROPOSTA DE LUTA

Conforme a Presidente da "Viração", uma das lutas do Diretório Central dos Estudantes será "dar um basta ao corte de verbas às Universidades Federais, pois não deixaremos a UFP parar por falta de recursos. Queremos ainda melhores condições de ensino e currículos voltados para a nossa realidade", afirmou Tosca Zamboni, lembrando também que as entidades de base serão um passo a mais na concretização destes objetivos.

JORNAL: *O Sul do Paraná*
 P. *1* J. P. *UFPR*
 Data *1* Estado

Docentes querem votar representante na CPPD

A diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFP) está reivindicando a realização de eleição direta para escolha dos quatro representantes dos professores que integram a Comissão Permanente de Pessoal Docente. A CPPD foi criada com a reestruturação da carreira do magistério superior. Enquanto na maioria das universidades federais as eleições diretas já estão sendo encaminhadas, na UFPR os professores não têm garantia "de que esta vontade democrática será respeitada", segundo observou o secretário da APUFP, professor Emmanuel Appel.

Grande parte dos professores do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFPR estiveram reunidos ontem com o diretor do setor, Hélio Pguilesi, quando se posicionaram a favor da escolha "verdadeiramente democrática", através de eleição direta. Diante disso, o secretário da APUFP disse que discutirá com os demais diretores a urgente convocação de assembléia geral para discutir a melhor maneira de escolher os membros da CPPD.

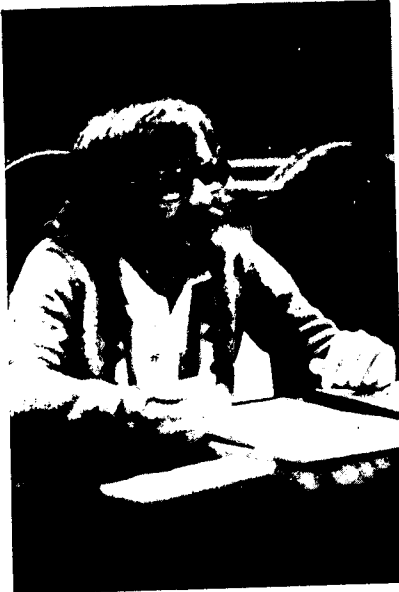
Em alguns departamentos houve iniciativa de encaminhamento de candidatos à direção do setor, para que esta enviasse a relação de nomes ao reitor Ocyron Cunha, para que ele se definisse. A Portaria nº 340 de 12 de maio passado, do MEC, estabelece que quatro docentes comporão a CPPD, e outros dois representantes serão indicados pelo reitor. Mas deixa a critério da universidade a forma de escolha.

Em Florianópolis, a Associação de Docentes está propondo que, além dos quatro docentes, os dois membros escolhidos pelo reitor sejam um representante dos funcionários e um dos estudantes. Isto para que seja respeitado a paridade estabelecida pelo Artigo 30 do decreto de regulamentação da carreira, pois os quatro docentes já representarão cada uma das quatro categorias da carreira.

A Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior (Andes) tem recomendado às associações docentes para que lutem pela eleição direta dos membros da CPPD, observando que as instituições devem respeitar este direito da comunidade universitária. A CPPD executa a política do pessoal docente, tendo por competência apreciar, entre outras coisas: a atribuição e alteração do regime de trabalho dos professores; a carga didática semanal; a progressão vertical na carreira, dispensa ou exoneração de professor, depois de aprovado pelo colegiado do departamento respectivo, ou a necessidade de admissão de professores.

REFORMA DOS ESTATUTOS

A CPPD substitui a Coordenação de Pessoal em Regime de Tempo Integral (Copert), existente na antiga carreira, cujos membros eram todos indicados pelo



Emmanuel Appel, da Associação dos Professores da Federal.

reitor. As informações que se tem são no sentido de que o reitor pretenderia manter esse sistema de escolha indireta. Mas a APUFP está também preocupada com a reforma dos estatutos da UFPr, que segundo se comenta está em andamento, através de discussão em gabinetes fechados, de forma cupulista. O secretário da APUFP diz que os professores pretendem seja observado o direito democrático de serem consultados. Os estatutos da própria APUFP serão discutidos em assembléia para reformulação.

Neste primeiro mês, após ter assumido a APUFP, a direção está fazendo uma espécie de reconhecimento, segundo Appel, em virtude de ter recebido uma entidade com "uma pesada herança recreativa e assistencial". Foram solicitados serviços de auditoria cobrindo todo o período de gestão anterior. Isto porque não houve prestação de contas em assembléia por parte da gestão anterior, e também para que nova diretoria possa se orientar no sentido de uma padronização contábil. Após essa fase, a APUFP pretende tudo fazer para, conforme seu secretário, "mostrar que os professores de nossa universidade têm sensibilidade democrática".

NÃO REACIONARIOS

Aqueles que traçam um perfil ideológicos conservador e reacionário dos professores da UFPr, segundo Emmanuel Appel, esquecem-se de que estes sempre foram sistematicamente desinformados, e subordinados a uma direção autoritária. Em seu entender, aqueles que acreditam que a comunidade universitária da UFP é "reacionária", nada mais está do que traçando seu auto-retrato.

JORNAL: *J. Est. do Paraná*
 P - U.F.P.R.
 Data: *14.07.81* Estado *PR*

Estudantes no atendimento

O posto de atendimento médico dos alunos do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná, deu ontem sua despedida provisória à cidade. E que os enfermeiros-voluntários, depois de um trabalho de meses no qual, instalados sob um quiosque da Rua das Flores, arrecadaram fundos para participar do Encontro Nacional de Enfermagem, em Salvador, finalmente conseguiram as verbas necessárias para pagar o combustível e motorista para sua viagem, já que o ônibus foi cedido pela

Faculdade de Agronomia. Tudo isto, diga-se de passagem, com o próprio suor e interesse, porque a universidade, diretamente, não deu qualquer contribuição.

Somente ontem, as enfermeiras atenderam cerca de 500 pessoas, verificando a sua pressão arterial. Igualmente estão fazendo os estudantes de Medicina da UFP, instalados em frente à Confeitaria Schaffer, também na Rua das Flores. O trabalho foi intensificado a partir do começo das férias escolares, sendo o aten-

dimento realizado das 8 às 17 horas. Apesar de sofrer algumas alterações com o retorno às aulas, os voluntários mostram-se dispostos a continuar com o serviço. A delegação do Paraná que viaja hoje a Salvador contará com a participação de 40 estudantes de Enfermagem. Para o atendimento público, contou uma aluna, não há incentivo da faculdade, a não ser o empréstimo de estetoscópios e aparelhos de pressão.

A Secção de

..... de de 19.....

Devolvido em de de 19.....

Superintendente

Ao investigador.....

Em / /

Chefe de Secção

JORNAL *Est. do Paraná*
P. VFR
 Data *25/06/81* Estado *PR*

Anote

Anotado

Em 03-07-81

Quis

16

Professores votaram na eleição para CPPD

Foi razoável o comparecimento dos professores da Universidade Federal do Paraná às urnas, ontem, para definição das listas óctuplas dos representantes docentes na Comissão Permanente de Pessoal Docente-CPPD. Não havia o mesmo ânimo registrado durante as eleições para a Associação dos Professores da instituição, uma vez que nesta eleição o voto dos docentes não será decisivo. Até o próximo dia 30, o Conselho Universitário definirá os três representantes (e seus suplentes) das categorias docentes a partir dos 48 nomes votados pelos dois mil professores nos oito setores.

Muitos professores que preferiram não participar do processo eleitoral achavam que as eleições estavam um marasmo total. Ainda assim, os candidatos declarados se empenhavam em arrebatar votos à boca da urna, como o professor Haroldo Lopes, do Setor de Ciências Humanas. Ele disse ser favorável a apenas uma eleição direta, mas como as regras fixadas foram estas, acha que se omitir seria pior. O professor se candidata a representante dos professores titulares na CPPD, e acredita que ainda que o voto não seja decisivo, os professores deviam participar, mostrando sua força eleitoral, aproveitando essa valorização da categoria.

No setor de Educação, um dos candidatos a representante dos titulares é o professor Aldemiro Nardelli, que foi um dos signatários da proposição de eleições diretas, feito por cerca de 800 docentes, ao Conse-

lho Universitário, mas rejeitada. Ele disse que participa do processo eleitoral, mesmo com eleições indiretas e diretas, aproveitando o pequeno espaço que sobrou.

ESTUDANTES

A presidente do Diretório Central de Estudantes - DCE Livre da UFP, Tosca Zamboni, apresentou ontem ao reitor Ocyron Cunha uma proposta para ser discutida pelo Conselho Universitário, no sentido de que os estudantes também tenham representação na CPPD. Além dos três representantes docentes, a Comissão é composta por dois membros designados pelo reitor, e um destes o DCE pretende que seja um estudante. A reivindicação dos estudantes é para que sejam integrantes da CPPD os dois representantes discentes na Copert, Comissão Permanente de Pessoal em Regime de Tempo Integral, órgão substituído pelo CPPD.

Os dois representantes dos estudantes (um titular e um suplente), foram eleitos em outubro do ano passado, em eleições diretas, para mandato de um ano na Copert. A proposta dos estudantes é para que sejam designados para a Comissão para até outubro, quando seriam eleitos novos representantes para mandato de três anos como é fixado para a CPPD. O Conselho Universitário havia decidido que os dois a serem designados pelo reitor fossem servidores públicos e segundo os estudantes, deveriam ser entre a comunidade acadêmica, sendo o outro membro representante dos funcionários da universidade.

Associação não se envolveu

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - APUFP — não se envolveu no processo eleitoral, "de legitimidade duvidosa" para escolha dos representantes docentes na CPPD. Isto porque no dia anterior, a assembleia geral da entidade decidiu aprovar a posição da diretoria, contra a forma de eleição adotada. Para o presidente da APUFP, Carlos Roberto Antunes dos Santos, perdeu-se mais uma oportunidade de se desencadear o exercício da democracia na UFP, com a rejeição da proposta de eleições diretas simplesmente.

A diretoria da APUFP apresentou à assembleia relatórios das diversas comissões de trabalho, sobre a situação da entidade após o primeiro mês de gestão, envolvendo desde a situação financeira, administrativa, seguro dos associados, até as atividades sócio-culturais. Quanto a auditoria da parte financeira da gestão anterior, ainda está sendo realizada. Já o Conselho Deliberativo da entidade informou

que está elaborando um anteprojeto de reforma do estatuto da APUFP, a ser discutido em assembleia no próximo mês de agosto.

Os professores indicaram Carlos Roberto Antunes dos Santos, como representante no II Encontro do Conselho Nacional de Associações Docentes - Conad, que se realizará em Salvador de 5 a 7 próximos. E como delegados observadores no Encontro de Classes Trabalhadoras regional do Paraná: Emmanuel José Appa, Lafayette Neve e Elaine Buchmann.

As pró-comissões para formação de Associações Docentes na Fundação Universidade Estadual de Londrina, no Centro de Ensino Superior de Londrina - Cesulon, e na Faculdade de Filosofia de Arapongas, também participarão do Conad e do Conclat, a ser realizado em São Paulo, em agosto. Essas pró-ADs foram criadas a partir do Encontro Regional da Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior - Andes - em Londrina.

A Secção de

Devolvido em

Secção

PT 2356.268

Dois mil de um lado e do outro lado, um

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná APUPF, realizou ontem à noite, uma reunião com os docentes para discussão da forma de eleição de seus representantes na Comissão Permanente de Pessoal Docente — CPPD. "A Associação na sua aspiração de democratização da Universidade questiona porque uma pessoa, no caso o reitor, pode indicar dois representantes, enquanto que dois mil professores não podem eleger seus quatro representantes". — observou o presidente da APUPF, professor Carlos Roberto Antunes dos Santos.

A proposição de eleições diretas para a CPPD, a exemplo do que vem se verificando em outras universidades, é justificada pela APUPF pelo desejo de um ensino de boa qualidade, por melhores condições para o desenvolvimento da pesquisa; por uma integração maior da universidade com a sociedade, e pela necessidade de renovação da universidade. Pois como afirmou o presidente da entidade, isso não será obtido mantendo essa estrutura de poder.

"Porque a UFP não dá o exemplo de democracia, como diversas outras universidades federais autárquicas, no sentido da opção pelo voto direto e secreto da comunidade universitária para compor a CPPD?", questiona Carlos Roberto dos Santos. Em contato com o reitor Ocyron Cunha, na semana passada, o presidente da APUPF disse que ficou claro que a formação da comissão, através do voto direto, é uma aspiração da comunidade. O reitor disse, entretanto, que caberá ao Conselho Universitário decidir a forma da eleição. A esperança dos docentes é que o Conselho "não vá se propor a encampar uma atitude antidemocrática, negando aos professores o direito de eleger seus representantes" — conforme Carlos Roberto.

Nos diversos departamentos da UFP os docentes vem se posicionando pela eleição direta, como no setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, onde dos sete departamentos, apenas o de Comunicação e Ciências Sociais não realizou reunião em conjunto com seus professores para discutir o assunto. Os demais se posicionaram pelas eleições diretas. Em outros setores também os professores estão se posicionando pela democracia, de acordo com a APUPF. Mas alguns diretores estão forçando os chefes de departamentos a fornecerem nomes que serão submetidos à indicação do Conselho Universitário, via eleição indireta.

Como lembrou a APUPF, o próprio MEC, a pedido dos professores, fez reco-



Carlos dos Santos, presidente da Associação dos Professores da UFP.

mendação, após a criação da CPPD, no sentido de que sua composição fosse feita pelo voto direto. A entidade encaminhou documento ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-Crub, e ao próprio reitor da UFP, se posicionando pelas eleições diretas, "pois outra forma significaria casuismo e antidemocracia".

APUPF

A nova gestão da APUPF está empenhada na reformulação dos estatutos da entidade porque este impossibilita um trabalho dinâmico. Como ontem, por exemplo, em que ao invés de uma assembléia só pode ser marcada uma reunião. Isto porque conforme os estatutos, uma assembléia tem que ser convocada com dez dias de antecedência. Como neste caso da CPPD está se esgotando o prazo dado pelo MEC, para sua estruturação, havia urgência em se tomar uma posição dos docentes da UFP.

Na quinta-feira próxima prosseguirá o ciclo de palestras promovido pela Associação. O tema em debate desta vez será "A Questão da Universidade", em mesa redonda, com participação dos professores José Lamartine Correia de Oliveira Lyra, Glauy Zancan e Newton Freire Maia, todos da UFP. No dia 15, haverá conferência do professor Modesto Carvalhosa, da USP, ex-presidente da Adusp, sobre "A Universidade em uma Sociedade em Transformação".

Fichados

Jornal *Quarta do Paro*
P- UFR
05/06/81 PR

Sai hoje resultado para DCE

Será divulgado hoje o resultado da eleição do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, quando se conhecerá a posição de aproximadamente 10 mil universitários sobre a única chapa concorrente: "Viração".

A eleição foi realizada desde o último dia 3 até ontem às 22 horas, quando os primeiros votos começaram a ser contados.

Segundo as pessoas que coordenaram as urnas espalhadas por todos os setores da universidade, muitos estudantes não votaram e estão sujeitos às sanções por parte da instituição de ensino superior, já que o voto é obrigatório. Informaram ainda que a probabilidade da chapa "Viração" ser eleita é grande, apesar de não contar com o apoio geral, "pois como não existem outras chapas concorrentes a única campanha realizada foi suficiente para movimentar a opinião estudantil".

Por outro lado, acredita-se ainda que muitos dos estudantes da UFP votaram em branco - fato que preocupou os componentes da única chapa pois poderão surgir surpresas em torno do assunto. Na opinião de Máximo dos Santos, aluno, "muitos dos que votaram preferiram a chapa Viração em consequência da falta de iniciativa de estudantes oposicionistas, que não criaram opções". Ele disse também que os estudantes da UFP preferem ficar ao lado de representantes legalmente habilitados, e que a única forma de saber quem é ou não representativo, se obtém através de eleição direta". Segundo esclareceram ontem os coordenadores da eleição ao DCE, a contagem dos votos seria realizada até às 3 horas de hoje, quando então será conhecido o resultado oficial.

Residentes "acampam" na Reitoria

UNIVERSIDADE DEIXOU DE CUMPRIR O ACORDO

A Universidade Federal do Paraná é a única que não cumpriu o acordo do governo federal com os médicos residentes, de que não seriam descontados 22 dias que estariam em greve, para obter a regulamentação da residência médica. Os 175 residentes do Hospital de Clínicas deveriam ter recebido bolsas de estudo no valor de Cr\$ 27 mil, no último dia 28. Mas ainda não foi feito o pagamento. Desde o início da semana, os residentes vêm tentando obter uma justificativa do reitor Ocyrton Cunha, para não cumprir o acordo, entretanto, ele não os tem recebido.

O presidente da Associação Paranaense dos Médicos Residentes, José Edmur dos Santos, disse que o problema é que o dinheiro já foi enviado pelo MEC e a UFP está retendo quase 4 milhões de cruzeiros, enquanto nas outras universidades o pagamento aos residentes foi feito sem desconto. O vice-reitor da UFP, professor Alsedo Leprevost, justificou que não se trata de "ficar em cima do muro", mas é que, quando ainda não havia terminado a negociação dos residentes, em Brasília, a universidade recebeu um telex do



Médicos-residentes na Reitoria da UFP.

MEC informando que deveriam ser descontados os dias parados. Agora aguarda-se novo posicionamento. Para os residentes, a UFP é a única que "está se perdendo na burocracia de propósito", "Acampados" na ante-sala do rei-

Médica, do MEC, enviou ao representante dos residentes, informando que o abono das faltas seria responsabilidade exclusiva dos reitores, sem necessidade de interferência da Secretaria de Ensino Superior do MEC.

Uma carta aberta à população foi preparada pelos residentes em que deixam claro o desejo de continuar o trabalho normal, mas que estão sendo impedidos "pela intransigência e pela falta de seriedade com que estamos sendo tratados, por parte de autoridades ligadas à residência médica". Eles exigem o cumprimento do acordo oficial firmado, assim como o pagamento que é devido, ao mesmo tempo que aguardam a tramitação final da lei de regulamentação da residência no Congresso Nacional. Garantem que continuarão mobilizados, aguardando a evolução dos acontecimentos e reavaliando os posicionamentos em assembleias gerais. Os novos rumos do movimento nacional para conquista de reivindicações não obtidas com a greve, serão definidos no Congresso de Residência Médica que se realizará em Curitiba, de 19 a 26 de julho.

Assinatura do PR
P. VFP
05/06/81

JORNAL: <i>Fazeta do Povo</i>
R. <i>V.F.P.R.</i>
Data: <i>04.06/81</i> Estado <i>PR</i>

Eleição para DCE vai terminar hoje

Será encerrada hoje a eleição para o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, que está sendo realizada desde ontem. Cerca de 10 mil estudantes, no entanto, estão encontrando algumas dificuldades para eleger os seus representantes, já que somente a chapa "Viração" é a candidata. Desta forma, quem não é a favor está votando em branco.

No entanto, os comentários durante todo o dia de ontem nas dependências da UFP eram de que - mesmo contando com muita oposição por parte dos próprios alunos da universidade - a chapa "Viração" acabará por tomar posse de mais uma gestão do órgão representativo estudantil. Tudo transcorreu normalmente no primeiro dia de eleição e

hoje aproximadamente seis mil estudantes darão seu voto.

As principais propostas da única chapa que concorre ao DCE são as seguintes: "Não deixar que a Universidade Federal pare, por falta de recursos; melhores condições de ensino e currículos voltados para a realidade do país". Na opinião de estudantes que mais participam e que possuem posição crítica sobre a eleição "é clara a intenção de unificar os universitários pela luta por seus direitos, unindo-se as oposições contra a reitoria". Por outro lado, mesmo que este sistema já venha sendo realizado há anos em outras universidades, a impressão dos que acompanham o movimento estudantil é de que "não há opção maior para dividir as correntes na política estudantil".

Eleições no DCE: propostas não atraem os estudantes

O Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná realiza hoje e amanhã a terceira eleição depois da reconstrução da entidade pelos estudantes, em 1979, desde que havia sido extinta em 1968. Essas eleições, como nos anos anteriores, deveriam ser realizadas em maio, sem maiores explicações os mandatos da atual gestão foram prorrogados sem que os estudantes pudessem se manifestar já que não foram consultados.

O atual presidente, Mário Leal, nega essa acusação: "O DCE ainda não tem um estatuto que regule as datas para eleições e que durante o mês de abril, devido ao encaminhamento e discussão da proposta de greve da UNE, não haveria tempo para que as chapas discutissem suas plataformas com os estudantes, por isso a marcação do pleito para junho". Entretanto, a assembleia estudantil que reconstruiu o DCE em 1979, fixou para o mês de maio o período eleitoral no DCE.

As eleições serão realizadas através de votação direta e secreta, com a participação facultada a todos os alunos da UFPR. Embora nenhuma chapa tenha sido inscrita oficialmente, a expectativa é que duas chapas irão concorrer. Até o dia de ontem apenas a chapa Viração no DCE apresentou uma plataforma de luta e trabalho. Em termos gerais as propostas não apresentam nenhuma novidade para os estudantes. São as mesmas que têm aparecido nas campanhas eleitorais dos estudantes nos últimos anos. As propostas são: melhores condições de

ensino, 12% das verbas da União para a educação, luta contra o ensino pago e pela participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados, além do fortalecimento dos diversos departamentos, cultural, esportivo, imprensa, feminino. Esta chapa é encabeçada por Tosca Zamboni, do Setor de Ciências Agrárias, contrariando a primeira proposta da chapa que tinha como presidente Marlene Zanin, atual presidente do Diretório Acadêmico do Setor de Ciências Agrárias. A alteração na presidência segundo a aluna Cleuza Higashi um dos membros da chapa Viração no DCE, deveu-se à pressão de uma das tendências que a compõe, exigindo a liderança máxima da entidade para compor uma chapa de "unidade". Os demais participantes são todos membros das diversas entidades estudantis.

TENDÊNCIA VIRAÇÃO

Os militantes do movimento estudantil negam, mas é fato comprovado que existem no movimento facções ou tendências bem definidas. A própria Viração é uma união de duas dessas tendências, uma ligada ao Jornal Tribuna da Luta Operária, porta-voz oficiosa de uma facção do Partido Comunista do Brasil (PC do B), e outra constituída por simpatizantes do jornal Hora do Povo, ligado ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro, (MR-8). A tendência Viração controla atualmente a UNE, a UPE e alguns DCEs e UEs. Isoladamente as duas tendências controlam cerca de 30 entidades gerais no país.

As outras tendências hoje na oposição estudantil são: Caminhando, favorável a uma das dissidências do PC do B; Unidade, ligada ao jornal Voz da Unidade, oficiosa do PCB; e Liberdade e Luta (Libelu) de orientação trotskista, ligada ideologicamente ao jornal O Trabalho.

INDIFERENÇA

Nas últimas eleições votaram cerca de 5.500 alunos, ou seja 40% dos estudantes da UFPR, que são 13 mil. Para as próximas eleições, a atual diretoria espera que pelo menos 8 mil alunos votem.

Por não conhecer ou discutir as plataformas e o posicionamento ideológico das chapas, a grande parte dos estudantes vota nos nomes dos alunos que as compõe. Disse um estudante traduzindo o pensamento da maioria: "Vi uns cartazes espalhados por aí, mas não sei se vou votar, pois não conheço ninguém dessa chapa (Viração)".

Um estudante de Economia que preferiu não dizer seu nome declarou: "Não vou a assembleias ou debates, porque são sempre as mesmas figuras falando a mesma coisa, na base de muita fala e pouca ação".

Para Mário Leal a pouca participação dos estudantes nas assembleias ou eleições deve-se ao fato do movimento estudantil ter passado por um longo período de repressão, o que afastou e não deixou o estudante discutir seus problemas, atualmente a situação está mudando e a participação do estudante é cada vez maior.

22

JORNAL <i>Est. do Paraná</i>
<i>F. UFPR - DCE/UFPR</i>
Data <i>28 05/81</i> Estado <i>PR</i>

“Viração”

Na próxima semana, haverá eleições para escolha da nova diretoria do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Paraná. Até agora, uma única chapa está concorrendo: a “Viração”, que integra a maior parte dos atuais dirigentes. Mas, segundo Tosca Zamboni, candidata à reeleição de presidente do DCE, podem ainda surgir outras chapas, uma vez que o prazo para inscrição inspira somente na segunda-feira. O detalhe curioso da chapa “Viração” é que é integrada por uma maioria de mulheres, ocupando os cargos mais importantes: presidência, vice-presidência, e tesouraria. E a preocupação com a mulher está também na plataforma da chapa, que propõe a criação de um Departamento Feminino, que visa justamente a discussão e debates em torno da participação da mulher na sociedade. Tosca Zambini, Pedro Longo (candidato ao Departamento de Imprensa) e Jorge Modesto (candidato ao Departamento de Assistência Estudantil) dizem que as propostas básicas da chapa são: lutar pela aprovação do estatuto do DCE, com a Universidade Federal do Paraná reconhecendo o diretório, e, assim, fornecendo auxílio material (uma das poucas universidades brasileiras que não reconhece o DCE é a Federal do Paraná, diz Pedro Longo); estruturação dos departamentos e criação de novos, como o Feminino; e consolidar o jornal do DCE, entre outros pontos.

JORNAL: *Rev. do Paraná*
P. U. F. P.
 Data *07 05 81* Estado *PR*

23

Oposição majoritária no pleito da Federal

"Considero que ontem os professores da Universidade Federal do Paraná deram demonstração de que estão atentos aos ensinamentos da história. Perceberam que a democracia só tem possibilidade de sobrevivência com a alternância no poder. Os professores disseram um não ao continuismo, e demonstraram que estão de cabeça erguida, e que não se deixam intimidar pelos recursos utilizados pela candidatura oficial". Assim o professor Emmanuel José Appel, eleito para a primeira secretaria da APUFP, definiu a vitória, por diferença de 116 votos (866 contra 750), da chapa oposicionista "Movimento dos Professores", que concorreu às eleições da entidade.

O presidente eleito, Carlos Roberto Antunes dos Santos, disse que a vitória obtida não é apenas da chapa, mas pertence ao conjunto de docentes da UFP. Ele salientou que a prática da democracia na universidade, deve se estabelecer, e a Associação se tornará um instrumento para se chegar a esse objetivo. Para o presidente, esse clima de democracia que se estabeleceu na UFP foi exatamente em função da disputa eleitoral, e nesse contexto devemos reconhecer que a chapa "Democracia e Desenvolvimento" também deu sua contribuição para o debate democrático.

O primeiro passo da nova administração será reformular os estatutos da entidade, "para pôr ordem na casa", pois eles datam da década de 50. A nova diretoria já está programando para logo que tomar posse, a realização de uma mesa redonda

para discutir o projeto de transformação das universidades autárquicas em fundações, o que implicaria em implantação do ensino pago nas instituições federais de ensino superior. Há idéia, inclusive, de entre outras pessoas se convidar o ex-ministro da Educação, Eduardo Portela, a participar.

Apesar de ter opinião formada sobre o projeto, o professor Carlos Roberto, disse que o que vai prevalecer é a posição dos professores da UFP como um todo, e isto só será definido após amplo debate e assembleia geral. Ele observou que a prática de consultá dos associados através de assembleias gerais, será uma constante. Como professor, Carlos Roberto disse ser contra a transformação da UFP em fundação, pelo mesmo fato que é contrário ao ensino pago. "A União deve continuar responsável pela manutenção da educação no País, e destinar mais recursos para o setor". Ele lembra que no sistema de fundações, o MEC se desobrigaria em destinar recursos às universidades federais.

OS VOTOS

A vitória da oposição ocorreu em todos os setores da universidade, com exceção do setor de Tecnologia e Ciências Exatas, ao qual pertence o ex-ministro Arzua que encabeçava a chapa derrotada. Votaram 1651 professores dos dois mil associados. No setor de Saúde votaram 339 docentes sendo que 193 deles para a chapa "Movimento dos Professores". Neste setor houve sete votos nulos e dois em branco.

No setor de Biologia, 236 associados

votaram sendo 161 para a chapa vitoriosa. Em Tecnologia e Exatas 450 votaram, sendo 265 para a "Democracia e Desenvolvimento" e 179 para o "Movimento dos Professores". Nesta urna houve três votos nulos e três em branco. No setor de Ciências Agrárias houve 68 votos para a chapa vitoriosa, dos 129 votos. No setor de Ciências Humanas, dos 491 eleitores, 262 votaram para a oposição, sete nulos e 5 brancos. Na urna para caos especiais houve seis votos, sendo três para a chapa vitoriosa. No total 866 professores votaram no "Movimento dos Professores" e 750 para a "Democracia e Desenvolvimento".

A DIRETORIA

A diretoria da nova gestão da APUFP é integrada pelos seguintes professores além do presidente Carlos dos Santos: Arsênio Muratori, vice-presidente; Emmanuel José Appel, na primeira secretaria; José Domingos Fontana, na segunda secretaria; Luis Carlos Nascimento Tourinho, primeiro tesoureiro; Romolo Sandrini Neto, segundo tesoureiro; Mário Pereira de Araújo, orador; Denise de Camargo, diretora social e Mário Portugal Pederneiras, diretor cultural. O Conselho deliberativo é composto pelo professor José Lamartine Correa de Oliveira Lyra, representante dos titulares; professor Hermes Paciornik, representante dos adjuntos e Suzana Maria Munhoz da Rocha Guimarães, representante dos assistentes. Outros 27 professores integrarão a suplência do conselho e as vice-presidências, além dos futuros grupos de trabalho da entidade.

JORNAL: *Opinista do Povo*
P *UFPR*
Data *06/05/81* Estado *PR*

Mestres escolhem a nova diretoria

A eleição para a renovação da diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, realizada ontem, foi caracterizada por dois pontos considerados muito importantes tanto pelos membros da chapa Democracia e Desenvolvimento quanto da chapa Movimento dos Professores: a tranquilidade com que se desenvolveu o pleito e o comparecimento maciço dos associados, inclusive aposentados. A votação começou por volta das 9h30min, em cinco locais diferentes, e foi encerrada exatamente às 18h30min, iniciando-se a apuração uma hora depois.

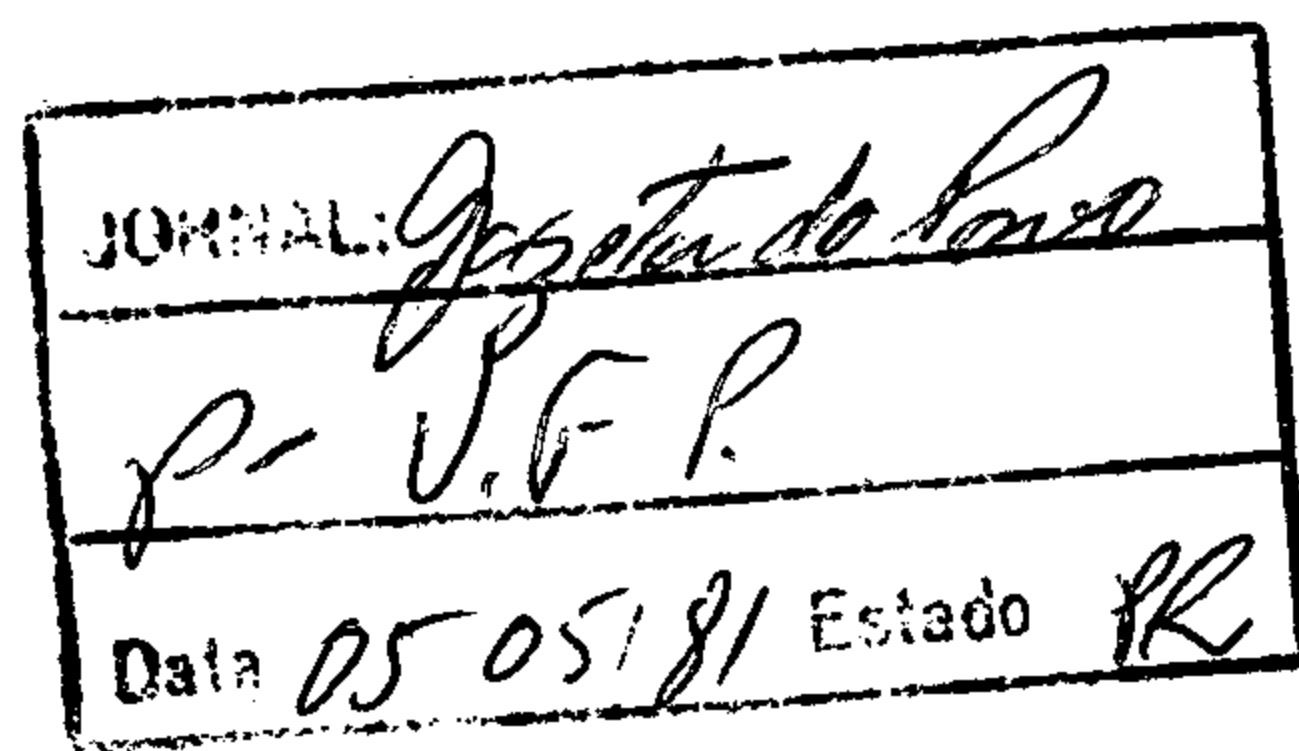
As cinco urnas estavam localizadas nos saguões dos edifícios sedes das Diretorias dos Setores de Tecnologia e Ciências Exatas, no Centro Politécnico, para os professores de Tecnologia e Ciências Exatas; da Direção do Setor de Ciências Biológicas, para os professores do Setor de Ciências Biológicas, também no Centro Politécnico; da Direção do Setor de Ciências Agrárias, para os professores do Setor de Ciências Agrárias, no Bacacheri; da Direção do Setor de Ciências da Saúde, no Hospital das Clínicas; e no auditório da Reitoria, para os demais professores.

A votação foi realizada perante juntas eleitorais integradas por professores designados pela diretoria e secretariados por funcionários da entidade e da Universidade Federal do Paraná, cabendo ao eleitor a escolha de sua opção quanto às chapas concorrentes pelo sistema de votação se-

creta. Cada professor votante recebeu uma cédula única que contava apenas o nome da chapa e de seu presidente. Os professores associados que por qualquer motivo deixaram de constar da relação dos respectivos setores votaram em uma urna especial no auditório da Reitoria.

No Setor de Ciências Agrárias, no Bacacheri, deveriam votar 146 professores e, no meio da tarde, faltava apenas o comparecimento de 15 deles, segundo informação do presidente da mesa, Antônio João Martins da Costa Bispo. Ele disse que a votação corria normalmente e que o maior movimento foi registrado no período da manhã. No Centro Politécnico, Perce Peres da Rocha, presidente de outra mesa de votação, também destacou a tranquilidade do pleito. No anfiteatro da Reitoria, Rubens Mazza, membro da chapa Democracia e Desenvolvimento, encabeçada por Ivó Arzua Pereira, disse que a eleição estava "bastante acirrada", isto é, a disputa podia ser caracterizada como "meio a meio". Os dois candidatos à presidência percorreram todos os locais de votação na busca dos votos dos indecisos e, no final da tarde, previa-se que a diferença, para qualquer chapa vencedora, seria bastante reduzida.

A professora Cecília Maria Westphalen, que leciona na Universidade Federal do Paraná desde 1951, disse que a vitória acabaria ficando com a chapa Democracia e Desenvolvimento, por uma margem não superior a 100 votos.



Mestres da UFP vão às urnas hoje

Nada menos que 2.021 professores do quadro ativo e cerca de 200 do quadro de aposentados, estarão hoje se movimentando para eleger a nova diretoria da Associação dos Professores da Universidade do Paraná, uma entidade que até bem pouco tempo não despertava a atenção pela inexpressividade. O pleito será aberto às 8 horas e se encerrará por volta de 18, concorrendo aí duas chapas: "Democracia e Desenvolvimento" liderada por Ivo Arzua Pereira e "Movimento dos Professores", encabeçada por Carlos Roberto Antunes dos Santos, respectivamente dos setores de Ciências Exatas e de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Ontem à tarde, os mais otimistas consideravam que a vitória está mais para o lado do ex-Prefeito de Curitiba, que desta maneira, "vai marcar em definitivo o seu regresso à política", com perspectivas de se filiar ao PDS. Outros professores acham que Carlos Roberto (conhecido como Motorzinho) desperta mais "simpatia" no eleitorado e está também com uma equipe de trabalho qualificada.

NA URNA

"A decisão só a veremos na apuração dos votos", explica o próprio candidato que não se qualifica de oposição. Uma comissão especial de professores estará desenvolvendo o pleito em seis lugares diferentes nos "Campus" universitários. Os votantes devem procurar as urnas que ficarão no saguão do edifício D. Pedro I (Rua General Carneiro 460, Setores de Educação e de Ciências Humanas); na Reitoria; no Hospital

de Clínicas, no Centro Politécnico, no Setor de Ciências Agrárias e no Setor de Ciências Biológicas.

O atual presidente da Associação é também um professor do Setor de Ciências Exatas, o físico Osvaldo Ivamoto, que tem ainda responsabilidade de realizar esta eleição e proclamar os novos dirigentes. A posse será nos próximos dias, após a apuração dos resultados hoje à noite.

Defendendo "um plano diretor de desenvolvimento" e a "melhoria do poder aquisitivo e da remuneração dos professores", o engenheiro Ivo Arzua Pereira poderá se tornar hoje o novo presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, acumulando com a direção do Santa Mônica Clube de Campo e a participação ativa em clubes de recreação curitibanos.

O ex-Prefeito de Curitiba encabeça a chapa "Democracia e Desenvolvimento" que é integrada ainda pelos seguintes candidatos: Fernando Jorge de Souza (vice-presidente e pertencente ao Setor de Saúde), Potiguara, Acácio Pereira (1.º secretário - Setor de Ciências Humanas), Mário Takao Inoue (2.º secretário - Setor de Ciências Agrárias); Geraldo Moreira de Macedo (1.º tesoureiro - Setor de Ciências Sociais Aplicadas); Guilhermino Baeta de Faria (2.º tesoureiro - Setor de Tecnologia), Ayrton de Matos (diretor social - Setor de Ciências Biológicas), Elpidio Marcullino Cardoso (diretor cultural - Setor de Educação); René Ariel Dotti (orador - Setor de Ciências Sociais Aplicadas).

SUBSEDES

No programa da chapa en-

cabeçada por Ivo, que é professor há 25 anos no Setor de Ciências Exatas e no cargo de adjunto de Estatística II, do Departamento de Informática, consta o projeto de instalar subseções da Associação em todos os setores da Universidade, marcando desta maneira uma atuação mais próxima dos filiados. Entre essa e outras promessas quer inclusive estimular a assistência médico-hospitalar, farmacêutica, odontológica e jurídica, plano que vem sendo "cavalo-de-batalha" nas últimas eleições da entidade.

Um dos aspectos que consideram os membros da chapa que conta com a simpatia da Reitoria, é o da carreira do professor. Segundo prometem irão promover uma "revisão e correção de falhas do recente decreto de reestruturação da carreira do magistério. Segundo o candidato, o que se pretende é a plena realização dos ideais do magistério, razão pela qual considera imprescindível a participação no pleito de hoje.

COMPLETA

A chapa "Democracia e Desenvolvimento" tem ainda no Conselho Deliberativo a participação dos seguintes nomes: em nome dos titulares, Elgson Ribeiro Gomes (Setor de Tecnologia), Clotilde de Lourdes Branco Germiniani (Setor de Ciências Biológicas); em nome dos adjuntos, José Ribeiro do Nascimento Filho (Setor de Ciências Exatas) e Henrique Lerner (Setor de Ciências Biológicas); em nome dos assistentes, Paulo Afonso

Del Claro (Setor de Ciências da Saúde) e Hugo Herminio Rodacki (Setor de Ciências Agrárias).

Em todos os setores universitários o que se pode observar é a movimentação por parte da equipe de Ivo Arzua, que dividiu o programa de trabalho nestes itens; 1) quanto à organização e funcionamento da Associação, 2) quanto às aspirações do magistério, 3) quanto às instalações e serviços requeridos pelo quadro associativo, 4) quanto ao corpo discente, 5) quanto aos funcionários da UFP e 6) quanto à UFP.

A questão dos professores não enquadrados na carreira do magistério, pela legislação de 1950 e a desigualdade que entende existir na ascensão dos titulares, que somente se beneficiam pelo tempo de serviço, diferente dos demais, que contam titulação acadêmica e outros itens, serão dois pontos atacados de início pela nova diretoria da Associação dos Professores da UFP, acaso se eleja a chapa "Movimento dos Professores", encabeçada por Carlos Roberto Antunes dos Santos, que terá como vice-presidente Arsênio Muratori.

O programa dessa chapa fala inclusive na creche para os filhos de professores, interesse que vem sendo prometido há muitos anos e nunca realizado. Defende a implantação de um restaurante no "Campus" principalmente Centro Politécnico, onde o volume de magistério é maior. Coincide com a oponente ao pretender serviços jurídico, médico, odontológico e hospitalar para os associados.

PROGRAMA

"Motorzinho", como é conhecido o candidato desta chapa, apresenta um programa de 20 itens, no qual se defende "integração imediata da Associação no movimento nacional dos docentes universitários e pela filiação à Associação Nacional" da classe. Deseja mais assembleias gerais e uma reforma estatutária, mas criará grupos de trabalho, que atuarão como "vice-presidências" da Associação. Na difusão sócio-esportiva-cultural estimulará "convívio entre os professores, olhando melhor para os aposentados".

Promoção de debates sobre ciências, cultura e função da Universidade, assim como seminários, estão no interesse desta chapa se eleita, a qual vai influir nas modificações do regimento e do estatuto da UFP, almejando "maior representação acadêmica nos colegiados superiores. "Um item especial é o que aspira "eleições diretas para todos os cargos de direção da Universidade", mais ainda, "licença sabática e estabilidade no emprego, aposentadoria integral e reajuste semestral de salário".

CANDIDATOS

São candidatos à diretoria da Associação pela chapa "Movimento dos Professores" estes nomes, além do presidente e do vice, que são dos setores de Ciências Humanas e Tecnologia, respectivamente.

Emmanuel José Appel (1.º secretário - Setor de Ciências Humanas), José Domingos Fontana (2.º secretário - Setor de Ciências Biológicas), Luiz Car-

los Nascimento Tourinho (1.º tesoureiro - Setor de Ciências Agrárias), Romolo Sandrini Neto (2.º tesoureiro - Setor de Ciências da Saúde); Mario Pereira de Araujo (orador - Setor de Ciências Exatas,) Denise de Camargo (diretora social - Setor de Ciências Humanas) e Mario Portugal Pederneiras (diretor cultural 1 - setor de Ciências Biológicas).

No Conselho Deliberativo estão em nome dos titulares; José Lamartine Correa de Oliveira Lyra (Setor de Ciências Sociais e Aplicadas) e Ennio Luz (Setor de Ciências Biológicas); em nome dos adjuntos; Hermes Paciornik (Setor de Ciências da Saúde) e Romar Teixeira Nogueira (Setor de Ciências Sociais Aplicadas); em nome dos assistentes: Suzana Maria Munhoz da Rocha Guimarães (Setor de Ciências Humanas) e Francisco Gomide (Setor de Tecnologia).

Os vice-presidentes (grupos de trabalho) serão: Albano Woiski, Glaci Terezinha Zancan, Cyro Elidio Correa de Oliveira Lyra, Rui Paulo Gradowski de Miranda, Odilia Ferreira da Luz Oliveira, Lilian Ana Wachowicz, Adhail Sprenger Passos, Bonifácio Gallotti, Paulo Henrique Arruda Gonçalves, Dante Romanó Júnior, Ademir Piovesan, Braz de Freitas Fernandes, Celso Carnieri, José Carlos Pauletto, Eliana Bettega, Divonsir Lopes Beloto, Maria Dativa de Salles Gonçalves, Roberto Vaine, Silvia Croop, Honório Roberto dos Santos, Elane Tomich Buchmann, Nilo Fidelis Bichara, Verônica Romão, William Thomaz Wendling.

JORNAL: <i>Opinista do Povo</i>
P. Pos. Prof. <i>V F PR</i>
Data <i>24/04/81</i> Estado <i>PR</i>

Na Federal, Chapa Movimento tem independência como lema

A chapa Movimento dos Professores, que concorreu dia cinco de maio à diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, almeja uma entidade independente — sem vínculos com o poder dentro e fora da universidade —, apartidária, dinâmica, combativa e representativa. Em sua "carta de princípios", defende a idéia de que a associação deve recuperar o prestígio junto à comunidade acadêmica paranaense e brasileira, o que será possível através de um trabalho desenvolvido ao lado da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior — Andes —, expressão máxima dos docentes universitários.

Encabeçada pelos pro-

fessores Carlos Roberto Antunes dos Santos (presidente) e Arsênio Muratori (vice-presidente), a chapa entende que o avanço dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira, na busca de seus ideais democráticos, permitiu a constituição e afirmação de inúmeras entidades de classe. "No âmbito da universidade, abriu-se espaço para que as Associações de Docentes — ADS, extrapolando as funções de beneficência e lazer — adquiridas num passado recente, se tornassem autênticos canais de expressão e participação dos professores do ensino superior" — argumenta o professor Muratori.

Hoje, as ADs lutam por uma universidade democrá-

tizada, desburocratizada e autônoma em relação aos órgãos administrativos do Estado, reivindicando mais verbas para educação, defendendo os verdadeiros interesses dos professores e procurando influir decisivamente na universidade para que ela não se distancie do seu objetivo maior: a produção e a difusão do saber. "A recente greve de novembro e dezembro nos ensinou que uma AD quando se omite e não ouve nem dá voz aos seus associados deixa de representá-los" — observa a "carta de princípios".

A chapa oposicionista defende a idéia de que a greve só existiu porque os professores — à revelia dos dirigentes da associação — organizaram-se e constituíram um amplo movimento, no interior do qual todos puderam exprimir suas

idéias. "Nossa chapa é consequência desse movimento e se compromete a manter a postura democrática no sentido de assegurar aos associados ampla possibilidade de debater os problemas que interessam à comunidade universitária" — frisa o documento.

No programa de trabalho, a chapa defende a intervenção imediata da entidade no Movimento Nacional dos Docentes Universitários e pela sua filiação à Andes; a participação dos professores nas decisões da associação, mediante convocação regular de assembleias-gerais; ampla discussão e reforma do estatuto; criação de assistência jurídica aos associados; consolidação dos departamentos e grupos de trabalho; criação de um organismo regular e efeito de divulgação e informação, entre outros.

Pró-reitor da UFP é desafiado

O Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Paraná, através de seu diretor, Mário Leal, desafiou o pró-reitor de Assuntos Comunitários da instituição, professor Celso Alves de Deus a participar de um debate público. O objetivo dos estudantes "é tornar claro o movimento que vêm fazendo para baratear o preço das refeições do Restaurante Universitário, reajustado em 133 por cento em relação ao ano passado". Os líderes estudantis rebateram ontem as acusações de que teriam partido a ataques pessoais ao pró-reitor, observando que foi ele que os acusou de marxistas.

O DCE-livre pretende que o pró-reitor prove o casuismo que disse existir na eleição dos representantes discentes, e os estudantes alegam que o Celso de Deus quem partiu para o campo ideológico, "para desviar do assunto central, de reivindicação de mais verbas para a educação". Os

estudantes querem que o pró-reitor apresente seu currículo, pois alegam que é um desconhecido, tendo vindo direto de Brasília para a Pró-Reitoria. "E aceitaremos o debate a nível ideológico, como ele pretende, desde que seja aberto, e não em gabinetes fechados, onde vem expondo seu caráter antidemocrático", frisam.

O Conselho de Entidades do DCE reuniu-se ontem à noite para votar a comissão de estudantes que irá a Brasília para reivindicar mais verbas à UFP, de forma a reduzir o preço da refeição de Cr\$ 35,00 para Cr\$ 21,00. Antes, os estudantes pretendiam ir com o reitor Ocyron Cunha ao MEC, a exemplo do ano passado, quando conseguiram maiores subsídios para o RU. Os estudantes observam que a partir de 7 de abril poderá ser deflagrada uma greve nacional de estudantes, caso o MEC não se pronuncie sobre os itens reivindicados pela União Nacional dos Estudantes.



Agora, os estudantes contra-atacam.

JORNAL <i>Est. do Paraná</i>
<i>R. V. F. R.</i>
Data <i>16 12 80</i> Estado <i>PR</i>

Professores vêm o plano

A comissão permanente de mobilização dos docentes da Universidade Federal do Paraná marcou para hoje, às 20 horas, reunião dos auxiliares de ensino, colaboradores e visitantes para discussão da sua situação funcional, em face do plano de reestruturação da carreira do magistério. Amanhã, no mesmo horário e mesmo local, anfiteatro do 1º andar do edifício D. Pedro I, haverá reunião para avaliação do movimento grevista que durou 15 dias.

Os professores enviaram um ofício ao reitor Ocyron Cunha pedindo a rápida implantação do plano de reestruturação da carreira, e demonstram preocupação em relação à situação funcional dos professores visitantes, que não serão enquadrados na carreira. E que por isso consideram que precisam de uma situação adequada. Os docentes também reivindicam participação na comissão que estudará a reformulação do estatuto e regimento da Universidade, em função do artigo 40 que instituiu as bases para a reestruturação da carreira. Entendem que os componentes devem ser eleitos pelo voto direto, entre o corpo docente da Universidade.

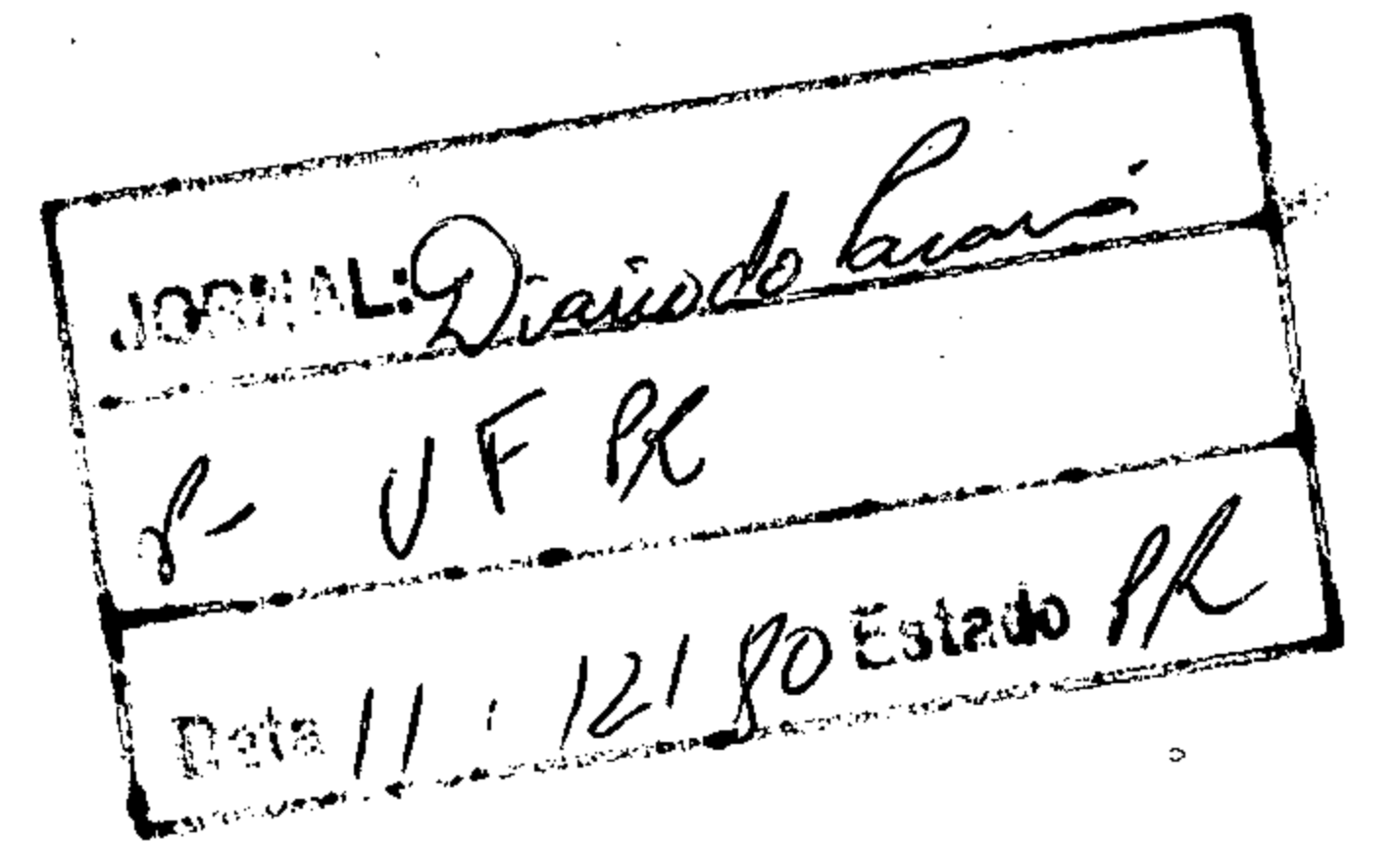
Os professores dizem estar conscientes de que houve ganhos e perdas no movimento grevista, e que por isso se posicionaram criticamente em relação ao projeto de reestruturação. "Sabemos que conseguimos pouco, mas por isso suspendemos a greve, mas permanecemos em estado de alerta. Unidos, mobilizados e organizados, estamos preparados para as lutas que virão, no sentido de conquistarmos os objetivos ainda não atingidos. "Os professores enumeram os itens que aguardam atendimento: reajustes semestrais, aposentadoria integral por tempo de serviço, licença sabática, fim da lei 6733, maior autonomia para a vida universitária, 12 por cento do orçamento da União para a educação.

29

JORNAL	<i>Gazeta do Paraná</i>
	<i>P. UFR</i>
Data	<i>14-12-80 Estado PR</i>

"PROFESSORES DA UFR reunidos em assembléia no último dia 10 aprovaram por unanimidade... nota onde apresentam a mais profunda gratidão a todos aqueles que compreendendo os motivos que levaram à decretação de greve nesta universidade procuraram de uma forma ou de outra apoiar o movimento dos professores, na certeza de que o espírito orientador do movimento visou, antes e acima de tudo, a busca de melhores condições de ensino e trabalho na Universidade Federal do Paraná. Desta maneira os professores agradecem o apoio recebido dos mais variados segmentos da comunidade paranaense e, em especial, aos estudantes da UFR, imprensa em geral, entidades que enviaram moções de apoio bem como aos artistas plásticos que gentilmente cederam suas obras para o fundo de greve". Eles pediram e nós damos.

Federal: fim da greve hoje



A diretoria e o conselho da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, reunidos ontem à noite, resolveram liberar os seus associados para voltarem às suas atividades normais declarando em consequência encerrado o movimento de paralisação. Na ocasião, agradeceram a todos os professores que ordeira e pacificamente colaboraram com o movimento que atingiu todas as universidades federais do país, dentro de um clima de compreensão e respeito aos princípios democráticos, sem fazer política para beneficiar grupos quando o interesse maior eram reivindicações que beneficiariam toda a coletividade universitária, da qual a associação é a entidade representativa, conforme especifica o próprio regimento interno da UFPR. Congratulou-se com todo o corpo docente da instituição pela grande conquista da classe, que é o quadro próprio do magistério superior, reconhecendo entretanto que o decreto-lei ainda deixou muito a desejar. A entidade, segundo comunicado à classe, divulgado a semana passada, tentou por todos os meios possíveis a negociação, assumindo a greve somente após esgotados todos os recursos.

Para a associação, agora é hora de recuperar os dias parados atendendo os alunos da melhor forma possível a fim de que os mesmos não sofram quaisquer prejuízos, regularizando a vida acadêmica, principalmente no que se refere aos formandos de 1980.

NA UFPR

A partir de hoje os estudantes da Universidade Federal do Paraná que ainda têm necessidade de realizar exames finais para que obtenham os graus exigidos para a matrícula deverão dirigir-se às coordenações do curso a fim de se certificarem das novas datas estabelecidas para as provas.

Tal decisão foi tomada durante reunião realizada ontem na reitoria com a presença de diretores de setores, membros do Conselho de Ensino e Pesquisa, coordenadores de cursos e chefes de departamentos e presidida pelo reitor Ocyron Cunha.

A resolução aprovada ontem que prorroga o período letivo de 1980 deverá ser referendada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa que se reúne hoje pela manhã. Ela determina que "os colegiados de curso e os departamentos didáticos programarão as suas atividades em obediência aos novos prazos estabelecidos nesta resolução que altera parcialmente os prazos estabelecidos nas resoluções 50/79 e 39 e 101/80.

De acordo com a resolução ficará fixado o dia 22 para a devolução pelos departamentos dos boletins de notas e frequência, no dia 30 prazo final para requerer nos departamen-

tos exames de recuperação dos alunos não inscritos em nenhum período especial, e ainda neste mesmo dia será o prazo final para a matrícula de alunos não inscritos em exames de recuperação nos Departamento de Educação Física, Coordenação Geral de Estudos de Problemas Brasileiros e coordenações de curso. No dia 31 será feita a entrega pelas coordenações de curso ao D. A. dos requerimentos de matrícula.

O prazo final para a matrícula dos alunos inscritos em exames de recuperação será no dia 20 de janeiro nos mesmos departamentos e coordenações citados acima e no dia 21 será a entrega pelas coordenações de curso ao DA dos requerimentos de matrícula.

Como as coordenações já entraram em entendimento poderá haver exames a partir de hoje mesmo. As colações de grau também terão uma sequência normal. Hoje mesmo haverá a colação de grau dos 160 formandos do curso de Medicina dos quais as notas e conceitos haviam sido entregues há dois dias para a expedição dos diplomas.

MOVIMENTO CONTINUA

Enquanto a Reitoria oficializava a volta às aulas através dessa resolução, professores da UFP reunidos no comando de greve se preparavam para a assembleia de ontem à noite que decidiu pela volta às aulas. Segundo um dos integrantes do comando de greve encarregado da divulgação, "os professores entendem que é preciso parar a greve para poder continuar o movimento."

Na reunião de terça-feira os professores decidiram que a greve deveria continuar até ontem pois eles acharam por bem discutir o decreto que pretendeu atender suas reivindicações.

Ainda durante essa reunião os professores presentes decidiram referenciar os nomes dos integrantes do comando de greve para continuar o movimento já que o término da greve não suprime as reivindicações. Para eles a greve foi apenas o momento de pique do movimento que tem que continuar, já que pedidos importantes da classe ainda não foram atendidos, quais sejam os 12 por cento do orçamento federal para a Educação, a eliminação de dispositivos que impedem a escola de dirigentes universitários pelos professores, a aposentadoria integral por tempo de serviço, a licença sabática, e o reajuste semestral.

Entre os professores da UFP também é corrente uma opinião, "de que a Universidade não será mais a mesma após a greve," pois inegáveis são os ganhos que toda a comunidade do magistério teve em organização, participação, coesão e elevação de consciência política.

31

JUNTA DE D. do Paraná
P- UFP
Data 11/12/80 Estado PR

Com o fim da greve, UFP reinicia exames

A partir de hoje serão reiniciados os exames finais dos diversos cursos da Universidade Federal do Paraná, que haviam sido interrompidos com a greve de 16 dias dos docentes. Tendo em vista o fim da greve que seria referendado na assembléia de ontem à noite, o reitor Ocyron Cunha já definiu o novo calendário aprovado ontem pelos diretores de setor e coordenadores de curso. Hoje o calendário será apreciado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa. Ele prevê a entrega das notas e frequências até o próximo dia 22 e estende a rematricula até o próximo dia 30.

A decisão da suspensão da greve só seria tomada ontem à noite porque na assembléia de anteontem os docentes resolveram primeiro discutir a integral do decreto de implantação da carreira do magistério. Mas a tendência era mesmo retornar hoje às aulas. Entretanto, a comissão de ética do movimento propôs que os exames só sejam aplicados a partir de segunda-feira, para dar tempo dos estudantes se prepararem retornando a matéria a ser estudada. Hoje será possível a realização da formatura dos 160 doutorandos de Medicina, marcada para às 16 horas, pois os departamentos já entregaram os conceitos. Caso a greve prosseguisse, os formandos tinham previsto fazer a solenidade simbólica apenas.

ATIVIDADES

Independente do final da greve ou não, a comissão de atividades do comando geral programou diversas realizações para fortalecer o fundo de greve, de forma a possibilitar a continuidade do movimento para conquista das reivindicações ainda não atendidas. Hoje, às 14 horas, será exibido o filme "A Revolução de 30", de Silvio Back, no anfiteatro do 1º andar do edifício D. Pedro I. Depois da projeção, haverá debate com os professores Brasil Pinheiro Machado, Luiz Carlos Tourinho e jornalista Aramis Millarch.

Amanhã, às 20 horas, haverá uma palestra do professor Antônio Cândido, da USP, às 20 horas, no mesmo

local. Na segunda-feira, na Cinemateca do Museu Guido Viaro haverá um leilão de arte com obras doadas por Seliar, Calderari, Luiz Carlos Andrade, Borges, Brzezinsky, Helena Wong, Garfunkel, entre outros artistas. No domingo as obras estarão expostas no museu Guido Viaro, das 9 às 21 horas, para os interessados em participar do leilão.

"VITÓRIAS"

O comando nacional de greve, que coordenou o movimento nas 19 universidades federais autárquicas, formulou uma análise das reivindicações atendidas, destacando as vitórias: "organização, participação, coesão e elevação do nível de consciência política dos professores". Ainda que tenham sido suprimidos pedidos relevantes, na e reestruturação da carreira como reajuste semestral, aposentadoria integral por tempo de serviço, e licença sabática".

Quanto aos níveis salariais, o comando considerou que o decreto tenta dividir os docentes entre os que terão ganhos irrisórios, devido aos quatro níveis existentes em cada uma das categorias: auxiliar, assistente, adjunto e titular. Os professores colaboradores e auxiliares de ensino admitidos após 31 de dezembro de 1979 farão parte de uma tabela especial em extinção, e as instituições de ensino superior terão dois anos para realizar concurso público para enquadramento.

Segundo o comando geral, isso prejudica estes docentes, pois deveriam poder participar da seleção interna a que terão direito essas duas categorias, desde que admitidas antes de dezembro de 1979. Mas segundo Ocyron Cunha, dos 429 colaboradores da UFP pouquíssimos não serão beneficiados com a seleção interna que possibilita passarem para professor assistente.

Na assembléia de anteontem, os professores escolheram os nove delegados da UFP para o Congresso Nacional de Docentes Universitários, a ser realizado de 18 a 20 de fevereiro em Campinas.

32

JORNAL: O Est. do Paraná
R. U.F.P.R.
Data 10/12/80 Estado PR

Na UFP, fim da greve

As aulas podem reiniciar amanhã, na Universidade Federal do Paraná, após 15 dias de paralisação dos professores, pois a expectativa dos grevistas ontem à noite era de acatar a contraproposta do governo federal às suas reivindicações, na assembleia que realizariam para avaliar o índice de 24,5 por cento de reajuste salarial, anunciado ontem pelo ministro da Educação, Rubem Ludwig. Apesar do índice de 24,5 por cento (segundo cálculo dos professores), sobre a tabela de vencimentos, integrante do plano de reestruturação da carreira do magistério, estar abaixo do esperado, os professores consideravam que era muito provável a suspensão da greve. Isto porque o reajuste e a carreira representariam majoração de cem por cento sobre os vencimentos atuais.

O comando geral de greve informou ontem à noite que, mesmo que se decida pelo retorno às aulas, isso não se concretizará enquanto a maioria das assembleias estaduais de docentes não reforçar tal decisão, o que é previsto para hoje. O comando pretende continuar o movimento, mesmo com a suspensão da greve, para a obtenção das demais reivindicações. Assim como pelos 12 por cento do orçamento federal para a educação, e democratização do processo de escolha dos dirigentes universitários.

ASSEMBLÉIA HOJE

O reitor Ocyron Cunha comentou ontem à noite que o ministro Ludwig cumpriu a palavra, "dando o que era reivindicado e algo mais". Entretanto, ressaltou que a decisão de acatar a contraproposta, suspendendo a greve,

só cabia aos docentes, através de sua assembleia. Os professores realizaram nova assembleia hoje, a partir das 14 horas, no anfiteatro do 1º andar do edifício D. Pedro I, anexo à Reitoria, para discutir os detalhes acerca do decreto-lei da carreira, a vigorar a partir do próximo mês.

O mínimo que ganhará um professor universitário de instituição de ensino superior autárquica será de Cr\$ 23.500,62, se tiver regime de trabalho de tempo parcial. Se tiver regime em tempo integral será de Cr\$ 47.001,24. Com dedicação exclusiva, o professor auxiliar (nível inicial) terá Cr\$ 61.100,86. Já um professor titular, no último nível da carreira, e com dedicação exclusiva terá vencimentos de Cr\$ 139.436,26. Mas não terão reajuste semestral.

Diário do Paraná
P-UFPR
Det: 09 12/80 Estado PR

Polônia à URSS

A diretoria e o Conselho de Administração dos Professores da Universidade Federal do Paraná continua em reunião permanente aguardando os resultados de Brasília. Conhecido o teor do decreto presidencial, expedirá um comunicado à classe sobre a sua posição.

As tendências entre o corpo docente da UFPR é de suspender imediatamente a paralisação logo após a revelação dos percentuais de aumento e detalhes do projeto que reestrutura a carreira do magistério superior, desde que as reivindicações da classe sejam atendidas. Sobre os demais itens do movimento nacional, acham muitos professores que os mesmos deverão ser negociados posteriormente.

A respeito das declarações do ministro sobre o "endurecimento" por parte do Ministério, para muitos deles isso não tem fundamento, pois trata-se de movimento reivindicatório e não político. "Somos suficientemente maduros para não nos deixarmos liderar por meia dúzia de esquerdistas cujos objetivos são excusos e querem tumultuar, tentando criar embaraços para o Governo" - disse um professor. Outros criticam alguns membros da comissão que "estão utilizando a greve e os professores para fazer críticas à nossa associação, tentando somar votos para a campanha eleitoral que só terá início em abril do ano que vem acrescentou outro mestre.

DECRETO

O presidente da República deverá assinar hoje o decreto lei que reestrutura a carreira do magistério e ajusta os vencimentos dos professores universitários de autarquias federais de ensino. Por isso mesmo o clima é de intensa expectativa em todas as instituições federais de ensino superior brasileiras que já estão entrando

suas atividades imediatas. Enquanto isso, ontem, na Universidade Federal do Paraná houve diversas reuniões do Comando de Greve para preparação e divulgação da assembléia que acontecerá hoje à noite às 20 horas, qualquer que seja o texto do decreto que será assinado e suas repercussões.

Essa assembléia geral de amanhã (hoje) será necessária porque, com conhecimento do teor do decreto, haverá a decisão de terminar a greve ou continuar o movimento, disse um professor do Comando de Greve. Mesmo - ele continua - de concreto o movimento apenas conseguiu até agora trazer repercussão à vida universitária brasileira, permitindo um maior grau de associativismo entre os professores. Além disso nós já sabemos o que não vamos ganhar. Por exemplo, não vamos obter a aposentadoria integral; não teremos também a licença sabática e os reajustes semestrais e nem teremos concursos internos para professores colaboradores admitidos até 31/12/79 e, nem tampouco para os professores visitantes e estrangeiros. Inclusive haverá o impedimento de renovação dos professores visitantes, antes de decorridos dois anos a contar do término do contrato anterior.

Além do não atendimento das questões acima enumeradas houve duas reivindicações fundamentais e com repercussão e que não serão atendidas. Trata-se do pedido de retorno dos 12% à educação e revogação da Lei 6733 cujos dispositivos impedem a comunidade das fundações universitárias federais de escolherem seus dirigentes.

A culpa é do Governo se estamos ainda em greve, diz um professor salientando que isso se dá ainda, pelo fato do Governo não ter divulgado o texto do projeto e nada dizendo, também, sobre os índices de reajuste.

JORNAL *Tribuna do Paraná*
 P-UFPR
 Data 08. 12/80 Estado PR

Universidade: greve pelo menos até 4?

Na quinta assembleia permanente dos professores da Universidade Federal do Paraná, na semana passada, foi decidido por unanimidade, continuar a greve até pelo menos quarta-feira, quando será discutido o conteúdo do "Pacote da Educação". Uma vez que não foi entregue a comissão nacional de negociação a íntegra do projeto da carreira do magistério e nem informado o índice de reajuste que terá. Sobre o pronunciamento do novo ministro, Rubem Ludwig, os docentes consideram que não foram realizadas as

negociações esperadas.

Os professores consideraram ainda que os dois itens das reivindicações não atendidos ou acenados pelo ministro, como a democracia na escolha dos dirigentes universitários e mais verbas para a educação, implicariam numa melhoria da política educacional. Desta forma, os grevistas reforçaram a necessidade de "permanecerem unidos em nível nacional", e enviaram sugestões ao comando nacional de greve para a continuidade do movimento. O comando geral de greve emitiu nota

de esclarecimento a população e aos estudantes, de que as atividades docentes continuam paralisadas até ser conhecida a íntegra da proposta do ministro. Ludwig, a exemplo do que foi decidido nos outros Estados.

A comissão de atividades do movimento definiu programação para hoje motivar os professores a comparecerem à universidade, não encerrando assim, o movimento como férias. Amanhã, às 16 horas, haverá projeção de três filmes curta metragens, no anfiteatro do 1º andar do

edifício D. Pedro I, ao lado da Retoria, com entrada franca. Os filmes a serem exibidos: "Aluminoso" e "Vitri-ne", de Rui Vezaro, premiado no festival de Gramado, e "Escuro Maravilha", de Fernando Severo, os cineastas paranaenses, estarão presentes à projeção e participarão de debates sobre os filmes depois. Por outro lado a Comissão adiantou que durante a semana haverá outras programações que serão comunicadas hoje.

Proposta de Ludwig não suspende a greve

A greve dos professores da Universidade Federal do Paraná continua, apesar da contraproposta às reivindicações, das universidades brasileiras, apresentada pelo ministro da Educação, general Rubem Ludwig. Foi o que informou ontem o comando de greve da UFP ao explicar que só depois de uma conclusão do resultado, das assembleias estaduais, em todo o Brasil, é que será definida a suspensão ou continuidade da greve. Como isto deve ocorrer apenas na segunda ou terça-feiras, independentemente do resultado da assembleia de ontem à noite da UFP, de avaliação das propostas, o movimento ainda prossegue.

Para o comando geral, entretanto, não há condições de avaliar se a contraproposta é aceitável, "se o índice de reajuste ainda é uma incógnita, a ser conhecida só na próxima terça-feira, assim como as alterações verificadas no projeto da carreira do magistério". Os professores disseram que continuam mobilizados esperando uma resposta mais clara do governo.

"Achamos que devemos evitar um otimismo exagerado, porque mesmo as reivindicações que atenderiam o "Pacote da Educação", não são totalmente conhecidas.

Os professores que estiveram presentes na audiência com o ministro Ludwig qualificaram o encontro de um "show onde o ministro estava mais preocupado em apresentar as propostas à imprensa do que em dialogar com os docentes". Ainda assim, o comando nacional de greve não quis traçar nenhuma determinação às assembleias, orientando apenas para a discussão das propostas. O comando deu prazo até às 20 horas de hoje para todas as 19 universidades federais autárquicas deliberarem sobre as propostas do MEC e encaminharem as conclusões, ao comando, em Brasília. Mesmo considerando a proposta aceitável, os professores devem permanecer em greve até terça ou quarta-feira, até receber comunicado do comando geral, para ter um procedimento unificado em função do resultado global das assembleias.

No caso de não aceitarem a proposta do MEC, os professores deverão encaminhar ao comando geral quais os itens inaceitáveis e especificar quais teriam que ser atendidos para suspender a greve. Na próxima segunda ou terça-feiras as assembleias deverão se reunir para tomar conhecimento e deliberar sobre a conclusão do comando nacional.

Reitor prefere não opinar

O reitor Ocyron Cunha, da UFP, reuniu ontem todos os diretores de setor, chefes de departamento e coordenadores de curso para comunicar o resultado da audiência do ministro da Educação com as docentes e reitores. Ele não quis opinar sobre a contraproposta às reivindicações dos professores justificando que cabe aos docentes realizarem suas assembleias para avaliação. Apesar das alterações em relação ao projeto da carreira do magistério discutido pela comunidade acadêmica, Ocyron Cunha entende que o importante "é que teremos carreira especial ao magistério e reajuste especial".

De acordo com o reitor, será aguardada decisão da assembleia para proceder complementação do calendário escolar, o que será necessário em função da não efetivação de exames. "Antes de qualquer decisão não vamos tomar nenhuma iniciativa" — definiu. Ele lembrou que para apressar a implantação da carreira, o governo decidiu aprovar o projeto através de decreto do presidente da República, no mesmo decreto-lei de reajuste salarial de janeiro próximo, criando as novas categorias.

CATEGORIAS EXTINTAS

Pela carreira passarão a existir as categorias de professor auxiliar, assistente, adjunto e titular, extinguindo-se a figura do colaborador e auxiliar de ensino. Ambas as categorias serão enquadradas como assistente segundo nível da carreira, enquanto o projeto previa enquadramento no nível inicial. Conforme Ocyron Cunha, a carreira prevê que os professores que, até 31

de dezembro de 1979, estavam nessas duas categorias extintas, passarão a ocupar a nova categoria através de concurso interno.

Na Universidade Federal do Paraná, 30 por cento dos professores são enquadrados como colaboradores e auxiliares de ensino. Até seis meses a partir de janeiro, quando será implantada a carreira, as universidades terão que fazer a seleção para enquadramento desses docentes, mas a vantagem financeira será retroativa a janeiro de 81. Atualmente, para prestar concurso para professor assistente, mesmo o auxiliar, tem que cursar mestrado, e assim abre uma brecha, "é uma compensação pelo sacrifício desses docentes" — frisou o reitor.

Não foram aceitos do projeto da comunidade universitária o ano sabático (que é a concessão de seis meses de licença após sete anos de trabalho). Esse período é reivindicado pelos docentes para que possam fazer cursos de aperfeiçoamento e atualização da área que lecionam e pesquisam. Também não foi aceita aposentadoria pela CLT com complementação proporcional do tempo de serviço. Quanto a mais verbas para a educação, o ministro disse que é preocupação permanente do presidente, "tanto que, do excesso de arrecadação da Loteria Esportiva, Cr\$ 7 bilhões e 600 mil foram destinados à educação" — observou Ocyron Cunha. Não foram atendidos ainda os reajustes semestrais, e revogação da lei que tira o poder da comunidade universitária para eleger seus dirigentes.

36

JORNAL: <i>Aduna do Paraná</i>
<i>P. J. F. R.</i>
Data: <i>06/12/80</i> Estado <i>PR</i>

Prossegue a greve na UFP

A greve dos professores da Universidade Federal do Paraná continua, apesar da contraproposta às reivindicações, das universidades brasileiras, apresentada pelo ministro da Educação, general Rubem Ludwig. Foi o que informou ontem o comando de greve da UFP ao explicar que só depois de uma conclusão do resultado, das assembleias estaduais, em todo o Brasil, é que será definida a suspensão ou continuidade da greve. Como isto deve ocorrer apenas na segunda ou terça-feiras, independentemente do resultado da assembleia de ontem à noite da UFP, de avaliação das propostas, o movimento ainda prossegue.

Para o comando geral, entretanto, não há condições de avaliar se a contraproposta é aceitável, "se o índice de reajuste ainda é uma incógnita, a ser conhecida só na próxima terça-feira, assim como as alterações verificadas no projeto da carreira do magistério". Os professores disseram que continuam mobilizados esperando uma resposta mais clara do governo. "Achamos que devemos evitar um otimismo exagerado, porque mesmo as reivindicações que atenderiam o "Pacote da Educação", não são totalmente conhecidas.

Os professores que estiveram presentes na audiência com o ministro Ludwig qualificaram o encontro de um "show onde o ministro estava mais preocupado em apresentar as propostas à imprensa do que em dialogar com os docentes". Ainda assim, o comando nacional de greve não quis traçar nenhuma determinação às assembleias, orientando apenas para a discussão das propostas. O comando deu prazo até às 20 horas de hoje para todas as 19 universidades federais autárquicas deliberarem sobre as propostas do MEC e encaminharem as conclusões, ao comando, em Brasília. Mesmo considerando a proposta aceitável, os professores devem permanecer em greve até terça ou quarta-feira, até receber comunicado do comando geral, para ter um procedimento unificado em função do resultado global das assembleias.

No caso de não aceitarem a proposta do MEC, os professores deverão encaminhar ao comando geral quais os itens inaceitáveis e especificar quais teriam que ser atendidos para suspender a greve. Na próxima segunda ou terça-feiras as assembleias deverão se reunir para tomar conhecimento e deliberar sobre a conclusão do comando nacional.

Paralisação dos mestres ameaça os estrangeiros

O dia de ontem foi marcado por forte expectativa entre os professores da Universidade Federal do Paraná, reunidos na sala do comando geral de greve que funciona no Setor de Educação. Como se pôde sentir pelas manifestações dos presentes, eles estão otimistas quanto aos resultados das negociações iniciadas com o novo ministro da Educação, Rubem Ludwig, que manteve ontem às 18 horas reunião com o comando nacional de negociação do magistério.

O índice de paralisação em todos os setores da Universidade também permanece o mesmo, ou seja, ele agora é total. Isso foi confirmado durante reunião de avaliação do movimento que aconteceu ontem, na parte da manhã, quando foram estabelecidas as comissões setoriais que irão continuar o trabalho de mobilização da classe.

Dentro do panorama geral da greve, porém, mesmo com todas as manifestações de apoio por parte dos estudantes, inclusive formandos que se dispõem a apenas fazer uma cerimônia simbólica e depois pegarem os diplomas no gabinete do reitor, alguns problemas já estão surgindo com os formandos estrangeiros, que têm os prazos de permanência dentro do país se esgotando.

SITUAÇÃO AFLITIVA

Segundo o pró-reitor de Ensino e Pesquisa, Eurico Back, a situação desses estudantes estrangeiros que são formandos este ano é aflitiva, pois muitos deles já estão com os vistos de permanência vencendo nos próximos dias e se a situação não se normalizar terão sérios problemas.

Ainda ontem, durante encontro com o pró-reitor de Assuntos Comunitários, professor Celso de Deus, o pró-reitor de Ensino e Pesquisas discutia como poderia ser resolvida a questão. Para os formandos que não dependem de exames finais a sugestão que está sendo dada é para que eles viajem para os países de origem e deixem alguém encarregado de receber e enviar-lhes o diploma.

Para aqueles que ainda dependem de exames finais é que o problema se torna mais sério, pois não teriam como deixar o país antes de realizá-los. Como explica Eurico Back, se o impasse dos professores for resolvido ainda esta semana, haverá tempo hábil para que estes façam as provas e deixem o país, encarregando alguém de receber o diploma. Mas, se o movimento paredista ainda persistir na próxima semana, eles estão complicados, diz o pró-reitor.

A revalidação do visto de permanência no país está além das possibilidades financeiras de muitos estudantes estrangeiros, principalmente daqueles que vêm de países como a Nicarágua e El Salvador. Pela situação crítica em que estes se encontram, tem sido difícil para estes estudantes receber dinheiro de seus familiares que estão lá. Assim, eles estão com problemas de como se manter e ainda mais de revalidar o visto de permanência no Brasil. Outro detalhe importante nessa questão é que os estrangeiros não podem ter empregos aqui e quando conseguem um estágio remunerado, geralmente os proventos são tão baixos que mal dá para a locomoção dentro da cidade mesmo.

Segundo Eurico Back, a Pró-Reitoria estará pensando em uma forma de resolver os problemas, mas ele continua firme em uma posição que tem mantido desde o início da greve — de que os exames finais e rematrícula dos alunos deveriam ser feitos antes, justamente para evitar tais problemas sociais.

Quanto aos prazos de rematrícula e de exames de recuperação, eles ainda continuam válidos, segundo o pró-reitor.

Ele explica que se a situação se normalizar no início da semana, será possível fazer a rematrícula até o dia 18. Para aqueles que terão que fazer exames de recuperação, o prazo será maior, pois como as provas se farão no período de 7 a 15 de janeiro, somente após elas será feita a rematrícula. Mas Eurico Back adianta que se o movimento persistir os prazos serão prorrogados, pois os alunos não podem ser prejudicados.

LEILÃO E CONFERÊNCIA

Enquanto isso os professores da UFP mantêm-se permanentemente preocupados com a mobilização e com as discussões em torno das questões da educação. Com a finalidade de promover este debate ocorrerá hoje, no anfiteatro do Edifício D. Pedro I, às 14 horas, conferência sobre a Democratização da Universidade feita pelo professor Laurindo Leal Filho, ex-presidente da APROPUC-SP.

Por outro lado, com o propósito de arrecadar fundos para a greve, o comando estará realizando na próxima semana um leilão. Para serem leiloados já existem 10 quadros doados por artistas paranaenses como Alvaro Borges, Sciliar, João Osório Brzezinski e Rubens Esmanhoto.

Em comunicado à classe associação se posiciona

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná que participa do movimento de paralisação das atividades docentes daquela Instituição de ensino, em comunicado à classe se reporta às decisões que a levaram a apoiar o movimento e - em diversos itens - detalha a sua posição frente o mesmo.

O comunicado da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, assinada pelo seu presidente, Osvaldo Chizuo Iwamoto, tem o seguinte teor:

"A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, por sua Diretoria e Conselho Deliberativo reunidos em caráter permanente, resolveu por unanimidade participar da paralisação das atividades docentes em apoio ao movimento às justas reivindicações dos professores universitários do Brasil:

48% do abono, a contar de março passado;

- Mais verbas para a educação;
- Envio imediato do Projeto de Reestruturação da Carreira do Magistério, na forma elaborada pelo MEC, ao Congresso nacional;

- Revogação da Lei nº 6.733, que retira da comunidade universitária os poderes para escolher os seus dirigentes.

Esta decisão coletiva foi tomada no dia 28 de novembro do corrente, pois entenderam os membros da Associação, eleitos democraticamente pela Classe, que ficaram esgotados todos os recursos de diálogo e entendimentos entre as Associações de Docentes, Conselho de Reitores e a alta Administração do Ministério da Educação e Cultura.

Lembramos aos Senhores Professores da U. F. PR. que:

1. - No dia 25 de outubro de 1979, em Assembléia Geral Extraordinária, a comunidade Docente apresentou sugestões para o Projeto de Reestruturação da Carreira do magistério Superior, que foi publicado no Boletim nº 1 da APUFPR.

2. - A APUFPR, em data de 26/11/79 esteve presente na reunião convocada pelo MEC e realizada em Porto Alegre.

3. - Em 11/06/80 foi a única Associação de Professores do País a encaminhar documento às autoridades da República, o qual declarava:

3.1. - Grande insatisfação entre os professores devido a morosidade do Projeto de Reestruturação da Carreira do magistério Superior.

3.2. - Incisivos apelos para o envio daquele projeto ao Congresso nacional.

3.3. - O desnível entre vencimentos pagos a professores de Autarquias Federais e Fundações.

3.4. - Urgente pronunciamento do Governo Federal quanto ao atendimento de nossos anseios e não apenas promessas vagas.

4. - Em 05/07/80 a APUFPR esteve presente ao Encontro de Associações de Docentes que se realizou em Florianópolis, onde foi apresentada o substitutivo

pelo DASP que reestrutura a carreira, com o qual não concordou.

5. - Em 07/07/80 a APUFPR esteve presente na Reunião das Associações de Docentes do País que se realizou no Rio de Janeiro onde se discutiu as reivindicações da Classe de antigo conhecimento do MEC.

6. - Em 16/09/80 a APUFPR em Assembléia Geral Extraordinária convocada por sua Diretoria resolveu apoiar integralmente, por unanimidade, o Documento do Conselho de Reitores, até hoje não atendido.

7. - Em 06/10/80 a APUFPR esteve presente ao Encontro Nacional de Docentes realizado em Goiânia, onde se pretendeu continuar a luta que realizava a Classe desde o ano passado.

8. - A presidência da APUFPR de 25 a 28/11/80 manteve diversos contatos em Brasília com autoridades do Poder Executivo e Legislativo, e como recurso extremo tentou trazer uma definição concreta de nossas reivindicações. Após sentirmos que todos os esforços foram esgotados e que o Senhor Ministro Eduardo Portella criou uma expectativa de impasse e que não poderia cumprir com o que prometera, resolvemos hipotecar nosso irrestrito apoio as justas e legítimas reivindicações e reclamos do movimento que eclodira na Universidade Federal do Paraná. Nosso apelo aos professores é no sentido de que esta paralisação se processe em clima de ordem, sem dissensões ou posições mesquinhas e sem ataques pessoais firme e despendida do professorado. O corpo docente e a comunidade paranaense, entendendo nossa situação de desespero, saberão compreender porque estamos lutando e a legitimidade de nossa causa".

PAINEL

A greve educando o educador, frase que está servindo de slogan para os professores da Universidade Federal do Paraná, demonstrou ter muito acerto, ontem, quando num painel de debates conseguiu-se levar ao anfiteatro do 1º andar do Edifício D. Pedro I, um expressivo número de professores de todas as áreas de ensino daquela Instituição.

No painel foram discutidos problemas como: a função política do educador; educação e universidade; a função do saber; o que é a universidade; problemas do professor e do aluno e problemas curriculares.

PROPOSTAS

Na assembléia geral que está marcada para hoje, às 20 horas, também no anfiteatro do Edifício D. Pedro I haverá uma avaliação do movimento paredista no Paraná, com relatos das diversas comissões que estruturam o movimento e sobre as novas medidas a serem postas em prática.

JORNAL: *Veisuma da Parana*
 P- UFP
 Data: 04/12/80

Greve: solução pode vir hoje de Brasília

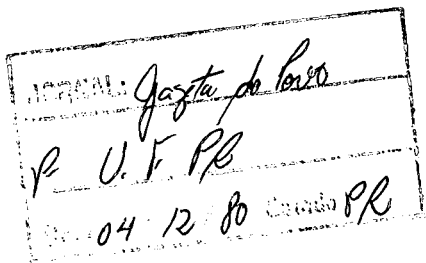
A Universidade Federal do Paraná estará representada hoje na audiência que a comissão nacional de negociação do Magistério manterá, em Brasília, com o ministro da Educação, general Rubem Ludwig, pelo professor Emmanuel Appel, eleito delegado dos professores da UFP. Os professores têm a expectativa de que sejam apresentadas propostas que venham atender suas reivindicações. Enquanto isto, a paralisação é total na UFP, com a adesão dos dois últimos departamentos onde haviam professores relutantes em aderir ao movimento nacional dos docentes das universidades federais autárquicas.

Os professores já marcaram nova assembleia para hoje às 20 horas, no anfiteatro do 1º andar do Edifício D. Pedro II, anexo à Reitoria, justamente para discutir o resultado das negociações em Brasília. Apesar da paralisação já ultrapassar uma semana, os 160 formandos de Medicina cuja solenidade de formatura está prevista para o próximo dia 11, não estão preocupados. Eles pretendem fazer uma cerimônia de colação de grau simbólica, pois os convites já foram entregues, e depois pegarem os diplomas no gabinete do reitor, quando a situação se resolver. Eles apoiam o movimento e até pretendem convidar

representantes do comando para discursar na cerimônia.

Amanhã às 9 horas, na sala do comando geral da greve, no setor de Educação, a comissão de atividades reunirá todos os docentes interessados em participar da programação de atividades para a próxima semana. Ontem à tarde houve um debate sobre "o papel do docente na educação", coordenado por professores do setor de Educação. E amanhã está previsto debate sobre "universidade e democracia", coordenado por professores da PUC de São Paulo. Os demais temas definidos para as mesas redondas, a fim de motivar o professor a comparecer à universidade durante a greve, são política do ensino, a questão dos currículos, sistema de créditos, atribuições dos colegiados, problemas didáticos, ensino pago e representação docente e discente.

A crise da Associação dos Professores da UFP que se omitiu no início do movimento, aderindo posteriormente, já redundou no pedido de demissão de um de seus diretores. Marcus Eduardo Klüppel, diretor cultural não quis explicar sua renúncia ao cargo antes de avisar os demais diretores e conselheiros, observando apenas que houve "alta traição do presidente da entidade com a diretoria cultural".



Professores da UP têm seu delegado

O Comando Geral da Greve dos Professores da UFPr elegeu na tarde de ontem o delegado da Assembleia Permanente dos professores da instituição. Trata-se do Professor Emanuel José Appel, do Setor de Ciências Humanas, que seguiu ontem mesmo a Brasília, onde estará se incorporando à Comissão da Coordenadoria Nacional das Associações Docentes, que se reunirá hoje com o Ministro da Educação, Rubem Ludwig, visando o equacionamento do problema que envolve toda a comunidade universitária brasileira.

Ao que tudo indica, dadas as disposições, tanto do Governo Federal, como da Coordenadoria Nacional das Associações Docentes, órgão credenciado pelos professores para defesa dos interesses da classe, é possível que ainda esta semana venha a ser encontrada uma solução, pois desde ontem os reitores das Universidades brasileiras se encontram em Brasília em contato com autoridades do MEC.

DECISÃO DAS BASES

Segundo afirma o Professor Carlos Roberto, do Comando da Greve na UFPr, a coesão do movimento em todo o país atingiu proporções gigantescas nos últimos dias, quando praticamente a totalidade do ensino superior em autarquias e órgãos federais paralizou suas atividades.

Esta união dos professores em torno do objetivo comum de melhoria do padrão salarial, aliado a melhores condições globais para o ensino no país, tem permitido, conforme acrescenta Carlos Roberto, uma consulta direta dos líderes do movimento às suas bases, ou sejam as assembleias gerais permanentes realizadas em cada um dos órgãos paralisados. Assim sendo, qualquer que seja a decisão ou proposta do Ministério da Educação, na reunião de hoje, os pontos básicos serão levados em discussão às assembleias que deverão transcorrer na noite de hoje, em todos os estabelecimentos que aderiram ao movimento, pois é justamente nas bases, entendem os professores, que se encontra o poder de decisão, sendo que somente a elas, caberá, diante das contra-propostas governamentais, decretar o término ou não da greve.

JORNAL: <i>Diário do Paraná</i>
P. <i>J.F.R.</i>
Data <i>03/12/80</i> Estado <i>PR</i>

Professores debatendo seu papel na educação

Hoje às quinze horas, no anfiteatro do 1º andar do edifício D. Pedro I, haverá um debate sobre, "o papel do docente na educação", com os professores do setor da Educação.

Além desse debate de hoje, haverá nos dias subsequentes, a partir das 17 horas, discussões nos anfiteatros do Setor de Educação e de Ciências Humanas sobre, "Política do ensino", "Universidade e democracia", "A questão dos currículos", "Sistema de créditos", "Atribuições dos colegiados", "Problemas didáticos", "Representação docente e discente" e "Ensino pago". É bem possível, que para essas discussões, o comparecimento do professor Paulo Freire.

Para que o bom andamento dos trabalhos prossiga, a Associação dos Professores da UFPR colocou à disposição do Comando Geral da Greve, a sua sede e recursos financeiros.

ASSEMBLÉIA

A próxima assembléia, para se ver a atual posição da classe está marcada para amanhã, às 20 horas, quando a renegociação será reiniciada pelo Comando Nacional do Movimento Grevista, com o novo ministro Rubem Ludwig. Para todos os efeitos, qualquer reivindicação só será aceita através do Comando Nacional que é o único interlocutor com o Governo Nacional.

ASSEMBLÉIA PERMANENTE

Desde segunda-feira passada, em assembléia permanente, o corpo docente da UFPR aclamou a proposta do Comando Nacional, que indica o seguinte: a) Qualquer tipo de proposta proveniente do Governo, deverá ser confirmada pelo Comando Nacional; b) Confirmada a proposta o Comando Nacional a remeterá aos Comandos Regionais para que levem às Assembléias para discussão e apontamento de delegado ao Comando Nacional c) O Comando Nacional apresenta a cada assembléia o estado da negociação e uma vez em assembléia, o Comando nacional fará as negociações finais.

COMO ESTÁ

Desde o dia vinte e seis de novembro, professores da UFPR, reunidos em assembléia, decidiram paralisar por tempo indeterminado

as atilidades de docência e pesquisa, aderindo ao Movimento Nacional de Paralisação, que envolve mais de 20 instituições de ensino superior autárquicas e isoladas e cerca de 35.000 docentes.

Na UFPR, depois de feito um balanço da paralisação, pelo Comando Geral da Greve e as Comissões de Ética, Finanças, Adesão, Mobilização Externa, Atividades, Jurídica, Imprensa e divulgação, chegou-se a seguinte conclusão:

- 1 - Quatro setores encontram-se totalmente paralisados: Agrárias, Biológicas, Ciências Humanas, Letras e Artes e Educação.
- 2 - Dois setores paralisaram parcialmente suas atividades: Saúde e Tecnológicas. Em ambos, vários departamentos aderiram por completo ao movimento, como Ginecologia e Obstetria, Clínica Médica, Farmácia, Arquitetura, Geologia.

3 - Nos outros dois setores da universidade, Exatas e Ciências Sociais e Aplicadas, não houve paralisação total dos departamentos, mas foi numerosa a adesão voluntária de professores, que estão participando das comissões setoriais de adesão.

NACIONAL

Em todo o Brasil, estão em greve por tempo indeterminado, todas as universidades autárquicas federais: Goiás, Minas Gerais, Juiz de Fora, Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rural do Rio de Janeiro, Federal do Rio de Janeiro, Fluminense, Espírito Santo, Santa Catarina, Santa Maria, Rio Grande do Sul e Paraná.

O Comando Executivo Nacional do Movimento Grevista, sediado em Goiânia, em comunicado divulgado informa que "a greve dos professores universitários continua em todo o Brasil. Nossas reivindicações são justas e legitimadas pelo conjunto da sociedade brasileira. Afirmamos a disposição permanente dos docentes para o diálogo com o Governo. No momento não muda muita coisa com a queda do ministro da Educação, Eduardo Portela, porque nossa negociação é com o Governo, que é nosso único interlocutor".

• RESTAURANTES •

Rebu abriu o piquete

Os piquetes continuam nos restaurantes universitários e o reitor explica sua posição. Ontem houve tentativas de agressão.



DONO DO RESTAURANTE
Tentou agredir o fotógrafo mas foi impedido.

Com tentativas de agressão aos manifestantes, reiniciu ontem o piquete em frente ao restaurante universitário da UFPR, impedindo os demais estudantes de fazer suas refeições no local. A mobilização que já atinge semanas, visa impedir que o RU continue nas mãos dos arrendatários e passe a ser administrado pela reitoria conforme tinha sido decidido em março deste ano numa reunião dos representantes dos DAs com o reitor Ocyron Cunha.

A provocação, segundo os estudantes começou por parte da administração, quando o arrendatário chamou os funcionários para impedir o piquete.

Para o diretor do DCE-livre da UFPR, Mario Bacelar Filho, a tentativa de agressão iniciou quando o arrendatário notou que a maioria dos estudantes que para ali se dirigiam apoiava a manifestação dos estudantes, não fazendo refeição no local.

Ele diz que "o movimento é pacífico e a atitude do arrendatário vem provar mais uma vez a falta de diálogo - com os estudantes. O que estamos fazendo é tentar persuadir, sem nem uma violência, mostrando ao estudante as vantagens que ele terá se a reitoria assumir o RU".

Mário observa outra irregularidade, que segundo ele vem ocorrendo com relação a renovação dos cartões de refeição: "O contrato do arrendatário com a reitoria para administrar o restaurante, teve seu prazo expirado dia 30 de novembro, e até as 11h., daquele dia não tinha sido renovado, nem decidido se seria possível sua renovação. Isso não impediu no entanto que a administração renovasse os cartões de refeição para o mês de dezembro, o que é ilegal e evidencia a tentativa de lezar os universitários".

Ele prossegue dizendo que "algo estranho está acontecendo, uma vez que a reitoria garantiu tacitamente que assumiria a administração do RU quando vencesse o con-

trato". Quanto ao prejuízo que o arrendatário diz estar tendo com o impedimento dos acadêmicos de almoçarem no local, ele diz que "é um problema que deve ser tratado com a reitoria e não com os estudantes. O que nós pretendemos é apenas que o reitor cumpra sua palavra, pois nosso movimento é justo uma vez que os subsídios dados ao restaurante vem da reitoria que paga ao arrendatário as despesas de água e luz, e ainda fornece o óleo das caldeiras. Esse dinheiro é parte dos impostos pagos pelo povo que em vez de reverter em seu nome, está sendo usado para favorecer financeiramente um particular".

Mario salienta ainda as vantagens do restaurante administrado pela reitoria: "O dinheiro que sobra do lucro que hoje esse restaurante auferire nas mãos de particulares, seria investido no próprio restaurante, baixando o preço da comida do RU. Daria ainda para manter um nutricionista no local, para fiscalizar a qualidade da refeição que é servida aos estudantes".

Na versão do arrendatário do estabelecimento, Rui Edson Carrano, que na confusão tentou agredir o repórter fotográfico deste Correio, mas foi impedido pelos manifestantes, a sua atitude foi resultado dos piquetes: "Os estudantes impediam pela força os que queriam fazer refeições. Daí eu chamei meus funcionários para impedir o piquete, uma vez que pedimos auxílio para polícia e ela não nos atendeu. Eles chegaram até a rasgar minha roupa. O que nós queremos é que o contrato, renovado por mais dois meses (até janeiro de 1980) seja cumprido. A partir do vencimento do contrato nossa empresa não renovará mais".

Dizendo ter sido "desautorado pelos estudantes", ele se defende das críticas feitas pelos manifestantes com relação a renovação dos cartões de refeição: salientando que isso seria ilegal. "No entanto, agora com a renovação do contrato eles poderão ser efetuados".

Quanto aos subsídios que a empresa recebe da reitoria para administrar o restaurante, Carrano se defende argumentado: "eu pago ICM, eles não".

Mesmo com todo o tumulto criado, e com alguns dos acadêmicos fazendo suas refeições, o piquete continuou até o fim do expediente, ganhando adesões de vários estudantes.

O reitor Ocyron Cunha distribuiu ontem um documento com o seguinte teor:

O Conselho Administrativo da UFP, em reunião realizada no dia 30 de novembro, com o voto contrário dos representantes do Corpo Discente, aprovou o parecer da conselheira Cecília Maria Westphalen, que renova o contrato com o atual arrendatário do restaurante universitário, Rui Edson Carrano & Cia., por mais dois meses.

O parecer aprovado pela renovação do contrato, por mais dois meses, não corresponde com a proposta do locatário que queria a renovação por 3 anos face ao financiamento que pleiteia junto à Caixa Econômica Federal.

A proposta foi recusada pela reitoria da UFP por estar "em fase adiantada nos estudos para a construção e implantação de um restaurante central universitário no Campus do Jardim das Américas" segundo o parecer, que funcionará como centro distribuidor das "refeições térmicas preparadas segundo critérios dietéticos de excelência".

A reitoria, em reunião com o Corpo Discente da UFP, no dia 28 de novembro esclareceu os motivos que a impossibilita de assumir a administração do restaurante dentre os quais consta que "o orçamento da UFP de 1979, cuja proposta não consta a atividade de manutenção de restaurante" impossibilita a "alocação de recursos por crédito suplementar".

PT 2356-268

41

1970 Gazeta do Povo
P- U. F. PR
22.12.80 PR

Governo apresenta propostas para professores da Federal

A mobilização dos professores através de palestras, conferências e debates para que estes aproveitem o tempo livre e apresentem alternativas para os questionamentos que hoje atingem a classe e a própria educação brasileira, tem sido uma das principais preocupações do Comando da Greve dos Professores da UFPR, que ontem atingiu praticamente a totalidade dos departamentos da entidade.

Contando com uma adesão quase absoluta, pois com exceção de alguns professores que desconheciam a situação de paralisação de todo o ensino superior no Brasil, no que diz respeito às entidades, autarquias e federais, a grande maioria já havia suspenso as aulas na semana passada, o Comando Geral da Greve começa agora atuar de forma menos didática, passando aos debates políticos, no compasso de espera às decisões que se desenvolvem no âmbito federal.

EXPECTATIVA

Segundo o Boletim n.º 2, divulgado ontem pelo Comando de Greve, já existem algumas contrapropostas do Governo Federal à situação, quais sejam: reajustes semestrais e diferenciados a partir de julho do próximo ano; envio do anteprojeto de carreira ao Congresso, provavelmente após o recesso parlamentar, com alterações em pontos considerados inegociáveis pela classe.

Estas contrapropostas, formuladas ainda pelo Ministro Eduar do Portela, embora sem nenhuma referência a Lei 6.733, que impede de aos professores de escolherem democraticamente, em eleições diretas, os seus próprios dirigentes, de acordo com os integrantes do Comando de Greve, serão novamente abordadas a partir de amanhã, quarta-feira, para quando está sendo aguardada a reabertura do diálogo entre a Coordenadoria Nacional das Associações Docentes, e o novo Ministro da Educação.

"Até agora - afirma um dos membros da Comissão de Divulgação - a situação tem se apresentado inalterável, porém o nosso trabalho continua em torno da manutenção do movimento grevista, pois a repercussão nacional da nossa greve, a primeira na história da mais antiga universidade brasileira, foi grande e o fato de termos aderido ao movimento, mesmo com a queda de um Ministro tido como liberal, trouxe novo ânimo em todo o país, fortalecendo e dando-lhe uma característica histórica, pois somos a primeira categoria de trabalhadores a fazer uma greve nacional".

Por outro lado, acrescentam os mentores do movimento na UFPR, continua intenso o trabalho da Comissão de Finanças, pois a arrecadação de recursos para o estabelecimento de um Fundo de Greve, tem se apresentado como preponderante.

JORNAL O Est. do Paraná
P. V. F. R.
03 12/80

Bastidores da greve

- É esperada para hoje uma solução, a nível nacional, para a greve dos professores das universidades federais. Enquanto o fim do movimento paredista não acontece, os docentes, aqui, vão deixando bem evidentes certas decisões na categoria. Segunda-feira à tarde, por exemplo, reunião convocada pelo reitor Ocyron Cunha, com a presença de diretores, coordenadores e chefes, debateu ângulos da greve. O vice-presidente da Associação dos Professores da UFPr, o médico Francisco Moraes da Silva, disse que jamais ofereceu apoio ao movimento paredista, em nome da instituição. Houve bate-boca, com os inevitáveis "disse-me-disse" e professores apontando entrevista em jornal como testemunha.

- À parte apoios ou vetos à greve, uma coisa ficou decidida,

com o reitor e seu pessoal de confiança direta: não haverá punição dos professores em greve. Pelo menos como orientação da UFPr. A proposta foi do professor de Direito Alcidez Munhoz Neto. Cada área resolverá, com autonomia, problemas decorrentes da greve, como a ampliação do calendário escolar, formaturas, férias, etc.

•••

- Mas observadores abalizados do meio docente estão admitindo que a greve podera se estender mesmo depois do atendimento das reivindicações salariais. Há quem diga que o comando da greve já começa a falar em novas teses, para justificar a ampliação da parede. Entre elas, tentaria agora conseguir eleição direta para reitores. Tempo de abertura...

Em greve, professor debate seus problemas

A paralisação na Universidade Federal do Paraná atinge 56 dos 58 departamentos, pois só os de administração geral e aplicada e contabilidade ainda não aderiram ao movimento nacional do magistério. Esta a informação do comando geral de greve que está programando diversas atividades para manter os professores unidos em torno de suas reivindicações. Além de conferências e mesas redondas sobre problemas da Universidade para motivar os grevistas, estão sendo desenvolvidas campanhas para arrecadar recursos para o fundo de greve. Hoje estarão a venda literatura de cordel e o boletim Samba da Greve.

Na última assembleia dos docentes realizada anteontem à noite, foi referendada a estratégia do comando nacional de greve do sentido de que qualquer contraproposta às suas reivindicações só deve ser considerada após confirmação do comando, quando então deverão ser apreciadas em assembleia. Um representante do comando nacional que participou da assembleia reafirmou a coesão e firmeza do movimento a nível nacional. Os dirigentes da Associação dos Professores da UFPr

que participaram da assembleia foram bastante criticados. O plenário considerou que a entidade "deve permanecer a margem do movimento, e que sua única tarefa agora seria convocar novas eleições e fazer prestação pública de contas".

As comissões mais atarefadas do movimento são as de Finanças e Atividades que estão elaborando programação para levar a greve até que sejam atendidas as reivindicações de abono de 48 por cento retroativo a março; mais verbas para a educação, envio do projeto de reestruturação da carreira do magistério ao Congresso Nacional, e revogação da lei 6733, que retira da comunidade universitária os poderes para escolhã de dirigentes.

FORMANDOS APÓIAM

Os professores, que estão há oito dias paralisados, acreditam que apesar de não terem sido tomadas medidas administrativas para cancelamento de formaturas, isto ocorrerá naturalmente, uma vez que a maioria dos professores nem havia entregue as notas finais. Uma das primeiras formaturas previstas é de Medicina, cujos 160 formandos enviaram moção de solidariedade aos professores no início do movimento.

413

JORNAL: *Avulso de Curitiba*
R. *V.F.R.*
Data *02/12/80* Estado *PR*

Professores debatendo os problemas da classe

"A fase mais importante do nosso movimento começa agora. Precisamos aproveitar o período de férias para discutir os problemas que nos levaram a deflagrá-lo" disse um professor que faz parte do Comando de Greve, sob o atual estágio do movimento de que paralisa, hoje, todos os setores de ensino e pesquisa da Universidade Federal do Paraná.

Visando essa discussão houve uma assembléia geral de todos os professores daquela instituição no anfiteatro do 1º andar do Edifício D. Pedro I ontem às 20 horas e que contou com a presença de um representante nacional do movimento, que fez uma avaliação de como está o movimento em nível nacional e ainda um relato, também, de como andam os contatos com escalões superiores em Brasília. Também houve uma série de relatórios das diversas comissões do movimento paredista, que foram lidas durante a assembléia.

Com a adesão da Universidade Federal do Paraná ao movimento nacional de paralisação pela efetivação do anteprojeto de reestruturação do magistério, são 19 unidades autárquicas de ensino superior brasileiras, contando mais de 35 mil mestres completamente paralisadas.

Uma das decisões tomadas ontem foi com respeito a organização dos subcomandos setoriais para garantir a continuidade do movimento. Esses subcomandos visam principalmente levar à comunidade, através do contato direto e pessoal, as razões do movimento, pretendendo a cada vez mais a formação de uma opinião pública favorável e a uma tomada de posição clara frente ao mesmo, conforme explicou ontem professor. Segundo esse mesmo professor é importante despertar na comunidade o interesse pela discussão a respeito da função social da universidade.

Outra decisão muito importante tomada ontem foi com relação à efetiva mobilização das Comissões de Finanças, Atividades e Mobilização Externa para garantir, efetivamente, o mínimo de infra-estrutura ao movimento paredista.

Para arrecadar fundos, houve um show do conjunto Tarancón, no sábado, que conseguiu um montante de 19.300 cruzeiros e, estão sendo coletados discos, livros, posters e peças diversas para serem posteriormente leiloados ou rifados. Também alguns filmes estão sendo exibidos com a mesma intenção.

Não sabemos fazer greves - dizem os professores - mas estamos aprendendo. E nesse aprendizado, já entrando em sua segunda semana de paralisação, os professores conseguiram que toda a ativi-

dade de docência na Universidade Federal ficassem paralisadas, funcionando apenas os setores de administração.

Muitos telegramas, cartas e telefonemas de apoio continuam chegando ao Comando de Greve. Ontem, havia as moções de apoio do Partido Popular, Partido do Trabalhador; PMDB, comissões regionais; Comissão Pró-entidade Nacional de Trabalhadores em Educação, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Centro Acadêmico de Engenharia Florestal, Associação Brasileira de Estudantes de Engenharia Florestal, Grêmio de Engenharia Cartográfica, Diretório Acadêmico dos Setor de Ciências Agrárias DASCA; Centro de Estudos de Economia - Cecon; Diretório Acadêmico Visconde de Mauá; e Centro Acadêmico Hugo Simas.

POSIÇÃO

Com a decisão da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná em não realizar plebiscito que havia sido marcado para ontem, e apoiar o movimento, ficou caracterizada a adesão da totalidade dos professores ao movimento paredista.

Ouvido ontem à tarde, o reitor Ocyron Cunha disse que fez o possível para que essa situação não se efetivasse. Mas - como ele frisou - a Associação é soberana e tem sua existência própria prevista em estatutos, então sua decisão tem que ser acatada.

Paralelamente a isso, Ocyron Cunha relatou que nos seus contatos em Brasília, com Nelson Marchezan e Jarbas Passarinho havia tido acenos favoráveis a uma nova carreira do magistério. Mas com a saída do ministro Portela do Ministério da Educação a situação ficou num impasse.

"... esse o clima que impera em nossa universidade", disse Ocyron Cunha.

VESTIBULAR

Sobre o Vestibular 81, cujas datas de realização já estão marcadas, Ocyron Cunha disse que espera uma portaria ministerial definindo quais as normas a serem seguidas, mudanças ou outras soluções, "porque os alunos e os pais de meus alunos precisam saber o que vai acontecer", finalizou Ocyron Cunha.

Com relação ao Vestibular, os professores, através do seu Comando de Greve lançaram boletim aos estudantes da Universidade Federal do Paraná explicando - especialmente aos formandos - que os possíveis atrasos na conclusão do ano letivo, ocorridos pela não realização das provas ou pela retenção das notas, serão imediatamente compensadas, tão logo o governo atenda as reivindicações dos professores.

Tribuna do Paraná

P. VFR

01.12.80

RR

Federal sem o plebiscito

Foi cancelado o plebiscito previsto para hoje na Universidade Federal do Paraná porque a Associação dos Professores - APUPF reconheceu a legitimidade e aderiu à greve já em andamento. Os representantes da associação, que participaram da assembléia geral de sexta-feira à noite, e que se encerrou às primeiras horas de sábado, reconheceram o comando geral de greve como legítimo interlocutor dos professores. A APUPF vai colaborar financeiramente com o movimento, que continua "uníssono" e "independente", conforme o comando.

Hoje haverá nova assembléia dos professores, às 20 horas, também no anfiteatro do 1º andar do edifício D. Pedro I, anexo à Reitoria, quando serão encaminhadas novas propostas e feita a avaliação do movimento. O comando geral acredita que hoje a paralisação atinja totalmente os oito setores da UFP, pois sábado apenas 10 por cento ainda não havia aderido. A greve, a exemplo das outras 18 autarquias de ensino superior, prosseguirá até o atendimento das reivindicações dos docentes, pelo governo federal.

Houve mais de 500 participantes da assembléia de sexta, quando num clima tenso, após três horas de discussão, por aclamação do plenário foi decidida a suspensão do plebiscito. A intenção do reitor ao propor o plebiscito era para que se a maioria decidisse pela greve realmente todos os setores paralisassem. Como a própria associação considerou que a greve já é uma realidade incontornável, (o que inviabilizaria o plebiscito), é previsto, a total paralisação da UFP hoje.

45
JF

Anotar
Basta DCE/UFP

Jornal de Povo
P. V.F.P.R.
22 10 80
PK

“Força ao DCE” é vencedora na UFP

Nas eleições para os Conselhos Superiores da Universidade do Paraná a chapa ganhadora foi “Força ao DCE” que obteve 2.240 votos contra 1.054, da “Abertura”. O resultado foi anunciado ontem de manhã pelo presidente da Comissão Eleitoral, Geraldo Moreira de Macedo, que é o chefe do Departamento de Ciências Contábeis e teve como membros auxiliares os estudantes Enori Barbieri e Setefano Reimlinger.

sa, no lugar de Luiz Edson Fachin e Jorge Samy Manika.

Para o Conselho de Curadores, o organismo no qual a comunidade é também levada a participar, o estudante que tomará posse será Celio José Fischer no lugar de Enio Clebis Moro. E para a COPERT, a eleição escolheu Maria Auxiliadora Zanin, que substituirá Nancy Regina Teixeira.

O processo eleitoral alongou-se a madrugada para que fosse definitivamente apurado, chegando a conclusão de 128 votos em branco, mais 89 nulos e 59 isolados, dos que escolheram nomes entre as duas chapas.

A posse dos novos conselheiros, representantes do alunado universitário, será nas primeiras reuniões que fizerem o Conselho de Administração, o Conselho de Ensino e Pesquisa, o Conselho de Curadores e a COPERT (Comissão Permanente de Regimes de Trabalho).

CONSELHEIROS

Os membros dos Conselhos escolhidos foram: Jair Lima Gevaerd e Jorge Luis Bostelmann de Oliveira, para o Conselho de Administração, no lugar dos titulares Vitor Moreschi Filho e Rogério Miguéis Picado; mais Mario Pereira Leal e Carlos Alberto Marçal Gonzaga para o Conselho de Ensino e Pesqui-

JORNAL: *O Est. do Paraná*
 P- U F PR
 Data: 24/09/80 Estado PR

Chapa não se inscreve por falta de protocolo

Os componentes da chapa representante do DCE (Diretório Central de Estudantes) para as próximas eleições do Conselho Universitário da UFP entraram ontem com petição dirigida ao presidente da comissão eleitoral, professor Geraldo Moreira de Macedo, para que decida sobre sua participação no próximo pleito, que será em outubro. O seu parecer deve ser dado num prazo de dez dias. Esta informação foi prestada ontem pelo reitor da UFP, Ocyron Cunha, que afirmou que "a negação à solicitação, segunda-feira passada, gerando tanta confusão por parte dos estudantes, aconteceu porque não cumpriram os protocolos exigidos em tempo hábil".

O primeiro prazo para as inscrições encerrou no dia 3 de setembro, sem qualquer chapa. Diante dessa situação, a comissão dilatou o prazo até o dia 20 de setembro. No dia 19, estudantes do Darpp (Diretório Acadêmico Rocha Pombo, do Paraná, um dos diretórios componentes da chapa do DCE, foram perguntar quais os documentos necessários para sua participação e a data de encerramento do prazo. O presidente da comissão, afirmou o reitor, lhe respondeu que o período seria estendido até segunda-feira passada, impreterivelmente às 18 horas. Nesse dia, porém, "apareceu só uma chapa para formalizar seu pedido, às 17 horas, e representava o Diretório Acadêmico de Biologia e Ciências. Pouco depois chegavam os membros da chapa do DCE, com documentação incompleta. Às 18 horas, o presidente da comissão encerrou o prazo e foi embora".

O reitor Ocyron Cunha desmentiu que estivesse no prédio da Reitoria durante os tumultos. "Eu estava na Associação Médica do Paraná, participando do lançamento de um livro, e só fui informado da confusão ao chegar em casa. Não consegui dormir durante toda a noite e, às seis horas, levantei e vim até a Universidade. Quando cheguei aqui, vi que os estudantes haviam dormido na frente do prédio. Imediatamente, determinei que saíssem dali, não que fui atendido prontamente".

Ocyron Cunha afirmou que "o que os estudantes queriam é que eu os mandasse prender, fato que seria manchetes nacionais em todos os jornais brasileiros". E isto seria possível, pois, segundo disse, "invasão a prédio público dá cadeia mesmo, e o pior, envolve Polícia Federal". No entanto, "preferi apenas ser rigoroso com eles, mandando-os embora dali". Dizendo que "sei muito bem quem são meus alunos, e os reconheço perfeitamente", Ocyron Cunha adiantou que ainda está estudando a possibilidade de punir os infratores.

Os estudantes querem eleger seus representantes para o Conselho de Ensino e Pesquisa, Conselho de Administração (ambos com dois titulares e dois suplentes), além do Conselho de Curadores e Copert (Comissão Permanente de Regimes de Trabalho), ambos com um titular e um suplente. Na opinião dos estudantes, "até hoje, somente os *pelegos* ocuparam essas funções, recebendo pagamentos para atender os interesses da Reitoria", o que também é desmentido pelo reitor.

JORNAL: <i>Det. da Paráb</i>
<i>P- UFR</i>
Data: <i>24/09/80</i> Estado <i>PR</i>

Enfim, chapa é registrada

Da sucursal de
CURITIBA

Depois de bloquear o tráfego, decretar noite de vigília, greve de fome e hastear a bandeira da UNE no prédio da Reitoria, os estudantes da Universidade Federal do Paraná conseguiram ontem pela manhã — um dia depois do prazo — registrar a chapa do DCE-Livre às próximas eleições para o Conselho Universitário.

Anteontem, os estudantes haviam tentado inscrever a chapa — apresentada pelo Diretório Acadêmico Rocha Pombo, do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes —, mas o presidente da comissão eleitoral, “sem maiores explicações”, vetou o registro da chapa. Como era o último dia, e não conseguindo uma entrevista com o reitor Ocyron Cunha, eles se reuniram em um grupo de aproximadamente 200, e tomaram o pátio da Reitoria. Ao mesmo tempo, bloquearam as duas principais ruas de acesso ao local, provocando um tumulto no trânsito.

Por volta de 21 horas, uma comissão do DCE decretou greve de fome, enquanto outra hasteava a bandeira da UNE na fachada do prédio. Alertado pelos incidentes, o reitor chegou à Reitoria de madrugada, e às 7 horas da manhã a chapa já estava registrada.

gazeta do povo
p. U.F. PR
14 09 80

DEMONSTRANDO CONFIANÇA



Após os 3 dias de greve, encerrados na sexta-feira, os universitários estão confiantes de que algumas de suas reivindicações serão atendidas.

Estudantes acreditam que serão atendidos

Após três dias de greve nacional (a primeira depois da realizada em 1968), os estudantes universitários brasileiros, cerca de 1 milhão, estão certos de que suas reivindicações serão atendidas — pelo menos em parte — pelo Governo.

No Paraná, onde aproximadamente 50 mil deles não foram às aulas nos dias 10, 11 e 12 deste mês, ocorreram movimentações grevistas em todas as cidades onde existem Universidades e Faculdades e, isso, segundo os líderes estudantis, significa que a luta por melhores condições de ensino (verba de 12% para a educação, professores competentes, além de equipamentos e mais liberdade nas escolas) obteve resultado positivo.

Ontem, já veiculava notícia de que o plenário do Congresso Nacional votará, no próximo dia 30, uma proposta de emenda à Constituição que restabelece a obrigatoriedade de aplicação de 12% da receita tributária do Governo Federal, em manutenção e desenvolvimento do ensino e, isso, segundo o Diretor do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, Marcos Bessi, já é um dos reflexos da greve nacional.

Até o apoio da própria população está se tornando mais efetivo, devido a repercussão do movimento estudantil, que ainda isolado e um pouco sem estrutura, procura fazer crescer a força e a participação de grande parte de estudantes.

"Ninguém mais pode dizer que estamos sem consciência do que fazemos e pelo que lutamos", disse o Diretor do DCE da UFP, pois ele acredita que, mesmo com a falta de participação na greve nacional nestes três dias, por grande número de universitários,

nada impedirá que daqui para a frente as reivindicações se tornem mais freqüentes, a ponto de serem atendidas.

Os universitários ainda não sabem ao certo quais serão os resultados específicos da greve, mas concordam em afirmar que sempre em que ocorre uma união, também ocorre maior força de ação em torno dos objetivos, ou seja, condições para que o estudante brasileiro possa cursar uma faculdade e dela sair em condições de enfrentar o mercado de trabalho.

Lembram ainda que, não é somente o ensino técnico que dará o aperfeiçoamento, mas a abertura da educação no sentido amplo e de acordo com a realidade nacional. No entanto, conforme explicou Marcos Besse, a greve nacional dos universitários foi o início de uma campanha não só dos estudantes, mas também de professores, por mudanças radicais no ensino do País.

REPROVAÇÕES

Segundo informações à imprensa, pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, Ocyron Cunha, os alunos que tiverem mais faltas do que o permitido (que é de 25%) serão reprovados.

Ele disse que os professores não foram dispensados e por isso, fizeram as chamadas em sala de aula. Por outro lado, na Universidade Católica do Paraná havia sido decretado "recesso escolar", sem prejuízo aos estudantes em greve, que voltarão às aulas sem serem afetados no andamento de seus estudos. Nas outras instituições de ensino superior, a mesma coisa aconteceu, ou seja, as que não declararam recesso escolar, darão faltas normais aos seus alunos.

Dist. do Paraná
P. U.F. P.
12.09.80

Para reitor da UFP, greve é inoportuna

A greve nacional de professores e estudantes universitários, que iniciou na quarta-feira e encerra hoje, é vista pelo reitor Ocyron Cunha como "inoportuna". Disse que, na Universidade Federal do Paraná, "todos os professores estão trabalhando" e que "se os alunos não querem comparecer às aulas, é um direito deles", mas assumem as consequências se ultrapassarem o máximo de 25 por cento de faltas permitidas, do total de aulas do ano.

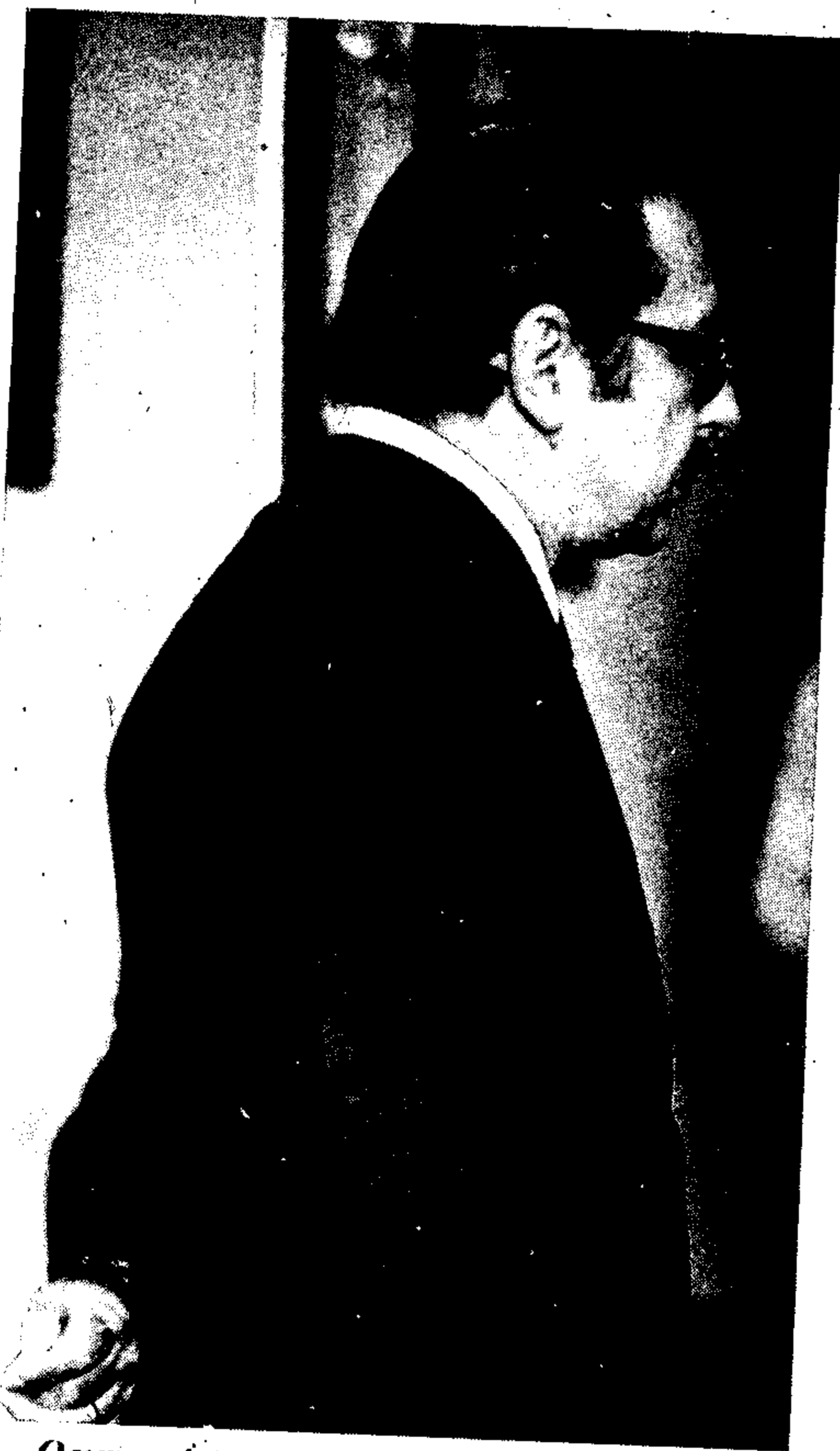
Ocyron concorda, contudo, com a necessidade de mais verbas para o ensino superior e que nos últimos anos estes recursos têm diminuído ano a ano. As reivindicações dos professores, segundo ele, entre as quais a reestruturação da carreira docente, encontram-se num projeto do Ministério da Educação e Cultura, discutido e com inclusões de itens feitas pelos reitores brasileiros. O projeto está com o presidente Figueiredo, atualmente, e o reitor da UFP considera precipitada a atitude de paralisação por não se ter ainda uma resposta do presidente.

Os reitores, ainda segundo Ocyron Cunha, fizeram também uma análise, em encontros realizados em Porto Alegre e Belo Horizonte, concluindo pela necessidade de solicitar ao MEC a imediata suplementação dos recursos solicitados. No caso da Universidade Federal do Paraná, a suplementação atinge a 605 milhões e 280 mil cruzeiros.

ACREDITAR

A falta de recursos traz uma situação generalizada de crise na UFP, segundo o reitor, embora nenhum departamento esteja em vias de parar por esse motivo. Ocyron Cunha disse que tem esperanças de que o governo se sensibilize ante as dificuldades. "Eu tenho que acreditar nessa sensibilidade. Tenho que acreditar no governo. Se perder a esperança, renuncio", afirmou.

Observou ainda que, ao fazer o estudo das verbas suplementares necessárias, chegou-se a



Ocyron tem esperanças no governo.

um total de um bilhão e 240 milhões de cruzeiros. Mas que, deixando de lado algumas necessidades e optando-se somente pelas prioridades para este ano, conseguiu-se a redução deste valor. Ele mesmo frisa que é possível que o governo não conceda a suplementação no total pedido. Isto porque, no ano passado, foi reivindicada ao MEC suplementação de 200 milhões de cruzeiros, obtendo-se somente 65 milhões.

Professores param hoje

Os professores da rede estadual de ensino do 1.º e 2.º graus paralisam hoje as aulas, em praticamente todo o Estado, realizando, entre as 17 e 18 horas, atos públicos, passeatas e missas em cidades de médio e grande portes do Paraná. A greve de hoje simboliza o protesto da classe paranaense ao não cumprimento de suas reivindicações pelo governo do Estado. Ontem, a Comissão de Mobilização das Entidades, formada por associados da APP, APLP e APMP, que congregam a classe, percorreram em Curitiba as diversas escolas, distribuindo cartas de esclarecimento aos pais e alunos, mobilizando diretores e professores e preparando o ato público marcado para às 17h30min de hoje, na Boca Maldita.

Na Carta aos Professores, as entidades lembram aos colegas que "no ritmo inflacionário que estamos vivendo, chegaremos ao fim do ano com um déficit em torno de 60 por cento, sem contar com os 35 por cento que perdemos no ano passado. O custo de vida sobe diariamente e nosso salário uma vez ao ano, por isso devemos exigir o reajuste semestral. A nossa condição econômica é péssima e péssima é a nossa condição de trabalho. O nível do ensino nunca chegou a ser tão baixo". As reivindicações dos professores são as mesmas apresentadas ao governador no mês passado.

Eles pedem reajuste semestral do salário, de acordo com o INPC e mais 15 por cento, incluindo os inativos; piso salarial de três salários mínimos; elevação do nível PA-1, para o

PB-2 dos professores normalistas que tenham cumprido o estágio probatório; cumprimento pleno do Estatuto do Magistério. Aproveitando o dia de hoje, os professores da rede estadual apoiam ainda o movimento dos estudantes universitários e professores das universidades federais, paralisados desde anteontem, e que pedem verbas para a educação e reivindicações próprias de cada classe.

NO INTERIOR

Segundo o presidente da Associação dos Professores do Paraná, Isaias Ogliari, as informações recebidas pela entidade confirmam a paralisação de praticamente todos os professores (cerca de 50 mil) do ensino de 1.º e 2.º graus em todo o Paraná. "A região Oeste vai parar toda, assim como as cidades de porte médio para cima. Cascavel e Palotina vão realizar ato público e passeata". Em Londrina, às 18 horas se realiza ato de protesto, na Concha Acústica.

Em Telêmaco Borba, os professores lançaram um suplemento especial, pelo jornal da cidade, esclarecendo os pais, alunos e a classe da razão do apoio ao movimento. Eles ressaltam que "além da diminuição gradativa da verba federal para a educação e dos baixos salários que recebem, os professores em Telêmaco não têm assistência médica do IPE, mesmo tendo o desconto em folha de pagamento. Que além de pagar impostos ainda têm que colaborar para manter e reformar as escolas e que, se um professor adoecer, os alunos ficam sem aulas porque não há substituição do mestre até 15 dias do afastamento".

Dificuldades na UEL

LONDRINA (Sucursal) - Um ato público de protesto a ser realizado na "Praça do Protesto (concha acústica), hoje, às 18 horas, marcará o-final da greve de professores e estudantes, programadas a nível nacional por melhores verbas à educação.

Ontem e anteontem, foi intenso o movimento na Universidade de Londrina e Centro de Estudos Superiores de Londrina (Cesulor).

vas e prometeram dificultar a realização de uma segunda prova, mediante solicitação à Coordenadoria da UEL.

Discussões, palestras e movimento de adesões têm sido as atividades do comando de greve e outras comissões formadas pelos estudantes como conscientização sobre a situação do ensino brasileiro.

PT 2355-258

Os professores da rede estadual de ensino do 1.º e 2.º graus paralisam hoje as aulas, em praticamente todo o Estado, realizando, entre as 17 e 18 horas, atos públicos, passeatas e missas em cidades de médio e grande portes do Paraná. A greve de hoje simboliza o protesto da classe paranaense ao não cumprimento de suas reivindicações pelo governo do Estado. Ontem, a Comissão de Mobilização das Entidades, formada por associados da APP, APLP e APMP, que congregam a classe, percorreram em Curitiba as diversas escolas, distribuindo cartas de esclarecimento aos pais e alunos, mobilizando diretores e professores e preparando o ato público marcado para às 17h30min de hoje, na Boca Maldita.

Na Carta aos Professores, as entidades lembram aos colegas que "no ritmo inflacionário que estamos vivendo, chegaremos ao fim do ano com um déficit em torno de 60 por cento, sem contar com os 35 por cento que perdemos no ano passado. O custo de vida sobe diariamente e nosso salário uma vez ao ano, por isso devemos exigir o reajuste semestral. A nossa condição econômica é péssima e péssima é a nossa condição de trabalho. O nível do ensino nunca chegou a ser tão baixo". As reivindicações dos professores são as mesmas apresentadas ao governador no mês passado.

Eles pedem reajuste semestral do salário, de acordo com o INPC e mais 15 por cento, incluindo os inativos; piso salarial de três salários mínimos; elevação do nível PA-1 para o

PB-2 dos professores normalistas que tenham cumprido o estágio probatório; cumprimento pleno do Estatuto do Magistério. Aproveitando o dia de hoje, os professores da rede estadual apoiam ainda o movimento dos estudantes universitários e professores das universidades federais, paralisados desde anteontem, e que pedem verbas para a educação e reivindicações próprias de cada classe.

NO INTERIOR

Ségundo o presidente da Associação dos Professores do Paraná, Isaias Ogliari, as informações recebidas pela entidade confirmam a paralisação de praticamente todos os professores (cerca de 50 mil) do ensino de 1.º e 2.º graus em todo o Paraná. "A região Oeste vai parar toda, assim como as cidades de porte médio para cima. Cascavel e Palotina vão realizar ato público e passeata". Em Londrina, às 18 horas se realiza ato de protesto, na Concha Acústica.

Em Telêmaco Borba, os professores lançaram um suplemento especial, pelo jornal da cidade, esclarecendo os pais, alunos e a classe da razão do apoio ao movimento. Eles ressaltam que "além da diminuição gradativa da verba federal para a educação e dos baixos salários que recebem, os professores em Telêmaco não têm assistência médica do IPE, mesmo tendo o desconto em folha de pagamento. Que além de pagar impostos ainda têm que colaborar para manter e reformar as escolas e que, se um professor adoecer, os alunos ficam sem aulas porque não há substituição do mestre até 15 dias do afastamento".

Dificuldades na UEL

LONDRINA (Sucursal) - Um ato público de protesto a ser realizado na "Praça do Protesto (concha acústica), hoje, às 18 horas, marcará o final da greve de professores e estudantes, programadas a nível nacional por melhores verbas à educação.

Ontem e anteontem, foi intenso o movimento na Universidade de Londrina e Centro de Estudos Superiores de Londrina (Cesulon), que também aderiu à greve dos estudantes. Vinte e quatro cursos (algumas turmas, no entanto, não participaram) aderiram ao movimento grevista na Universidade, totalizando pouco mais de dois mil alunos. Muitos professores, contra o movimento, programaram pro-

vas e prometeram dificultar a realização de uma segunda prova, mediante solicitação à Coordenadoria da UEL.

Discussões, palestras e movimento de adesões têm sido as atividades do comando de greve e outras comissões formadas pelos estudantes como conscientização sobre a situação do ensino brasileiro.

Como encerramento, hoje, os estudantes devem sair em passeata pelo Calçadão até a concha acústica, onde encontram-se com os professores da rede estadual de ensino, que também param hoje em protesto pela situação "vexatória" do professorado paranaense.

“Patrulhamento ideológico”

Numa "Carta aberta ao estudante", o presidente do DCE da Universidade Católica do Paraná, Nataniel Ricci, e os presidentes dos diretórios acadêmicos de Ciências Exatas, Ciências Humanas e Ciências Biomédicas denunciaram ontem "as críticas gratuitas que temos recebido por parte de algumas lideranças radicais do movimento estudantil", condenando o que chamaram de "patrulhamento ideológico". O DCE foi repudiado esta semana por vários núcleos de estudos da UCP "por ter se posicionado sempre contra movimentos justos e pacíficos dos estudantes e des-

cumprir deliberações da UNE, não aderindo à greve nacional".

Ontem, o Diretório Central solidarizou-se aos professores do Paraná e do Brasil, dando apoio à campanha pela aposentadoria aos 25 anos de serviço, afirmando que participará hoje do ato público na Boca Maldita, "onde protestaremos contra esse estado de coisas e reivindicaremos mais verbas para a educação". O DCE convida, na carta, "todos os estudantes da Universidade Católica do Paraná a comparecerem no local e formarem fila conosco nessa luta".

PT 2355-25P

Alunos da UFP aderem à greve e não aparecem

Os alunos da Universidade Federal do Paraná aderiram em cem por cento à greve convocada pela UNE, em prol de mais verbas para a educação, segundo o coordenador geral do DCE Livre, Mário Leal. Mas os debates programados em cada diretório, para discussão de seus cursos, praticamente não ocorreram. "Foram poucas as discussões, por falta de comparecimento", segundo o estudante. Inclui um debate previsto no Centro Politécnico foi suspenso, por falta de pessoal, mas a mesa-redonda sobre o tema "Verbas para a Educação", a partir das 15 horas de hoje, continua programada. Ontem à tarde os estudantes hastearam a bandeira da UNE no prédio da UFP, na Praça Santos Andrade, que será arriada somente amanhã, último dia de paralisação.

Na Escola de Belas Artes, Centro Federal de Educação Tecnológica, Universidade Católica do Paraná Faculdade Tuiuti e Escola de Educação Musical do Paraná foi decretado recesso, "em função de pressões dos estudantes para aderirem à greve", segundo o coordenador do DCE Livre da UFP. Ontem a Faculdade Evangélica de Medicina resolveu paralisar as aulas e os estudantes reuniram-se à tarde, para decidir se aderiam à greve de três dias. Em Londrina, menos de dez por cento dos estudantes da Universidade Estadual aderiram ao movimento deflagrado pela UNE.

NA UCP, A ADESAO

Na Universidade Católica do Paraná, apesar do recesso decretado, os estudantes do diretório acadêmico Dois de Julho (de Ciências Jurídicas e Sociais) aderiram ao movimento, assim como os núcleos de estudos de Diretório Central dos, COmunicação Social e Filosofia. Em carta dirigida aos acadêmicos, o presidente daquele diretório, Valdir Stédile, repudia e não reconhece o Diretório Central dos Estudantes da UCP, "por ter se posicionado sempre contra movimentos justos e pacíficos dos estudantes e descumprir deliberações da UNE, não aderindo à greve nacional".

Diz a carta que o DCE fez, inclusive, "plebiscito inédito no gênero, onde os acadêmicos ao votarem eram obrigados a escrever nome, período e curso, além de assinar, sendo que o resultado não foi divulgado". Em relação ao recesso escolar decretado pela direção da universidade, o diretório lembra que "em atitude omissa, a direção da UCP o

decretou para os centros de Exatas e Biomedicas em período não previsto no calendário escolar, colaborando assim para o esvaziamento dos debates sobre problemas educacionais a nível nacional". A carta esclarece ainda aos acadêmicos que "o recesso ocorrido na Semana da Pátria, fora do calendário, visou o empréstimo das dependências daquele bloco às multinacionais para exporem seus produtos no Congresso Nacional de Análises Clínicas, com fins lucrativos".

PROFESSORES PARAM AMANHÃ

Os professores da rede estadual de ensino do 1.º e 2.º graus paralisam suas atividades amanhã, em protesto pelo não atendimento de suas reivindicações pelo governo do Estado, tais como o reajuste semestral, piso salarial de três salários mínimos e cumprimento do Estatuto do Magistério. Segundo Izaías Ogliari, presidente da Associação dos Professores do Paraná, o ato público está previsto para às 17h30min, na Boca Maldita, com a participação da classe em Curitiba, estudantes, entidades e comunidade.

Nesse horário devem ocorrer atos públicos e missas em diversas cidades do Estado como Cascavel, que organizou uma passeata; Londrina, com ato público na Concha Acústica; Paranavai, Irati, São Mateus do Sul, União da Vitória e Jacarezinho com celebração de missas. De acordo com o presidente da APP, a adesão a nível estadual está muito boa e prevê-se que, dos 50 mil professores da rede estadual, pelo menos 90 por cento vão aderir ao movimento.

Em Londrina, onde a Concha Acústica foi liberada pela Prefeitura para ser a "praça dos protestos", os professores manterão uma comissão coordenadora de contatos no Colégio Marista, a partir das oito horas de amanhã. Em Curitiba, a Comissão de Mobilização da Classe deve escolher hoje os professores que farão discursos na Boca Maldita, o que não impede a liberdade de utilização da palavra por outros, segundo a APP. Nesse final de semana a classe se reúne, ainda, para o 1.º Encontro de Professores do Sudoeste do Paraná, onde vai debater o tema "Educação e Democracia". "Lá esperamos as respostas do governo às nossas reivindicações, e depois iremos convocar assembléias para avaliar o movimento", de acordo com o professor Izaías Ogliari.

Vandalismo em Maringá

MARINGÁ — (Sucursal) — O reitor da Universidade Estadual de Maringá, Neumar Adélio de Godoy, denunciou ontem dois atos de vandalismo - princípio de incêndio e retirada de carteiras de uma sala - naquela instituição. O fato coincidiu com o primeiro dia de greve dos quase cinco mil alunos da Universidade, mas o reitor os inocentou do fato. A queima de grande quantidade de papéis no bloco 25 aconteceu na madrugada de anteontem, numa das salas, enquanto no bloco 10 as carteiras foram retiradas e amontoadas no corredor. Para Neumar Godoy, "isso não nos preocupou. Podem ser pes-

soas mal intencionadas tentando atrapalhar o movimento dos estudantes". Do total de universitários em greve, pouco mais de 100 compareceram, no primeiro dia da paralisação, às palestras realizadas no campus universitário.

Em Cascavel, estudantes dos oito cursos da Fundação Faculdade de Ciências e Letras resolveram aderir ao movimento grevista, após um plebiscito. Os 1.200 alunos deixarão de assistir aulas até sexta-feira, aproveitando o período para promover programações especiais e debates sobre melhoria no ensino, nas dependências da faculdade.

Secundaristas querem Ubes

Somente a partir da organização da União Brasileira de Estudantes de 1.º e 2.º Graus, a Ubes, todos os grêmios de estudantes dessa categoria poderão contar com uma entidade representativa forte, inclusive engajada com os movimentos universitários que surgirem no País, aumentando a sua potência reivindicatória. Daí surge a principal proposta que a União Paranaense de Estudantes de 1.º e 2.º Graus, Upes, levará ao Rio de Janeiro, para o próximo encontro nacional (II Enes), que será realizado de sexta-feira a domingo.



Estudantes do Cefet já pararam ontem.

palmente aquelas localizadas no Interior. "A nossa condição é precária - reclama Samuel de Lima. As escolas, tanto da rede estadual quanto as particulares, se ressentem da falta de bibliotecas, de ins-

talações sanitárias, mau pagamento dos professores, não os incentivando nem mesmo ao bom desempenho do trabalho, além do que ainda existe autoritarismo por parte de certos diretores".

Segundo disse ontem o presidente da Upes, Samuel de Lima, o início do encontro coincidirá com o dia da greve dos estudantes, contando também com o apoio da Associação Paranaense de Professores - APP, que está orientando membros de corpos docentes de instituições de ensino a que não dêem aulas naquela data. Além da proposta da criação da Ubes, que a Upes pede seja instalada no Paraná, "pois o Estado tem plenas condições de organizá-la de forma satisfatória", a entidade representativa dos estudantes paranaenses leva ainda o pedido de que os votos de grêmios sejam considerados a nível de entidade geral. Dessa forma, estará representada pelos municípios e pelo Estado, e não como é feito agora, quando o voto é significativo apenas da entidade básica (grêmios e centro cívico).

PT 2355-258

Secundaristas querem Ubes

Somente a partir da organização da União Brasileira de Estudantes de 1.º e 2.º Graus, a Ubes, todos os grêmios de estudantes dessa categoria poderão contar com uma entidade representativa forte, inclusive engajada com os movimentos universitários que surgirem no País, aumentando a sua potência reivindicatória. Daí surge a principal proposta que a União Paranaense de Estudantes de 1.º e 2.º Graus, Upes, levará ao Rio de Janeiro, para o próximo encontro nacional (II Enes), que será realizado de sexta-feira a domingo.

Segundo disse ontem o presidente da Upes, Samuel de Lima, o início do encontro coincidirá com o dia da greve dos estudantes, contando também com o apoio da Associação Paranaense de Professores - APP, que está orientando membros de corpos docentes de instituições de ensino a que não dêem aulas naquela data. Além da proposta da criação da Ubes, que a Upes pede seja instalada no Paraná, "pois o Estado tem plenas condições de organizá-la de forma satisfatória", a entidade representativa dos estudantes paranaenses leva ainda o pedido de que os votos de grêmios sejam considerados a nível de entidade geral. Dessa forma, estará representada pelos municípios e pelo Estado, e não como é feito agora, quando o voto é significativo apenas da entidade básica (grêmios e centro cívico).

SEM DELEGADOS

Igualmente, a Upes não aceita a idéia de criação de votos por delegados, porque "colocamos em dúvida o critério como são escolhidos e convocados esses delegados", explica Samuel de Lima. O presidente da Upes afirmou que muitas escolas já estão aderindo à greve, como é o caso do Centro Federal de Educação Tecnológica, que já paralisou as aulas desde ontem.

Para o encontro do Rio de Janeiro, vieram a Curitiba presidentes e representantes de diversos grêmios estudantis do interior e todos, unanimemente, entendem que a Ubes, quando formada, deve estar solidária com a Une - União Nacional de Estudantes, pois os problemas enfrentados pela classe estudantil, de maneira geral, são os mesmos. Até o momento, só existem no País três entidades representativas de estudantes a nível estadual e a Ubes se encarregaria, inclusive, de organizar outras delas.

MELHORES CONDIÇÕES

Além disso, poderia reivindicar melhores condições de ensino, em âmbito nacional, pela situação enfrentada por todas as instituições de ensino brasileiras, princi-



Estudantes do Cefet já pararam ontem.

palmente aquelas localizadas no Interior. "A nossa condição é precária - reclama Samuel de Lima. As escolas, tanto da rede estadual quanto as particulares, se ressentem da falta de bibliotecas, de ins-

talações sanitárias, mau pagamento dos professores, não os incentivando nem mesmo ao bom desempenho do trabalho, além do que ainda existe autoritarismo por parte de certos diretores".

PT 2356-258

Nome: Plat. de Luanda
Ass: V.F.P.R.
Data: 30.08.80

Terra Livre venceu

As eleições para o Diretório do Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná foram disputadas voto a voto. Venceu a chapa "Terra Livre", por uma diferença de apenas seis votos. Enquanto a chapa "Porta Aberta" obtinha 417 votos, a vencedora conseguiu 423.

Ambas as chapas se diziam de oposição e, embora discordassem em alguns pontos, tinham plataformas praticamente idênticas. A presidência da "Terra Livre" é de Marlene Zanin, enquanto "Porta Aberta" tinha como candidato à presidência Lincoln Brasil Queiroz. Puderam votar todos os alunos do setor de Ciências Agrárias, mesmo os que não pagaram as taxas do diretório, já que, segundo os candidatos de ambas as chapas, a atual gestão (até ontem) "não tinha controle sobre quem pagou ou não pagou".

Enquanto isso, no Diretório Acadêmico do Setor de Tecnologia da Federal, venceu a chapa situacionista, com uma diferença de mais de 500 votos. A situação era representada pela chapa "Ponto de Apoio", presidida por Jorge Samy Manika. A oposição era a chapa "Faz a Hora". Jorge, na gestão anterior, era vice-presidente do diretório.

JORNAL O Dia de Paraná
P. 1 F. PR
Data 28/08 1980 Estado PR

Psicólogos vão protestar hoje



Dia do psicólogo, dia de luta

No Dia do Psicólogo (ontem), não houve comemorações. A data se transformou no "dia nacional da luta" contra o projeto do deputado Salvador Julianelli, que pretende a subordinação dos profissionais da área de saúde aos médicos. O projeto, apesar da promessa do próprio deputado de que seria retirado da pauta da Câmara, ainda não o foi, e continua motivando protestos de todas as classes profissionais diretamente afetadas, inclusive de médicos, que não concordam com a idéia.

Ontem à tarde, representantes do Conselho Regional de Psicologia reuniram-se com coordenadores do curso e estudantes de Psicologia da Universidade Federal do Paraná para debaterem o projeto e as formas de combatê-lo. Hoje, às 17h30min, na Praça Santos Andrade, todas as categorias envolvidas realizam um ato público de protesto contra o projeto.

Além de Psicologia, o deputado Salvador Julianelli pretende que sejam subordinados aos médicos os profissionais das áreas de enfermagem, medicina veterinária, nutrição, fisioterapia, fisioterapia ocupacional, fisicultura, ortopedia, fonoaudiologia, obstetrícia, odontologia, bioquímica, biologia e serviço social.

A posição dos psicólogos é praticamente idêntica à dos outros profissionais. Em documento que está sendo ultimado, o

Conselho Regional de Psicologia do Paraná diz que, com a aprovação do projeto, o Brasil regressaria, em relação ao estágio de desenvolvimento científico universal, porque, ao contrário de promover a integração dos conhecimentos das diversas áreas, provoca a "superposição ou soma" destes conhecimentos. "Torna-se ilógica a preponderância de uma classe sobre as demais", diz o documento, acrescentando que as classes envolvidas não foram consultadas e que "deixaram de considerar a evolução científica" das outras categorias profissionais.

No caso específico da Psicologia, o Conselho considera que é absurda a dependência aos médicos, justamente porque "a doença mental não é restrita a uma interpretação unicamente orgânica, mas inclui fatores psicológicos, sociais e culturais". E que "o grande número de profissionais de Psicologia atuando em diversas áreas atende às necessidades de várias camadas da população, e não somente a uma elite minoritária".

"A subordinação à supervisão médica representa um retrocesso legal e científico que acarretará sérios prejuízos da saúde mental para a população brasileira", continua. Aponta, ainda, que o atendimento psicológico será oneroso para o cliente, se houver a supervisão médica, "nada acrescentando à qualidade de atendimento".

JORNAL: *Diário do Paraná*
 P. *UFPR*
 Data: *24/08/70* Estado *PR*

Estudantes explicam o fiasco da "greve"

A greve nacional proposta pela UNE para os dias 10, 11 e 12 do próximo mês e decidida pelo Conselho Nacional de Entidades de Base - Coneb, na reunião do Rio de Janeiro, não está conseguindo sensibilizar os estudantes de Curitiba. A maioria deles nem mesmo está sabendo o porquê de tal greve.

Alguns estudantes, inclusive ligados à atual diretoria do DCE livre da Universidade Federal do Paraná, consideraram que a assembléia geral convocada para a discussão de encaminhamento da greve e que não conseguiu reunir mais de 120 alunos de toda a universidade foi "simplesmente ridícula", dando a impressão que no Paraná não haverá greve. Para esses estudantes, as entidades de base têm que tomar um direcionamento mais coerente visando conscientizar mais o estudante para os seus próprios problemas, fazendo com que ele realmente participe na sua solução.

"A questão não se coloca só a nível de direção política", diz Ercy Soar Filho, presidente do Dasca, para quem o Movimento Estudantil está ainda num nível bastante incipiente. Para ele existe uma série de causas e cita principalmente o baixo nível de conscientização dos estudantes do Paraná.

Para a superação desses problemas, segundo Ercy, é necessário um direcionamento correto. "Não basta - diz ele - colocar cartazes e chamar os estudantes. Precisamos, isso sim, voltar aos problemas concretos dos estudantes. Essa assembléia provou que não é mudança de diretoria que resolve o problema".

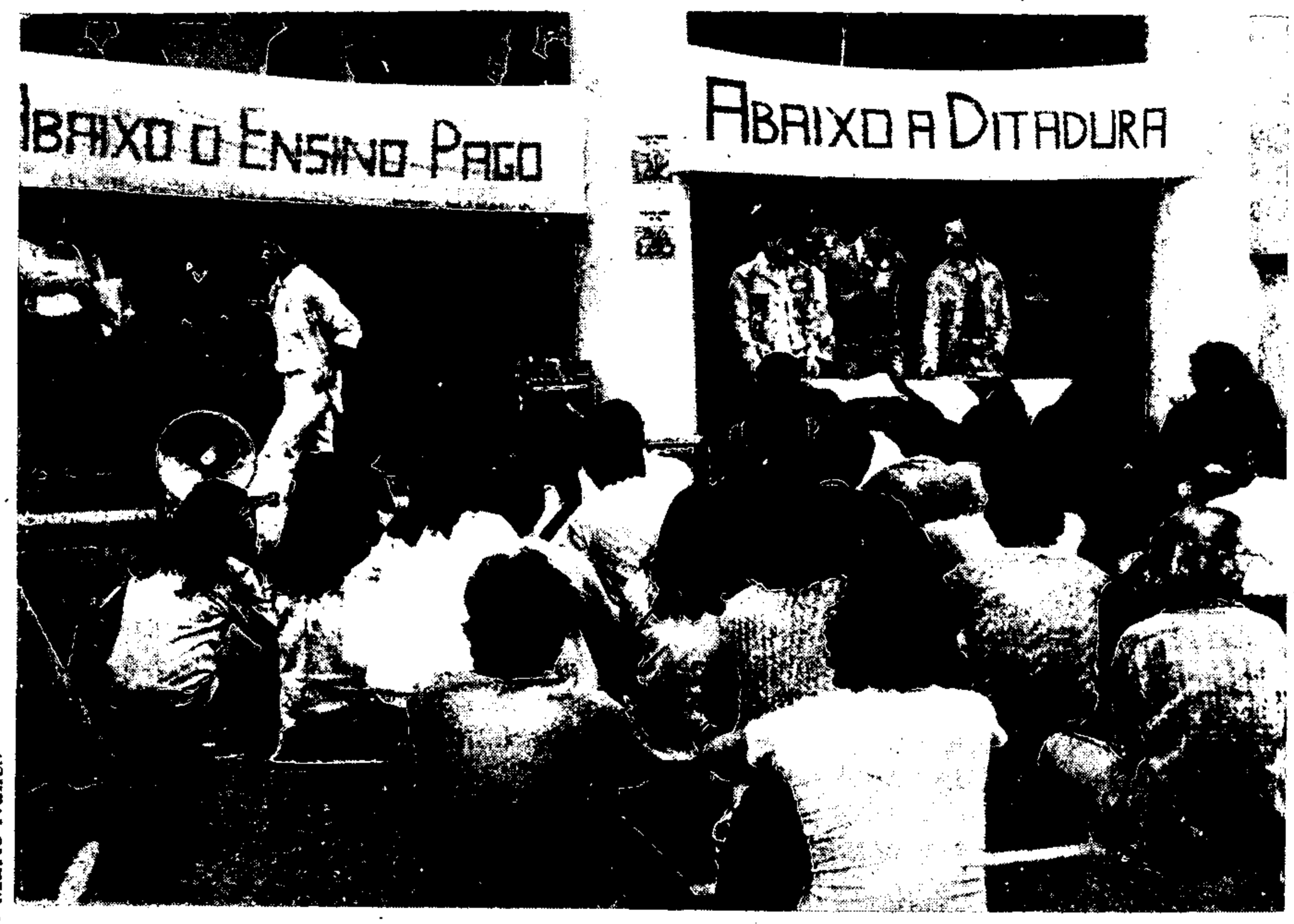


foto: Mario Nunes

Na assembléia da última quinta-feira, menos de 100 estudantes compareceram para decidir uma greve de 8 mil alunos.

Sobre essa questão de mudança de direção e continuação de problemas, as críticas às direções anteriores são hoje novamente colocadas e sempre em épocas de eleições o problema vem à tona.

Nery José Thomé, por exemplo, que é candidato a representante do colegiado do curso de Agronomia pela chapa "Porta Aberta" faz questão de frisar que esta chapa é de oposição independente, porque acha que primeiro é preciso conscientizar o estudante, fazê-lo preocupar-se mais com seus problemas imediatos. Essa colocação é feita em virtude dele

achar que a situação no Dasca é bastante confusa atualmente. Inclusive ele cita que lá houve um golpe sujo porque sempre a engenharia florestal é preterida à presidência da entidade "porque é um curso de apenas 40 vagas".

Sobre a malograda assembléia, alguns setores do Dast dizem que "mesmo com a pequena participação dos estudantes ela foi um bom início". E decidiu-se, levar às salas de aula os motivos da greve que são por melhores condições de ensino e mais verbas para a educação.

Não é uma paralisação gratuita, eles frisam.

JORNAL: Diário de Paraná
 P- UFPR
 Data: 22/08/80

Proposta de greve não mobiliza estudantes



foto: Mário Nunes

Muita movimentação e pouca participação: uma parcela ínfima participou da organização da "greve geral".

Cerca de cem estudantes da Universidade Federal do Paraná estiveram reunidos ontem, pela manhã, em assembleia no pátio da Reitoria da UFPR.

Segundo um dos coordenadores do DCE Livre, Marco Antonio Bessa, essa reunião foi convocada com duas finalidades: a primeira para ser efetuada a prestação de contas da gestão 79/80 e, a segunda, na tentativa de discutir uma forma de encaminhamento da greve que realizar-se-á nos próximos dias 10, 11 e 12 de setembro. Conforme Bessa, esta greve foi aprovada pelo Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE, no Rio de Janeiro. A reivindicação prioritária é de mais verbas para a Educação, quando o pedido feito é de 2 por cento das verbas da União, para a Educação.

No primeiro dia desta greve nacional, os estudantes deverão organizar as discussões em mesa redonda, em cada curso, quando serão discutidos os problemas de currículo, mercado de trabalho e outros fatores de interesse de cada curso, especificamente. No segundo dia, quando os debates estarão mais fortalecidos, deverão ser realizadas discussões relacionadas com os problemas da Universidade de uma forma geral. Como os debates sobre os cursos serão no primeiro dia, os estudantes terão no segundo dia, uma visão mais clara das dificuldades de cada um e posteriormente terão condições de estudar os problemas gerais e desta forma estarão conscientes dos reflexos sentidos em cada curso pelas deficiências da Universidade, afirma Marco Antonio Bessa.

No terceiro dia, os estudantes discutirão em plenário e aprovarão um relatório e uma carta aberta sobre os debates realizados em dias anteriores. À tarde, informa Marco Antonio, os estudantes farão uma manifestação pública.

Martina Grasel, também coordenadora do DCE Livre diz que esta greve será realizada no sentido de unificar as forças na luta dos estudantes e dar um direcionamento único para as reivindicações.

"As greves setoriais, continua Martina, de nada adiantam, temos que nos unir para conseguirmos atingir os objetivos. Para exemplificar, Martina cita as Universidades Federais de Viçosa, no Rio de Janeiro e de Fortaleza, além da USP de São Paulo, que continuam em greve.

PT 2356-268

JORNAL: *Estado do Paraná*
 P- *V.F.P.R.*
 Data: *18 08 / 80* Estado *R*

Estudantes estão preparando greve

A greve nacional dos estudantes universitários, marcada para os dias 10, 11 e 12 de setembro, será o tema da assembléia geral promovida pelo DCE Livre da Universidade Federal do Paraná, quinta-feira, às 10 horas, no pátio da Reitoria da UFP. A assembléia tem na pauta de assuntos a prestação de contas da gestão anterior do DCE e a definição do encaminhamento da greve na Universidade.

Em julho passado, pelo Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb) da União Nacional dos Estudantes, e tem como eixo seis temas dos universitários: mais verbas para a educação, 12 por cento do orçamento da União para a educação (índice vigente até 1964 e previsto na Constituição de 1946), ensino público e gratuito para todos, conquista da mais ampla liberdade política, liquidação do regime militar, e convocação de uma assembléia nacional constituinte livre, soberana e democrática.

A greve foi aprovada em

JORNAL: *Diário da Paranaíba*
 P. A. P. U.F.P.R.
 Data: 19/08/80 Estado: PR

Professor: aposentadoria aos 25 anos

A Comissão Mista Senado-Câmara Federal aprovou, por unanimidade, a emenda 50/80, de autoria do deputado Alexandre Machado da Silva (PDS-SP), que concede aposentadoria aos professores funcionários públicos que completarem 25 anos de serviço. A comunicação foi feita pelo autor do projeto e pelo relator, deputado Afrisio Vieira Lima, ao prof. Francisco Moraes Silva, presidente em exercício da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, que havia enviado telegramas aos dois parlamenta-

res e a todos os integrantes da comissão mista das duas Casas do Congresso Nacional, insistindo pela aprovação do projeto. Na tarde de ontem, aquele professor recebeu solicitação para uma mobilização da classe, para que enviem telegramas e compareçam a Brasília no dia 17 de setembro, quando terá início a votação daquela emenda, com grandes perspectivas de aprovação. O presidente da APUFPR está concludando a toda a classe, não só universitários como de todos os níveis, para que dêem seu apoio àquela emenda que "representa

uma das maiores conquistas de todo professorado nos últimos anos". Disse que, conforme salientaram os deputados Alexandre Machado da Silva e Afrisio Vieira Lima, trata-se do "reconhecimento do Congresso ao trabalho penoso do professor e a correção de uma aberração, fazendo-se justiça ao mestre que exerce suas funções como funcionário público, ao conceder-lhe a igualdade aos demais professores do ensino particular que aposentam-se pelo Inamps aos 25 anos de serviço". A aposentadoria será com os proventos integrais.

B. UFR

Desapareceram peças no curso de Geologia

Os alunos de Geologia da Universidade Federal do Paraná, que estão em greve há 35 dias, e decidiram continuar o movimento, ontem, denunciaram, o desvio de equipamentos do curso, que haviam sido doados pelo MEC, entre 72 e 76, pelo então ministro da Educação, Ney Braga. Ao todo estão desaparecidos do Departamento de Geologia 66 peças, entre as quais estão incluídos cinco microscópios petrográficos, usados para análise de rochas, um contador **geiger**, utilizado para pesquisa de material radioativo; quatro lupas; duas máquinas fotográficas com objetivas; três projetores de slides; um altímetro e três calculadoras.

A falta do equipamento foi constatada depois que a direção do setor de Tecnologia enviou aos alunos um levantamento patrimonial, elaborado a pedido do Centro de Estudos Geológicos, no final do mês passado, e que foi confrontado com outro levantamento que havia sido realizado em setembro de 77. O desvio foi denunciado ao reitor Ocyron Cunha, em reunião que ele manteve com os estudantes no dia 24 do

mês passado, mas até agora nenhuma providência foi tomada. A direção do setor prometeu realizar um inquérito administrativo, que ainda não foi iniciado.

Segundo cálculos dos estudantes, o valor do equipamento desaparecido é superior a Cr\$ 4 milhões. Somente um microscópio petrográfico, que é importado, custa hoje em torno de Cr\$ 30 milhões. Além do desvio, os alunos denunciaram também o péssimo estado de conservação em que se encontram atualmente os instrumentos usados para as aulas práticas do curso: "Se o governador Ney Braga visitar hoje o departamento ele não vai reconhecer aquele equipamento que havia doado".

Em assembléia realizada ontem, os estudantes de Geologia decidiram manter a greve, iniciada em princípios de abril. Eles não concordam com a afirmação da Reitoria de que o curso está em recesso, porque na própria portaria em que o reitor decretou a desativação do curso, ele condicionou a volta às aulas a uma decisão dos estudantes, através de seus órgãos de representação.

JORNAL: <i>Gazeta do Povo</i>
<i>R. J.F.R.</i>
<i>N. 07-80</i> : <i>lado PR</i>

Estudantes promovem encontro

Curitiba será sede de 19 a 26 de julho do XII Encontro Científico de Estudantes de Medicina. O ECEM é organizado pelos estudantes de Medicina da cidade sede, através de uma comissão executiva e dele participam, anualmente, cerca de quatro mil acadêmicos de todas as escolas médicas do país. A organização do encontro está baseada em mesas redondas que tratam de problemas sociais e estudantis a nível nacional, na apresentação de trabalhos científicos elaborados por estudantes, e em cursos de extensão universitária. Para esta edição, a Capital paranaense foi escolhida pela primeira vez, havendo um grande interesse e uma previsão de quase cinco mil inscrições.

Neste Encontro Científico de Estudantes de Medicina, os debates girarão basicamente sobre currículo médico, sistema nacional de saúde do trabalhador. Os organizadores acreditam que esses temas estão intimamente ligados entre si, aspirando a planificação de um currículo para todas as escolas médicas do país que atenda as aspirações estudantis e da população necessitada de serviços médicos. O encontro também vai discutir sobre uma análise dos tipos e padrão de assistência que têm sido oferecidos à população pelos órgãos governamentais e, principalmente, de que maneira o povo brasileiro tem recebido esses atendimentos, seja através das entidades públicas ou privadas.

Magistério aguarda a reestruturação

Somente os professores das Universidades Federais do Paraná e Goiás, Mato Grosso e Pernambuco não aderiram à greve deflagrada como protesto pela morosidade da tramitação do anteprojeto de reestruturação da carreira do magistério superior.

A posição do corpo docente da UFPR foi expressa através de nota oficial da Associação da classe, aprovada pela Diretoria e Conselho Deliberativo e assinada pelo seu presidente Francisco Moraes Silva e que foi acatada pela quase totalidade dos professores, exceto alguns poucos que integram o grupo de oposição sistemática à entidade e à administração universitária, derrotado não só nas eleições para a Associação mas também no pleito para a constituição do corpo de representantes nos conselhos superiores da Universidade. A posição da APUFPR entretanto, como ressalta a própria entidade de classe na nota oficial e no telegrama enviados ao ministro Eduardo Portella, da Educação, não significa uma apatia pela morosidade da tramitação do anteprojeto. Pelo contrário a manifestação ressalta a inquietação e insatisfação dos professores da Universidade Federal do Paraná pela demora do atendimento da reivindicação dos mestres de todo o Brasil por melhores vencimentos, preconizados nos estudos elaborados pelos próprios assessores do ministro com apoio de todos os reitores brasileiros e associações de docentes.

REESTRUTURAÇÃO

No anteprojeto, ora na Secretaria de Planejamento do Dasp, foram apresentadas importantes questões entre as quais: a reelaboração das normas de enquadramento, permitindo a distribuição dos docentes nas diferentes classes e níveis tendo em conta as respectivas qualificações e tempo de serviço, bem como a absorção dos auxiliares de ensino, atualmente marginalizados da carreira do magistério; a eliminação de todos os incentivos funcionais criados pela legislação vigente, prevendo-se, ao mesmo tempo, sua absorção pelos valores dos novos vencimentos ou salários. Os incentivos de titulação ficaram substituídos pela nova estrutura de carreira, suficientemente flexível para permitir ascensões e promoções, às quais corresponderão os aumentos salariais que se espera mais estimulantes. Um novo enfoque para o incentivo à produção intelectual foi proposto por várias instituições, refletindo o fato de ele ter-se transformado simplesmente em instrumento de aumento salarial, com frequência dissociado do parâmetro qualitativo. A valorização da produção intelectual poderá, no entanto, constituir um dos elementos de avaliação de desempenho para fim de promoção, a critério da instituição.

REFORMULAÇÃO

No documento preparado pelo próprio Ministério da Educação, a reformulação da carreira do magistério é considerada premente e inadiável e reúne suficiente consenso para atender as aspirações da comunidade acadêmica.

Destaca o documento que o Plano de Classificação de Cargos do Grupo

Magistério frustrou a expectativa da comunidade acadêmica, não apenas em relação aos níveis estabelecidos, como também pela sua própria concepção e salienta que ele está fundamentado em nova concepção da carreira de magistério, adequada à natureza das atividades que lhe são inerentes, ao atual contexto interno e externo das instituições federais de ensino superior e ao papel que delas se espera no processo de desenvolvimento nacional.

Para o ministro Eduardo Portella, segundo ele próprio afirmou várias vezes aos jornalistas, o "anteprojeto representa a primeira medida pertinente à efetiva dignificação do professor, inserida nas diretrizes gerais do Ministério".

CARREIRA DO MAGISTÉRIO

De acordo com o anteprojeto, a carreira de magistério superior é integrada pelas seguintes classes: I - Professor Auxiliar; II - Professor Assistente; III - Professor Adjunto e IV - Professor Titular. Cada classe compreende quatro níveis numerados de 1 a 4 e o provimento do nível 1 de cada classe será feito mediante concurso público de provas e títulos; promoção ou concurso de título. Nos níveis subsequentes, o provimento é feito por ascensão e promoção.

Além desses, a instituição poderá admitir: professor visitante (contratado para o atendimento de programas especiais de ensino e pesquisa); professor associado (para cooperar

em uma atividade de magistério especificamente definida em convênio) e o instrutor de ensino (contratado exclusivamente para atender necessidade didática de natureza eventual, pelo prazo máximo de um ano). O provimento nas classes de magistério superior será feito exclusivamente no regime da CLT, assegurada aos atuais professores em regime estatutário, a manutenção do mesmo regime, em qualquer classe a que obtenham acesso ou promoção.

OTIMISMO

Informações extra-oficiais dizem que o Dasp seria contrário a esse anteprojeto, propondo a redução de 15% nas tabelas de vencimentos nele apresentadas, acreditando-se ser difícil o seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

Por outro lado, o reitor Ocyron Cunha, que retornou recentemente de Brasília, tem se mostrado otimista, chegando a confidenciar a amigos mais íntimos, acreditar na sua aprovação até o dia 15 de outubro, Dia do Professor.

O próprio ministro Eduardo Portella, da Educação, disse ontem em Brasília que não considerou como greve o movimento nacional dos professores e sim como um apoio ao anteprojeto que partiu do próprio Ministério e do Conselho de Reitores das universidades brasileiras.

TABELA DE VENCIMENTOS

A tabela de vencimentos ou salários constantes do anteprojeto está assim proposta:

VENCIMENTOS OU SALÁRIOS, CR\$ (*)				
CLASSES	NÍVEIS	REGIMES DE TRABALHO		
		Tempo Parcial	Tempo Integral	Dedicação Exclusiva
Professor Auxiliar	1	18.876,00	37.752,00	49.077,00
	2	19.740,00	39.480,00	51.324,00
	3	21.381,00	42.762,00	55.590,00
	4	23.379,00	46.758,00	60.785,00
Professor Assistente	1	25.604,00	51.208,00	66.570,00
	2	27.936,00	55.872,00	72.633,00
	3	30.290,00	60.580,00	78.754,00
	4	32.634,00	65.268,00	84.848,00
Professor Adjunto	1	34.869,00	69.738,00	90.659,00
	2	36.921,00	73.842,00	95.994,00
	3	38.778,00	77.556,00	100.822,00
	4	40.366,00	80.732,00	104.951,00
Professor Titular	1	41.597,00	83.194,00	108.152,00
	2	42.482,00	84.964,00	110.453,00
	3	43.001,00	86.002,00	111.802,00
	4	43.076,00	86.152,00	111.997,00

(*) Valores em 1º/03/80.

60

JORNAL <i>Est. de Paraná</i>
<i>P. J. P.</i>
Data <i>10.06.80</i> Estado <i>PR</i>

Afinal, o reitor diz o que pensa

O reitor Ocyron Cunha se posicionou ontem de forma indireta, sobre o caso Freire Maia, cujo processo de recontração pelo Departamento de Genética da Universidade Federal do Paraná, está engavetado para discussão no Conselho Universitário. Durante a posse oficial do novo diretor do setor de Ciências Biológicas, Milton Giovanoni, Ocyron Cunha elogiou o diretor anterior Milton Miró Vernalha, responsável direto pelos empecilhos colocados para renovação do contrato do geneticista de renome internacional, como professor visitante.

Na solenidade de posse o reitor destacou que o professor Vernalha tem quase uma centena de trabalhos publicados, mas que apenas os mais chegados a ele tem conhecimento disso, "pois não é um hábito seu posar de pesquisador nos noticiários da imprensa. Um velho mestre da Universidade tinha uma frase que se aplica muito bem ao caso. Dizia ele que quando não se tem uma vida própria, uma ação pessoal intensa, procura-se a imprensa para compensar essa carência. Vernalha é o contrário desse homem". Questionado depois se com seu discurso pretendeu se posicionar sobre o caso do geneticista afastado, Ocyron Cunha respondeu: "interprete como quiser".

"Está em tramitação" - justificou o reitor sobre a morosidade do Conselho Universitário em apreciar o recurso impetrado pelo Departamento de Genética, contrário à solução para o caso proposto pelo Conselho de Ensino e Pesquisa com o retorno à ativa, de Freire Maia, que é aposentado da UFP. Indagado sobre as perspectivas de solução do caso que teve início em março, ainda neste semestre, uma vez que viaja à Alemanha no próximo dia 25, Ocyron Cunha observou: "A Universidade não pára sem mim". Acrescentou ainda que a solução do caso Freire Maia depende de todos os conselheiros, ainda que

como presidente é quem deva convocar a reunião.

CASO CONTROVERTIDO

Para o Departamento de Genética é ilegal o retorno a ativa do professor Freire Maia porque já tem mais de 60 anos e mais de 30 anos de serviços prestados à universidade. Enquanto que não há impedimento legal para sua recontração como Visitante, uma vez que a lei exige apenas que o professor tenha renome internacional, o que foi reconhecido pelo CEP.

Mas o reitor Ocyron Cunha informou que uma vez que a aposentadoria dos servidores estatutários autárquicos não depende da aprovação e do registro pelo Tribunal de Contas da União, estando os respectivos proventos vinculados ao orçamento próprio da Universidade, mediante portaria regularmente publicada no Diário Oficial da União, poderia tornar sem efeito a anterior que colocou em inatividade o professor Freire Maia. "Evidentemente, esta medida somente poderei tomar após sua manifestação quanto ao interesse em retornar ao quadro permanente da UFP" - completou o reitor.

Numa extensa documentação sobre o caso Freire Maia, que a Reitoria enviou a imprensa, no final de março, Ocyron Cunha assim justificava o seu comportamento perante o episódio: "Todos têm conhecimento do meu comportamento nesta universidade: procuro sempre somar e nunca dividir, respeitando o sagrado direito da desejável crítica construtiva, bem como o posicionamento individual ou de grupo de docentes, discentes e funcionários".

O apelo do departamento no recurso impetrado junto ao Conselho Universitário em 3 de abril passado, é que se contrate Freire Maia "pois assim estará composta a situação, sem as sangrias inúteis do tempo perdido e de desgaste vexatório perante a comunidade paranaense".

Comiss de Noticias
P- U.F.P.R.
31.05.80 PR

Pés no Chão no DCE Livre

Tomou posse ontem à noite a nova diretoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE-Livre) da Universidade Federal do Paraná. A chapa "Pés no Chão", que assumiu, promete reativar a entidade por uma atuação mais combativa dentro da instituição. A posse foi concorrida, com pessoas se acotovelando no auditório do Dascisa, onde foi realizada a cerimônia, e havendo estudantes que não puderam assistir por falta de lugar, ficando então no corredor que dá acesso ao auditório.

A nova diretoria possui um programa de ação com vinte e um itens e está disposta a conseguir uma sede para a entidade máxima dos estudantes da UFP, e lutar pela conquista do passe escolar, entre as metas básicas. Também a renovação do contrato do geneticista Newton-Freire Maia pela Universidade está entre os planos da nova diretoria. O DCE será coordenado pelos estudantes Mário Pereira Léal, Martins Graesel e Marco Antonio Bessa.

JORNAL L. G. ZETA ao
Classe
Data 23/05/80 Estado

P. UFPR

62

Alunos de Geologia retornam às aulas

Os alunos do Curso de Geologia da Universidade Federal do Paraná, que estavam em greve há aproximadamente dois meses, reclamando condições mais adequadas de ensino, além de equipamentos necessários ao Curso, reiniciaram suas aulas na próxima segunda-feira, dia 26.

A decisão foi tomada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR, que por unanimidade de votos, suspendeu o

recesso escolar daqueles alunos. Entretanto, a primeira confirmação foi dada pelos próprios estudantes, durante a Assembleia Geral da classe, realizada no último dia 19. Mesmo não estando muito bem esclarecida a situação (se foram ou não atendidas as reivindicações estudantis) as aulas reiniciam normalmente, encerrando momentaneamente os atritos entre corpo docente e discente da Instituição.

JORNAL: *Paraná*
Soluções
Edição 105/80 Estado

S. UFR

O retorno coincide com fim do recesso

Estudantes de Geologia voltam hoje às aulas, depois de 41 dias em greve

Numa nervosa assembléia, que durou mais de duas horas, os alunos do curso de Geologia da Universidade Federal do Paraná, que estavam em greve há 41 dias, resolveram voltar hoje às aulas. O retorno coincide com o período do recesso - uma semana - dado pela Reitoria a todos os cursos da UFP, mas os estudantes, ao aprovarem a proposta pelo final da greve, consideraram a promessa da chefia do Departamento de Geologia - de que, assim que fosse suspensa a paralisação, os professores voltariam a dar aulas.

Ontem, logo após o encerramento da assembléia os estudantes enviaram ofícios ao reitor Ocyron Cunha, ao chefe do Setor de Tecnologia, Antonio Segui, à chefe do departamento de Geologia, Christine Carola Fau e ao coordenador do curso, Arsênio Muratori, comunicando a decisão de retornar às aulas. Os ofícios foram enviados através da entidade de representação estudantil, no caso o Diretório Acadêmico do Setor de Tecnologia, atendendo a exigência da portaria do reitor, que colocou o curso de Geologia em recesso, quatro dias após os alunos terem deflagrado a greve, no início do mês passado.

Esta foi a greve mais longa da história da Universidade Federal e o retorno às aulas implicará num grande problema a ser solu-



ASSEMBLÉIA DECIDIU
Mas continua a luta por melhoria no Curso

cionado: a elaboração de um calendário especial que permita aos estudantes recuperarem parte do semestre perdido, tarefa considerada difícil devido à aproximação das férias escolares. A proposta do novo calendário será feita pelo colegiado do curso e aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade.

Há duas hipóteses que podem ser seguidas na elaboração do calendário extra: ou se poderá optar por aulas em período especial que seria, no caso, durante o mês de

julho, ou em horário extraordinário (à noite e aos feriados, por exemplo) ainda durante o semestre. De qualquer forma, os estudantes decidiram ontem acompanhar o processo de aprovação do novo calendário e só aceitar uma programação que beneficie a maioria.

Ao votar a proposta pelo retorno às aulas, os estudantes consideraram a greve como "vitoriosa", apesar do atendimento considerado apenas parcial de suas reivindicações. Em reunião realiza-

da ontem pela manhã, os professores do Departamento de Geologia e o diretor do Setor de Tecnologia decidiram: a) encaminhar pedido de tomada de preços para compra de material didático; b) contratação de firma para conservação e manutenção do equipamento; c) liberação de verbas para trabalhos de campo, para despesas de transporte e alimentação; d) reestudo dos roteiros de trabalhos de campo, com a participação de alunos e professores; e) remanejamento dos professores na forma sugerida pelos alunos, a partir do segundo semestre; f) efetuar levantamento dos bens patrimoniais e nomear uma comissão de sindicância para investigação do equipamento desaparecido do departamento.

Em nota distribuída aos jornais no final da tarde, os alunos de Geologia manifestam sua disposição de continuar a sua luta por melhores condições de ensino, após a volta às aulas e solicitam intervenção do coordenador de Ciências Exatas e Tecnológicas do MEC, Samir Nahas, no curso.

Esta intervenção havia sido sugerida pelo representante da Sociedade Brasileira de Geologia, Carlos Bertoluzzi, que visitou a UFP na semana passada.

JORNAL O Estado de
Paraná
Data 23/05/80 Estado

P. C. F. R.

64

Parado o caso Freire Maia

Apesar de estar há mais de um mês paralisado no Conselho Universitário, ainda não será esta semana que o processo de contratação do geneticista Newton Freire Maia será apreciado pela Universidade Federal do Paraná. O recurso impetrado pelo Departamento de Genética contra a decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa (que só admite o professor no curso de pós-graduação em Genética Humana, caso pedisse reversão ao serviço ativo), já está há mais de um mês para ser analisado, mas a Reitoria alega que não havendo mais processos em pauta não têm sido convocados os 38 conselheiros.

A informação da Secretaria do Conselho Universitário ontem, foi de que nesta semana os conselheiros não poderiam ser convocados em função do recesso escolar, pois os representantes discentes estão participando de atividades culturais promovidas pelos diversos diretórios acadêmicos. Hoje há reunião de câmara do Conselho de Ensino e Pesquisa, mas ao órgão não cabe mais opinar sobre o processo do geneticista, pois todos os recursos são de competência do órgão maior que é o Conselho Universitário.

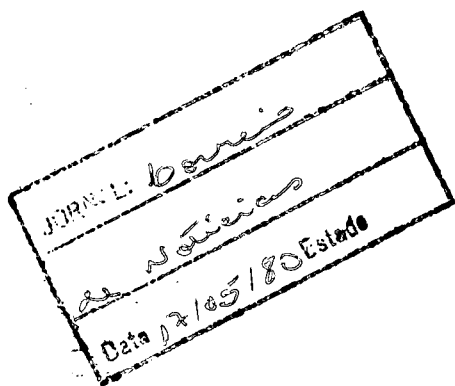
O ex-diretor do setor de Ciências Biológicas, professor Milton Miró Vernalha foi quem levantou inicialmente as restrições para renovação do contrato do professor Freire Maia como Visitante. Mas o recuso do departamento de Genética cita o Artigo 14, da lei federal n.º 6.182 de dezembro de 1974, em seu Artigo 14, para

mostrar que não havia empecilho algum para renovar o contrato do professor. "No que toca ao inciso III da lei, a única exigência, é a de que o professor tenha reconhecido renome - circunstância atestada pela própria decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa" - diz o recurso.

A interferência do professor Vernalha para impedir a recontração de Freire Maia continua hoje, mesmo depois de ter saído da direção do setor, pois foi alçado a representante do setor junto ao Conselho de Ensino e Pesquisa, órgão que juntamente com o Conselho de Administração vem formar o Conselho Universitário. O contrato do professor era para ter sido renovado em março, e depois de todo o trâmite do processo, dificilmente o geneticista retornará a ministrar aulas ainda neste semestre.

O recurso do Departamento de Genética apelava para que se contratasse logo o professor, "sem as sangrias inúteis do tempo perdido e de desgaste vexatório perante essa instituição e também à opinião da comunidade paranaense", mas não encontrou resposta junto à UFP.

A reversão à ativa seria ilegal conforme o recurso, porque a lei federal n.º 1711 de outubro de 1952 e o decreto 32101, de janeiro de 1953, estabeleceram como condições para a reversão: que o aposentado não tenha 60 anos de idade e nem conte mais de 30 anos de tempo de serviço, incluído o período de inatividade. O que não é o caso de Freire Maia.



R. UFPR

65

Oposição vence por pouco no DCE

POR uma diferença de 39 votos, a chapa de oposição ao DCE Livre da Universidade Federal do Paraná, a "Pés no Chão", venceu as eleições realizadas anteontem. O comparecimento dos universitários às 13 urnas foi de 50 por cento: 2.395 votos para "Pés no Chão" contra 2.359 para "Todos no DCE". Dos 5.024 votantes, 177 o fizeram em branco e o restante anulou seus votos.

Praticamente sem o apoio dos diretórios acadêmicos, a "Pés no Chão" conseguiu a vitória dos estudantes na base, segundo os novos coordenadores Mário Leal (estudante de Farmácia), Marco Bessa (de Medicina) e Martina Grasel (de Geologia), que assumem na próxima semana. A maioria dos componentes da chapa defende as idéias do grupo Mutirão, mas há integrantes da Nova Ação e em parcela pequena, da Libelu - Liberdade e Luta.

Segundo Mário Leal, a nova diretoria do DCE não pretende lutar diretamente para o reconhecimento da entidade estudantil pelo sistema e pela Universidade. "O mais importante é que os estudantes reconheçam porque quando todos estiverem conscientizados, as instituições terão que aceitar sua representatividade". Com o mesmo pensamento do Mutirão, que está no comando da UNE - União Nacional dos Estudantes, o DCE Livre da UFPR pre-

tende lutar por uma nova universidade, "voltada aos interesses da população porque hoje ela está desvinculada da realidade brasileira", diz Mário.

Falha passada

Para justificar o comparecimento de estudantes às urnas, de 50 por cento dos dez mil em condições de votar, percentual semelhante ao do ano passado, os novos coordenadores do DCE dizem que "é um reflexo do que a diretoria passada não fez", segundo Pedro Luiz Longo, que assume a secretaria geral, (é estudante de Direito). Mário Leal afirma que o ano passado "foi um ano de obscurantismo na UFP em termos de participação do DCE". A parcela de culpa da influência da ditadura no país é pequena, segundo ele, "basta ver a participação de diretórios centrais de outras universidades brasileiras, como as de São Paulo, que tiveram trabalho intenso".

A nova diretoria do DCE deixa claro que não se preocupará de imediato com questões político partidárias. "Elas são importantes, mas para nós estudantes, é mais urgente o debate sobre a universidade brasileira, que antecede a qualquer outra questão". A entidade pretende uma participação ativa no seminário sobre a universidade brasileira que se realizará em junho, no Rio de Ja-

neiro, entre estudantes, que precederá a discussão sobre o mesmo assunto, pela SPBC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Quanto à UFP, "está totalmente desgastada, não só na visão dos estudantes mas da sociedade, principalmente pela forma como conduziu a questão da recontração do cientista Newton Freire-Maia. Outro aspecto é a crise financeira porque está passando, refletindo o quadro geral do ensino brasileiro: o Estado pretendendo repassar os gastos da educação para o bolso do estudante". O novo DCE também pega a bandeira da luta pelo ensino gratuito.

Agressão corporal

Ontem, no Restaurante Universitário, quando os novos componentes do DCE tentavam a adesão de estudantes para um abaixo assinado, reivindicando que o RU permaneça aberto na próxima semana, de recesso escolar, "porque precisamos nos alimentar", foram agredidos corporalmente pelo administrador do restaurante, Nilton Kwiatkowsk. O incidente gerou protestos dos universitários. Eles querem o restaurante aberto porque a maioria permanecerá em Curitiba, participando do ciclo de estudos. A reitoria determinou que vai fechar, alegando problemas técnicos.

JORNAL *bovris de*
noticias
Data *4/05/80* Entido

66

F-UFPR

Eleições para o DCE começam na Federal

Duas chapas estão concorrendo às eleições para o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Paraná, que se iniciam hoje. Estão em condições de votar cerca de 10 mil alunos, mas está sendo esperado um índice de abstenção superior a 50%, pois considera-se que não há um clima de motivação em torno da votação, como ocorreu no ano passado, quando o índice de comparecimento foi dos maiores registrados em todo o Brasil.

Para a votação, serão colocadas urnas em todos os pontos considerados como de maior afluência de estudantes, no horário de manhã à noite. Ao contrário do ano passado, o aluno poderá votar em qualquer setor, mesmo aqueles nos quais não está matriculado. Para votar, é necessário apenas apresentar a carteira de estudante, fornecida pela UFP. A eleição deverá se estender até amanhã.

Das duas chapas inscritas, uma, a Pé no Chão, encabeçada pelo estudante de Farmácia Mário Leal, autodenomina-se de oposição à atual diretoria do DCE. Ela é formada principalmente por representantes das tendências Liberdade e Luta e Novação, que concorreram à presidência da UNE. As outras chapas, Todos no DCE, encabeçada pelo estudante de Comunicação Social, Jorge Bostermam de Oliveira, não aceita ser caracterizada como de situação, embora tenha em sua composição três atuais dirigentes do Diretório Central.

A plataforma apresentada pelas duas chapas, no entanto, tem propostas semelhantes. Ambas defendem, por exemplo, a manutenção do ensino gratuito; o fortalecimento dos órgãos de representação estudantil; a reativação da UNE e a reorganização da UPE; a revisão dos currículos da Universidade; e o fim da representação na Universidade.

Estudantes preparam eleições para o DCE

Com vistas as eleições do DCE — Livre da Universidade Federal do Paraná, a terem lugar no próximo dia 15, o Grupo de Estudantes "Pés no Chão", formado por acadêmicos de diversos cursos da UFPr, reuniu a imprensa na tarde de ontem, nas dependências do Diretório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde — Dascisa, para a apresentação de seu programa e linhas de ação que norteiam o seu entendimento de política estudantil.

Para os integrantes daquela Chapa, o Diretório Central dos Estudantes deve obedecer uma linha de ação totalmente independente, em favor dos anseios estudantis, sem qualquer vínculo com partidos políticos, como vem acontecendo até agora, além de sua luta ser, antes de tudo, coadunada com os altos interesses de cada curso, através de suas entidades representativas.

PROGRAMA EM FORMAÇÃO

De acordo com Mário Leal, um dos líderes do Grupo, o programa de atuação desta Chapa, ainda em formação, em linhas gerais não deverá destoar dos demais programas estabelecidos por outras chapas, visando, primordialmente, o atendimento dos estudantes em suas necessidades mais aparentes. A novidade, entretanto, encontra-se justamente no que tange ao en-

caminhamento das reivindicações e na própria forma de acoplá-las a luta empreendida pelo órgão.

Segundo aquele acadêmico, ligado ao curso de Farmácia e Bioquímica, a estrutura do DCE, sob o comando da Chapa "Pés no Chão", deverá ser totalmente modificada, pois a entidade deverá funcionar apenas como representante de cada curso, especificamente, tendo como seus órgãos deliberativos principais, após a Assembléia Geral de Estudantes, os Conselhos de Entidades, que poderão, desta forma, universalizar, caso haja interesse, as reivindicações de um determinado curso, cujo problema venha abranger grande parte do contexto universitário.

No ato do lançamento da "Chapa Pés no Chão", uma das primeiras a se mobilizar em relação as próximas eleições do DCE — Livre, ficou claro que a participação dos estudantes no processo político nacional deverá ocorrer independentemente do órgão, uma vez que seu objetivo principal é garantir a independência das movimentações estudantis, lutando por uma universidade mais democrática e voltada diretamente às próprias necessidades da população brasileira, nem que para isso, tenha que se propor a total reestruturação dos métodos de ensino.

JORNAL: *Conceito de Optica*
 P. U.F.P.R.
 Data: 03/05/80 Estado PR

Estudantes acusam DCE de alienação

Um grupo de oposição à atual diretoria do DCE-livre da UFP está formando uma chapa para concorrer nas eleições de 14 e 15 deste mês. As principais restrições que essa chapa (denominada "Pé-No-Chão") faz ao atual grupo dirigente diz respeito à ausência de um trabalho de base mais efetivo e a falta de independência do órgão, que teria se tornado durante a gestão de Carlos Alberto Gonzaga, segundo os opositoristas, atrelado a partido político e distante da luta estudantil.

Segundo Mário Leal, estudante de farmácia e Bioquímica, um dos articuladores da "Pé-No-Chão", a atitude do DCE em relação à greve no curso de geologia demonstra o quanto sua diretoria está afastada dos problemas estudantis. "Eles não tomaram nenhuma atitude de apoio à greve, apesar dela ser justa". Para Leal, a ação de sua chapa num caso desse, seria levar a discussão do problema a todos os colegas, através dos diretórios setoriais, e em seguida extrapolar a greve para todos cursos, mostrando à reitoria e à comunidade que o problema não é só do curso de geologia".

Servindo ao grande capital

"Devemos exigir de forma firme e enérgica a democratização de nossa universidade", afirma um dos integrantes da chapa, "do modo que está estruturado, o nosso ensino visa unicamente favorecer ao grande capital, estrangeiro ou não". Como modo de modificar essa realidade, a "Pé-No-Chão" propõe que se leve aos estudantes uma ampla discussão sobre o papel do ensino universitário. "A popularização, a deselitização da universidade, e todos os problemas ligados a

isso, deve ser revelada urgentemente aos nossos colegas, atualmente alienados dessa realidade" afirma Leal. "A atual diretoria não levou um trabalho em sala-de-aula" explica ele, e conta que "problemas como o de Freire-Maia (vítima de triagem ideológica entre os professores) e do Professor Cordi, que defendeu essa prática, são exemplos que escandalizaram toda uma comunidade, mas que não mereceram a atenção dos membros do DCE". Para o estudante, a divulgação desses problemas a todos os colegas seria necessária e benéfica, assim como um posicionamento mais firme da entidade em favor de uma universidade democrática.

Os integrantes da "Pé-No-Chão" não definiram ainda as funções dos diversos elementos que a compõe, nem possuem um programa rígido a impor. Segundo dizem, subsídios para esse programa serão colhidos em uma reunião marcada com diretórios setoriais, centros acadêmicos e outros representantes de base. "O que faltou exatamente para o DCE é essa preocupação. Nossa diretoria, se eleita, não vai decidir, mas efetivar decisões dos representantes mais diretos dos cursos, divulgando as reivindicações e os problemas aos demais colegas, para que possamos realmente pressionar" diz Jair Zeferino estudante de veterinária, informando que em um ano de gestão o DCE não convocou nenhuma reunião geral com todos os representantes dos centros acadêmicos. Quanto ao problema da ligação com partidos, Leal tem a opinião de que "ela pode ser benéfica, se não tirar a independência do movimento estudantil. Muita gente utilizou a nossa luta como trampolim para subir na vida político-partidária".

DIREÇÃO BUROCRÁTICA E CRISE EDUCACIONAL NA UNIVERSIDADE



O magnífico reitor Ocyron Cunha nos brindou com o Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal do Paraná, e a revista Fastos - nºs 2 e 4, volume 5 - , de fevereiro e abril de 1979. Deu assim cumprimento a suas declarações à imprensa de que nos iria ilustrar a respeito do Estatuto universitário, para que não voltássemos a incorrer na leviandade de criticar sem conhecer. A revista Fastos contém o "parecer que não foi solicitado pelo reitor, mas sim pela diretoria do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes" e a "a elegibilidade para a lista tríplice para a chefia e subchefia de Departamento foi disciplinada por resolução, a de nº 33/79, do Conselho de Administração."

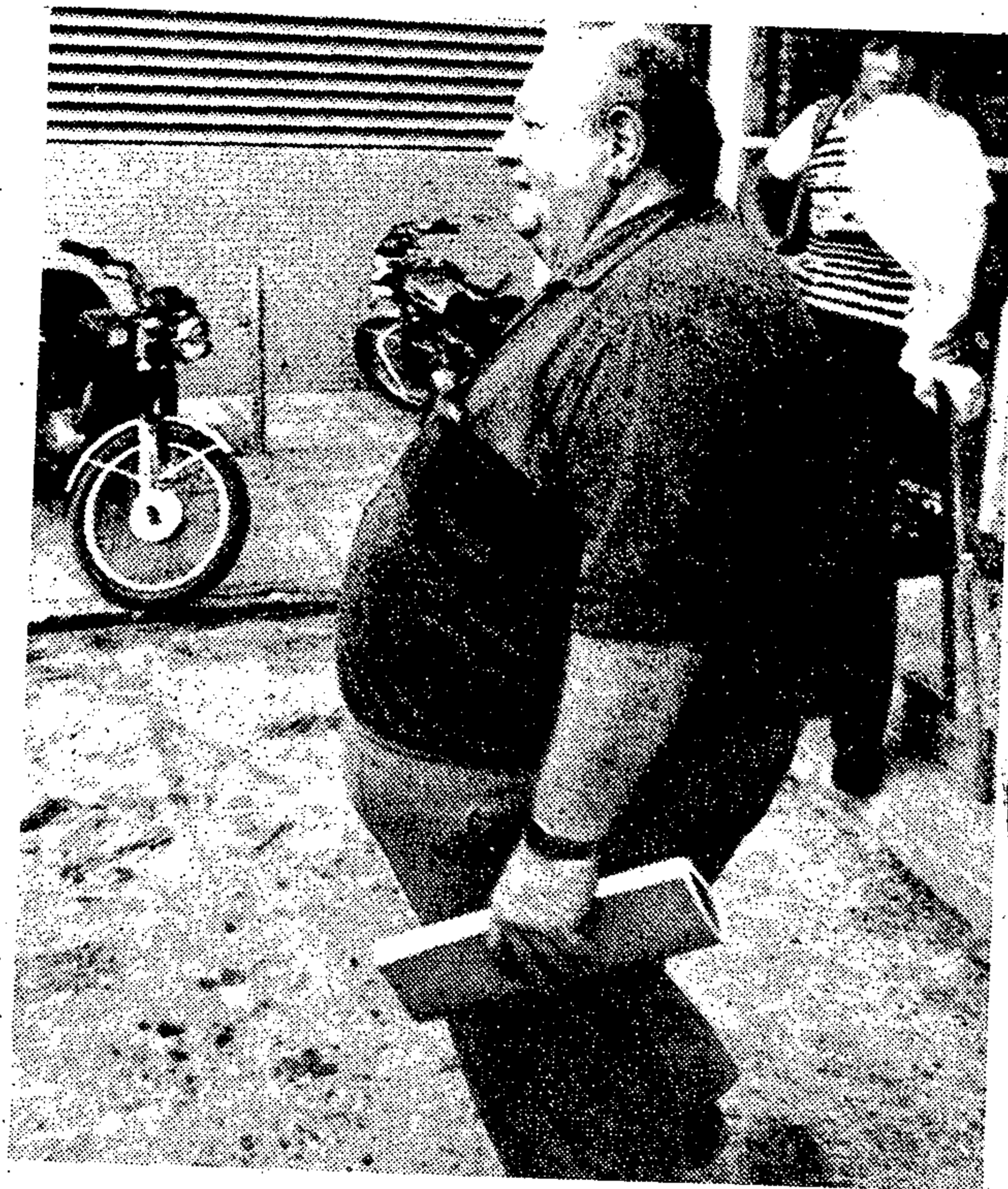
Obtivemos então um tipo de resposta que nos afiança que, o Estatuto da Universidade permite práticas que não nos parecem consultar os bons propósitos de administrar uma universidade para que ela chegue a seus fins, com elevação e eficiência. Eis a primeira contradição e que não me parece sejam um assunto técnico como nos diz a resposta, e sim moral e educacional em primeiro lugar. Podemos chegar juntamente com o reitor à conclusão de que não estamos apenas perante a insuficiência dos estatutos universitários e à omissão do Ministério da Educação e Cultura, a pretexto de preservar a autonomia universitária. Por melhores estatutos que tenha a universidade, pelo melhor quadro de professores que tenha, ainda restarão duas coisas essenciais: a prática da moral e da justiça entre as chefias e o exercício livre dos direitos dos professores e estudantes para que venham a corrigir as distorções de uma burocracia dirigente que se apropria de um corpo destinado ao bem público.

Creio que devo fazer um esforço para atender a uma exigência do magnífico reitor: "que as minhas fontes..."

do aparelho estatal e pára-estatal. No fundo é esta uma acusação generalizada, que fica à espera da ação daqueles que têm maior responsabilidade junto à sociedade.

A opinião pública consciente sabe que algumas questões foram levantadas, para demonstrar práticas absurdas que, se tem o apoio nos estatutos e em pareceres não deixam de ser absurdas. Dissemos que pessoas de confiança do reitor estão falsamente representando os setores e ele nos diz que a representação dos setores é hipotética - não é de professores, nem de alunos ou funcionários -; é "uma representação do Setor (sic) e não dos docentes, sendo eleitos pelo Conselho Setorial integrando chefes de departamentos de cada setor". Qualquer modo, o chefe de espírito alto não procuraria nessa perspectiva uma representação indireta, e sim a representação substancial, a representação docente; não é este o caso na UFP porque o poder poderia sofrer arranhões, haveria contrastações entre os membros dos Conselhos e isto é o que se evita a qualquer preço na Universidade Federal do Paraná. Esta é a idéia e a ação do autoritarismo disfarçado de democracia. O que o reitor chama de "espírito democrático" - é o chamado "desde que", isto é, liberdade mas sem contradições.

Temos um conceito de universidade; é o mesmo que a sociedade paranaense tem. E buscamos e queremos que a nossa universidade federal como as estaduais representem o que é necessário; os estatutos e os pareceres são apenas configurações legais para esses fins e objetivos. De repente, alguém nos diz que uma prática está certa porque os estatutos permitem, ou não contrariam?... E a Universidade Federal do Paraná está aí; pouco aberta ao conhecimento público a não ser através dos "releases", o material de imprensa distribuído por funcionários daquele estabelecimento. A crise educacional está intimamente associada a essas práticas fechadas, a esses pareceres, a essa forma de encerrar...



VERNALHA
Contribuição ao desgaste de Ocyron



PT 2



Situação dos professores colaboradores e visitantes na UFP

A figura dos professores colaboradores e visitantes foi criada para atender necessidades eventuais das universidades. Os primeiros, para substituir temporariamente os professores afastados por qualquer razão. Já os visitantes, seriam elementos de renome, de alta qualificação científica, que viriam ministrar aulas na universidade por prazo determinado.

No entanto a UFP, a exemplo de outras universidades do Brasil, impossibilitada de aumentar seus quadros com professores regulares da carreira, recorreu à contratação de professores colaboradores e visitantes para solucionar as dificuldades decorrentes do acréscimo dos encargos e atividades acadêmicas. Nos últimos anos, o número desses professores aumentou significativamente ao mesmo tempo em que seu caráter eventual desapareceu. Os contratos são seguidamente renovados havendo professores colaboradores com cerca de 4 anos de atividades.

Existem atualmente na UFP 376 colaboradores e cerca de 50 visitantes que são indispensáveis ao funcionamento da quase totalidade dos cursos. Há cursos, como o de Psicologia, Desenho Industrial e Comunicação Visual onde a quase totalidade dos professores são colaboradores, incluindo-se os coordenadores do curso.

Tendo-se em vista que a somatória das outras categorias de professores perfazem um total de 1300 a 1400 professores, pode-se ter uma idéia do peso político que os colaboradores e visitantes representam. Eles significam pouco menos de 1/3 de todo o corpo de professores da Universidade. 1/3 que vive numa situação de extrema instabilidade profissional, recebendo por horas-aula, não tendo direito a nenhum dos benefi-

cios da carreira (bolsas, auxílio-pesquisa, afastamento remunerado para curso de especialização etc.).

Se constituem, assim, num enorme contingente de professores insatisfeitos, razão pela qual a administração da universidade tudo tem feito para afastá-los do processo decisório.

Assim é que se encontram impossibilitados de participar de qualquer órgão deliberativo. Não possuem representantes nos colegiados superiores (Conselho de Administração, Conselho de Ensino e Pesquisa e Conselho Universitário) bem como, são impedidos de participar das reuniões departamentais.

Neste último caso o impedimento tem como pretexto vários pareceres da Consultoria Jurídica e um do conselheiro Milton Miró Vernalha. Os pareceres são desprovidos de fundamento legal e foram feitos para atender aos interesses da Reitoria.

A exclusão dos professores colaboradores e visitantes das reuniões departamentais jamais foi determinada por qualquer colegiado superior e tudo o que existe são os pareceres de encomenda. Alguns destes vêm, absurdamente, aprovados pelo reitor que ao fazer isso se arvora em suprema autoridade da Universidade.

No entanto, o direito dos professores colaboradores e visitantes de participar das reuniões departamentais é amparado por Lei e pelo estatuto da UFP.

A lei Federal 4881-A de 1965 afirma que "todo o pessoal docente lotado em uma subunidade (departamento) participará de suas reuniões, na forma que for estabelecida no regimento da respectiva unidade". O mesmo se depreende da leitura do artigo 38 do estatuto da UFP, quando estabelece que o departamento "compreenderá as disciplinas afins e congregará os docentes respecti-

vos".

Ora, os professores colaboradores e visitantes fazem parte do corpo docente da Universidade, embora não sejam professores de carreira pois "o corpo docente de cada unidade de ensino superior será constituído pelo pessoal que nela exerce atividades de magistério daquele grau", é o que afirma o artigo terceiro da supra citada lei 4881-A.

O artigo 59 do estatuto da UFP, diz a mesma coisa: "O corpo docente é constituído por quantos exerçam atividades de magistério na Universidade em nível superior".

Resta saber se os colaboradores e visitantes exercem atividades de magistério em nível superior. Para isto evocamos a lei Federal 6182 de 1974 quando no seu artigo 14 afirma que "poderá haver contratação por prazo determinado na forma da legislação trabalhista, para desempenho de atividades de magistério superior, exclusivamente nas seguintes hipóteses: 1 - como auxiliar de ensino... 2 - de professores colaboradores para atender eventuais necessidades de programação acadêmica; 3 - de professores visitantes".

Do exposto conclui-se que sendo os professores colaboradores e visitantes contratados para desempenho de atividades do magistério superior, eles fazem parte do corpo docente da universidade e, conseqüentemente, integram os departamentos onde estão lotados.

O seu direito de assento, voz e voto nas reuniões departamentais é, assim, líquido e certo. Apesar disso, a Reitoria, com base em pareceres encomendados, burla a legislação ao mesmo tempo em que desrespeita as instâncias administrativas da Universidade investindo-se do direito de aprovar e sancionar pareceres.

Creio que devo fazer um esforço para atender a uma exigência do magnífico reitor: "...que as minhas fontes sejam bem informadas e que eu preciso conhecer o estatuto de regimento geral da UFP antes de fazer críticas". Pelo menos antes de fazer novas críticas.

Revi minhas fontes de informação e creio que são fidedignas e estão preocupadas com o autoritarismo, a burocracia e o grupismo que constituem força e decisão naquele estabelecimento. E nem preciso me justificar perante o senhor reitor: a opinião pública consciente sabe que o assunto precisa ser tratado, mesmo que seja pelos deputados estaduais aos quais a competência disciplinar não está afeta. Porém todos nós queremos uma universidade que orgulhe os paranaenses e ofereça aos professores e estudantes os meios e oportunidades de que carecem para chegar aos seus objetivos.

Compreendemos que a situação de professores e funcionários honestos e diligentes se assemelha muito à dos funcionários públicos reduzidos em sua liberdade de pensamento e ação. Uma gigantesca máquina burocrática não só separou a competência do servilismo à burocracia universitária, como privilegiou a formação de castas e grupos que atuam como num condomínio de sua propriedade. Este tem sido o custo destes anos de arbítrio. A incompetência e o servilismo se aliaram, dentro

através dos "releases", o material de imprensa distribuído por funcionários daquele estabelecimento. A crise educacional está intimamente associada a essas práticas fechadas, a esses pareceres, a essa forma de encarar os estatutos e as decisões setoriais e departamentais. A crise educacional é em grande parte resultante de um "corpo de consultores", de "representantes indiretos", de tecnoburocratas educacionais que tomaram a seu controle a educação. Isto está realmente em causa: a competência dentro da ação democrática contra o servilismo dentro do corpo burocrático autoritário.

Tivemos recentemente o episódio dos professores pressionados e afastados: diversos professores, entre os quais o professor Newton Freire-Maia - que seus acusadores costumam ligar aos problemas econômicos domésticos e seus familiares. Meias respostas e o prestigiamto de um dublê de inativo delegado de polícia, professor e chefe de setor que parece agir muito baseado em dossiê de pessoas e menos em termos de integração e compreensão de tarefas educacionais.

Temos tido outras muitas questões que apenas dão uma idéia do que corre em nossa Universidade Federal e como alguns assessores constituem na Reitoria um corpo só, de idéias, ideais e propósitos. E cada vez nos parece mais claro que entre essas idéias, ideais e propósitos aquele que pode levantar o conceito e o funcionamento da universidade não está em causa.

Tivemos recentemente o episódio dos professores pressionados e afastados: diversos professores, entre os quais o professor Newton Freire-Maia - que seus acusadores costumam ligar aos problemas econômicos domésticos e seus familiares. Meias respostas e o prestigiamto de um dublê de inativo delegado de polícia, professor e chefe de setor que parece agir muito baseado em dossiê de pessoas e menos em termos de integração e compreensão de tarefas educacionais.

Temos tido outras muitas questões que apenas dão uma idéia do que corre em nossa Universidade Federal e como alguns assessores constituem na Reitoria um corpo só, de idéias, ideais e propósitos. E cada vez nos parece mais claro que entre essas idéias, ideais e propósitos aquele que pode levantar o conceito e o funcionamento da universidade não está em causa.

Temos tido outras muitas questões que apenas dão uma idéia do que corre em nossa Universidade Federal e como alguns assessores constituem na Reitoria um corpo só, de idéias, ideais e propósitos. E cada vez nos parece mais claro que entre essas idéias, ideais e propósitos aquele que pode levantar o conceito e o funcionamento da universidade não está em causa.



OCYRON

Culpado pela crise?

Crise da UFP não é por culpa do reitor. Pode contribuir, mas nunca resolvê-la

Atribuir a crise por que passa hoje a Universidade Federal do Paraná ao seu reitor ou corpo que a dirige é duplamente injusto. Com o reitor e com a crise. Com o reitor porque seria responsabilizá-lo por algo que lhe foge a capacidade; com a crise porque seria circunscrever apenas uma escassa situação que se irradiava a todo sistema de ensino nacional que, por sua vez, é somente parte da crise que sacode a própria sociedade brasileira.

Não faz muito, o ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, num acesso de sinceridade incomum para quem ministro do Estado, decretou que do pré-primário ao ensino superior, todo sistema educacional brasileiro estava em estado pré-falimentar.

O que pode acontecer é um diretor de grupo escolar ou um reitor de universidade, diante dessa crise e na incapacidade de administrá-la, aprofundar ainda mais as contradições.

E caso, dizem aos que se opoem à atual administração da UFP, de Ocyron Cunha e

os que o cercam: em vez de ser atenuada, a crise do ensino brasileiro acaba revelando contornos mais nítidos naquela que é a mais antiga universidade do país. Fazendo um paralelo, esses opositores sugerem se consultem os jornais de São Paulo e concluem: o reitor da USP não frequenta, negativamente, os noticiários da imprensa paulista como Ocyron Cunha os da imprensa paranaense.

Como exemplo, destacam a crise gerada em torno da contratação ou não do cientista Newton Freire-Maia. Numa época de "abertura relativa", dizem Ocyron Cunha permite que os caprichos de um seu subordinado sobreponham-se a toda uma corrente de simpatia, no Brasil e exterior, em favor do hoje mais conhecido professor da UFP. E quando toda a UFP se expôs ao ridículo, de promover a "cassação branca" de um mestre justamente quando inclusive os que afastados por corrupção voltam aos postos que antes de serem golpeados pelo arbítrio ocupavam, o reitor, agindo de uma inusual para seu feitio -

democraticamente - deixou que seus subordinados gerissem o caso, só intervindo no último instante.

Também no caso da sugestão do professor Cassiano Cordi, diretor do Departamento de Filosofia, para que se promovesse uma "triagem ideológica" na UFP, a reação do reitor, diante da repercussão que o caso teve, foi também tímida.

Por fim, apontam seus opositores, as denúncias de arbítrio, ilegalidades, fraudes e despotismo: na gerência dos negócios da universidade, feita pelo deputado Waldir Pugliesi, presidente do PMDB estadual, tiveram da parte do reitor respostas insatisfatórias.

Concluem: que a crise é geral, todos sabem; mas na UFP ela ganha características próprias. Mas, ressaltam, de nada adiantaria substituir a atual administração por outra. Não se resolve em Curitiba, no gabinete da reitoria, algo que está acima de todos nós, que nem o próprio ministro da Educação sente-se capacitado de resolver.

Cartas

Caso do padre Dreher

Senhor diretor

O padre Edmundo Dreher continua no departamento de filosofia. Este CORREIO em edição de 11.04.80 publicou carta de Rogério Ferreira que denunciava a situação irregular do professor Dreher.

Cassiano Cordi no entanto defendeu-se das acusações, como sempre, com mentiras e meias verdades.

Disse Cassiano que a permanência do professor Dreher junto ao departamento deveu-se a decisão do plenário departamental em reunião de 18.10.74. Mas não disse de que forma!

Diz a lei 4881 - A no seu artigo 53:

"no caso de aposentadoria compulsória, a Congregação ou colegiado equivalente atendendo ao mérito do professor, por 2/3 (dois terços) de seus membros, em votação secreta, poderá mantê-lo no exercício do cargo até 70 (setenta) anos de idade, ficando livre ao interessado aceitar ou não a prorrogação do exercício".

E ainda o artigo 47 do decreto 59679 de 6.10.66 que regulamenta o supra citado artigo 53 da lei 4.881 - A afirma o seguinte no seu parágrafo 1º:

"O quorum será constituído pelos membros da Congregação que se encontrarem em exercício na data da convocação".

Respeitou o Sr. Cassiano, na época chefe do departamento de Filosofia, o quorum exigido pela lei? Absolutamente, não.

Respeitou o senhor Cassiano a exigência do voto secreto de 2/3 dos professores? Absolutamente, não.

A decisão do Departamento de Filosofia de prorrogar o exercício do cargo do Pe. Dreher foi, portanto, ilegal.

Afirmou ainda Cassiano Cordi, que, por haver "optado pelo regime CLT (o Pe. Dreher) poderia permanecer na Universidade até que ela o dispensasse".

Diz a lei 5540 no seu artigo 37:

"Ao pessoal do magistério superior, admitido mediante contrato de trabalho, aplica-se exclusivamente a legislação trabalhista, observadas as seguintes regras especiais:

.....
II - A aposentadoria compulsória, por implemento de idade **extingue a relação de emprego independentemente de indenização**, cabendo à instituição complementar os proventos da aposentadoria concedida pela instituição de Previdência Social, se estes não forem integrados".

Como se vê o fato do professor Dreher ter optado pela CLT em nada altera a compulsoriedade de sua aposentadoria aos 70 anos de idade. É o que diz a lei. Mas na UFPr só se aplica a lei que contém aos seus dirigentes.

JORNAL O L. de Paraná
 P. U.F.P.
 Data 25-04-80 Estado PR

Continua a greve no curso de Geologia

Os 150 estudantes do curso de Geologia, da UFP, que completam o seu 17.º dia de greve, em assembléia geral extraordinária realizada ontem, decidiram prosseguir com a paralisação das aulas, aceitando o recesso em que a faculdade se encontra. A posição dos alunos não sofreu qualquer fragmentação e foi acatada por unanimidade. Do consenso geral, ficou estabelecido que permanecem as mesmas reivindicações feitas ao reitor Ocyron Cunha e o corpo discente esclarece que esperará a posterior reposição das aulas e provas perdidas.

Poucos fatos concretos surgiram da reunião mantida entre os estudantes e o reitor, quarta-feira passada, conforme disse um aluno. "O reitor apenas disse que não há necessidade de veículos (na UFP), porque dois já foram comprados, devendo ser divididos entre o pessoal do coral, dos diretórios acadêmicos e também pelos alunos de Geologia". Quanto às verbas solicitadas para manutenção dos alunos em aulas externas, Ocyron Cunha prometeu que o Departamento vai fazer um estudo para saber quanto se gasta em alimentação e estadia, calculando quanto será destinado a eles.

PROFESSORES

Sobre a contratação de professores, o reitor afirmou que "jamais me neguei à contratação deles". Os estudantes apresentam, hoje, ao Departamento de Geologia, uma análise de todas as cadeiras do curso, bem como as propostas para melhoras. Para isto, foram formadas comissões de estudos das cadeiras do Departamento, nas seis áreas de ensino, inclusive as afins, contando cada comissão com dois representantes do corpo discente e mais um suplente. Até os primeiros dias de maio, deve haver uma resposta para a questão.

O diretor do Departamento, Antônio dos Santos Segui, fez também uma licitação para que algumas empresas apresentem um orçamento para o conserto de todos os equipamentos do setor de Geologia que se encontram estragados. Somente aí estudará a possibilidade de consertá-los. A comissão de levantamento patrimonial tem prazo até hoje para realizar levantamento de todo o material existente no Departamento. Os estudantes continuam em assembléia geral permanente e convocam a todos para nova reunião, desta vez para próxima às 14 horas, no salão de Geologia.

Tribuna do Paraná
P. J. F. P.
24 04 80 R.

Deputado critica a Universidade do PR

"A resistência da Universidade Federal do Paraná ao processo de redemocratização do País" foi denunciada pelo deputado Waldir Pugliesi na Assembléia Legislativa. Para ele, "permaneceu um reduto da incompetência, da oligarquia e da política de compadrio, apropriando-se do principal estabelecimento de ensino superior do Estado".

"Um sistema de fraude e de desvirtuamento do processo decisório na UFP" é assim explicado pelo opositor: "Vejo que um assessor, Alsedo Leprevost, do gabinete da Reitoria, é o representante do setor de Ciências Exatas; que o pró-reitor de Ensino e Pesquisa, professor Eurico Back, é representante do setor de Ciências Humanas, Letras e Artes; que o pró-reitor de pós-graduação, Milton Giovanonni, é o representante do setor de Ciências Biológicas no Conselho de Administração da UFP".

Alegou o deputado que assessor e pró-reitor são cargos de confiança e subordinados diretamente à Reitoria, "não podendo seus integrantes ser representantes de um colegiado docente. E assim, se os estatutos pretehdem estabelecer representações docentes, discentes e da administração universitária, é com o objetivo de confronto de interesses o acordo de decisões. Ficou anulada por essa aberração representativa toda possibilidade de uma atuação colegiada".

O deputado Pugliesi analisou alguns pareceres de consultores da UFP concluindo que as decisões tomadas pelos órgãos superiores da instalação "não passam de fraudes de usurpação de poderes e de manipulação do poder por um grupo de associados dentro da instituição". Segundo ele, inúmeras matérias com divergência deixaram de ser encaminhadas aos conselhos superiores, sendo estes substituídos, por assim dizer, pela Reitoria, "o que caracteriza, inegavelmente, o arbítrio". Ele explicou que a consultoria jurídica da UFP elabora inúmeros pareceres sobre o mesmo

assunto, "obedecendo o critério do casuismo", o que permite à Reitoria escolher dentre eles o mais adequado à situação.

Pugliesi exemplificou com o processo de contratação do professor colaborador Mauricio Requião pelo Departamento de Psicologia, que não foi enviado a uma instância superior onde a matéria seria discutida e regulamentada, tendo o processo sido arquivado. Ainda que o departamento não tivesse acatado o parecer contrário à contratação do professor.

O reitor Ocyron Cunha, da Universidade Federal do Paraná, rebateu ontem as críticas feitas na Assembléia Legislativa pelo deputado Waldir Pugliesi, e lamentou "que as fontes do deputado não sejam bem informadas". Ocyron Cunha considera que o parlamentar precisa conhecer o estatuto da UFP "e estudá-lo antes de fazer críticas: Vou enviar uma cópia do regimento e estatuto da universidade para orientação do deputado" - disse.

Conforme o reitor, ele tem o dever de respeitar o deputado como representante do povo, "porque sou dirigente de órgão público e tenho a obrigação de dar a ele explicações que me solicitar. Mas, infelizmente, não tive o prazer de receber sequer um telefonema dele para que pudesse esclarecer suas dúvidas". No entendimento de Ocyron Cunha, não é verdade que na universidade tudo está centralizado nas mãos do reitor, "que é um mero executor das decisões dos colegiados superiores".

Ocyron Cunha argumentou que tem mantido a UFP com espírito democrático, nunca tendo solicitado aos membros dos conselhos superiores apoio no sentido de aprovação de um assunto específico. "Tudo é decidido depois de ampla e exaustiva decisão. Isso pode ser testemunhado pela representação discente. Não existe pressão, pelo contrário, sempre desejo que todos os assuntos sejam amplamente discutidos antes de sua aprovação.

Começou em 75 a crise no curso de Geologia

A Associação Profissional dos Geólogos do Paraná-Agepar aprovou em assembleia geral moção de solidariedade ao movimento de paralisação do curso de Geologia da Universidade Federal do Paraná, que já ultrapassa uma semana. A entidade observou que as deficiências relatadas pelos estudantes, em documento enviado ao MEC, correspondem à manutenção do mesmo estado crítico em que se encontrava o curso em 1975. Nessa ocasião foi formado um grupo de trabalho pelo MEC, que elaborou um plano diretor propondo medidas de caráter urgente para melhorar o curso "e que pelo jeito nada foi feito".

Segundo a entidade, as insuficiências do curso perduram desde a sua criação, do curso, "dai se poder concluir pela justeza do que é reivindicado pelos 150 alunos em greve". A Agepar informa que fatos semelhantes aos apontados no documento reivindicatório dos estudantes vêm sendo debatidos a nível nacional, pelas associações profissionais de geólogos, "que não concordam com o rebaixamento do nível de ensino da Geologia, como decorrência da proliferação de cursos mal estruturados, carentes em currículos, mal

aparelhados e ministrados por corpo docente deficiente".

Na moção aprovada pela Agepar é destacado que o País necessita de contingentes cada vez maiores de profissionais universitários possuidores de bom nível de formação para auxiliarem na superação de uma série de problemas da ordem social e econômica.

Assim, os geólogos resolveram "rogar às autoridades destinatárias do documento, para que o analisem com profundidade e discernimento, na urgência requerida pelos fatos e, sobretudo, que atendam às justas reivindicações dos estudantes".

MAIS APOIO

O Centro Acadêmico Hugo Simas, de representação dos acadêmicos da Faculdade de Direito da UFP, também emitiu nota de apoio à greve dos estudantes de Geologia, "por serem os motivos determinantes do movimento de mais inteira justiça". O CAHS destaca que "é patente a falta de recursos destinados a suprir às necessidades mínimas para o bom andamento do curso de Geologia e, muito pior, o silêncio dos órgãos da Reitoria, negando-se a tratar do problema dos estudantes". Para os acadêmicos de

Direito, a UFP se vê ameaçada de se transformar em algo semelhante a um "tribunal de Kafka, envolta no culto ao burocrativismo".

Nova acalorada reunião foi realizada ontem, no Departamento de Geologia. De longe podia-se ouvir os altos brados dos professores que discutiam o relatório elaborado pelos estudantes, em que enumeram os problemas e pedem solução. A chefe do departamento, a professora Cristine Fay, disse que no mais tardar hoje será enviado um documento ao diretor do Setor de Tecnologia ~~em~~ ^{em} relação ao documento dos alunos, alinhando as condições possíveis para minörar as deficiências existentes.

DEFASAGEM

Os grevistas ressaltaram ontem a defasagem entre a colocação do curso em recesso na última sexta-feira, através de portaria do reitor Ocyron Cunha, e o seu cumprimento. Isto porque apenas ontem os professores de disciplinas básicas começaram a colocar em execução a portaria, impedido o acesso dos estudantes às salas de aulas. Antes, eles estavam assistindo as aulas das disciplinas básicas.

JORNAL: <i>Arborea de Parana</i>
<i>P. VFR</i>
Data <i>16 04/80</i> Estado <i>PR</i>

Protesto: triagem ideológica

A defesa de uma triagem ideológica para contratação de professores pela Universidade Federal do Paraná, feita pelo chefe do Departamento de Filosofia, professor Cassiano Cordi, provocou a emissão de uma contundente nota de protesto por parte da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas. Para a entidade, a afirmação de Cordi de que "se infiltração esquerdista e patrulhas ideológicas conturbando o ambiente universitário, se concretizar, a nossa universidade está à beira de um novo e mais perigoso totalitarismo" - requer o questionamento sobre "qual velho e menos perigoso totalitarismo receia seja substituído pelo que ele teme".

A nota da Seaf assinala que "assim como para o monarca a idéia de abdicação não faz, a rigor, nenhum sentido, para o senhor Cordi é igualmente difícil ceder as chaves do reino, isto é, do Departamento de Filosofia. Para o senhor Cordi, fora do poder não há salvação". Para a entidade, a atitude do chefe do Departamento de Filosofia "é digna de um Tartufo de opereta, mas não vamos lembrar isso, porque Cordi conhece, sem sombra de dúvida muito bem as suas limitações".

Cartas

Cordi

Senhor Redator-Chefe,
Parece, ou serão mesmo brincadeiras, as declarações que, no dia 1º de abril de 80, o prof. Cassiano Cordi, do Departamento de Filosofia da UFPR, fez a esse conceituado jornal?

Se nós, nos contentássemos com uma simples leitura da notícia, poderia, a coitada, passar despercebida e ao mesmo tempo nos dar a idéia, de que, quando se pretende fazer ou estudar filosofia, basta sermos cristãos ou políticos, que os problemas do mundo estarão resolvidos.

Que nos perdoe o Sr. Cassiano Cordi (porque chamá-lo professor poderia sugerir uma ofensa à classe), mas a imagem que dele tivemos é a daquele ser existente nas mentes militares por volta de 1968/75, ou seja, o bicho maluco com presas reluzentes em busca do outro bicho mais feroz, que come criancinhas e corrompe os rapazinhos das famílias de bem. Estaria o nosso primeiro bicho procurando comunistas no centro das Forças Armadas, por exemplo?

Que nos perdoe também Jesus Cristo, na cruz, mas se baixasse um pouco mais a cabeça, poderia virar os olhos para a UFPR e ver quem são os "santos padres" e "educadores" que pretendem pregar sua filosofia. Se realmente os visse, o coitado do N.S. cairia estatelado de susto.

Que nos perdoe, ainda, os senhores que tentam lutar pela sobrevivência da Filosofia em nosso País mas, a ter como seu portavoiz um ser (ou será ente?) do porte do Sr. Cordi, mais simples e proveitoso seria instalarmos nos espaços reservados aos departamentos de Filosofia do Brasil, Centros de Treinamentos de Investigadores e Torturadores.

O que pensaria Maquiavel se pudesse encontrar-se com o Sr. Cordi?

Creemos que sentir-se-ia um medíocre escritor de historinhas de ficção para revistinhas de sacanagem.

Cristovão Gomes

E a cultura?

Sr. Editor

Como leitor assíduo do CORREIO, tenho algumas sugestões para melhorar ainda mais esse já excelente jornal. Nem todos sabem da precária situação da arte local, prejudicada pela proximidade de "fundações" paternalistas. Seria interessante que o CORREIO, além de entrevistar e publicar artigos sobre os figurões de outros estados, procurasse analisar os movimentos locais, mostrando as razões para o atual afastamento das massas.

Diariamente entram em cartaz shows, peças teatrais, recitais e são lançados livros que poderiam ser comentados de um modo crítico, servindo, inclusive, de referencial para os próprios produtores artísticos. Acredito que a cultura curitibana (e paranaense) se resente da falta de críticas inteligentes que analisem todas as suas manifestações. Seria mais ou menos isso: aplicar na parte cultural do CORREIO a mesma garra e a mesma coragem que nas demais seções, pois senão a arte e a cultura oficiais, continuarão a ser meros investimentos publicitários de nossos governantes, sem cumprir sua função social e histórica, pois os seus batalhadores continuarão marginalizados. E o jornal completaria sua função de revolucionar o jornalismo local, ficando ainda mais à frente dos demais.

UFP pede mais dinheiro

A difícil situação financeira da UFP já era conhecida, mas o reitor sempre evitou polemizar. Agora, pede socorro ao MEC

O reitor Ocyron Cunha dirigiu o escritório à Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura solicitando recursos no valor de 505 milhões e 280 mil cruzeiros, para eliminar a defasagem entre as dotações orçamentárias existentes e os recursos necessários para a manutenção das funções da Universidade Federal do Paraná.

Como as demais universidades, a UFP possui "um orçamento defasado economicamente devido à situação gerada, por exemplo, pela elevação do custo dos bens e serviços", segundo o reitor. Na exposição de motivos apresentada para o pedido, ele destaca alguns aspectos existentes na instituição em decorrência da difícil situação financeira.

Entre eles, recorda o fato de a UFP ser a universidade mais antiga do país e não possuir suas instalações em um único "campus", mas distribuídas em cinco áreas diferentes e que as construções, antigas, não foram planejadas para suportar a utilização atual, necessitando de recuperação e conservação.



REITOR SEM DINHEIRO

*Uma "defasagem": 505 milhões
Muitos gastos*

No documento, o reitor explica que os prédios com vários pavimentos têm seus gastos aumentados

com energia e manutenção, por possuírem elevadores; que o Hospital de Clínicas não cumpre somente a função de hospital-escola. Com seus 47.217 metros quadrados de área construída (o prédio principal) tem 14 pavimentos, 565 leitos, 180 médicos residentes, o HC é responsável por importante função social na comunidade paranaense, argumenta Ocyron,

Outro ponto levantado pelo reitor é o fato de que o pedido para a atividade "Manutenção de Restaurantes para Educandos" é novo, uma vez que o Restaurante Universitário era arrendado, e os demais tinham o seu funcionamento mantido pelos diretórios acadêmicos. Ele lembra ainda que o Laboratório de Eletrotécnica e Eletrônica, cuja construção está em andamento, já assumiu a responsabilidade de 800 horas de testes de equipamentos para indústrias em decorrência do funcionamento da hidrelétrica de Itaipu, e que necessita, urgentemente, de mais recursos.

A greve continua

O S estudantes de Geologia da Universidade Federal do Paraná entram hoje no sétimo dia de greve, ignorando a decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa, que na sexta-feira considerou o curso em recesso, segundo portaria do reitor Ocyron Cunha. Ontem, para continuar caracterizando o movimento, os universitários se reuniram no Centro Politécnico para assistir a um espetáculo do compositor João Lopes. Estava prevista uma reunião com os professores, o que não aconteceu porque os docentes, estiveram com o reitor durante a manhã.

Enquanto os estudantes ignoram a decisão da reitoria, esta ignora o movimento grevista. A Universidade não modificou sua posição, ainda que os alunos de Geologia continuem insistindo na existência de uma paralisação e não de um recesso escolar.

O Diretório Acadêmico do Setor de Tecnologia continua dando total apoio à greve. Segundo o vice-presidente do diretório e representante do corpo discente no CEP, Jorge Sami Manika, a entidade está inclusive cedendo material para confecção de faixas e cartazes. "A paralisação é extremamente justa

para melhorias do ensino, que é extensivo a todos os cursos da UFP.

Por sua vez, o DCE está mobilizando todos os diretórios estudantis para conseguir um maior número de apoio ao movimento grevista, para uma moção que deverá chegar às mãos do reitor. O presidente do DCE, Carlos Gonzaga diz que a decisão da Reitoria em declarar o curso em recesso "é uma forte prova de que o reitor está virando as costas para o problema". Segundo ele, "o recesso está só no papel, enquanto a greve continua como iniciou".

Greve é greve, diz a Geologia da UFP

"Continuamos em greve. Não conhecemos greve legal nem greve ilegal. Conhecemos greve". Essa é a posição do presidente do Centro de Estudos Geológicos do Estado do Paraná, Luiz Guilherme Knauer, a respeito da greve dos estudantes de Geologia da Universidade Federal do Paraná. Anteontem, pela portaria 2058, o reitor Ocyron Cunha decretou recesso no curso de Geologia, numa clara tentativa de esvaziar a greve.

Para Guilherme, "em primeiro lugar, frise-se que não recebemos oficialmente qualquer portaria. Segundo, não entendemos o que quer dizer, analisando o texto que foi publicado nos jornais. Será recesso no sentido de paralisação de todas as matérias básicas? Ou será só em relação às do Departamento? Nada foi explicado a nós.

Tomamos conhecimento da portaria pelos jornais, agora de manhã. Procuramos a Reitoria e o Departamento para explicações, mas sábado tudo está fechado".

Os estudantes em greve procuraram um advogado para analisar a portaria. Diz Guilherme que "o advogado nos disse que, pelo texto, entende que todas as aulas do curso paralisam. Nós, até segunda-feira, continuamos assistindo às aulas básicas e fazendo provas

(uma no sábado à tarde, outra será amanhã de manhã)".

Portaria para quê?

"Não sabemos até que ponto esse tipo de resolução-portaria- visa realmente a resolver os problemas apresentados por nós", diz Guilherme. "Uma coisa que precisa ficar clara é que não se trata, em nossas reivindicações, de acusar os professores de falta de capacidade. Eles não precisam se ofender, o que queremos dizer é que os professores citados, sobre maior preparo, não têm, ou por habilitação específica, ou por não cumprirem programação, condições hoje de dar as aulas que estão lecionando".

A reivindicação principal se refere às aulas de campo, cuja diária está congelada, "há dois anos, em 180 cruzeiros. Fazendo um cálculo para hoje, só incluindo o índice inflacionário do ano passado, ela teria que passar a, no mínimo, 300 cruzeiros".

Segunda-feira, às 10 horas da manhã, os estudantes em greve realizarão assembleia, no "bunker" - assim o chamam - do Cegep. Guilherme faz questão de destacar: "o que pedimos são as condições mínimas para que o curso de Geologia funcione de acordo".

Processo de Freire Maia volta à análise da UFP

O Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná voltará a analisar o processo de contratação do professor Newton Freire Maia pelo Departamento de Genética. O CEP se baseará na resposta do geneticista à sugestão de reversão



Ocyron se preocupa com formandos.

ao serviço ativo para se posicionar novamente sobre o assunto. Como se recorda, o diretor do Setor de Ciências Biológicas, Milton Miró Vernalha levantou uma série de restrições à renovação de contrato do professor como visitante. Já os conselheiros do CEP decidiram que, como o geneticista era aposentado pela instituição, não poderia ser contratado como visitante, mas apenas reverter ao serviço ativo.

O professor Freire Maia levantou diversos aspectos legais que o impediriam de retornar à ativa, como foi sugerido pela UFP. O reitor Ocyron Cunha não quis comentar sobre o assunto ontem, alegando não querer interferir na decisão a ser tomada pelo CEP. Disse ainda que sua grande preocupação é que os 32 formandos no curso de Genética Humana, de pós-graduação, terão problemas quando houver reformulação da carreira do magistério. Porque aí será exigido diploma do curso, que ainda não é credenciado pelo Conselho Federal de Educação.

Para apressar o credencia-

mento do curso, o reitor designou uma comissão especial composta pelos professores Milton Giovanonni, pró-reitor de Pós-Graduação; Bento Arce Gomez, coordenador do curso de Mestrado em Genética Humana; Francisco Antônio Marçallo, titular do Departamento de Genética; Hermes Moreira Filho, coordenador do curso de Mestrado em Botânica; Orlando Teodoro de Freitas, coordenador do curso de Mestrado em Morfologia; e Jayme de Loyola e Silva, coordenador do curso de Mestrado em Zoologia, para propor as medidas necessárias mínimas ao credenciamento.

Essa comissão providenciará para que o curso, a nível de mestrado seja submetido à aprovação do Conselho Universitário, para encaminhamento ao CFE. Desde 1969 vem sendo examinado o curso para credenciamento. O processo foi iniciado pelo CEP e protocolado em 1976 no CFE; baixou em diligência em julho do ano passado, e até agora permanece sem uma definição. Isso impossibilita a UFP de expedir os respectivos diplomas aos 32 formandos.

Greve na Geologia da UFP, desde ontem

Depois de decidido em assembléia, 150 alunos de Geologia entraram em greve ontem na Universidade Federal do Paraná. Segundo eles, "a greve é o único jeito de pressionar para conseguirmos as mínimas condições de trabalho. A paralisação dos alunos de Arquitetura nos serviu de exemplo".

Enviando relatórios à Reitoria os alunos não obtiveram respostas concretas. Diante da omissão, dizem que o caminho encontrado foi o mesmo utilizado pelos colegas da área de Arquitetura. As deficiências mais flagrantes da Geologia, segundo os universitários são a falta de verbas para aulas de campo; falta de material didático - os existentes são fantasmas. Os alunos nunca tiveram acesso; o pouco número de microscópios, e deficiente capacidade de alguns professores.

A condição para a volta às aulas é que os problemas imediatos sejam resolvidos. Um dos alunos diz que há deficiências flagrantes na didática das matérias do ciclo profissionalizante. "Há professores não habilitados, sem capacidade de nos dar as mínimas

condições de formação para o futuro. Outros capacitados não têm tempo para dedicação integral à universidade. E ficamos nesse impasse".

Relatório a Brasília

Sem obter resultados práticos nos contatos com a direção do Departamento de Geologia e à Reitoria (que segundo os alunos, se negou a estudar os problemas), os estudantes de Geologia resolveram encaminhar direto à Secretaria de Ensino Superior, do MEC, um relatório mostrando como funciona o curso na UFP. "Essa avaliação foi entregue em mãos dos responsáveis pelos próprios alunos, na terça-feira da semana passada.

Antes da decisão de não frequentar as aulas, os alunos procuraram o reitor Ocyron Cunha. Segundo eles, "não fomos atendidos. A secretária nos disse apenas que o reitor estava muito ocupado". Os estudantes acusam também a diretora do departamento de Geologia, Cristina Fey, de omissão. "De todas as vezes que a procuramos para falarmos do assunto, a professora se mostrou desinteressada".

Residentes param hoje

Os médicos residentes do Hospital de Clínicas irão paralisar suas atividades hoje, das 10 horas ao meio-dia, em protesto contra a votação do Projeto de Lei, elaborado pelo governo, dispondo sobre a atividade do médico residente, fixando seus direitos previdenciários e trabalhistas.

Em contrapartida, o deputado Mário Haras, do PMDB/SP, vai apresentar no Congresso um substitutivo ao Projeto do Governo, de autoria da Associação Paranaense de Médicos Residentes.

Ao mesmo tempo serão deflagrados outros movimentos a nível nacional,

evidenciando o protesto da classe à medida governamental.

Em Curitiba, os 182 residentes do HC estarão reunidos hoje pela manhã, no pátio da Reitoria da UFP, para entregar ao reitor, Ocyron Cunha, um documento contendo os itens que consideram essenciais à regulamentação da classe.

Para acompanhar o encaminhamento do substitutivo, que será apresentado por Mário Haras, seguiram para Brasília dois representantes dos médicos residentes do HC, que lá se encontrarão com outros líderes dos demais estados da federação.

Diretório repudia triagem ideológica

A sugestão do professor Cassiano Cordi, diretor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, de se promover uma "triagem ideológica" dos alunos e professores da escola, a fim de que sejam afastados os que "usam a universidade para fazer proselitismo político", foi energicamente repudiada pelo Diretório Acadêmico Rocha Pombo.

Em ofício enviado à professora Cecília Maria Westphalen, diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFP, exigindo que Cordi "esclareça devidamente suas afirmações prestadas ao jornal "(CORREIO DE NOTÍCIAS, edição de 1º de abril)", o diretório acusa Cordi de criar "um clima de tensão e agitação", por causa de suas atitudes provocativas".

E adverte:

(...) se tal clima passa a ocorrer na universidade, a responsabilidade disto é única e exclusivamente de elementos sem ponderação e intolerantes a ele (Cordi) assemelhados".

Consideram os representantes dos alunos do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes que as declarações de Cordi em favor da "triagem ideológica" são "indignas de serem sequer mencionadas por qualquer mestre que se preocupe em honrar e dignificar não somente o cargo que ocupa mas a

própria instituição sob cujo interesse deveria labutar".

Repudiam também os estudantes a afirmação de Cordi sobre a existência e infiltração de "grupos de esquerda", em todos os escalões da UFP e que o professor acusa de estarem "provocando um tumulto organizado na universidade".

Para o Diretório Acadêmico, ao acusar os estudantes e suas entidades de representação "este senhor esquece que lutar pelos direitos ou mesmo desenvolver um senso crítico é o mínimo que pode ocorrer àqueles que desenvolvem a vida acadêmica. Renegar a crítica, a discussão e a própria convivência de idéias contrárias é renegar a própria existência da Ciência Filosófica".

E perguntam:

— Ou será que é a isto que este senhor pretende chegar?

Concluem os alunos:

— Em qualquer das circunstâncias apontadas, o senhor em questão demonstra não possuir as mínimas aptidões para lecionar Filosofia, quanto mais para assumir chefia de departamento".

No ofício enviado à professora Cecília Westphalen, superiora de Cassiano Cordi, o Diretório Acadêmico comunica ainda que vai pedir ao Conselho de Entidades do DCE da UFP um pronunciamento oficial sobre o caso.

Um defensor da censura

"A censura é uma necessidade que decorre da própria natureza da sociedade, isto é, de homens que se agrupam para atingir as mesmas finalidades de cooperação recíproca (sic) para galgar patamares cada vez mais condizentes com a natureza humana, cuja complexidade envolve uma unidade espiritual-corporal. Além da censura ser inerente à proteção das finalidades sociais, ela deve ter critérios de ponderação para saber até que ponto certas informações possam gerar equívocos e prejuízos para um determinado setor social ou nível cultural de uma região".

Quem ensina isso é o professor Cassiano Cordi, diretor do Departamento de Filosofia da UFP, em artigo publicado na edição do dia 14 de fevereiro do ano passado, no jornal "Correio Serrano", de Cruz Alta, Rio Grande do Sul, página 4.

Sob o título "Liberdade de imprensa e a pornografia multiregional", Cassiano Cordi defende pura e simplesmente a aniquilação "de

certas revistas", para ele imorais. Chega a afirmar que a atual censura brasileira neste campo (o que ele considera pornografia) "está cada vez mais vacilando nas permissões com que, pelo receio de respeitar uma falsa liberdade de imprensa, prejudique sensivelmente a moral de nossa sociedade (...) falta coragem ou então, pior ainda, a própria censura perdeu a noção de moralidade".

Cordi tenta, então, defender pelo menos uma "regionalização" da censura. Sob o seguinte argumento: no eixo Rio-São Paulo existiria um "indiferentismo degenerativo quanto às obscenidades pornográficas". Por que permitir que essa mentalidade espalhe para o país todo?

Afirma:

"A mesma capa pornográfica de uma revista nas praias de Copacabana pouco significa aos paladares grosseiros que ali pululam, mas no interior é motivo de rubor nos rostos dos pais, impacto emocional nos adolescentes, repulsa nas mães de família".

JORNAL *Correio de Notícias*
P. U.F.P.R.
Data 1º 04/80 Estado PR

Caça às bruxas na UFP

O chefe do departamento de filosofia, Cassiano Cordi, propõe uma triagem ideológica na UFP

O professor Cassiano Cordi, chefe do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Paraná, conhecido por suas posições a favor da pena de morte (para o chamado "delito político"), defensor da tortura e outros métodos "mais radicais" como forma de extrair confissões dos "criminosos políticos", admitiu, ontem, a possibilidade de se fazer "uma triagem ideológica" na UFP, a fim de que sejam afastados professores que ele acusa de "usar a Universidade para fazer proselitismo político".

E ameaçou:

— Serei o primeiro a propor o afastamento destes professores".

E mais: considera necessário se instaure imediatamente na UFP um inquérito administrativo para investigar a presença na escola de grupos organizados de esquerda "que estão provocando um tumulto organizado na Universidade".

De acordo com Cassiano Cordi, esses "grupos de esquerda" estão infiltrados em todos os departamentos do Setor de Ciências Humanas, com ramificações nos diretórios acadêmicos e entre os alunos da Universidade em geral.

Cordi, que ao defender em público a aplicação da tortura como método de interrogatório envolveu inclusive a psicanálise (a repressão é um motor do processo civilizatório), diz que já possui "muitas evidências" para acreditar, inclusive, na existência de "patrulhas de esquerda" a vigiá-lo e a outros "professores democratas".

Além disso, o professor acusa al-



CORDI
Pelo afastamento de colegas

guns de seus colegas do Departamento de Filosofia de membros dos alegados e misteriosos "grupos de provocação de esquerda". A delação é indireta e ele a fez quando disse que se fosse promover uma "seleção ideológica no Departamento de Filosofia "estaria sem muitos dos professores contratados para o Departamento".

Com isso, Cordi se defendeu da acusação de alguns professores de que já teria feito a "seleção ideológica no Departamento de Filosofia:

— O departamento dispensou quatro professores porque havia um

número de professores superior à carga horária a ser cumprida. Havia ociosidade, então. Não fiz nenhuma seleção ideológica. Se fizesse..."

O chefe do Departamento de Filosofia se autodefine ideologicamente como "um intelectual católico" e politicamente como "um democrata cristão" e que, por isso, não aceita "doutrinas atéias como o marxismo" e não admite que "usem a democracia para impor regimes antidemocráticos". É completa: "Se esta forma de pensar pode ser definida como sendo de direita, então eu sou direita".

Freire Maia devolve o problema à Universidade

Para a recontração do professor Newton Freire Maia, a Universidade Federal do Paraná precisará reformular toda a proposta já a ele apresentada, pois o geneticista, auxiliado por seu advogado, encontrou irregularidades e aspectos contraditórios nas sugestões daquela instituição de ensino. Portanto, por ora, o seu caso continua sem solução, e o professor disse que aguardará uma resposta da UFP.

Ontem, o professor Freire-Maia distribuiu um documento à imprensa, esclarecendo que tal forma de comunicação também foi utilizada pela UFP, durante os episódios que... o seu nome. Deixou claro, ainda, que "na situação em que me encontro, o contrato não é importante", enfatizando também que "não estou procurando emprego". Além dos dois pontos irregulares na proposta de recontração, o geneticista descobriu um processo (n.º 110.406/76) do Ministério da Educação e Cultura, no qual se afirma que mesmo professores da própria instituição podem ser contratados como professores visitantes, desde que não haja coincidência de horários e outras atribuições.

O DOCUMENTO

É o seguinte o teor do documento elaborado por Freire Maia:

"1. A Egrégia Primeira Câmara do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR decidiu sugerir-me, em recente documento de que tomei conhecimento pela imprensa, que eu, aposentado em 1978, requeresse, à Universidade, minha reversão ao serviço ativo. Encontra essa reversão, no entanto, segundo me parece, obstáculo na legislação federal: O Decreto 32.101, de 16 de janeiro de 1953, depois de definir, em seu Art. 1.º, reversão como o "reingresso no serviço público do funcionário aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria", enumera, no parágrafo único do mesmo Art. 1.º, os requisitos para que a reversão possa efetivar-se. Dentre tais requisitos, dois impedem minha reversão. Pela letra a é preciso que o servidor que pretende reverter não haja completado 60 anos de idade, marca etária que já ultrapassei. Pela letra b, exige-se que o servidor não conte mais de 30 anos de serviço, incluído o período de inatividade. Eu já tinha tempo de serviço superior a esse limite quando me aposentei.

"2. Ainda que assim não fosse, há motivos de natureza moral que me desaconselham o pedido de reversão. Sente-se, no teor da deliberação da Câmara, velada censura ao ato de minha aposentadoria. Requeria-a no pleno exercício de um direito, e o ato administrativo que a concedeu não merece qualquer reparo.

"3. Não se justifica, de forma alguma, entender a expressão "Professor Visitante" pelo significado da palavra "visitante", mas na forma como a definem a lei prática universitária. A Lei 2.272, de 11 de dezembro de 1954, em seu Artigo 14, III, como único requisito para a contratação de "Professor Visi-



Freire Maia.

tante", o "reconhecido renome" do contratado. Se a Egrégia Câmara, em sua generosidade, reconhece expressamente que minha modesta vida, dedicada à ciência e ao ensino, me assegurou o renome de que fala a lei, nenhum outro requisito é por lei exigido. Nem pela lei, nem pela prática.

"Se existem outros professores aposentados que aceitem sua contratação e cujos serviços sejam considerados de relevante utilidade para a Universidade, não vejo razão para que não sejam contratados. O aposentado não pertence aos quadros ativos do serviço público. E a Universidade existe para bem usar o dinheiro público no progresso da ciência e da tecnologia, no desenvolvimento da área humanística e em um ensino superior de alto nível.

"Convencido de que minha contratação como Professor Visitante foi e será lícita, faço questão de declarar que não posso calar-me diante da velada crítica acima referida e que me isento, portanto, de qualquer responsabilidade quanto ao destino do Curso de Pós-graduação em Genética Humana. Os dois primeiros processos, enviados há anos ao Conselho Federal de Educação, lá desapareceram; o terceiro não chegou a desaparecer por completo naquele órgão do MEC, tendo sido reconstituído, lá mesmo, na base dos fragmentos que dele sobraram. Assim foi lido pelo Relator, que o fez baixar em diligência para a solução de pequenos senões, apesar de conter elogioso parecer - sobre o Departamento de Genética da UFPR. O quarto e novo processo, já devidamente preparado, deverá ser encaminhado ao CFE muito breve e espero que tenha melhor sorte que os anteriores.

"O Curso de Pós-graduação em Genética Humana da UFPR é excelente, de primeira categoria

no cenário nacional, sendo seus atestados já aceitos por inúmeras universidades brasileiras e uma alemã. São, pois, válidos os atestados que 32 (trinta e dois) Mes- tres receberam de nossas mãos.

"Creio que, sendo insubsistentes, as razões invocadas pela Egrégia Câmara para impugnar minha contratação como Professor Visitante e, por outro lado, sendo inadmissível, legal e moralmente, meu pedido de reversão, não será minha, obviamente, mas da alta direção da UFPR, a responsabilidade por eventuais danos que minha modesta ausência possa causar aquele Curso.

"4. Gostaria de informar, mais uma vez que não pedi para ser contratado. Atendi a pedido do Departamento de Genética, que vê, em minha contratação, auxílio de alguma importância para os serviços do Departamento, em especial quanto ao Curso de Pós-graduação.

"5. Acrescento que estou magoado com as injuriosas e difamantes referências feitas a minha pessoa, a pessoas de minha família e a ilustres professores da UFPR, que não mereciam os respingos ofensivos que os atingiram, contidos em outro documento distribuído por toda a Universidade, sem a aquiescência do Magnífico Reitor. Não respondi a esse documento. Não o faço porque, como cristão, devo perdoar aos que me injuriam e difamam. E, se não fosse cristão, parodiando Eça de Queiroz, poderia ainda dizer que a minha vaidade me impede de descer a tanto. Mas a UFPR, apesar de tudo, foi ferida em sua dignidade ao receber um documento primariamente mal-redigido, injurioso e difamante.

"6. Gostaria de lembrar ainda que o pedido de minha contratação representa uma pequena parte de um vasto plano departamental, que foi totalmente vetado em dezembro, e, apesar disso, não mereceu, em seu conjunto, uma análise por parte da Egrégia Câmara.

"7. Repito o que já disse pessoalmente ao Magnífico Reitor. Eu aceitaria trabalhar no Departamento de Genética sem salário algum ou mediante salário mínimo mensal que poderia mesmo deixar de receber, tornando-o, desta forma, puramente simbólico.

"8. Encerro estas declarações, agradecendo as comoventes provas de amizade e carinho que recebi de ilustres professores da UFPR e de outras Universidades assim como de outros amigos fraternos que, graças a Deus, fui conquistando ao longo da existência. Finalmente, devo um especial agradecimento às inúmeras instituições, científicas ou não, de âmbito estadual ou nacional, que se solidarizaram comigo durante esses dias em que recebi, de um lado, injúrias e difamações, e, de todos os outros, as mais expressivas provas de respeito e carinho. Não tenho palavras para agradecer a firme solidariedade que me chegou de tantos e tão eminentes cientistas e de tantas e tão expressivas instituições. Curitiba, 27 de março de 1980. Newton Freire-Maia"

UFP se define e deixa decisão com Freire Maia

Sugestão para reversão ao serviço ativo da União do professor Newton Freire Maia. Esta foi a decisão tomada ontem pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, sobre o processo de recontração do geneticista como visitante, pelo Departamento de Genética. O professor, que se aposentou por tempo de serviço em 1978 no cargo de titular, retornaria às atividades docentes e de pesquisa no mesmo cargo, mediante um pedido formal e pessoal de reversão ao serviço público federal.

Apesar de ter sido contratado no ano passado como visitante, o Conselho de Ensino e Pesquisa concluiu que a contratação foi irregular "porque professor visitante é o docente recrutado fora do âmbito da instituição e, tendo Freire Maia se aposentado voluntariamente em cargo estatutário, criou vínculo permanente com a Universidade, em razão também dos proventos de aposentadoria que auferiu". Assim, o parecer do presidente da 1.ª Câmara do Conselho e relator do processo, Eurico Back (pró-reitor de Ensino e Pesquisa), foi de que "se irregular foi a contratação, evidentemente a recontração é proibitiva".

INTERESSES

O parecer foi aprovado por unanimidade pelos demais integrantes da 1.ª Câmara: professor Alsedo Leprevost, representante do Setor de Ciências Exatas; professor Milton Giovannoni, representante do Setor de Ciências Biológicas; representante do Setor de Educação, professor Ângelo Vergínio Visintin e pelo representante dos estudantes, Jorge Samy Manika. Desta forma, agora está nas mãos do professor Freire Maia sua permanência no Departamento de Genética. O reitor Ocyron Cunha disse que o pedido de reversão deve ser encaminhado ao chefe do Departamento, que o envia à Reitoria, sendo que a decisão cabe a ele. "Eu aceito seu retorno com muito prazer" — frisou o reitor.

A preocupação do CEP é da manutenção do professor Freire Maia no curso de pós-graduação em Genética Humana, porque prevêem que, sem ele, haverá maiores dificuldades para o credenciamento do curso pelo Conselho Federal de Educação, o que prejudicaria os 30 alunos já formados que até agora não puderam ter o diploma expedido pela UFP, por não ser credenciado o curso. O reitor Ocyron Cunha comentou que justamente por isso é fundamental que o geneticista tenha vínculo permanente, o que não seria possível com a renovação de contrato como visitante.

Conforme explicou Ocyron Cunha, para que um curso de pós-graduação seja reconhecido é necessário que 40 por cento de sua "massa crítica" tenha vínculo permanente e

titulação de doutor, o que não haveria com Freire Maia como visitante.

Segundo o reitor, falta de pessoal com vínculo permanente foi o que motivou o atraso no credenciamento do curso de Hidráulica, do Setor de Tecnologia, que funciona desde 1977. Isto porque os docentes também são engenheiros da Copel e não podem ter dedicação exclusiva à UFP. Argumentou Ocyron Cunha que poderia ocorrer o mesmo na Genética com a saída de Freire Maia, que está há dez anos no curso de pós-graduação.

PRESSÃO

O reitor reconheceu que houve pressão muito grande de professores aposentados querendo o mesmo tratamento que o professor Freire Maia, ou seja, recontração como visitante. Disse haver cerca de 20 requerimentos pedindo condições iguais, e que se a UFP aceitasse um teria que aceitar todos.

Depois de Freire Maia, foram contratados mais dois professores em situações semelhantes. Porém estes eram aposentados pelo INPS. O mesmo o reitor deu ordem para rescisão desses dois contratos, que são de professores dos setores de Ciências Agrárias e de Ciências da Saúde, cujos nomes preferiu omitir.

Quanto a haver prejuízos financeiros ao professor Freire Maia se aceitar essa sugestão de reversão à ativa pelo padrão de titular, o reitor observou que, segundo noticiário da imprensa, ficou sabendo ter o CNPq se prontificado a pagar em dobro a complementação para pesquisa que o geneticista recebe, "então financeiramente ele não terá prejuízo" — frisou.

EM COMUM ACORDO

O professor Newton Freire Maia disse ontem à tarde ter sabido da decisão do CEP através do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Renato Caldas, que telefonou a Ocyron Cunha e depois lhe comunicou. Assim, o Rio ficou sabendo da decisão antes do Departamento de Genética, onde os professores estavam na expectativa. "Só tomarei uma decisão em comum acordo com meus colegas do Departamento de Genética" — comentou Freire Maia, alegando que ontem não seria possível se decidir porque tinha outros compromissos inadiáveis.

O geneticista esclareceu que o Conselho Nacional de Pesquisa pagaria em dobro a complementação se ele não tivesse vínculo empregatício com a Universidade, pois caso contrário complementará até um certo teto. Freire Maia não soube informar quanto está ganhando como aposentado, "pois houve um pequeno aumento em janeiro e março e ainda não recebi o contracheque". Também não quis comentar quanto deixaria de ganhar sem o contrato como visitante.

O parecer do Conselho

A integra do parecer da 1.ª Câmara do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFP, sobre o processo de recontração do professor Newton Freire Maia, sob o número 16.153/79, e que consta como interessado o Departamento de Genética é a seguinte: "Ementa: Sugere a reversão ao serviço ativo da União do Professor Newton Freire Maia."

I - HISTÓRICO

1. Deferido o requerimento do Prof. Newton Freire Maia, formulado a 6 de março de 1978, o Magnífico Reitor baixou a Portaria n.º 0596, de 04/9/78, publicada no Diário Oficial da União do dia 18/9/78, concedendo-lhe a aposentadoria no cargo de Professor Titular, do Departamento de Genética, do Setor de Ciências Biológicas e do Quadro Permanente da Universidade Federal do Paraná (Processo n.º 03067/78).

II - PARECER

1. Caracteriza-se o vínculo de Professor Visitante pela necessidade didática ou científica da Instituição de contar com o concurso de ilustres personalidades, de reconhecido renome nacional e internacional.

Vale dizer que a pessoa escolhida *fora do quadro da Instituição* deve reunir predicados excepcionais de notório saber, alta qualificação didática, técnica e científica.

2. O brilho da cultura, do alto nível intelectual do Professor Newton Freire-Maia, assim como os relevantes serviços por ele prestados à Universidade e à comunidade científica - qualidades que levariam qualquer Instituição a sentir-se honrada com sua colaboração - fizeram com que o Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná tenha aceitado a proposta de contratação sem o cuidado de uma análise mais profunda dos

ção, evidentemente a recontração é proibitiva.

4. Não resta a menor dúvida de que um docente da categoria do Professor Newton Freire-Maia - autoridade incontestada no campo da Genética Médica - é indispensável no quadro desta Universidade, para que prossiga em seu trabalho de orientação de teses e nas pesquisas tão eficientemente até aqui por ele realizadas ou por ele coordenadas.

Além disso, o referido Mestre, há 10 (dez) anos, empresta seu nome e seu prestígio de cientista ao Curso de Pós-Graduação em Genética, a nível de Mestrado, o qual não foi ainda credenciado pelo Conselho Federal de Educação, como também não faz parte do elenco dos cursos recomendados pela CAPES - Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura.

Torna-se evidente, portanto,

PT 2356.268

A integra do parecer da 1.ª Câmara do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFP, sobre o processo de recontração do professor Newton Freire Maia, sob o número 16.153/79, e que consta como interessado o Departamento de Genética é a seguinte: "Ementa: Sugere a reversão ao serviço ativo da União do Professor Newton Freire Maia.

I - HISTÓRICO

1. Deferido o requerimento do Prof. Newton Freire Maia, formulado a 6 de março de 1978, o Magnífico Reitor baixou a Portaria n.º 0596, de 04/9/78, publicada no Diário Oficial da União do dia 18/9/78, concedendo-lhe a aposentadoria no cargo de Professor Titular, do Departamento de Genética, do Setor de Ciências Biológicas e do Quadro Permanente da Universidade Federal do Paraná (Processo n.º 03067/78).

2. Por meio do Of. n.º 215/78-GD, de 14/3/78, o Diretor do Setor de Ciências Biológicas encaminhou à Reitoria a solicitação do Departamento de Genética para que o professor Newton Freire-Maia, depois de aposentado, fosse contratado como Professor Visitante (Processo 03066/78).

Ora, a contratação de qualquer professor, só pode efetivar-se, se incluída no Plano Departamental. Aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, o Plano Departamental do Departamento de Genética para o 1.º semestre de 1979 (Processo n.º 15788/78), com a inclusão do Professor Newton Freire-Maia, foi atendido o pedido nos termos do Art. 14, III e § 5.º da Lei n.º 6.182, de 11/12/74, e o referido Professor assinou o contrato n.º 031/79 a 29/03/79, pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir de 01/03/79.

3. Por meio do Of. n.º 231/79, de 30/11/79, ao encaminhar o Plano de Trabalho para o 1.º semestre de 1980, o Departamento de Genética solicitou a recontração como Professor Visitante do mesmo docente estatutário aposentado.

II - PARECER

1. Caracteriza-se o vínculo de Professor Visitante pela necessidade didática ou científica da Instituição de contar com o concurso de ilustres personalidades, de reconhecido renome nacional e internacional.

Vale dizer que a pessoa escolhida *fora do quadro da Instituição* deve reunir predicados excepcionais de notório saber, alta qualificação didática, técnica e científica.

2. O brilho da cultura, do alto nível intelectual do Professor Newton Freire-Maia, assim como os relevantes serviços por ele prestados à Universidade e à comunidade científica - qualidades que levariam qualquer Instituição a sentir-se honrada com sua colaboração - fizeram com que o Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná tenha aceitado a proposta de contratação sem o cuidado de uma análise mais profunda dos seus aspectos legais.

3. Entretanto, procedido a esse exame, concluímos que, nas circunstâncias em que foi efetuada, a contratação havia sido irregular.

Com efeito, o Professor Newton Freire-Maia aposentou-se voluntariamente em cargo estatutário, o qual lhe cria vínculo permanente com a Universidade, em razão também dos proventos de aposentadoria que auferiu.

Ora, pelo próprio significado da palavra, o Professor *Visitante* é o docente recrutado fora do âmbito da Instituição, porque tem renome internacional e frequentemente é indicado pelos órgãos de apoio, tais como a CAPES/MEC, a SESU/MEC, o CNPq ou o Departamento especializado do Ministério das Relações Exteriores.

Vê-se, pois, que foi cometido um erro de ordem administrativa, contrariando o espírito do legislador, o qual, ao instituir o preceito, pretendia proporcionar às instituições de ensino superior um mecanismo mais fácil e dinâmico para enriquecerem sua massa crítica com mestres altamente qualificados.

Se irregular foi a contrata-

ção, evidentemente a recontração é proibitiva.

4. Não resta a menor dúvida de que um docente da categoria do Professor Newton Freire-Maia - autoridade incontestada no campo da Genética Médica - é indispensável no quadro desta Universidade, para que prossiga em seu trabalho de orientação de teses e nas pesquisas tão eficientemente até aqui por ele realizadas ou por ele coordenadas.

Além disso, o referido Mestre, há 10 (dez) anos, empresta seu nome e seu prestígio de cientista ao Curso de Pós-Graduação em Genética, a nível de Mestrado, o qual não foi ainda credenciado pelo Conselho Federal de Educação, como também não faz parte do elenco dos cursos recomendados pela CAPES - Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura.

Torna-se evidente, portanto, que se o processo de seu credenciamento não teve tramitação apesar da presença do Professor Newton Freire-Maia, pode-se prever que, ausente o festejado Mestre, haverá maiores e sobejas razões para que não seja credenciado, em detrimento de algumas dezenas de alunos já formados e que até agora não conseguiram o almejado diploma expedido pela Universidade.

5. Assim, diante da impossibilidade de ser recontração como Professor Visitante, mas, considerando que a Universidade Federal do Paraná não poderá prescindir do concurso do renomado Mestre, propõe-se que, obedecidas as determinações legais, seu retorno às atividades docentes e de pesquisa se concretize mediante um pedido formal e pessoal de reversão ao serviço público federal. Tal solução, em nosso entender, vem de encontro às aspirações, manifestadas e reiteradas publicamente, pelo insigne Professor Newton Freire-Maia.

S.M.J., é o Parecer.
Curitiba, 25 de março de 1980

Eurico Back, Presidente da 1.ª Câmara e Relator.

Ribeirão Preto pede intervenção na UFP

O Departamento de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto enviou carta ao ministro da Educação, Eduardo Portella, onde solicita intervenção na Universidade Federal do Paraná, "tendo em vista o clima de pedra lascada e terrorismo cultural implantado pelo professor Milton Miró Vernalha, que culminou na perseguição e não recontração do professor Newton Freire Maia, sem dúvida o detentor do melhor currículo naquela universidade". Enquanto isso, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFP, volta à analisar o processo de recontração do geneticista, hoje de manhã.

De acordo com o reitor Ocyron Cunha, a decisão sobre a recontração, que vem se alongando desde o início do ano, será encaminhada hoje, apesar das restrições apontadas pelo diretor do Setor de Ciências Biológicas, Milton Miró Vernalha. Entre as moções de solidariedade que o geneticista

tem recebido incluem-se a do diretor do Conselho Nacional de Pesquisa, José Duarte de Araújo, do prefeito Jaime Lerner, do reitor da EFRJ, Luiz Renato Caldas, de Carolina Bori, da USP e secretário geral da SBPC, entre outros.

O geneticista Francisco Mauro Sauzano, um dos mais renomados pesquisadores nessa área no Brasil, enviou carta ao reitor Ocyron Cunha onde, ao se referir às restrições apontadas por Vernalha para a recontração do professor, salienta: "a simples enumeração dessas medidas causa uma perplexidade sem limites e a dúvida de que a idéia possa ter surgido de uma mente racional".

Devido aos inúmeros convites para ir trabalhar em outras universidades brasileiras, representantes das Associações de Bairros de Curitiba enviaram pedido a Freire Maia para que não deixe o Paraná. Também 39 entidades estudantis de todo o Estado enviaram apoio ao professor ao mesmo tempo em que repudiaram a atitude da Reitoria.

JORNAL: *Boletim do Paraná*
 P. UFRJ
 Data: *25/03/80* Estado *PR*

Intervenção na UFP pedida ao ministro

O Departamento de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto enviou carta ao ministro da Educação, Eduardo Portella, onde solicita intervenção na Universidade Federal do Paraná, "tendo em vista o clima de pedra lascarada e terrorismo cultural implantado pelo professor Milton Miró Vernalha, que culminou na perseguição e não recontração do professor Newton Freire-Maia, sem dúvida o detentor do melhor currículo naquela universidade". Enquanto isso, o Conselho de Ensino e Pesquisa da UFP, volta a analisar o processo de recontração do geneticista, hoje de manhã.

De acordo com o reitor Ocyron Cunha, a decisão sobre a recontração, que vem se alongando desde o início do ano, será encaminhada hoje, apesar das restrições apontadas pelo diretor do Setor de Ciências Biológicas Milton Miró Vernalha. Entre as moções de solidariedade que o geneticista tem recebido incluem-se a do diretor do Conselho Nacional de Pesquisa, José Duarte de Araujo, do prefeito Jaime Lerner, do reitor da UFRJ, Luiz Renato Caldas, de Carolina Bori, da USP e Secretário Geral da SBPC, entre outras.

O geneticista Francisco Mauro Souza, um dos mais renomados pesquisadores nessa área no Brasil, enviou carta ao reitor Ocyron Cunha onde, ao se referir às restrições apontadas por Vernalha para a recontração do professor, salienta: "a simples enumeração dessas medidas causa uma perplexidade sem limites e a dúvida de que a idéia possa ter surgido de uma mente racional".

Devido aos inúmeros convites para ir trabalhar em outras universidades brasileiras, representantes das Associações de Bairros de Curitiba enviaram pedido a Freire-Maia para que não deixe o Paraná. Também 39 entidades estudantis de todo o Estado enviaram apoio ao professor ao mesmo tempo em que repudiaram a atitude da Reitoria.

Conselho não discute Freire-Maia

O Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná se reuniu ontem pela manhã, sob a presidência do vice-reitor Alsedo Leprevost. Mas não se tratou do caso Freire-Maia.

Enquanto isso, o reitor Ocyron Cunha manteve reunião, a portas fechadas, com o geneticista Newton Freire-Maia.

Segundo um dos representantes dos estudantes no CEP, Jorge Samy Manika, "o processo referente a Freire-Maia não tem relator". Isso contradiz informações do próprio vice-reitor, que disse na véspera que "o relator é o professor Milton Giovanonni". O que motivou a reunião do CEP ontem foi a leitura, por Manika, de "Universidade Ofendida", publicação no CORREIO da véspera.

Foi possível saber que o conhecimento, pelos conselheiros, do texto publicado, fez com que "quebrassem o maior pau durante a reunião". Leprevost teria dito que "há inverdades no texto", e que "os estudantes de Arquitetura estão sendo muito radicais".

Na última reunião do CEP, o proces-

so referente à recontração de Freire-Maia foi encaminhado à presidência do Conselho, ou seja, ao reitor Ocyron Cunha, que "tentaria uma solução".

O reitor, que voltou quarta-feira à tarde de Brasília, esteve no mesmo dia reunido com o diretor do Setor de Ciências Biológicas, Milton Miró Vernalha. Ontem pela manhã, a reunião foi com Newton Freire-Maia.

O geneticista, terminada a longa reunião, disse apenas: "não houve solução, apesar de a conversa ter durado duas horas e 15 minutos. Mas Ocyron é muito humano, amigo de longos anos, grande figura, e acredito que encaminhará bem a questão".

O reitor se limitou a dizer que "o assunto Freire-Maia será encaminhado, para ser decidido nas reuniões de Câmaras, no CEP, terça-feira que vem".

Consulta ao Estatuto da Universidade Federal do Paraná indica que o presidente do CEP — o reitor — pode vetar qualquer decisão do Conselho até 10 dias depois de tomada. Este veto pode ser rejeitado pelo voto da maioria dos membros do Conselho, após 15 dias



FREIRE-MAIA

Duas horas e meia com o reitor

para exame das causas de veto do presidente.

Ocyron angustiado

A tarde, no Badep, quando participou da entrega dos mapas do Projeto Leste do Paraná, Ocyron Cunha se disse angustiado diante da situação criada em torno da recontração de Freire-Maia, que "admiro como homem e como cientista". * Disse que não cabe ao reitor contratar ou demitir professores e que esse trabalho é de inteira autonomia dos setores. Ocyron "espera" que na próxima terça-feira o caso tenha uma conclusão.

Leprevost esquecido

A reportagem do CORREIO DE NOTÍCIAS, anteontem, o vice-reitor Alsedo Leprevost afirmou categoricamente que Newton Freire-Maia é o único professor aposentado pela Universidade Federal do Paraná e recontratado como visitante. Disse até "Freire-Maia é um visitante quando mora em Curitiba. Não se aplicou, em seu caso, o verdadeiro sentido da palavra visitante, apli-

cada para professores de outras universidades que vêm trabalhar aqui". Há dezenas de professores na UFP nas mesmas condições de Freire-Maia, segundo informações obtidas na própria universidade. Ao que parece o vice-reitor se esqueceu que seu irmão, Joran Leprevost é professor visitante da UFP depois de ser aposentado por ela. O professor Joran é docente do curso de Engenharia Florestal. E engenheiro civil e funcionário aposentado do Tribunal de Contas. Portanto, além de visitante, tem atribuições em vários cargos acumulativos, fato irregular nos regulamentos da UFP.

Arquitetura

Reunido durante duas horas com os 275 alunos do curso de Arquitetura, em greve há 10 dias, o reitor Ocyron Cunha prometeu a recontração de 7 professores colaboradores e a volta de um efetivo, Aramando Strambi (afastado em cargo administrativo na Surehma), e a entrega de mais três salas de aulas, além da reforma de todo o material, estudarão a proposta na segunda-feira. Até lá, permanecem em greve.

JORN. L. Universidade de Paraná
P. UFP
Data 21/09/80 Estaco PR

87

UFP expõe solução para os grevistas

Numa reunião de duas horas com todos os estudantes de Arquitetura da Universidade Federal, o reitor Ocyron Cunha anunciou ontem, o que será feito para atendimento das reivindicações dos grevistas, paralisados já há dez dias: contratação de sete professores colaboradores, dos nove propostos inicialmente pelo Departamento, (já que um dos efetivos que estavam à disposição da Reitoria voltará a lecionar - o superintendente da Surehma, Armando Strambi), recuperação das pranchetas danificadas e aquisição de mais banquetas, além de providenciar, dentro de 30 dias, para que a terceira sala reivindicada para uso específico do curso seja conseguida.

Participaram da reunião dois técnicos da Coordenadoria de Melhorias em Instalações de Ensino Superior, do MEC, antigo Pre-mesu, que vieram de Brasília para analisar o projeto de construção do ateliê de Arquitetura, reivindicação antiga da UFP. Os técnicos informaram que, juntamente com o laboratório de Biologia Marinha e o Restaurante Universitário, o ateliê é tido como prioritário pelo órgão. Entretanto, não souberam informar se há possibilidade real de serem liberados recursos logo, porque o projeto está ainda na etapa de pré-proposta.

Apesar de comentarem que quando iniciaram a paralisação não pretendiam negociar em cima dos itens pedidos, os estudantes disseram ao reitor que iam discutir as propostas da Reitoria em assembléia na próxima segunda-feira às 09:30h. Justificaram que não pretendiam recuar em nada do reivindicado "porque esse era o mínimo necessário para garantir o funcionamento do curso". O diretor do Setor de Tecnologia, Antônio Segui, argumentou: "Estamos dando o máximo que podemos". O reitor encerrou a longa reunião em que houve ampla liberdade para apertes, frisando: "agora depende de vocês a decisão".

SINDICÂNCIA

O reitor Ocyron Cunha anunciou a abertura de uma comissão de sindicância para investigar quais são os professores da UFP no Departamento de Arquitetura, que ministrariam aulas na Universidade Católica no mesmo horário designado para dar aulas na UFP, conforme denúncias de alunos. "Queremos saber quem está fazendo isso, pois é um crime contra a Universidade, que paga rigidamente seus professores ainda que pouco", - frisou.

O reitor também revelou que há planos departamentais que são manipulados para justificar a carga horária de professores. Com relação aos nove professores efetivos colocados à disposição da Reitoria, do quadro de 26 integrantes do Departamento de Arquitetura, Ocyron Cunha observou que quase todos estão à disposição do governo do Estado, mas que, pela legislação, a única forma seria eles estarem colocados como à disposição da Reitoria. Justificou que é um dever da UFP colaborar assim com o governo do Estado, pois 263 professores do Estado estão à disposição da Universidade, sem ônus.

Para o reitor, o que o prefeito Jaime Lerner tem dado à UFP é muito mais do que a Universidade poderia lhe dar. Assim como considerou honroso para a Universidade ter professores à disposição que são secretários de Estado, como Segismundo Morgenstern, da Recursos Humanos, Wilson Deconto, de Administração. "São acertos políticos que precisam ser feitos em benefício da comunidade universitária" - assinalou. Como explicou o reitor, essa situação é que leva a Universidade a precisar contratar colaboradores.

PT 2356.258

JORNAL: *Diário da Manhã*
UFPR
Data: *20/03/80* Estado: *PR*

Universitários em greve apelam para os deputados

Estudantes do curso de arquitetura da Universidade Federal do Paraná fizeram presença maciça nas galerias do Legislativo na sessão de ontem. No Plenário, os deputados, através de um requerimento do pedessista Gilberto Carvalho, aprovaram o encaminhamento de apelo ao reitor Ocyron Cunha, no sentido de que a UFPR atenda as reivindicações dos alunos, que, em sinal de protesto, entraram no oitavo dia de greve.

No dia anterior, o pemedebista Waldyr Pugliesi apresentara outro requerimento, solidarizando-se com o movimento estudantil.

Segundo os estudantes de arquitetura o que eles desejam é um mínimo de condições para o seu curso.

Os grevistas não criticam o ensino, que consideram bom, mas sim a infra-estrutura necessária para desenvolvê-lo.

Das 212 pranchetas existentes na faculdade, apenas 109 estão em condições de uso, assim mesmo porque, algumas, foram consertadas pelos próprios alunos que tiveram que "dar uma de marceneiro".

Outra das reclamações mais citadas é a ausência de um maior número de professores, dando eles como exemplo a matéria de Composição, onde para os 275 alunos, apenas 9 mestres e um colaborador preenchem o espaço dos 27 professores necessários.

Professores discordam da carta de Vernalha

Os professores do Departamento de Genética da Universidade Federal do Paraná distribuíram nota, ontem, manifestando seu repúdio ao ofício enviado anteontem ao professor Milton Giovannoni — membro do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFP — pela direção do Setor de Ciências Biológicas, onde o professor Milton Miró Vernalha tece severas críticas a respeito do professor Newton Freire Maia e sobre o Plano Departamental.

Quanto às ofensas morais que ferem o geneticista, os professores destacam que “achamos desnecessário responder, uma vez que o trabalho desenvolvido por esta cientista durante os 29 anos em que atuou nesta Universidade, já é por si só suficiente como resposta. Por outro lado, todos os que conhecem o ilustre professor, são testemunhas de sua capacidade profissional, honradez e dignidade pessoal”.

No tocante às críticas feitas pelo diretor do Setor ao Plano Departamental esclarecem que o plano foi feito com base em estimativas do número de alunos e entregue em outubro de 1979 à direção do Setor, em cumprimento das determinações da administração. Porém, há necessidade de uma reformulação deste plano após o recebimento dos diários de classes, que são distribuídos pelo Departamento de Assuntos Acadêmicos, em fevereiro. “Este procedimento é comum a todos os Departamentos e, obviamente, de conhecimento do diretor do Setor”.

Apesar disto, os professores ressaltam que “a análise feita do plano departamental foi evidentemente distorcida em seu conteúdo, com a clara intenção de desmoralizar a Câmara do Departa-

mento de Genética”. E segundo apontam, “a falha mais grosseira nesta análise reside no fato de admitir como horas-aula obrigatórias o tempo integral de cada professor, esquecendo proporcionalmente que, nas 40 horas semanais de trabalho, devem ser incluídas, além das horas-aula nos cursos de graduação, as aulas ministradas no curso de Pós-graduação, orientação de teses de mestrado, atividades de pesquisas nos laboratórios, preparação de aulas práticas e teóricas, atendimento de alunos de graduação e funções administrativas”.

BONDADE INCRÍVEL

O diretor do setor de Ciências Biológicas, professor Milton Miró Vernalha, negou-se por sua vez, a atender a imprensa, ontem, enquanto que Maria Luiza Pedzi, que concluiu o curso de Pós-graduação em Genética na UFP em meados de 1977, e agora está fazendo doutorado na Alemanha, dizia que “o nível que me foi dado aqui não é em nada inferior ao nível alemão. Não estou falando das Universidades, mas do curso”.

Ela considera um absurdo toda a situação em que está envolvido Freire Maia, pois “como professor ele é formidável e só não entende quem não quer” e “é de uma bondade incrível, incapaz de desonestidade de quem o acusa”. Quanto à validade do curso, ressalta que para fazer o doutorado é preciso ter curso reconhecido e ela não precisou fazer matérias de adaptação. Disse ainda que vários trabalhos seus, retirados da tese que defendeu sobre a ligação genética, foram publicados em revistas nacionais e estrangeiras, o que demonstra, mais uma vez, que têm validade.

Alunos também preocupados

Os 19 alunos do curso de pós-graduação em Genética Humana, da Universidade Federal do Paraná, estão apreensivos com o adiamento da decisão de recontração do geneticista Freire-Maia e com a insistência da direção do Setor de Ciências Biológicas em pedir a suspensão de funcionamento do curso, até seu reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação. “Na prática desconfiamos que a suspensão proposta seria definitiva, e como ficaríamos os 32 já portadores de títulos de mestre, e que fazem doutoramento inclusive no Exterior, como Alemanha e Inglaterra?” — questionam os alunos.

Os estudantes também repudiaram o documento enviado pelo diretor Milton Miró Vernalha ao Conselho de Ensino e Pesquisa da UFP “elaborado em termos de acusações pessoais e caluniosos”. Os alunos enviaram carta aos 14 cursos de pós-graduação da universidade informando do risco de extinção do curso deles e dos prejuízos que o curso terá sem Freire-Maia.

Eles reivindicam o apoio de todos os outros cursos observando que “a educação, em seus diversos níveis, é um todo integrado. Qualquer medida contra a pós-graduação, trará graves reflexos nos outros escalões. Além disso o próprio desenvolvimento científico do País, depende, em grande parte, da pós-graduação. Parece-nos, portanto, que o desestímulo a um curso cuja reputação não é questionada pelos especialistas da área, é algo contra o que todos devemos nos posicionar” — frisam na carta.

Após reunião realizada ontem de manhã, os estudantes demonstravam grande preocupação, principalmente aqueles oriundos de outras universidades, cujo curso está sendo financiado por essas instituições, porque caso o curso venha a ser suspenso, como justificarão o período do curso já realizado? Há também professores de Santa Catarina, Bahia, Maringá, Londrina, que já concluíram o curso e seus títulos não seriam mais reconhecidos.

CENTRO DE EXCELÊNCIA

Rebatendo afirmações do Setor de Ciências Biológicas com relação ao curso de pós-graduação, observam os alunos que o Conselho Nacional de Pesquisa o considerou como centro de excelência, o que justifica a escolha do Paraná por parte de diversos professores dos Estados de São Paulo, Bahia, Pará, Santa Catarina, para fazer este curso na UFP. Explicaram os estudantes que é um dos únicos cursos não reconhecidos pelo CFE, para o qual o Programa Integrado de Capacitação de Docentes (órgão das universidades que concede bolsas de estudos para os professores fazerem especialização) envia professores.

“Impossível atender a imprensa” — com essa justificativa através de sua secretária, o diretor do Setor de Ciências Biológicas, Milton Miró Vernalha, recusou qualquer contato com os repórteres, ontem. O clima de revolta era grande agora não só no Departamento de Genética como nos demais setores da universidade, com a maioria dos professores “abismados” com o teor do documento distribuído por Vernalha acusando Freire-Maia.

A “greve das pranchetas”

Prossegue a paralisação dos 275 estudantes de Arquitetura da Universidade Federal do Paraná, que reivindicam melhorias das condições de ensino. Nova assembleia foi realizada ontem de manhã quando os alunos ressaltaram a expectativa de que o reitor Ocyron Cunha retorne logo de Brasília para resolver os problemas que enfrentam. Entendem que “o diálogo chegou a um impasse”, com os dirigentes que era possível manter entendimentos, como o vice-reitor Alsedo Leprevost, que não os recebeu em audiência.

Para os futuros arquitetos, foi necessário que o problema extrapolasse a área da universidade e fosse discutido pelos deputados na Assembleia Legislativa. “já que as autoridades competentes não estão providenciando as melhorias solicitadas” — como lembrou o aluno Paulo Sérgio Neves.

A manifestação pública com participação dos estudantes de todos os setores da UFP ainda não foi marcada, mas os grevistas entendem que essa é a melhor forma de apressar o atendimento quanto à contratação dos nove professores colaboradores, o suprimento do déficit de pranchetas e bancos, e salas de aula adequadas ao ensino e à prática da Composição Arquitetônica e do Desenho.

Os estudantes garantem que a mobilização prosseguirá por tempo indeterminado e que vai ser possível aguardar o prazo pedido pelo Setor de Tecnologia para estudar a viabilidade de designação de salas específicas ao curso e para recuperação das pranchetas e bancos. Os estudantes se dispõem a ajudar no conserto e também a pintar as salas que lhes forem colocadas à disposição para as disciplinas específicas do curso.

JORNAL	Est. do Paraná
P.	UFPR
Data	19/03/80 Estado PR

Estudante de Arquitetura mobiliza outros setores

Os estudantes de Arquitetura da UFP decidiram ontem mobilizar os alunos de outros cursos e setores para pressionar a Reitoria a atender suas reivindicações para melhores condições de ensino, pois alegam que até agora nada de concreto foi providenciado pela universidade. Os grevistas formaram diversas comissões para organizar melhor o trabalho. Um grupo de alunos foi até a Assembleia Legislativa pedir aos deputados que intercedam para que consigam mais rapidamente os nove professores colaboradores, salas específicas ao curso e a recuperação de bancos e pranchetas.

Hoje pela manhã os 275 estu-

dantes reúnem-se novamente em assembleia para decidir quando será realizada a manifestação pública, incluindo estudantes de toda a UFP para exigir soluções aos problemas que enfrentam. Os estudantes já estão paralisados há sete dias, e hoje percorrerão as salas de aula pedindo solidariedade dos demais cursos. Junto ao diretor do Setor de Tecnologia, Antônio Segui, os grevistas obtiveram a promessa de que dentro do prazo de dez dias procurará recuperar as pranchetas danificadas, obterá mais bancos, assim como verificará a viabilidade de deixar uma sala especificamente para o curso, para que os estudantes não precisem retirar

seus trabalhos da prancheta, de uma aula para outra.

Segundo os alunos, a Reitoria propôs agora o retorno do professor Armando Strambi, superintendente da Surehma, para aumentar o número de professores efetivos que podem ministrar aulas, já que dos 26 efetivos nove estão à disposição da Reitoria, ou por ocupar cargos administrativos e executivos (Strambi e Jaime Lerner) ou por estar fazendo curso de mestrado. O temor dos futuros arquitetos é que o retorno de Strambi seja apenas formal, porque consideram difícil que ele consiga conciliar as duas atividades.



Na Rua XV, estudantes em passeata pedem mais vagas nas universidades.

No fim do vestibular, um protesto estudantil

Manifestando-se contra o péssimo nível de ensino de primeiro e segundo graus e, conseqüentemente, pedindo a melhoria do nível de ensino de todos os graus, mais verbas para a educação, mais vagas nas universidades e um ensino público e gratuito para todos, cerca de 150 estudantes — entre vestibulandos, universitários, membros de diretórios acadêmicos, representantes da União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus e secundaristas do Rio de Janeiro, que vieram manifestar seu apoio — realizaram, ontem, um ato público defronta ao prédio central da UFP, na Praça Santos Andrade.

A manifestação, promovida pela UPES, teve por objetivo mobilizar a opinião de todos os estudantes, pois "somente através de lutas é que conseguiremos melhorar o nível de ensino em todos os graus", segundo seu presidente, Samuel de Lima. Movimento nesse sentido vem se desenvolvendo nos demais Estados, conforme apontou e foi endossado também pelo Gecep, DCE e um grupo de vestibulandos que se mostraram interessados.

Os estudantes destacaram que, devido à deterioração do ensino de primeiro e segundo graus, faz-se hoje necessária a presença dos cursinhos. Para Samuel de Lima, esta foi a forma que o governo encontrou para camuflar o problema. "No atual sistema educacional não há condições de o aluno frequentar a Faculdade depois de 11 anos de estudo", ressaltou. O papel da escola, em sua opinião, além do ensino básico, é o de incentivar o aluno à leitura, indicando bons livros.

Segundo ele, isto não vem acontecendo e

seria necessário que houvesse professores mais aptos, com formação superior, mas escolas de primeiro grau, pois sem uma boa base o aluno não tem condições de prosseguir seus estudos de forma adequada. Para isso, no entanto, seria necessário que os professores fossem bem remunerados, argumentou, e "por isso pedimos mais verbas para a educação". Conforme Samuel de Lima "é preciso que haja uma reforma urgente no ensino de primeiro grau".

Os estudantes criticaram ainda o concurso vestibular como meio para ingressar numa Universidade, classificando-o como um mal necessário (enquanto não for encontrada uma outra forma) e injusto, pois quem precisa trabalhar não tem condições de tirar boas notas. Desta forma, pedem uma educação "mais popular", salientando que a solução para o ensino está numa reformulação de toda a estrutura sócio-econômica. "Pagamos imposto para termos educação, cultura, alimentação, saúde, e isto não está ocorrendo", disse o presidente do DCE, Jorge Manika.

Ao meio-dia, enquanto um dos presentes falava aos demais por um sistema de alto-falante, começou a chover e ele reclamou: "Até Dom Pedro está contra nós" (sic). Depois de mais alguns pronunciamentos, os estudantes saíram em passeata pela Rua das Flores, em direção à Delegacia Regional do MEC, portando faixas e gritando palavras de ordem como "Abaixo o vestibular, queremos estudar", "O estudante unido jamais será vencido" e outras.

Uma denúncia "ridícula"

A propósito das denúncias, feitas anonimamente por estudantes, de que teria ocorrido fraude durante a prova de Biologia do vestibular da Universidade Federal do Paraná, o reitor Ocyron Cunha endereçou ofício à direção de O ESTADO/"Tribuna do Paraná", onde afirma que a notícia é "sob todos os pontos-de-vista infundada, maliciosa e mesmo ridícula".

A integra do ofício: "Na edição do dia 9 de janeiro, sob os títulos "Denúncia de fraude" e "Vestibulandos teriam respostas preparadas", os jornais O ESTADO e "Tribuna do Paraná" veicularam uma informação sob todos os pontos-de-vista infundada, maliciosa e mesmo ridícula.

Na verdade, afirmações de candidatos que não se identificam e simplesmente alegam haverem testemunhado fatos relacionados ao

concurso vestibular, jamais poderiam merecer qualquer consideração por parte de órgãos de imprensa com a tradição de seriedade de ESTADO DO PARANÁ e "Tribuna do Paraná".

O presidente da Comissão Central do Concurso Vestibular assegurou-me que as questões das provas não são gravadas em fita. Portanto, não existem as fitas que teriam sido vistas nas mãos de estudantes (de Santa Catarina?).

Lamento sinceramente ter de fazer a V. Exa. estas observações. Espero que lhes dê a acolhida que merecem, a bem da verdade e da correta informação devida ao público leitor. Nesta oportunidade, reitero a V. Exa. o testemunho de meus sentimentos de apreço". (Assinado por Ocyron Cunha)

PT 2355-268

JORNAL O Est. do Paraná
P. U.F.P.R.
29 11 1980

Greve sem plebiscito

A adesão à greve dos professores da Universidade Federal do Paraná, que entra hoje no quarto dia, está aumentando antes mesmo do plebiscito a ser realizado segunda-feira, pela Associação de Professores - APUPF, para avaliar se a maioria da comunidade universitária quer participar do movimento nacional de paralisação por tempo indeterminado. O comando geral da greve, que avalia em mais da metade a participação do corpo docente no movimento, se posicionou contrário ao plebiscito "porque a greve já está em andamento". Entretanto, a decisão de participar ou não seria tomada pela assembléia geral realizada a partir das 21 horas de ontem.

Os professores elaboraram uma nota para distribuição à comunidade, onde explicam suas reivindicações e pedem o apoio dos estudantes. Argumentam que o apoio deve se traduzir não só pela solidariedade, mas em atitude concreta de apoio e discussão. Ao lembrar os problemas temporá-

rios que a greve poderá acarretar ao estudante, como adiamento das provas, lançamento de notas, os grevistas ressaltam "a certeza de que o sacrifício temporário dos alunos trará recompensas mais duradouras para a universidade e para a educação".

O movimento dos professores está estruturado em comissões de ética, finanças, atividades, mobilização externa, adesão, jurídica e imprensa sustentado por comissões setoriais, articuladas pelo comando geral. A avaliação que o movimento fazia ontem era que estavam totalmente paralisados os setores de Educação, Ciências Humanas, Ciências Biológicas e Ciências Agrárias.

Nos setores de Saúde, Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, a greve atingiu diversos departamentos mas não chegou a paralisar totalmente. O curso de medicina está em greve e no Hospital de Clínicas não vem sendo desenvolvida nenhuma atividade didática. Apenas os grevistas se comprometeram a manter normal o atendi-

mento de pacientes e atividades ambulatoriais, "pois não estamos numa aventura".

De acordo com os grevistas, não se pode esperar adesão unânime dos cerca de dois mil docentes da UFP porque muitos têm outros empregos onde ganham salários melhores e não têm o mesmo entusiasmo para defender questão salarial. O movimento teve início com os professores que têm dedicação exclusiva e que por isso dependem exclusivamente da universidade. Entre as inúmeras entidades que enviaram moções de apoio aos professores estão associações de docentes de outros Estados paralisados, Comitê Brasileiro de Anistia - seção Curitiba, diretórios acadêmicos, Associação de Médicos Residentes do Paraná, Cebes, Cegep.

O comando de greve está estudando diversas formas para arrecadar fundos ao movimento, sendo que hoje às 16h30min o grupo Taraccon fará uma apresentação no Teatro do Paiol, cuja renda reverterá à greve.

Greve agora é total na UFPR com o apoio da sua associação

Depois de várias horas de debates, os professores da Universidade Federal do Paraná, num consenso entre o grupo que coordenou a decisão de 3ª-feira e a diretoria e conselho da Associação (APUFPR) decidiram em assembléa geral que encerrou-se às primeiras horas de hoje, aderir totalmente à greve nacional que atinge agora a todas as universidades brasileiras. A decisão foi tomada considerando a tendência de adesão entre a maioria esmagadora entre os professores que ocupam funções diretivas na UFPR, assim como da maioria do corpo docente, dispensando a necessidade de plebiscito, solicitado quinta-feira. Aproximadamente 400 professores aplaudiram o entendimento entre as duas correntes políticas internas da entidade em benefício do interesse maior: a reivindicação de toda a classe. Enquanto isso, notícias de Brasília informam que a solução por parte do Governo sobre as reivindicações dos professores está próxima, segundo afirmou o ministro Rubem Ludwig, da Educação, ao receber em seu gabinete, ontem à tarde, nove reitores das universidades brasileiras e que

se fizeram acompanhar do professor Osvaldo Iwamoto, presidente da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, e que manteve também diálogo com o ministro. Tanto reitores, como o único representante docente ao encontro, saíram com muitas esperanças de verem logo o problema resolvido. A diretoria e o conselho da APUFPR que se encontrava em reunião permanentemente desde a viagem do presidente a Brasília, reuniu-se novamente ontem à noite na sede da entidade, deslocando-se posteriormente ao Edifício D. Pedro I e passaram a integrar a assembléa que ali se realizava. Proposta para que fossem concluídos os trabalhos destinados aos formandos dos diversos cursos, foi rejeitada pelo plenário. Continuarão, entretanto, as atividades administrativas por parte dos funcionários que prosseguirão realizando as matrículas de alunos. O Comando de Greve ficou agora com a Associação que, por sua vez, manterá as comissões escolhidas na assembléa de 3ª-feira, pois todos são associados da entidade.

40 milhões para a UFPR

Durante a reunião com os reitores, o ministro da Educação assinalou, textualmente, "estamos em cima, na velocidade possível" na busca de soluções. Acentuou o seu empenho em ouvir os dirigentes de universidades brasileiras e em conhecer a situação desses estabelecimentos. Disse, ainda, que ao assumir o Ministério, o fazia com confiança e solicitou aos reitores que também tenham

confiança em sua atuação. No encontro com nove reitores e o presidente da APUFPR, o ministro liberou recursos na ordem de Cr\$ 2,315 bilhões para obras de conclusão e melhorias de 19 hospitais de ensino, e para o desenvolvimento de campi de universidades federais. Para o Paraná foram liberados 40,1 milhões de cruzeiros para aplicação no campi.

JORNAL *Dist. de Paraná*
P. U.F.P.R.
 Data: 28 11 80 Estado *PR*

Plebiscito para greve

Apesar da Universidade Federal do Paraná já estar parcialmente paralisada com a greve dos professores, o reitor Ocyron Cunha solicitará a Associação de Professores da Universidade — APUPF, a realização de um plebiscito, na próxima segunda-feira, "para que a maioria da comunidade universitária se posicione". O comando geral da greve, entretanto, considera que o plebiscito "não tem mais sentido porque só se faz quando algo está para ser desencadeado e a greve já está em andamento" — como observou um dos dirigentes do movimento, professor Emmanuel Appel.

Os cerca de 500 professores que decidiram pela greve por tempo indeterminado, em assembleia na noite de anteontem, consideram que só a assembleia geral é soberana para encaminhar o movimento. Eles voltam a se reunir em assembleia hoje, às 20 horas. Os grevistas, que avaliam a adesão de metade dos cerca de dois mil docentes, ao movimento, alegam não reconhecer a proposta de plebiscito por parte da Associação, "porque seus dirigentes não são mais moralmente capacitados para os cargos. Pela omissão que tiveram, eles próprios se demitiram".

Os professores insistiram que não são contrários a idéia do plebiscito, mas só acham que agora a única instância com poder decisório é a assembleia, "pois estamos entusiasmados com o exercício da democracia". O reitor, entretanto, alegou que a proposta do plebiscito partiu de um consenso dos participantes da reunião que convocou para se inteirar da situação

na UFP, assim que retornou, ontem, de Brasília. A reunião com mais de uma hora de duração foi realizada no Conselho Universitário, que ficou lotada com os oito diretores de setores, 58 chefes de departamentos e 40 coordenadores de cursos.

SEM PUNIÇÃO

Até ontem havia cinco dos oito setores da UFP paralisados, e nas demais adesões de diversos departamentos. Mas o reitor considera necessário o plebiscito porque entende que uma minoria decidiu pela greve. "Soube que em uma reunião havia 100 e na outra assembleia 300 professores". O comentário de Ocyron Cunha de que nenhum professor será punido foi bem recebido pelo comando geral de greve, que o entendeu como uma adesão à greve. "Mesmo porque não se poderia punir quem não é passível de punição".

Em entrevista à imprensa, o reitor deixou claro que, até segunda-feira, cada professor assume o posicionamento que quiser e a responsabilidade por ele, assim como "o risco do que fizer". Ocyron Cunha não quis opinar sobre o fato da assembleia dos professores ter considerado vaga a APUPF, uma vez que seus dirigentes não tomaram iniciativa de convocar assembleia geral para decidir sobre a participação na greve nacional. "Depende se o estatuto da entidade prevê isso". Segundo o reitor, o professor Osvaldo Iwamoto, presidente da entidade, permanece em Brasília tentando audiência com o chefe do gabinete civil, Golbery do Couto e Silva, a fim de encaminhar as reivindicações dos docentes.

Ocyron disse que, como reitor, apóia a posição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, reiterando a reivindicação dos docentes. Em documento, o Crub lamenta entretanto, que o não atendimento das reivindicações tenha levado a tão alto grau de insatisfação a classe docente, a ponto de paralisar suas atividades didáticas. **REPASSE PARA COBRIR A FOLHA**

A Universidade Federal do Paraná está aguardando o repasse de Cr\$ 60 milhões pelo Ministério da Educação para conseguir pagar a folha de dezembro de seus funcionários. Foi o que informou ontem o reitor Ocyron Cunha, ao explicar que os Cr\$ 40 milhões repassados através do Fundo de Assistência Social — FAS —, serão aplicados para conclusão das obras do campus do setor de Ciências Biológicas, no Centro Politécnico. Será concluído o acesso ao campus, atualmente sem asfalto, e as goteiras existentes em diversas salas de aulas, além de outras obras.

O pró-reitor de Planejamento, Artur Petroski, permaneceu em Brasília para conseguir a liberação de recursos ao Hospital de Clínicas. A Universidade pleiteia Cr\$ 70 milhões, necessários para o hospital se manter e amenizar a crise que enfrenta. Desde o primeiro semestre os recursos solicitados pela direção do HC totalizavam Cr\$ 100 milhões, e como não houve atendimento, foi necessário suspender, o atendimento de internação de pacientes não contribuintes, e indigentes.

JORNAL	<i>Gazeta do Povo</i>
P.	<i>U.F.P.R.</i>
Data	<i>28 11/80 Estado PR</i>

Plebiscito verá a greve dos mestres

Um plebiscito a ser realizado na próxima segunda-feira, pela Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná, foi a solução encontrada ontem, pelo Reitor Ocyron Cunha, em reunião com Diretores de Setor, Chefes de Departamento e Coordenadores de Curso para por fim à indefinição gerada no meio universitário com a eclosão da greve dos professores, decretada por unanimidade na Assembléia da última quarta-feira, com a participação de aproximadamente 500 professores.

Retornando de Brasília na tarde de ontem, onde esteve participando de reunião do Conselho de Reitores, o reitor Ocyron Cunha convocou imediatamente uma reunião com os Diretores de Setor, Chefes de Departamento e Coordenadores de Curso, que teve lugar na sala do Conselho Universitário, sendo que após mais de 3 horas de discussão, decidiu-se pela realização do plebiscito, em sufrágio universal, para a próxima segunda-feira.

Segundo Ocyron Cunha, as informações preliminares que teve no tocante a paralisação dos professores, a realização de duas reuniões, com presenças de 100 e 300 professores, aproximadamente, é muito pouco para que se possa avaliar o posicionamento de toda a classe, enquanto que o plebiscito poderá dar uma resposta definitiva dos professores a respeito do movimento reivindicatório. Acrescentando que o posicionamento oficial da Universidade Federal do Paraná será aquele que for indicado pelo plebiscito, "pois vivemos num regime democrático e como tal temos de acatar o que determinar a maioria de nossa comunidade", o Reitor Ocyron Cunha afirma que até a realização do pleito, a situação deverá permanecer inalterada, "com cada professor assumindo o seu posicionamento particular, e no caso dos grevistas, cada um assumindo o seu próprio risco".

Paralisação evolui

Com a paralisação total dos setores de Ciências Humanas, Educação, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias e Ciências da Saúde, onde somente o Hospital das Clínicas, por decisão da assembléia, continua em funcionamento, evolui para cerca de mil, o número de professores que paralisaram suas aulas na Universidade Federal do Paraná.

A informação foi prestada na tarde de ontem pelo Comando de Greve da UFPR, dando conta de que em algumas ocasiões foi necessário o estabelecimento de piquetes, que no entanto se desenvolveu dentro de grande normalidade e clima de coleguismo, pois alguns professores, especialmente no Centro Politécnico, que desejavam aplicar provas, foram rapidamente demovidos da idéia com os apelos de solidariedade formulados pelos professores em greve.

PROVAS FINAIS

Uma das maiores preocupações da greve dos professores, sem dúvida, tem sido no tocante a época em que ela está ocorrendo, pois muitos cursos já se encontravam na fase das provas e divulgação de notas, o que será sensivelmente prejudicado pela greve, aumentando a ansiedade, principalmente entre os formandos.

A respeito do assunto, além de assembléia marcada para às 20 horas de hoje, no Anfiteatro do 1.º andar do Edifício D. Pedro I, que irá estudar o assunto, o Comando de Greve distribuiu na tarde de ontem panfletos relatando detalhadamente os pontos reivindicatórios da classe, acrescentando que o movimento possui uma estrutura distribuída em Comissões de Ética, Finanças, Atividades, Mobilização Externa, Adesão, Jurídica e de Divulgação, vindo através destes, conchamar a solidariedade dos alunos. "Temos certeza - conclui o Comando de Greve - que o sacrifício temporário de nossos alunos trará recompensas mais duradouras para a Universidade e para a educação. Se nossas reivindicações forem atendidas estamos certos que teremos uma Universidade pelo menos mais comprometida com os verdadeiros objetivos educacionais e uma formação de melhor qualidade".

122441-0 12

Plebiscito decidirá a adesão

Em vista da movimentação dos professores da Universidade Federal à adesão ao movimento nacional de paralisação dos professores universitários das autarquias nacionais de ensino superior, o reitor Ocyron Cunha que retornou de Brasília, ontem pela manhã, onde participara das reuniões do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras solicitou uma reunião com os coordenadores e chefes de departamentos para se posicionar frente ao movimento que já paralisa cerca de 70 por cento das atividades daquela universidade.

Nessa reunião, decidiu se propor à APUFPR, a realização de um plebiscito na segunda-feira onde cada professor irá se manifestar se é a favor ou contra a adesão da Universidade Federal do Paraná ao movimento

nacional de paralisação dos professores.

Em rápido contato com a imprensa, Ocyron Cunha disse que essa consulta era necessária "pois não poderia deixar que uns poucos - cém que participaram de uma reunião - paralisassem 2 mil professores da Universidade".

"Eu quero que a maioria diga que quer essa paralisação, pois então eu mesmo pararei" disse Ocyron Cunha, salientando que na reunião ficou decidido que esse plebiscito foi marcado para a próxima segunda -feira, pois para uma assembléia seriam necessários dez dias de antecedência.

O que a maioria decidir eu assumi, pois ficarei com a maioria da minha comunidade acadêmica disse Ocyron.

Movimento ganha corpo

Ontem, ao meio-dia cerca de mil professores já haviam aderido ao movimento de paralisação na Universidade Federal do Paraná. Esse expressivo número de adesões foi conseguido após a assembléia do dia 26, às 20 horas, e que conseguiu levar mais de 300 professores às dependências do Setor de Educação da U.F.P.R.

Desse modo a Universidade Federal do Paraná adere ao movimento nacional de paralisação de todas as instituições autárquicas de ensino superior brasileiras, que reivindica entre outras coisas, 48% de abono, retroativo a março, o envio do anteprojeto de reestruturação da carreira do magistério ao Congresso, na forma que foi elaborado pelo MEC e mais verbas para a educação.

"Se o governo conceder o percentual que pedimos, não será nada, apenas uma gota d'água no orçamento nacional", disse um professor

frisando que não se pode dizer que não existam verbas.

MOVIMENTO

Os setores de Ciências Humanas, Educação, Ciências Biológicas, Agrárias e Ciências da Saúde já aderiram totalmente ao movimento paredista enquanto nos outros setores há uma paralisação parcial.

Uma explicação é dada pelo comando de paralisação sobre a paralisação no setor de Saúde: o Hospital de Clínicas apesar de fazer parte do setor está funcionando normalmente para o atendimento da população.

Outra preocupação dos grevistas diz respeito à situação dos alunos. Segundo um professor, do Comando de Greve, essa situação dos alunos com respeito a notas, provas e formaturas será discutida na assembléia que já está marcada para hoje, às 20 horas no anfiteatro do 1º andar do Edifício D. Pedro I.

Nota dos professores

Em assembléia geral realizada no dia 26 passado, nas dependências do Setor de Educação da UFPR, mais de 200 professores votaram unanimemente por greve geral por tempo indeterminado.

Essa decisão tem como objetivo dar apoio ao movimento nacional de professores universitários de todas as autarquias federais que paralisaram suas atividades de docência e pesquisa por tempo indeterminado, para que as suas reivindicações sejam aceitas.

Entre elas: abono de 48%, a contar de março passado; mais verbas para a educação; envio imediato do projeto de reestruturação da Carreira do Magistério, na forma elaborada pelo MEC, ao Congresso Nacional.

NOTA DOS PROFESSORES

Para que essa vitória se torne realidade, se torna necessário que os estudantes universitários nos deem apoio, diz uma nota dos professores.

E continua: Estamos conscientes de que um movimento dessa natureza poderá acarretar problemas temporários (adiamento de provas, lançamento de notas, etc.) para a vida acadêmica de cada estudante. Entretanto, temos certeza que o sacrifício temporário de nossos alunos trará recompensas mais duradouras para a universidade e para a educação. Se as nossas reivindicações forem atendidas, estamos certos que teremos uma universidade pelo menos mais comprometida com os verdadeiros objetivos educacionais e uma formação de melhor qualidade.

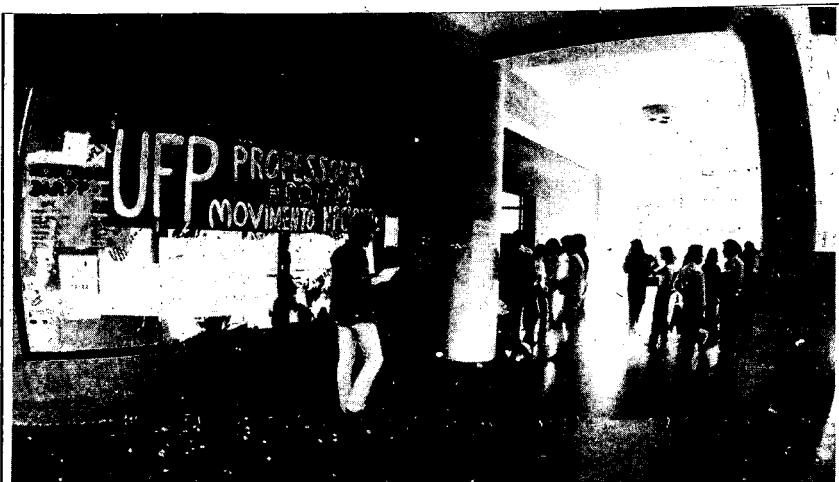
COMISSÃO DE ÉTICA

"O espírito brasileiro deixará de existir. Em mais de 20 universidades federais autárquicas, cerca de 34 mil docentes estão mobilizados em função do objetivo de recolocar a universidade brasileira em seu devido lugar.

A universidade brasileira luta pelo seu prestígio imprescindível como instituição cultural de primeira ordem. E preciso que os professores da UFPR compreendam que é uma questão de honra a sua participação e a sua coragem nesta luta, que visa sobretudo a melhoria das condições de ensino e pesquisa da universidade brasileira. Finalmente, acreditamos imperioso esclarecer aos nossos caros estudantes e colegas docentes que o movimento nacional de paralisação por tempo indeterminado é justo, pacífico e ordeiro", finaliza a nota.

PT 2355-258

JORNAL *J. Est. do Paraná*
P. UFR
Data: 27/11/80 Estado PR



Professores e alunos no mesmo movimento.

Greve atinge apenas algumas áreas da UFP

A Universidade Federal do Paraná paralisou parcialmente, ontem, com a greve dos professores, sendo que 700 dos 1500 docentes assinaram listas de adesão ao movimento nacional reivindicando melhorias funcionais e mais verbas para a educação. A greve atingiu totalmente os setores de Ciências Humanas e Educação, cujos cursos funcionam anexo à Reitoria. Nos demais setores a paralisação foi parcial, como o Setor de Ciências Biológicas onde metade dos professores não deu aulas. No Setor de Ciências Agrárias houve greve nos cursos de Engenharia Florestal e Economia, mas o de Medicina Veterinária funcionou. Nos outros quatro setores a adesão à greve se restringiu a alguns departamentos.

O comando de mobilização organizou piquetes para explicar aos alunos qual o motivo da paralisação, e para convencer os colegas que pretendiam aplicar provas. Ontem teria sido o último dia do período letivo da universidade, sendo que alguns departamentos já tinham iniciado os exames finais, que estão previstos para realização até o próximo dia 5. A decisão sobre a continuidade do movimento por período indeterminado, a exemplo das demais universidades federais autárquicas, seria tomada ontem à noite pelos professores em assembleia geral. Mas durante a tarde a expectativa dos dirigentes do movimento era de continuidade da greve.

PREJUÍZO

O vice-reitor em exercício, professor Alsedo Leprevost, se recusou

ontem a avaliar a greve por considerar que o movimento "se restringe a um grupo de professores que está bloqueando a entrada dos demais que querem dar aulas. Isso é greve?" - questionou, ao avaliar que estão sendo prejudicados 16 mil alunos, mais três mil que seriam aprovados no vestibular em janeiro, "pois se o movimento se prolongar prejudicará o andamento do concurso vestibular".

De acordo com o vice-reitor, a Reitoria não está tomando conhecimento do movimento, pois os professores têm toda liberdade de se reunir. Disse que mandou fechar o pátio, retirando os veículos, justamente para o caso dos professores pretenderem se reunir no local. Explicou que o auditório da Reitoria não foi solicitado para assembleia geral dos grevistas, mas mesmo que fosse seria obrigado a negar porque está alugado para a Pró-Música já há três meses.

Leprevost disse que os professores têm toda liberdade de se reunirem, "mas só pergunto se têm direito de causar tamanho prejuízo". Segundo ele, a greve é desnecessária "uma vez que o Conselho de Reitores está reunido em Brasília justamente para interceder pelo magistério". Já o pró-reitor de Ensino e Pesquisa, professor Eurico Back, lamentou que a paralisação não começou depois dos exames finais, "pois muitos estudantes tinham data prevista para viajar para casa e agora ficaram presos em Curitiba, com problemas de finanças inclusive, para aguardar o fim do movimento".

Univ. do Paraná
P. UFP
27/1/80 Estado PR

Professores deliberando sobre duração da greve



Pátio da reitoria, praticamente vazio.

Com a confirmação da exoneração do ministro da Educação Eduardo Portela, após o pedido do mesmo na manhã de ontem, de que fosse liberado do cargo, o panorama da mobilização dos professores da Universidade Federal do Paraná em prol da greve nacional não apresentava até o fim da tarde de ontem maiores transformações. Eles continuavam firmes no propósito de decidir na assembléia geral marcada para as 20 horas no pátio da reitoria se a adesão ao movimento nacional de paralisação seria por tempo indeterminado.

Enquanto acontecimentos a nível federal abalam os centros de decisão do setor educacional no país, professores da UFP prosseguiram ontem o seu trabalho de mobilização na busca de conseguir a adesão total da classe, o que ontem ainda não havia ocorrido. Segundo informou a comissão de mobilização, presente, em todos os prédios em que funciona o complexo universitário, a adesão dos setores de Ciências Humanas e Educação é total, no setor de agrárias de 75 por cento e de Ciências Biológicas de 50 por cento, enquanto nos demais a paralisação é ainda pequena. No entanto a lista que estava correndo já contava com 700 assinaturas, dentre os que haviam aderido ou que estavam solidários.

Quanto à posição da administração da Universidade respondeu o vice-reitor Alsedo Leprevost, que na ausência do reitor Ocyron Cunha que se encontra em Brasília participando de uma reunião do Conselho de Reitores. Para o professor Leprevost a decisão de professores da UFPR em aderir ao movimento nacional não é significativa, pois foi tomada por uma minoria. Ele mostrou-se mesmo indignado ao enfatizar a situação dos estudantes, que se encontram em período de exames finais e que poderão perder o período de inscrição para os exames de recuperação e até a matrícula do próximo ano.

O vice-reitor pergunta se é justo que 19 mil estudantes (o que inclui os novos calouros de 1981) sejam afetados por "um prejuízo tão brutal". Como todos os professores ele não nega que sejam coerentes as reivindicações mas não concorda com a forma que está sendo adotada, e acentua que os próprios reitores já estão empenhados no assunto, estando até reunidos para isto.

ILEGALIDADE

Ainda para o vice-reitor o movimento é completamente ilegal, pois professores são funcionários públicos e a lei 1711 é bem clara quando estabelece a ilegalidade dos movimentos grevistas dentro dessa classe.

Segundo Alsedo Leprevost ontem, estavam funcionando normalmente os setores de Ciências da Saúde, de Ciências Biológicas, de Exatas, de Tecnologia e Ciências Aplicadas, estando paralisado parcialmente o setor de Agrárias - funcionava normalmente o curso de Veterinária e o de Engenharia Florestal - e Agronomia

- e os setores de Educação e Ciências Humanas estavam paralisados. Mesmo nas áreas em que há paralisação ele salienta que muitos professores foram forçados pelos piquetes formados nas entradas dos prédios.

Alsedo Leprevost esclareceu ainda porque, mesmo que fosse solicitado o auditório da Reitoria, não poderia ontem ser ocupado para a Assembléia dos professores. O local já está comprometido com o Pró-música, mas o vice-reitor já havia providenciado que o pátio da reitoria ficasse livre de carros para que os professores pudessem realizar a sua assembléia. Segundo ele não haverá nenhuma espécie de represália, pois "vivemos em uma democracia e não em regime totalitário de esquerda ou direita".

MESMA ESTRATÉGIA

Para o professor Emmanuel Appel, um dos dirigentes da mobilização dos professores da UFP a exoneração do ministro da Educação ocorrida ontem não tem influências no movimento nacional e as estratégias de mobilização deverão continuar as mesmas. No entanto ontem já se percebia a apreensão de alguns professores sobre quem vai ser o substituto. Eles estavam receosos de que assumam um militar - o ministro demissionário é professor.

PREJUÍZO AOS ESTUDANTES

Os estudantes da UFPR também estavam divididos entre solidários e revoltados com a paralisação das aulas, iniciada no último dia do período letivo. Aqueles que têm acompanhado o movimento nacional diziam "até que enfim" enquanto os mais desavisados mostravam-se surpresos, senão embasbacados.

O professor Eurico Back, pró-reitor de Ensino e Pesquisa, lamentou que a decisão de paralisação das aulas tenha sido tomada justamente na semana de exames finais. Ele lembra que muitos estudantes menos favorecidos terão que ficar esperando uma solução de suas notas, e muitos deles só possuem meios de ficar mais uns poucos dias.

Quanto aos dias letivos não há problemas, pois ontem, foi cumprido o período de 90 dias estabelecido legalmente. O impasse agora é com as notas que devem ser entregues até o dia 5 de dezembro. Se houver atraso os estudantes poderão perder as inscrições para os exames de recuperação que terão lugar em janeiro e até a rematrícula que vai até o dia 20 do mesmo mês.

Sobre a demissão do ministro da Educação, Eurico Back lamentou-a, dizendo que ele "foi o primeiro ministro que antes de mandar um projeto de lei para o Congresso ouviu todos os professores do país". Referindo a Eduardo Portela ele enalteceu ainda a sua "absoluta fleuma diante das situações mais difíceis".

Por outro lado, o reitor Ocyron Cunha deve retornar hoje de Brasília, como também o professor Oswaldo Iwamoto, presidente da Associação dos Professores da UFP.

PT 2355-258

JORNAL *Veículo da Quarta*
 P. V F-PR
 Data 27/11/80 Estac PR

Greve paralisou a Federal parcialmente

A Universidade Federal do Paraná paralisou parcialmente, ontem, com a greve dos professores, sendo que 700 dos 1500 docentes assinaram listas de adesão ao movimento nacional reivindicando melhorias funcionais e mais verbas para a educação. A greve atingiu totalmente os setores de Ciências Humanas e Educação, cujos cursos funcionam anexo à Reitoria. Nos demais setores a paralisação foi parcial, como o Setor de Ciências Biológicas onde metade dos professores não deu aulas. No Setor de Ciências Agrárias houve greve nos cursos de Engenharia Florestal e Economia, mas o de Medicina Veterinária funcionou. Nos outros quatro setores a adesão à greve se restringiu a alguns departamentos.

O comando de mobilização organizou piquetes para explicar aos alunos qual o motivo da paralisação, e para convencer os colegas que pretendiam aplicar provas. Ontem teria sido o último dia do período letivo da universidade, sendo que alguns departamentos já tinham iniciado os exames finais, que estão previstos para realização até o próximo dia 5. A decisão sobre a continuidade do movimento por período indeterminado, a exemplo dos demais universi- sidades federais aútrquicas, seria tomada ontem à noite pelos professores em assembleia geral. Mas durante a tarde a expectativa dos dirigentes do movimento era de continuidade da greve.

PREJUIZO.
O vice-reitor em exercício, professor Alseido Leprevost, se recusou ontem a avaliar a greve por considerar que o movimento "se restringe a um grupo de professores que está bloqueando a entrada dos demais que querem dar aulas. Isso é greve?", questionou, ao avaliar que estão sendo prejudicados 16 mil alunos, e mais três mil que seriam aprovados no vestibular em janeiro, "pois se o movimento se prolongar prejudicará o andamento do concurso vestibular".

De acordo com o vice-reitor, a Reitoria não está tomando conhecimento do movimento, pois os professores têm toda liberdade de se reunir. Disse que mandou fechar o pátio, retirando os veículos, justamente para o caso dos professores pretendem se reunir no local. Explicou que o auditório da Reitoria não foi utilizado para uma assembleia geral dos grevistas, mas mesmo que fosse seria obrigado a negar porque está alugado para a Pró-Música já há três meses.

Leprevost disse que os professores têm toda liberdade de se reunirem, "mas só pergunto se têm direito de causar tamanho prejuízo". Segundo ele, a greve é desnecessária "uma vez que o Conselho de Reitores está reunido em Brasília justamente para interceder pelo magistério". Já o pró-reitor de Ensino e Pesquisa, professor Eurico Back, lamentou que a paralisação não começou depois dos exames finais, "pois muitos estudantes tinham data prevista para viajar para casa e agora ficaram presos em Curitiba, com problemas de finanças inclusive, para aguardar o fim do movimento".

JORNAL: *Opinista do Leão*
 P. *V. R.*
 Data: *26/11/80* Estado: *PR*

com a satisfação em vermen-
 niadas, que os jovens foram
 que lhes foi proposto, notada-
 impetente comissão julgadora
 teiro lugar, sem que se tire os
 demais composições classifi-
 Santa Catarina, o primeiro
 rc o tema imposto de renda,
 is séries dos estabelecimentos
 a Eder José Felchak, da esco-
 cidade do mesmo nome, sen-
 s Silvestri Araújo; em segun-
 contos da escola "Dezenove

dever ser que cada pessoa doasse sangue
 duas vezes por ano.

A passagem da data foi marcada, como
 o faz tradicionalmente a COLSAN, com a
 realização de solenidade, na sede da entida-
 de, durante a qual foram homenageados os
 voluntários que reúnem maior numero de
 doações. O numero de homenageados che-
 gou a 43, com mais de 10 doações, sendo
 que, dois deles já atingiram a 23 doações.
 Em cerimonia presidida por Moises Ku-
 brusly, presidente da COLSAN, tais doado-
 res receberam medalhas e brindes em relo-

conforme diz Enzo do Nascimento. Isto, uma
 vez que a entidade é mantida pelas contri-
 buições de mais de quarenta empresas locais.
 Esclareceu o responsável pelo banco de
 sangue que, qualquer pessoa pode ser doa-
 dora voluntária, bastando procurar a COL-
 SAN, na Rua Trajano Reis - 260 ou, o posto
 volante de coleta, que atua na praça Tira-
 dentes normalmente. No entanto, tais pes-
 soas devem ter idade entre 18 e 65 anos, não
 serem portadoras de doenças infecto-
 contagiosas e pesar no minimo 50 quilos. Os
 interessados submetem-se a exame, preen-
 chem ficha e recebem medalha e carteira de

Universidade vai à greve

A Universidade Federal do Paraná participará, a partir de hoje, da greve nacional de docentes, conforme decisão em reunião realizada ontem à noite, quando os professores declararam vaga a Associação de Professores da UFP, e resolveram encaminhar eles mesmos o movimento de paralisação.

Os 250 participantes da reunião decidiram por unanimidade formar uma comissão de adesão à greve, composta por três representantes de cada setor, que terão a incumbência de mobilizar o maior número possível de professores para participação na assembleia de hoje, às 20 horas, no auditório da Reitoria. Caso não consigam este local, se reunirão no pátio da Reitoria.

Os professores consideraram que não poderiam ficar omissos diante da paralisação nacional "só porque a APUFP não convocou assembleia para discutir o assunto". Os participantes da reunião deixaram claro que não teria sentido ficarem alheios as reivindicações que também os beneficiarão. "Pois seria uma vergonha se recebêssemos os frutos do trabalho e sacrifícios dos mais de 35 mil colegas que estão paralisados".

Hoje de manhã os professores irão à Universidade apenas para mobilizar os demais colegas a participarem do movimento. Ainda hoje os docentes elaborarão um boletim de esclarecimento sobre a participação na greve e

quais suas reivindicações, pedindo o apoio dos estudantes e da comunidade. Os estudantes que participaram da reunião de ontem, como observadores, já anunciaram seu apoio. Os doutorandos de Medicina entregaram uma moção de solidariedade aprovada em assembleia geral à tarde.

Após 68 anos esta será a primeira vez que a Universidade Federal do Paraná paralisará por greve de professores, e estes esclarecem que se isso ocorreu "porque esta foi a única forma de pressão que restou para que o governo federal atenda as reivindicações do magistério para maior valorização da educação". Os docentes consideram que a tentativa do presidente da APUFP de negociar com o governo federal porque a UFP era a única entre 20 instituições federais a não paralisar não surtiria efeito.

ATTITUDE ISOLACIONISTA

A iniciativa da Associação de Professores da UFP de tentar negociar com o governo federal as reivindicações dos docentes em greve, justamente por não estar participando da paralisação a nível nacional, surpreendeu os representantes da Coordenação Nacional de Associações/Docentes. Para os professores José Eduardo Peron, Hélio Romito de Almeida, Flávio Renato Ramos de Lima e Ademir Reis, "a atitude isolacionista da UFP tanto não faz sentido que a coordena-

ção nacional tem sido aceita ao nível dos ministérios para dialogar".

Estes professores participaram ontem da reunião dos docentes da UFP, mostrando que a greve nacional é em decorrência do total abandono a que foram relegados os professores e a educação, e de não ter havido resultado diante de todas as tentativas de diálogo. Mas explicaram que, paralelamente, prosseguem as negociações junto ao governo e que o ministro Eduardo Portela, da Educação, prometeu apresentar uma proposta hoje aos docentes. Os professores lembraram que os próprios reitores têm interesse em suas reivindicações, porque os 12 por cento que pedimos à educação são essenciais para melhorar as condições das universidades que estão com dificuldades para encerrar o ano.

Os representantes da coordenação nacional estão otimistas quanto à perspectiva do movimento ser vitorioso rapidamente e comentaram que tem sido significativo o apoio dos estudantes, "pois sua conscientização está permitindo entender que, se estão sendo prejudicados, é por culpa do próprio MEC". Os professores garantiram que o movimento tem alto grau de mobilização e racionalidade suficiente para sua condução a um diálogo de alto nível sem radicalismo.

Conforme os professores, a maioria das Associações Docentes pretendia estruturar melhor o movimento a partir de bases sólidas e conduzi-lo a partir de março do próximo ano, "mas fatos imprevistos, mais convergência de fatores fizeram que o movimento se deflagrasse repentinamente". Segundo Hélio Romito de Almeida, a insatisfação era tão grande nas universidades autárquicas que o movimento andou mais depressa que a própria capacidade de conduzi-lo. "Ele se fez na raiz de uma profunda emoção incontroleável".

INICIATIVA DA GREVE

Os professores enumeraram os itens reivindicados, salientando que os mais urgentes são: o envio do projeto de reestruturação da carreira do magistério ao Congresso; reajuste de 48 por cento retroativo a março passado. Mas insistiram que não desistem dos demais itens, que poderiam ser negociados: como mais verbas para a educação; e revogação da lei nº 6.733 que retira da comunidade universitária poderes para escolher seus dirigentes.

Ao explicar que a greve é de docentes e não de associações, os representantes da coordenação nacional observaram que não haveria problema dos professores da UFP tomarem iniciativa de participar do movimento, uma vez que a APUFP não convocou assembleia para discutir o assunto.

JORNAL A.B.T. do Paraná
p. UFPR
26 11:30 Estado PR

JORNAL *Est. do Paraná*
F. U. F. P. R.
 Data *23/11/80* Estado *PR*

UFP fora da greve nacional por omissão

"Não podemos esperar que de uma Associação de Docentes criada para impedir que os professores se organizem, venha algo diferente do que um programa de omissão. Não estou querendo dizer que devemos entrar em greve. Se devemos ou não - é algo que deveria ter sido decidido pelo conjunto dos professores da UFP, em assembléia geral". O comentário foi feito ontem pelo professor Emmanuel Appel, do Departamento de Filosofia, ao tentar explicar porque a Universidade Federal do Paraná é uma das únicas instituições federais que não está participando da paralisação por tempo indeterminado, reivindicando melhores condições de trabalho e ensino.

Na tentativa de suprir a brecha aberta com a não discussão do assunto, o Movimento Universidade Necessária, de oposição à APUFP, realizou uma reunião, ontem para decidir a forma como informará o andamento do movimento nacional professores da UFP. As reivindicações dos professores são de abono de 48 por cento retroativo a março passado; reajustes semestrais; envio ao Congresso do projeto de reestruturação da carreira do magistério; revogação da lei que permite ao presidente da República escolher os reitores das fundações universitárias; e ampliação para 12 por cento do orçamento federal destinado à Educação.

Para o professor Appel, "nossa associação, ao contrário da esmagadora maioria dos dirigentes de outras

associações, tudo faz para nada fazer, e se recusa constantemente a participar do desafio da democratização. Pelo contrário, fortalece constantemente o poder destas burocracia. Vemos hoje no Paraná a correlação entre uma Associação inoperante e uma universidade antidemocrática".

OMISSÕES

O professor Appel, integrante do Movimento Universidade Necessária inclui entre as omissões da APUFP o caso do professor Freire Maia, "vítima de um tratamento burocrático e provinciano"; o professor alega que a Associação também se omitiu quando professores colaboradores foram demitidos, "compactuando com uma medida arbitrária". Conforme Appel, quando a equidade não se omitiu foi para, em nome dos professores da UFP, fazer um pronunciamento "cupulista e ofensivo" contra os professores de outros Estados que paralisaram suas atividades por três dias em junho passado.

Segundo ele, os professores esperam a convocação de uma assembléia para discutir e decidir o que será feito. No entender do integrante do MUN, os professores da mais antiga Universidade do País não podem continuar sendo desrespeitados por dirigentes que temem a discussão e as decisões coletivas. A especificidade frequentemente usada pelo reitor, é de sermos a mais antiga Universidade do País, que possui uma história e homens dignos; não podemos jogar esta história e a dignidade dos homens que a fizeram na lata do lixo"

Grevistas vão a ministros

MARINGÁ (Sucursal) - Os 1.100 professores e funcionários da Universidade Estadual de Maringá, que amanhã entram na segunda semana de paralisação, vão tentar junto ao governo federal pressionar o governo do Estado a acatar a decisão judicial, em primeira instância, que lhes concedeu o reajuste semestral. O senador Leite Chaves, do PMDB, será o intermediário dos grevistas para conseguir uma audiência com os ministros da Justiça e do Trabalho, para solucionar o impasse, sem o prosseguimento do processo na instância do Tribunal Regional do Trabalho.

Os representantes dos professores, pre-

tendem expor ao ministro Murilo Macedo, do Trabalho, que, antes do julgamento das 133 ações pela Junta de Conciliação e Julgamento de Maringá, ele próprio deixou claro que os impetrantes estavam amparados por decreto-lei promulgado pelo presidente da República, de que entidades de direito privado enquadram-se na Lei 6.708 de reajuste semestral. Segundo os professores, o Ministério do Trabalho informou ao governo estadual que a UEM se enquadrava assim e não como a tese sustentada pelo Estado de que é instituição de direito público, excluída da lei.

JORNAL: O Est. Soberano
P. UFPR
Data: 21/1/80 Estado PR

Favorecimento de candidatos na UFP

O reitor Ocyron Cunha, da Universidade Federal do Paraná, considerou normais os tumultos e descontentamentos provocados pelos concursos públicos realizados a fim de preencher 340 vagas de professor na instituição. Ele atribuiu à concorrência o expressivo número de recursos administrativos impetrado por candidatos reprovados, por discordar dos critérios de classificação. Ocyron Cunha comentou, ontem, que é um direito do candidato recorrer, mas que por enquanto não tomou conhecimento das denúncias de favorecimento de candidatos porque o assunto está sendo analisado a nível de departamentos, depois irá ao Conselho Setorial e só aí chegará ao Conselho de Ensino e Pesquisa, o qual preside.

Muitos departamentos nem chegaram a realizar os concursos em função de recurso impetrado por candidatos que tiveram suas inscrições indeferidas. O CEP suspendeu estes concursos até o julgamento dos recursos. Para auxiliar de ensino, foram suspensos os concursos dos departamentos de Química, Psicologia e Antropologia, Letras Estrangeiras Modernas. Para assistente, ainda não foram realizados os exames dos departamentos de Matemática, Física, Genética, Ciências Morfológicas, Estomatologia, Enfermagem, Fitotecnia e Fitosanitarismo, Patologias, Ciências Fisiológicas, Comunicação e Ciências Sociais e Filosofia.

Os candidatos criticam o fato do próprio diploma de pós-graduação em Genética, curso da UFP, não ter sido reconhecido para contagem de pontos, nem na prova de títulos, nem para inscrição. Isto porque ainda não obteve credenciamento definitivo do Conselho Federal de Educação. No departamento de História também houve denúncias de favorecimento de candidatos por parte da banca.

BANCA SOBERANA

Grande parte dos problemas ocorreu no Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Segundo o diretor do setor, Hélio Puglieli de Freitas, as inscrições indeferidas na maioria o foram porque os candidatos, ou não tinham a graduação exigida em edital, ou eram estrangeiros. Um dos casos que está para julgamento no Conselho Universitário refere-se à rejeição de um diploma de mestrado da área de Filosofia por faltar um carimbo. O edital não esclarecia se o diploma tinha que já estar registrado ou poderia estar em vias de registro. Só pedia que o candidato fosse portador de título de mestre.

Houve casos de candidatos reprovados que impetraram recurso contra outro cuja inscrição havia sido deferida, alegando que não teria direito de participar do concurso. Não há nenhum dos concursos já encerrados cujos resultados tenham sido homologados, pois houve recursos na maioria. Tanto a Reitoria como as direções de setores alegam que não têm responsabilidade sobre os atos das bancas, que são soberanas para definir os critérios de contagem de pontos de títulos não fixados por lei ou resolução da UFP.

Hélio Puglieli observou que as bancas de concurso de cada departamento foram escolhidas com base em listas enviadas pelos departamentos, e que foram compostas através de eleição por todos os professores do departamento respectivo, em reuniões plenárias. O Conselho Setorial definiu a banca com base nas listas, escolhendo metade dos nomes sugeridos. O diretor do Setor de Ciências Humanas admitiu que a inexistência de normas explícitas para determinados aspectos no julgamento dos candidatos permite favorecimentos, mas acredita que todos são responsáveis, já que foram escolhidos pelos próprios professores.

103

JORNAL <i>961 São Paulo</i>
<i>P. V. F. P.</i>
Data <i>21/11/80</i> Estado <i>P.</i>

Reitor não reage às acusações em Curitiba

Da sucursal de
CURITIBA

O reitor da Universidade Federal do Paraná, Ocyron Cunha, afirmou ontem, em Curitiba, que "é normal haver descontentamentos com os resultados de um concurso que envolveu mais de 900 candidatos para apenas 300 vagas", referindo-se ao protesto de professores que se julgaram prejudicados com as avaliações das bancas examinadoras.

Estes professores, no dia anterior, denunciaram irregularidades nas bancas examinadoras que estão atuando no concurso para professor daquela Universidade, que está sendo realizado esta semana em Curitiba. Segundo as acusações, as bancas estariam favorecendo os candidatos apoiados pela Reitoria da UFP ou por diretorias de setores. Além disso, há denúncias de que o concurso foi feito "com cartas marcadas", já que os resultados foram sempre adversos aos professores com atuação de oposição na Universidade.

Nos cursos de Ciências Sociais, História e Genética os protestos já se transformaram em recursos ao Conselho de Ensino e Pesquisa, com a exigên-

cia da revisão dos critérios das bancas. Até mesmo os alunos do curso de História chegaram a se manifestar, denunciando a intenção explícita da banca, prejudicando alguns dos candidatos, e ao mesmo tempo, pedindo "a não homologação dos resultados".

Contudo, o reitor afirmou, ontem, que, até o momento em que estava falando com a imprensa, não havia recebido nenhuma denúncia formal de irregularidades. Todos os recursos que aguardam decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa se referem a concursos não realizados.

Apesar disto, o protesto cresceu em alguns setores, como é o caso do Departamento de História e do setor de Ciências Humanas, onde dois candidatos — Judite Maria Trindade e Luís Carlos Ribeiro — aguardam apenas a homologação dos resultados para impetrar recurso pedindo a revisão destes resultados. Os dois se consideram prejudicados porque na prova de títulos receberam notas mais baixas do que a candidata classificada em primeiro lugar, embora apresentassem maior número de créditos.

JORNAL: O Est. do Parana
UFPR
Data 14/12/79 Estado SP



Telefoto Estado

O governador recebeu os estudantes, mas o encontro acabou tumultuado

Universitários exigem encontro com Ney Braga

Da sucursal de CURITIBA

Revoltados com o aumento das anuidades nas universidades estaduais do Paraná para o próximo semestre, um grupo de estudantes, praticamente ocupou ontem, por duas horas o Palácio Iguazu, em Curitiba, exigindo uma audiência com o governador Ney Braga. Depois de muita resistência e pressionado pelo tumulto que os estudantes provocaram nos corredores do Palácio, o governador concordou em recebê-los mas, visivelmente irritado, acabou travando uma áspera discussão, encerrada, de forma abrupta, quando os estudantes começaram a cobrar promessas feitas no início do ano.

Liderados pelo DCE da Universidade Federal do Paraná, os 40 estudantes, representando 35 diretórios estudantis de Curitiba e de quatro cidades do Interior do Estado, começaram a se concentrar em frente ao palácio por volta das 13 horas. De início, alegando que sua agenda estava muito ocupada, Ney Braga, que até assumir o governo do Paraná era ministro da Educação, recusou-se a recebê-los, mandando que o secretário de Educação, Edson Machado, e o chefe da Casa Civil, Luiz Alberto Gomes, ouvissem suas reclamações.

Os estudantes, entretanto, não concordaram e, para desespero da segurança e dos assessores do governador, literalmente invadiram os dois primeiros andares do Palácio Iguazu, iniciando um tumulto que durou mais de uma hora. Enquanto, exaltados, os presidentes de alguns diretórios tentavam explicar aos repórteres o

que estava acontecendo, no Salão Nobre do Palácio, uma estudante entoava em um velho piano, a canção "Para Não Dizer que Não Falei de Flores", de Geraldo Vandré.

Por volta das 16 horas, já preocupado com as consequências do incidente, o governador mandou avisar que receberia uma comissão de estudantes, formada logo em seguida. Irritado, Ney Braga ensaiou um diálogo com os universitários que, em alta voz, passaram a cobrar promessas que o secretário de Educação teria feito em Maringá, no início do ano. Eles exigiram imediato congelamento das anuidades escolares e pediram que Ney Braga definisse sua posição sobre o problema do ensino pago nas universidades.

A conversa, porém, logo se transformou numa áspera discussão, com os estudantes e o governador tentando falar ao mesmo tempo. Depois de tentar explicar que o congelamento não é possível, argumentando que as anuidades estão "abaixo do custo de vida" e que o ensino pago é necessário para os estudantes com melhor renda familiar, Ney Braga acabou encerrando a conversa e marcando uma audiência para o mês de janeiro. Inconformados com a decisão, os estudantes sentaram-se em frente ao Palácio e redigiram uma nota de repúdio ao governo.

Nessa nota, que ficaram de distribuir nas ruas de Curitiba no início da noite, os estudantes afirmam, em tom de ironia, que o resultado da reunião "foi positivo", pois, "afinal, ficamos conhecendo a verdadeira posição do governador sobre o ensino pago".

PT 2355-258

Promessa, protesto e posse na UFP

• CRISE DOS RESTAURANTES •

Passeata, piquete, protesto e posse marcaram o dia dos universitários de Curitiba. O ministro Portella prometeu enviar um representante para equacionar o problema. Não houve gritos.

O ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, que se encontra em Curitiba participando do IX Encontro Nacional de Municípios, prometeu aos estudantes enviar, com urgência, um representante do MEC, para intervir no problema surgido com os restaurantes universitários, com a finalidade de equacioná-lo.

Ontem, pela manhã, o Conselho de Administração, que começou com cerimônia de posse dos novos representantes do Corpo Docente rejeitou as ponderações dos conselheiros discentes e aprovou a prorrogação do contrato, por dois meses, com a empresa que administra o RU.

Ministro ouviu os apelos dos estudantes

O problema dos restaurantes estudantis estapou a esfera da Universidade e chegou, inesperadamente, ao Ministério da Educação. O ministro Eduardo Portella que se encontrava ontem em Curitiba participando do IX Congresso Nacional de Municípios, recebeu membros da Comissão de Luta pelos Restaurantes Universitários e ouviu suas reivindicações.

O encontro dos estudantes com o ministro ocorreu no 3º andar do Colégio Estadual do Paraná por volta das 12 horas de ontem, apesar dos obstáculos colocados por alguns professores que lá se encontravam na ocasião. Estavam presentes dentre outras autoridades, o próprio reitor Ocyron Cunha e o secretário da Educação Edson Machado.

A delegação de acadêmicos, explicou detalhadamente, ao ministro, todos os acontecimentos da manhã de ontem e, também, a história da crise desde o início. Pediram que "já Portella após ouvir dos estudantes que "na Universidade não somos ouvidos, pelo menos que o MEC dê atenção às nossas reivindicações", prometeu intervir na questão, mediante o envio de um representante do Ministério para auxiliar na busca de uma solução para o impasse.

Contrato foi prorrogado por dois meses

E continuam: "no final da sessão houve até crise nervosa. A representante suplente, Elizabeth Mitiko teve uma crise de choro, lágrimas essas talvez pela sensação de sentir-se roubada e que sem dúvida representam o choro de todos os estudantes da Universidade, afetados diretamente pela crise dos restaurantes".

A votação foi dirigida, manipulada e a palavra dos representantes estudantis foi praticamente cassada por artifícios da mesa. Tudo com a finalidade de impedir a manifestação dos estudantes. Tanto é verdade que os novos representantes que foram empossados no início da sessão, sem ao menos ter a ata da reunião anterior e tempo para ler a pauta da reunião de hoje (ontem), votaram a favor da proposta da reitoria. Se eles não estavam suficientemente esclarecidos, não deveriam votar um assunto de tanta importância para a classe discente. Com essa atitude eles demonstram, na prática, o que todos já sabiam antes das eleições: que são teleguiados, que a chapa "União e Trabalho" é oficial e não terá isenção para falar em nome do Corpo Docente.

A única que não mantém restaurante

Vitor Moreschi Filho, Rogério Migueis Picado e Jorge Sami Manika contaram em detalhes, as tentativas feitas para equacionar a questão. Segundo eles, a Universidade Federal do Paraná é uma das únicas do país que não mantém um restaurante estudantil. O que existe está arrendado a uma empresa particular há sete anos e seu proprietário vem tendo lucros com o fornecimento de uma alimentação de péssima qualidade, além de receber benefícios da Reitoria, não pagando luz, água, esgoto, taxa, imposto ou aluguel.

"Além do mais - disseram - o arrendatário, da forma como trabalha, incide em infração que torna até mesmo nulo o contrato como por exemplo: o bife deve ter 100 gramas e ele dissimula de tal forma que consegue enganar, servir do carne

qualidade, e os preços não são compatíveis com o que é oferecido. Cabe-nos lembrar que os restaurantes setoriais servem refeições melhores e a preços menores.

Existe ainda um acordo firmado entre a Reitoria e representantes dos diretores no início deste ano, de que a mesma assumiria a administração do Restaurante Universitário Central, após o término do atual contrato. Soma-se ainda o fato de que já foi incluído no orçamento para o próximo ano os gastos relativos à administração do Restaurante Universitário Central; dado obtido numa reunião realizada anteontem entre a Comissão de Luta pelos Restaurantes Universitários e o magnífico reitor. Nesta mesma reunião o magnífico reitor posicionou-se pessoalmente favorável à transferência da administração do atual arrendatário para a universidade.

Outro ponto já apresentado pela reitoria deste processo é que o prazo para término do contrato deveria ser prorrogado por mais três meses, para atender aos vestibulandos que aqui estarão para prestar exames. Cabe-nos lembrar

samos fazer um trabalho em prol da nossa universidade".

Foram empossados ontem e já atuaram pela primeira vez no Conselho, Ernani Simas Alves, pelos titulares, (suplente Jayr Leal), Milton Carneiro Filho, adjuntos (Sérgio Ricardo Schneider, suplente), Aristides Athayde Cordeiro, assistentes (Hélio Germiniani, suplente) e Haroldo Lopes Júnior, auxiliares de ensino (Potiguara Acácio Pereira, suplente).

Protesto termina no restaurante

Cerca de trezentos estudantes universitários e secundaristas de várias escolas estiveram reunidos ontem às 15h30min nas escadarias da Faculdade de Direito da UFP, realizando um ato público contra o Projeto Restau



SANTOS ANDRADE
O protesto contra o "Pacote do MEC". Terminou no RU.

Contrato foi prorrogado por dois meses

O reitor, na qualidade de presidente do Conselho de Administração, não aceitou o documento, por não ver os diretórios como órgãos de representação estudantil. Ele só admite os conselheiros representantes do corpo docente como únicos autorizados a falar em plenário.

No entanto o artigo 12 do Regimento Geral da UFP deixa claro que outras pessoas à juízo do Conselho, podem comparecer para prestarem esclarecimento. E existe uma comissão integrada por representantes de todos os diretórios encarregada de tratar do problema restaurante. Essa comissão estava presente na Reitoria e foi impedida de apresentar seu ponto de vista. O mesmo não correu por parte do reitor, que levou o pró-reitor de Planejamento e ele deve todo o tempo necessário pra defender a posição da administração.

E mais, o reitor não permitiu nem mesmo que o documento elaborado pelas entidades estudantis fosse lido durante a sessão. Em contrapartida a Universidade distribuiu a todos os conselheiros cópia de uma nota oficial, há dias enviada a todos os jornais de Curitiba, como matéria paga e que contém informações que não correspondem à verdade. E, além do mais, nem está assinada. Ela visou desviar a atenção da opinião pública do problema dos restaurantes estudantis. Fala de assuntos já discutidos em março deste ano e significativamente, deixa de lado os problemas atuais que são bem mais graves. E mais: omite o item "d" do acordo de cavalheiro de março que deixa claro que os estudantes só aceitaram o acordo porque a Reitoria se comprometeu a administrar os RUs assim que terminassem os contratos. E o contrato do Restaurante Universitário Central terminou hoje (ontem) e foi prorrogado por mais dois meses.

Votação dirigida; palavra cassada



"PIQUETE" NO RU

Ontem, sem problemas, os piquetes impediram o acesso de comensais.

suplente, Elizabeth Mitiko teve uma crise de choro, lágrimas essas talvez pela sensação de sentir-se roubada e que sem dúvida representam o choro de todos os estudantes da Universidade, afetados diretamente pela crise dos restaurantes".

Eles explicam a razão da revolta e acusam o reitor Ocyron Cunha de descumprir o acordo assinado no início do ano, pelo qual se comprometeu a assumir a administração de todos os restaurantes atualmente dirigidos por estudantes e os que têm contrato, tão logo terminassem. E o contrato do Restaurante Universitário Central, localizado na Rua Amintas de Barros, atrás da Reitoria terminou ontem. E a decisão do conselho, prorrogou o acordo por mais dois meses, alegando que a medida tinha por objetivo atender os vinte mil candidatos inscritos no vestibular de janeiro da Universidade. Outra promessa, a construção de um restaurante no "campus" do Centro Politécnico, que deveria ser iniciada no primeiro semestre e só agora teve o edital de concorrência publicado nos jornais "e isso por pressão dos estudantes, que criaram uma comissão para tentar solucionar a crise dos RUs". Por esta razão eles dizem que também neste episódio o trato não foi respeitado.

A posição contrária dos representantes discentes à renovação por dois meses do contrato é baseada na desconfiança. Eles temem que por estarem em férias e sem condições de mobilizar a classe, quando o contrato terminar possa haver uma nova renovação, e uma "nova arbitrariedade".

Com respeito a forma com que o parecer da relatora, professora Cecília Maria Westphalen foi aprovado, indignados, eles contam:

— Não fomos levados em consideração quando defendemos nosso ponto de vista ante os conselheiros. Pedimos primeiramente que o problema "restaurante" fosse deixado para o final. No entanto o conselho contou contra o pedido. Depois da exposição da relatora e do pró-reitor de Planejamento, foi feita solicitação da palavra pelo representante discente. E a questão foi colocada com dados concretos, e ditas as razões pelas quais pedia-se a não renovação do contrato. Ao final da explanação pediram ao conselho que fizessem perguntas e o silêncio foi geral. E a mesa colocou o pedido em votação, sendo rejeitado por 12 votos a dois. Em seguida, os conselheiros aprovaram o parecer da relatora e a sessão foi encerrada.

Além do mais - disseram - o arrendatário, da forma como trabalha, incide em infração que torna até mesmo nulo o contrato como por exemplo: o bife deve ter 100 gramas e ele dissimula de tal forma que consegue enganar, servindo carne de quarta categoria, picada ou então misturada com cenoura. Outra falta grave que é de conhecimento geral se relaciona aos frequentadores do restaurante. Pelos termos do antigo acordo, só poderiam comer no restaurante estudantes e funcionários da Universidade e assim mesmo mediante a apresentação de carteira estudantil ou de identificação funcional. E o que se vê é pessoas estranhas, em grande número, sendo servidas, com uma única finalidade: lucro fácil com pequenos gastos.

Eles lembram que no início, os diretórios acadêmicos procuraram isoladamente o reitor para tratar da questão. E não conseguiram nada. Em seguida se uniram e liderados pelo DCE fizeram nova tentativa. Sem resultado. Ai veio o 2º dia da fome quando foi criada a Comissão de Luta Pelos Restaurantes Universitários. Isso a 14 deste mês. E seus membros procuraram estudar e elaboraram propostas concretas a serem apresentadas na reunião de hoje (ontem) do Conselho. E aconteceu o que todos viram. Também deu em nada.

A carta que não foi aceita pelo Conselho

Senhores conselheiros:

Esta carta tem por objetivo apresentar aos senhores, membros desse egrégio Conselho Administrativo, os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos até o momento pelos estudantes, no sentido de elaborar propostas de melhoria das condições da alimentação estudantil.

Na reunião de hoje, desse conselho, será discutida a renovação ou não do contrato com a firma Rui Edson Carrano & Cia., atual arrendatária do Restaurante Universitário Central, por isto achamos oportuno apresentar o nosso posicionamento quanto ao processo em pauta.

Os serviços atualmente oferecidos pelo arrendatário, mesmo recebendo da Universidade benefícios tais como, o pagamento das contas de água, eletricidade e óleo para caldeira, são de baixa

qualidade. Além disso, o prazo para término do contrato deveria ser prorrogado por mais três meses, para atender aos vestibulandos que aqui estarão para prestar exames. Cabe-nos ressaltar:

1º) o vestibular dura 4 dias, portanto a prorrogação do contrato não precisaria ser de 3 meses;

2º) que o Restaurante Universitário Central foi concebido para atender a comunidade universitária, e qualquer utilização diferente desta desvirtua seus objetivos;

3º) não achamos justo que os vestibulandos alimentem-se com uma refeição de baixa qualidade como é a servida no restaurante universitário, principalmente por precisarem, neste momento, uma boa dieta alimentar.

Não aceitaremos a renovação do contrato e, se isto ocorrer não permitiremos o funcionamento do Restaurante Universitário Central, bem como das cantinas setoriais. Comunicamos, que a partir de hoje, já se encontram fechados os restaurantes universitários setoriais, mantidos por nossas entidades.

Assim sendo, apelamos ao bom senso dos conselheiros, no sentido de que a grande parcela que representa o estudantado dentro da instituição universitária, e que é a principal atingida por este problema, seja atendida na sua justa reivindicação

Curitiba, 30 de novembro de 1979

Comissão de Luta pelos Restaurantes Universitários
COLURU - composta pelas seguintes entidades:
DARPP - DAST - DAAT - DACE - DASCISA - DAVM - Comissão Pró-Centro Acadêmico de Biologia e Ciências, e DCE - livre da UFP.

Reitor dá posse aos novos conselheiros

O problema dos restaurantes estudantis não o único acontecimento na sessão de ontem de manhã, do Conselho de Administração da Universidade Federal do Paraná. Logo que foi aberta a sessão, o reitor Ocyron Cunha deu posse aos novos representantes do Corpo Docente, eleitos por maioria significativa de votos na última quinta-feira.

Na saudação aos novos conselheiros, o professor Ocyron Cunha destacou o caráter do pleito - eleições diretas e secretas - e explicou o comparecimento maciço de docentes afirmando tratar-se de "uma demonstração do interesse dos professores desta instituição pelos assuntos da nossa Universidade".

Ocyron considerou significativo o fato de que "quase 90 por cento compareceram" e justificou a ausência de 225 professores informando que ou estão "doentes ou realizando mestrado ou doutorado em outra cidade do País ou no Exterior.

Disse esperar que os novos representantes "representem realmente a sigla de sua chapa, "União e Trabalho", e lembrou que o "que é preciso é estarmos unidos sem que isso represente unidade; respeitando a individualidade de cada um para que visualizem a universalidade, que é o conceito de universidade".

Finalmente o reitor deixou claro sua certeza de que "os concorrentes da outra chapa recebam democraticamente a derrota e que, daqui para a frente, compõem conosco, para que unidos pos-

sitários e secundaristas de várias escolas estiveram reunidos ontem às 15h30min nas escadarias da Faculdade de Direito da UFP, realizando um ato público contra o Projeto Portella do Ministério da Educação, que visa a autarquia das universidades públicas, contra o ensino pago, e por mais verbas para a Educação.

A manifestação iniciou com o discurso do membro da diretoria da União Nacional dos Estudantes, Gilberto Martins, que criticou a intenção do governo federal em estabelecer o ensino pago no Brasil.

Gilberto disse, que o atual projeto "faz parte do plano traçado a partir de 1968, quando a reforma universitária começou a ser implantada no País, em decorrência do acordo MEC - Usaid, que previa a rentabilização do ensino no Brasil, transferindo a obrigação do Estado para com a educação, às mãos dos empresários". Segundo ele a autarquia das universidades resulta da política adotada desde então.

Criticou também o índice estabelecido pelo governo para a educação que será de 4,28% da renda da União, previsto para o ano que vem.

Após o discurso do membro da UNE, os estudantes decidiram fazer uma passeata pelo centro da cidade com faixas pedindo o "ensino público e gratuito", "por uma universidade crítica" e "pelo congelamento da anuidades".

Sob os olhares curiosos dos que deixavam o trabalho e dos que se encontravam nas janelas dos edifícios, os manifestantes entraram na Rua XV de Novembro aos gritos de "o povo quer abertura, abaixo a ditadura" e "mais verbas para a educação", - até chegar na Boca Maldita onde atraíram mais estudantes para engrossar a passeata.

Além dos repórteres fotográficos, os estudantes constataram a presença de outros fotógrafos e cineastas alheios desconhecidos.

Concentrados em frente ao Café Damasco, na Boca, os estudantes decidiram caminhar até a Praça Tiradentes onde trabalhadores que deixaram o trabalho esperavam os ônibus para retornarem às suas casas. Interrompendo o tráfego, eles atravessaram a Rua Murici atingindo a Rua Marechal Floriano, ocupando-a totalmente até o início da Praça Tiradentes. A essa altura os manifestantes gritavam "4% é pouco João", aludindo ao percentual destinado à educação.

Ainda focalizados por uma máquina filmadora Super-8 sem logotipo de nenhuma televisão local, entraram na Tiradentes já aos gritos de "mais verbas para a educação", sob olhares espantados dos transeuntes que não entendiam bem o que ocorria.

Após fazer o transcurso da Praça Osório à Tiradentes, os manifestantes atingiram a Praça Generoso Marques onde estavam mais trabalhadores aguardando os ônibus que os levariam às suas casas.

Sentados no centro da Praça os estudantes começaram seus comícios. O primeiro a falar foi o representante do DCE - livre da Federal relatando a situação dos restaurantes universitários administrados pelas entidades estudantis que vêm apresentando déficit nas suas contabilidades.

Após os discursos os manifestantes desceram novamente pela Rua XV de Novembro, gritando palavras de ordem sob os olhares curiosos dos que não participavam da passeata e sob os flashes das máquinas dos estranhos "repórteres".

A manifestação prosseguiu até ao restaurante universitário da UFP, na Rua Amintas de Barros, onde outros estudantes faziam piquetes para impedir outros estudantes de fazer suas refeições.

JORNAL: *O Estado do Paraná*
P. V. F. P.
 Data *13/11/79* Estado *PR*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

REITORIA

COMUNICADO SOBRE OS PROBLEMAS DOS RESTAURANTES

1. Tão logo recebeu dos Diretórios Acadêmicos as solicitações de apoio para a solução das dificuldades quanto ao funcionamento dos restaurantes por eles mantidos, a Reitoria formulou ao Departamento de Assuntos Estudantis, do Ministério da Educação e Cultura, o competente pedido de recursos financeiros.

Não menores foram os cuidados relativamente à construção dos restaurantes universitários reclamados para os "campi" universitários do Jardim das Américas (Setor de Tecnologia e Setor de Ciências Exatas) e do Bacacheri (Setor de Ciências Agrárias).

Na impossibilidade de atendimento imediato das solicitações pelo Departamento de Assuntos Estudantis, o Reitor Ocyron Cunha, a 19.03.79, em Brasília, relatou a situação ao recém-empossado secretário do Ensino Superior, professor Guilherme Marcos de La Penha. Este determinou à SESU a transferência de recursos de até Cr\$ 1.980.000,00 para o fim específico de auxiliar os restaurantes na aquisição de gêneros alimentícios.

2. O Reitor realizou várias reuniões com os presidentes dos quatro diretórios acadêmicos que mantêm restaurantes (DASCA, DASCIESA, DASCISA e DAST), nas quais acertaram-se as seguintes conclusões:

- a) foi indicada a espécie de gêneros alimentícios desejados.
- b) foi fixada, pelos presidentes dos diretórios acadêmicos, a quantidade de gêneros necessários a cada restaurante, até 16.12.79 (término do 2.º período letivo).
- c) escolhida a carne como o principal produto, foi destinada a cada

restaurante a quantidade em quilos e fixado o número de entregas semanais.

3. Depois de recebidos os recursos acima mencionados, a UFPR adotou as medidas administrativas necessárias e passou a cumprir o que ficara estabelecido de comum acordo. Apesar de os preços dos gêneros terem sofrido modificações, a UFPR continua a entregar regularmente as quantidades combinadas.

4. Outras providências foram tomadas com vistas à reforma das instalações dos restaurantes, bem como à aquisição de novos equipamentos básicos.

5. Evoluiu favoravelmente a questão relacionada com a construção do restaurante do Centro Politécnico: foi incluído o projeto específico na proposta orçamentária da UFPR para 1980.

6. Recentemente, após entendimentos com a PREMESU/MEC, durante reunião realizada em Brasília, da qual participaram representantes do DASC, foram redefinidos os estudos para que se torne viável, de imediato, a construção de um refeitório no campus do Setor de Ciências Agrárias.

7. O contrato com a firma arrendatária do Restaurante Universitário central está em vigor até 30.11.79. O assunto está sendo examinado pelo Conselho de Administração da UFPR, ao qual caberá decidir na próxima reunião.

Estes fatos evidenciam o interesse e o empenho da UFPR e do MEC em atender adequadamente às reivindicações estudantis no tocante ao funcionamento dos restaurantes universitários.

Curitiba, 12 de novembro de 1979



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *O Estado do Paraná*
Palto - U.F.P.R.
Data *13/10/79* Estado *PR*

107

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:
FILIAÇÃO:
PROFISSÃO:
RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

UFP poderá eleger diretores de Setor

Diversos professores do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná desencadearam um movimento para que no próximo ano ocorram eleições diretas para os cargos de diretor e vice do setor. Tendo em vista que os mandatos dos atuais diretor e vice se encerram em abril próximo e desde já iniciaram as especulações sobre os nomes que, pela atual legislação, deverão ser designados pelo reitor Ocyron Cunha para ocupar estes cargos pelo período de dois anos.

Os professores classificam como a única forma democrática de exprimir a vontade do corpo docente da instituição, a realização de eleições diretas em que participariam 1500 pessoas entre professores, funcionários e estudantes. Segundo eles, esta seria uma oportunidade do reitor Ocyron Cunha "mostrar-se sensível à política de abertura promovida pelo governo federal e MEC, convocando tais

eleições e permitindo assim, que a totalidade da comunidade setorial eleja diretamente o diretor e o vice-diretor".

Observam os professores que desta forma o reitor estará seguindo os exemplos de prática democrática de seus colegas reitores da Universidade Federal de Minas Gerais e da Universidade Federal de São Carlos, que recentemente convocaram a comunidade setorial para que, através do voto secreto e direto, elegeisse os seus dirigentes. "Cumpre salientar ainda que estas eleições foram reconhecidas pelo MEC, e que os professores nelas consagrados foram normalmente empossados" - frisam.

Cabe ao reitor, no entender dos professores, a opção de prática democrática, e o mesmo tempo reafirmar as diretrizes anunciadas logo após a sua posse, em reunião especialmente convocada para o Conselho Universitário, chefes de departamentos e coordenadores e colegiados de curso, de que em sua gestão tudo viria de baixo para cima.

PT 2356.258



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *do Brasil*
Paster U.FPR
Data *06/10/79* Estado *RJ*

108

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

UFPR estuda segurança de barragem

Curitiba — O Departamento de Geociências da Universidade Federal do Paraná, prevendo a possibilidade de correlação entre barragens muito altas e abalos sísmicos, fará um levantamento altimétrico e gravimétrico — com margem de erro 50% inferior a dos já realizados no país — na região da hidrelétrica de Foz do Areia.

O trabalho resulta de um convênio entre a UFPR e a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que está concluindo a hidrelétrica com a maior barragem já construída no Brasil — 160m de altura. O geólogo Alvaro Doubek afirma que a região tem o solo muito estável mas as proporções da obra "demandam cuidados especiais".



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL *Estado do Paraná*

Posto UFPR

Data 10/06/79 Estado PR

109

NOME:

FILIAÇÃO:

Das justas razões da greve na Faculdade de Direito

Gonçalo de Sampaio e Mello

"Em Coimbra eu assisti aos delírios mais variados e de todos participei. Fizemos três revoluções; e derrubamos reitores excelentes, só pelo prazer de derrubar e exercer a força demagógica..."

ÊÇA DE QUEIROZ

Da Carta dos Estudantes do Brasil

Na linha da antiga herança espiritual que cinzelou as grandes instituições universitárias do passado, e na defesa da sua dignidade superior, a Faculdade de Direito da Universidade do Paraná despertou convictamente para o processo de greve.

Embora de certa forma desvirtuado na traça original pela significação que lhe deu a semântica francesa, o direito de greve é ainda um elemento natural da ambiência universitária. Em tempos recuados, gozara até de prestígio sólido no seio das universidades, a ele recorrendo mestres e estudantes sempre que as autoridades constituídas deixavam de respeitar velhos privilégios a que se haviam imposto.

E assim foi com o *cessatio* e a *migratio* medievais — o direito de paralisar e de mudar a sede da escola quando se desenhavam situações de crise, que surgiram no rosto da Civilização grandes estudos geraes como Cambridge e Pádua, na Itália, já nos primeiros alvares do século XIII.

Em teoria e em história portanto, o direito de greve não carece de raiz. Foi o próprio gênio da Idade Média que lhe serviu de modelo e lhe riscou os contornos, dentro da alma das universidades primitivas, que àquela época não sofriam qualquer vinculação a órgãos externos, seculares e eclesiásticos.

Como o próprio nome está a indicar (*universitas* - universalidade de conhecimentos, doutrinas e idéias), a formação espontânea dos estudos superiores numa Europa retalhada pelo Feudalismo, obedeceu ao fundamental desejo do saber, que afastava do seu caminho toda a gama de interesses contingentes, cuja virtualidade os pudesse desviar do nobre rumo almejado. Em muitos lugares, são os próprios elementos humanos da instituição — os lentes e os alunos — que reúnem esforços para erguer e cimentar pedra sobre pedra, a nova escola, a que dão a rubrica *Universitas magistrorum et scholarum* — e em Bolonha o reconhecimento oficial só chega para confirmar *de jure* aquilo que há muito existia de fato. Outras vezes os estudantes vão buscar ao seio da classe o seu próprio reitor, ao lado do qual se perfila um outro escolhido pelo Colégio dos Doutores, a reger ambos em concerto os destinos sensíveis da universidade.

Por isso, as universidades são prósperas: os privilégios que recebem dos Príncipes e dos Papas fazem delas instituições fortes por excelência e focos de pensamento independente e reflexão crítica. E à medida que se vencem as diversas etapas do Tempo e da História, vai crescendo e lavrando na alma acadêmica uma consciência clara de certos privilégios e uma longa tradição de Liberdade.

Quanto à greve, acompanhou ela todo este processo — durante séculos caminhou cautelosamente

associaram professores e estudantes, Luiz XII não hesita em fazer baixar um édito ameaçando os escolares de castigo por crime de lesa-majestade — e a greve cessa imediatamente, no meio da consternação acadêmica.

A despeito dos atentados que se feriram ao longo de toda a evolução das instituições universitárias, e particularmente durante os períodos da Contra-reforma (com a ingerência do Clero) e do Despotismo esclarecido (com a intervenção da Coroa, a exemplo da reforma pombalina da Universidade de Coimbra), poder-se-ia afirmar, com certa dose de verdade, que o direito de greve não morreu como estava previsto nos planos quadriculados de certas consciências mais radicais. Ao contrário, viveu, e vêmo-lo resurgir após o processo de libertação facetado pelo iluminismo, em alguns textos de boa talha, aqui e além, emprestando-lhe estes a força dogmática de que carecia até então.

Mas é com o advento do século XIX que atinge as culminâncias do fastígio; e enquanto o movimento romântico-liberal alarga os horizontes espirituais do povo, a greve espalha-se aos claustros das escolas superiores anunciando a chegada de uma nova era. Aqui, finalmente, o Brasil passa a integrar a senda da História. Fã-lo sem dúvida, por haver deixado de ser um país-colônia de outro País; mas fá-lo também e principalmente em razão do papel extraordinário que desempenharam as suas Faculdades de Direito, às quais ficou a dever o próprio modelo de civilização que revestiu, conforme procuraremos seguidamente demonstrar.

Uma das preocupações mais vivas que domina o período posterior à descolonização portuguesa, consiste em dotar a Nação dos quadros técnicos e intelectuais necessários a consolidar as novas instituições surgidas após a emancipação política do Império.

O governo imperial com efeito, dedicou à tarefa a mais rigorosa atenção. Em carta de 1825, Dom Pedro I considerava incompatível demandar, como dantes, os conhecimentos de Direito Natural, Público e das Gentes à Universidade de Coimbra "sem grandes dispêndios e incômodos", devendo, posteriormente, proceder-se à criação de duas Faculdades de Direito, em São Paulo e Olinda, através da lei de 11 de agosto de 1827.

A despeito das carências de infra-estrutura que se faziam sentir, ambos os cursos desde logo manifestaram de forma íntima o sentimento que os ligava às vibrações de índole política e social. Ao espírito eclesiástico sobrepuja o espírito jurídico, e ao dogmatismo religioso e conservador e intelectualismo revolucionário e crítico. Ali, como refere Fernando de Azevedo "o mundo político e o mundo acadêmico se penetravam mutuamente; e em nenhum outro centro de estudos se repercutiam tão intensamente, como nas escolas de direito, as agitações da vida pública, o que dava à mocidade, com a participação do seu entusiasmo generoso, a força comunicativa dos grandes movimentos de opinião: nelas se encontravam e se entendiam brasileiros de

1901, o Código Epiácio substituiu a cadeira de Direito Natural pela de Filosofia e História do Direito — o que faz merecer a acirrada crítica de Pedro Lessa. Teria sido um mau agouro a toldar os horizontes culturais do futuro?

O fato é que as reformas se sucedem — a lei Rivadávia de 1911, a reforma Rocha Vaz e a de Francisco Campos, a chamada *Lei Orgânica do Ensino Superior* — à medida que o número de Faculdades vai crescendo assustadoramente até atingir índices jamais cogitados, perante a total ineficácia dos critérios oficiais de fiscalização. Segundo informes de pesquisas autorizadas, nos últimos cinquenta anos rasgaram o solo 79 novas Faculdades de Direito, onde se ministra um ensino de reconhecida e deficiente qualidade. É então, na linguagem expressiva de eminente professor, que o estudo do Direito passa a ser "o desagudouro das profissões indefinidas" e que a procura massificante de uma pretensa habilitação conduz à degradação do título universitário, da respeitabilidade profissional e, em última análise, ao aviltamento da classe dos juristas.

Paralelamente ao processo acima recortado, o País assistiu com certa perplexidade à ascensão de uma nova classe que se instalou nos órgãos de decisão do poder, conferindo primazia ao setor econômico em prejuízo de outras preocupações fundamentais do Estado: nos ombros da Economia parece descansar a redenção da Pátria.

Marcel Prélot explica agudamente este fenômeno, buscando-lhe as razões na mais pura tradição maquiavélica que, segundo mostra, é alheia a qualquer consideração de cunho ético. O Primado da Economia traduz linearmente uma das mais marcantes manifestações do novo Princípio: "Antes de legislar, de administrar, de construir palácios e templos, e de fazer a guerra, a sociedade trabalha, lavra, navega, compra e vende, explora a terra e o mar. No principio as funções políticas confundem-se com as econômicas; com efeito, nada do que constitui um governo é estranho à economia" (*As Doutrinas Políticas, IV, 35*)

E assim, o Direito, reduzido a mero fato normativo da atividade econômica, tem sido atribuição da nova classe que disso se orgulha (está patente aqui, a arrogância científica dos técnicos — a *pedantocracia* como já se disse), de forma a comprometer toda a arquitetura de princípios jurídicos fundamentais, pela crise que neles penetra fundo e lhes faz mirar o corpo e a alma.

Na Universidade do Paraná, o pensamento da época revestiu feições de extrema mediocridade, com a Faculdade de Direito esquecida do lugar que ocupara como *catedral de cultura*, onde a riqueza de tradições constituía uma garantia sólida de sobrevivência espiritual.

Desde o início começara já a ouvir-se um notável coro de críticas; aponta-se, nomeadamente, como ponto problemático, a nova lei da reforma universitária (Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de

burocrata (e assim foi implantada a Reforma), enquanto a situação se ia degradando nos mais variados matizes: a qualidade de ensino declinou pela ausência de concursos públicos; a biblioteca — aquilo que outrora fora uma biblioteca respeitável — passou a carecer do elemento natural que u perfaz, os livros; e também de muitas leis, mais atualizadas, que as estantes de ébano deixaram de recolher, e se achou não serem necessárias ao conhecimento dos estudantes.

De outra parte, pouco já resta dos velhos privilégios e liberdades da docência que a carta do Rei Dom Diniz garantia aos lentes em 1309, e assim detalhados: "estavam sob a proteção real; ninguém podia agravá-los nem a seus criados; só poderiam ser demandados perante juizes ordinários; não podiam ser despejados de sua casa desde que pagassem os alugueres; podiam ir e vir livremente ao Estudo; não pagavam chancelaria, selo nem cera, ou qualquer outra carga" — além, sem dúvida (o documento não consigna) de terem direito a um salário suficiente para evitar a miséria profissional (in Artur Moreira de Sá, *A Fundação da Universidade*).

De resto, alguns professores auxiliavam este processo de decomposição moral, por compromisso ou falta de ética e sobretudo por omissão — uma omissão crassa, escandalosa — obrigando os alunos a lutar pelos seus próprios direitos e pela dignidade de uma carreira pública quen é (ou, deveria ser) uma das mais relevantes deste País.

É então que surge a hipótese histórica de reavaliar a injusta Reforma Universitária, pelas vias legais previstas no próprio corpo do diploma. Com certa candura, reúne-se de novo o colegiado acadêmico; e elabora-se um relatório onde são apontadas as falhas e as soluções e muito claramente, se diz, com força jurídica, que a Faculdade deve romper a teia burocrática que o oprime, e reganhar autonomia didática, científica, administrativa, financeira, moral e espiritual. Deverá dispor de dotação orçamentária própria para prover a necessidades internas, fora do Setor onde estala pelas costuras de uma fórmula, que já não serve à finalidade a que se ajustou.

O que sucedeu nos meses seguintes todavia, foi a um só tempo singular e surpreendente em matéria de tanto relevo para o deixou de ser apreciad sob o argumento de que seria necessário aguardar os de outros cursos, para o reexame conjunto, de todos, numa mistura híbrida. Assim como se a Faculdade de Direito fosse um lacaio à espera das soluções fundamentais para o ensino e para garantia da própria sobrevivência, mutilada pelo obscurantismo do sistema.

Finalmente, coroando o longo processo, e servindo-lhe de *fecho de abóbada*, está a renúncia de diversos professores nos últimos dias, depois de terem pleiteado, sem sucesso junto à Reitoria, a abertura de concursos de títulos e provas para provimento dos cargos, tal qual se faz no seio das pessoas de direito público por toda a parte.

Tudo este traço e a linguagem

...tanto, o direito de greve não carece de raiz. Foi o próprio gênio da Idade Média que lhe serviu de modelo e lhe riscou os contornos, dentro da alma das universidades primitivas, que àquela época não sofriam qualquer vinculação a órgãos externos, seculares e eclesiásticos.

Como o próprio nome está a indicar (*universitas* - universalidade de conhecimentos, doutrinas e idéias), a formação espontânea dos estudos superiores numa Europa retalhada pelo Feudalismo, obedeceu ao fundamental desejo do saber, que afastava do seu caminho toda a gama de interesses contingentes, cuja virtualidade os pudesse desviar do nobre rumo almejado. Em muitos lugares, são os próprios elementos humanos da instituição — os lentes e os alunos — que reúnem esforços para erguer e cimentar pedra sobre pedra, a nova escola, a que dão a rubrica *Universitas magistrorum et scholarum* — e em Bolonha o reconhecimento oficial só chega para confirmar *de jure* aquilo que há muito existia de fato. Outras vezes os estudantes vão buscar ao seio da classe o seu próprio reitor, ao lado do qual se perfila um outro escolhido pelo Colégio dos Doutores, a reger ambos em concerto os destinos sensíveis da universidade.

Por isso, as universidades são prósperas: os privilégios que recebem dos Príncipes e dos Papas fazem delas instituições fortes por excelência e focos de pensamento independente e reflexão crítica. E à medida que se vencem as diversas etapas do Tempo e da História, vai crescendo e lavrando na alma acadêmica uma consciência clara de certos privilégios e uma longa tradição de Liberdade.

Quanto à greve, acompanhou ela todo este processo — durante séculos caminhou cautelosamente à margem do leito das instituições, como uma sombra sinistra que as refletia, sem as deixar entregues à solidão do próprio destino. Certas consciências porém, viam nela um perigo que ainda hoje se lhe reconhece, e que entendem imperioso sufocar.

Assim sucede com o episódio histórico que teve por cenário a Universidade de Paris em 1277, quando ali foi feita a denúncia dos atentados à doutrina cristã: as idéias averroistas do Boécio da Dácia, do livro *De Deo et moris*, a obra licenciosa de André, o Capelão, alguns escritos e heresias diversos fizeram com que sobre ela descesse o negro manto da intervenção superior para serenar a perdição das almas. Sabe-se, por outro lado, que logo após a exótica descoberta de Gutemberg, a Reitoria fez reunir a congregação da Universidade para combatê-la, e afinal destruiu-a diabólica como era, pois segundo Fabreguettes “dava à luz todos os dias uma infinidade de livros perniciosos”. E no ano de 1499, quando se esboçou um temível movimento grevista contra a extinção de velhos privilégios, a que se

sem dúvida, por haver deixado de ser um país-colônia de outro País; mas fá-lo também e principalmente em razão do papel extraordinário que desempenharam as suas Faculdades de Direito, às quais ficou a dever o próprio modelo de civilização que revestiu, conforme procuraremos seguidamente demonstrar.

Uma das preocupações mais vivas que domina o período posterior à descolonização portuguesa, consiste em dotar a Nação dos quadros técnicos e intelectuais necessários a consolidar as novas instituições surgidas após a emancipação política do Império.

O governo imperial com efeito, dedicou à tarefa a mais rigorosa atenção. Em carta de 1825, Dom Pedro I considerava incompatível demandar, como dantes, os conhecimentos de Direito Natural, Público e das Gentes à Universidade de Coimbra “sem grandes dispêndios e incômodos”, devendo, posteriormente, proceder-se à criação de duas Faculdades de Direito, em São Paulo e Olinda, através da lei de 11 de agosto de 1827.

A despeito das carências de infra-estrutura que se faziam sentir, ambos os cursos desde logo manifestaram de forma íntima o sentimento que os ligava às vibrações de índole política e social. Ao espírito eclesiástico sobrepõe o espírito jurídico, e ao dogmatismo religioso e conservador e intelectualismo revolucionário e crítico. Ali, como refere Fernando de Azevedo “o mundo político e o mundo acadêmico se penetravam mutuamente; e em nenhum outro centro de estudos se repercutiam tão intensamente, como nas escolas de direito, as agitações da vida pública, o que dava à mocidade, com a participação do seu entusiasmo generoso, a força comunicativa dos grandes movimentos de opinião: nelas se encontravam e se entendiam brasileiros de todas as classes sociais, para se dispersarem depois de um convívio de cinco anos, levando a todos os recantos do País o espírito de luta e de reação liberal, o culto da Justiça e do Direito.” (*A Cultura Brasileira 11,54*).

São portanto as Faculdades de Direito, ao longo do cenário do século XIX, as instituições propulsoras do desenvolvimento intelectual do País. Na alma se forjam em vagas hesitantes, os grandes movimentos liberais do Império monárquico; e nelas se recortam as idéias revolucionárias que imprimem a sua marca na gravura da história política nacional.

Aliás, nenhuma outra escola de estatura superior se achava mais apta a exercer essa função, em virtude da própria natureza que a cinzelara e da tradição que recebera, por herança, do gênio fecundo da Idade Média.

Com o nascimento do novo século, algumas reformas universitárias começaram a despontar um pouco por toda a parte. Logo em

instalou nos órgãos de decisão do poder, conferindo primazia ao setor econômico em prejuízo de outras preocupações fundamentais do Estado: nos ombros da Economia parece descansar a redenção da Pátria.

Marcel Prélot explica agudamente este fenômeno, buscando-lhe as razões na mais pura tradição maquiavélica que, segundo mostra, é alheia a qualquer consideração de cunho ético. O Primado da Economia traduz linearmente uma das mais marcantes manifestações do novo *Príncipe*: “Antes de legislar, de administrar, de construir palácios e templos, e de fazer a guerra, a sociedade trabalha, lavra, navega, compra e vende, explora a terra e o mar. No princípio as funções políticas confundem-se com as econômicas; com efeito, nada do que constitui um governo é estranho à economia” (*As Doutrinas Políticas, IV, 35*).

E assim, o Direito, reduzido a mero fato normativo da atividade econômica, tem sido atribuição da nova classe que disso se orgulha (está patente aqui, a arrogância científica dos técnicos — a *pedantocracia* como já se disse), de forma a comprometer toda a arquitetura de princípios jurídicos fundamentais, pela crise que neles penetra fundo e lhes faz mirrar o corpo e a alma.

Na Universidade do Paraná, o pensamento da época revestiu feições de extrama mediocridade, com a Faculdade de Direito esquecida do lugar que ocupava como *catedral de cultura*, onde a riqueza de tradições constituía uma garantia sólida de sobrevivência espiritual.

Desde o início começara já a ouvir-se um notável coro de críticas; aponta-se, nomeadamente, como ponto problemático, a nova lei da reforma universitária (Lei n.º 5.540 de 28 de novembro de 1968) a qual, entre outros resultados, trouxe a criação de uma extensa malha de departamentos, setores e conselhos de ensino, como unidades didático-administrativas estruturais; o desaparecimento da figura e do título social do catedrático e sua substituição pelo chefe de departamento, ofendendo o princípio da hierarquia; a extinção do sistema de cadeiras, passando ao de disciplinas autônomas; a implantação do regime semestral, errático e nefasto; a convergência de recursos materiais e financeiros para determinados órgãos (os *mamutes*, como se lhes chama), em prejuízo da administração autônoma e descentralizada — e fundamentalmente: o sacrifício da antiga Faculdade de Direito, que se viu reduzida a um curso entalado num Setor que o não representa, nem lhe fornece o próprio ar que respira.

Durante muito tempo portanto, professores e alunos foram caldeando o consenso da necessidade de libertar a Faculdade do órgão que a retinha dentro da fórmula artificial, traçada a régua e compasso na mesa de algum

...tudo por omissão — uma omissão crassa, escandalosa — obrigando os alunos a lutar pelos seus próprios direitos e pela dignidade de uma carreira pública quen é (ou deveria ser) uma das mais relevantes deste País.

É então que surge a hipótese histórica de reavaliar a injusta Reforma Universitária, pelas vias legais previstas no próprio corpo do diploma. Com certa candura, reúne-se de novo o colegiado acadêmico; e elabora-se um relatório onde são apontadas as falhas e as soluções e muito claramente, se diz, com força jurídica, que a Faculdade deve romper a teia burocrática que o oprime, e reganhar autonomia didática, científica, administrativa, financeira, moral e espiritual. Deverá dispor de dotação orçamentária própria para prover a necessidades internas, fora do Setor onde estala pelas costuras de uma fórmula, que já não serve à finalidade a que se ajustou.

O que sucedeu nos meses seguintes todavia, foi a um só tempo singular e surpreendente em matéria de tanto relevo para o deixou de ser apreciado sob o argumento de que seria necessário aguardar os de outros cursos, para o reexame conjunto, de todos, numa mistura híbrida. Assim como se a Faculdade de Direito fosse um laçao à espera das soluções fundamentais para o ensino e para garantia da própria sobrevivência, mutilada pelo obscurantismo do sistema.

Finalmente, coroando o longo processo, e servindo-lhe de *fecho de abóbada*, está a renúncia de diversos professores nos últimos dias, depois de terem pleiteado, sem sucesso junto à Reitoria, a abertura de concursos de títulos e provas para provimento dos cargos, tal qual se faz no seio das pessoas de direito público por toda a parte.

Todo este traço, e a linhagem de atitudes que o ornamenta, veio a convergir no desfecho da situação de greve de que nos vimos ocupando, e que este artigo, de certa feita polêmico, pretende etiquetar de “justas razões da greve da Faculdade de Direito”. A sua oportunidade e conveniência, tal como as virtudes em que se fundou, devem ser postas a julgamento público para que sobre elas se manifestem os mais expressivos setores da comunidade.

Mas é necessário afirmar que foi na consciência da força das grandes atitudes que os estudantes de Direito tomaram uma decisão fundamental em defesa da sua Faculdade, cavando a última trincheira da *guerra santa*: para separar o que é imortal e profundo do contingente e transitório.

E essa batalha, a Faculdade deve prosseguir por maiores que sejam os obstáculos postos à sua ambição heróica de atingir a imortalidade. Que há de vencê-la portanto, não resta dúvida; o perigo é vir a fazê-lo demasaidamente tarde. Pois poderá atingir então ao mesmo tempo, a imortalidade e a Morte!



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

UNIVERSIDADE

•ASSEMBLÉIA PERMANENTE. Medicina mobiliza estudantes Os estudantes de Medicina da UFP estão em vigília: se a resolução 14/79 for aplicada a assembleia permanente pode votar pela greve

Os universitários de Medicina decidiram, em Assembleia Geral realizada sexta-feira última, estabelecer um estado permanente em Assembleia para que, se a resolução 14/79 ser baixada a qualquer momento pela Reitoria, haja condições de nova Assembleia Geral dentro de 24 horas. Além dessa fiscalização constante, receberam votação unânime a proposição de "persona non grata" ao professor Miguel Roberto Morais e Silva, autor da Resolução 14/79 e também o esquecimento total de Celso Antonio Zanatta, representante do corpo discente junto ao Colegiado da Universidade Federal do Paraná.

Por volta de 500 estudantes compareceram no Diretório Acadêmico do Setor de Ciências de Saúde (Dascisa) onde a determinação do Conselho de Ensino e Pesquisa da UFP foi discutida. Segundo o CEP a resolução apresentada, por Miguel Morais fica suspensa, mas os acadêmicos veem nisso a tentativa de um drible daquele órgão sobre os estudantes. Numa época de evasão do estudo ocorreu desta vez, às vésperas da semana de recesso em toda escola.

A medida tomada pelos acadêmicos visa, portanto, uma fiscalização constante sobre o CEP, como admitiu um dos presentes na reunião. Mesmo assim foi evitada a proposição de uma comissão quanto à nomeação de um comissão que teria plenos poderes de deflagrar greve imediata quando a 14/79 entrasse em atividade. Apesar de todos

afirmarem que a medida adotada pelo CEP é apenas paliativa e "temporária", quando o movimento cessar, ela volta.

FIM DA RESOLUÇÃO

A suspensão da 14/79 está prevista até o mês de agosto. Após esse prazo ela deve ser revogada pois, julgou o plenário ser inquietante a presença de uma resolução "altamente nociva" em estado letárgico. Para tratar deste assunto foram criadas comissões que irão debater a nível de Reitoria a extinção da proposta de Francisco Morais.

"A luta ainda não terminou; ela não está vencida - declarou um estudante. Só ficaremos satisfeitos quando essa resolução for revogada. Pois, como dizia numa faixa do restaurante, "Unidos Já-mais Seremos Vencidos". O comparecimento maciço do pessoal mostra que nossa causa é justa. E que o estudante deixou seu individualismo de lado. A luta é de todos".

O QUE ACONTECEU

Domingo passado este "Correio" publicava matéria acerca do movimento estudantil no Dascisa e apontava a possibilidade de delagração de greve. Poucos estudantes, até então, tinham conhecimento da resolução 14/79 que estava em tramitação no Conselho de Ensino e Pesquisa.

Os acadêmicos estavam se reunindo desde medos daquela semana em sessões de até 30 pessoas, apesar do caráter sigiloso com que eram revestidas, para saber que atitude tomar com a

nova lei em vigor. O descontentamento era geral, mesmo assim o comunicado à imprensa e aos demais associados estava sendo resguardado.

A resolução 14/79 aprovada por unanimidade no Conselho de Ensino e Pesquisa (recebendo inclusive o voto da suplente de Sérgio Stelko, representante do corpo discente que esteve ausente da reunião) vinha sendo vigorada desde 76, afirmou o pró-reitor de Ensino e Pesquisa, Eurico Back. As críticas não existiam se a medida não tivesse sido oficializada, acredita o pró-reitor.

De forma contrária viam os estudantes a mesma questão. Atentavam eles ao fato de que a votação no CEP se deu justamente às vésperas do recesso escolar e um comunicado da escola à diretoria do Dascisa só chegou no início deste mês. Além disso, estranhavam eles que um professor da área médica tivesse se dirigido ao diretório "voluntariamente" como explicou, para dar algumas sugestões.

Acontece que essas mesmas sugestões foram apresentadas horas mais tarde pelo reitor Ocyron Cunha. "Muita coincidência" - eram os comentários. Além do mais o CEP viria a suspender a resolução anteriormente aprovada, numa prova de que ela se caracterizava pelo lado ilegal e cujo fim era o de prejudicar os estudantes - como declarou o presidente da entidade ao tomar conhecimento do resultado.

Basicamente a resolução 14/79, do professor Francisco Miguel Morais Sil-

va visa ao aprimoramento dos alunos que deixam o curso básico para o profissionalizante. Ou "grupo", segundo os estudantes, que é o 10º período.

O processo de transposição dos acadêmicos ao "grupo" se dá na passagem do primeiro para o segundo semestre do 5º ano. É quando ele deixa os bancos escolares para dedicar-se somente aos estágios nos hospitais.

Desde que o aluno tivesse pendência numa matéria (o máximo das dependências neste nível do curso de duas) ele estaria proibido de efetuar a transposição. Deveria, isto sim, concluir um período somente com essa matéria, acarretando um atraso de seis meses em relação ao resto de sua turma. No caso de duas dependências, o atraso seria de um ano, pois cada dependência necessitaria de todo um período exclusivo.

"Um tempo que será absurdamente perdido" - opinou um acadêmico. Já um dos professores de Medicina, em sala de aula, comentou com os alunos que a medida era plausível pois os dependentes, para ele, "são uns vagabundos". A afirmação gerou discussão interna. Mas, como lembrou um universitário, na noite de sexta-feira, no Dascisa:

- É triste ver nossos professores criarem barreiras ao invés de dar condições a uma nova geração para seguir seus passos. A luta deveria ser contínua, mas o que se vê são medíocres atos de tentar prejudicar os mais jovens e futuros discentes.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL: *Veja do Paraná*

Pasta: *UFPR*

Data: *09/06/79* Estado *PR*

142

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Estudantes resolvem encerrar movimento

Os estudantes de Direito da UFP, em assembléia realizada ontem pela manhã, resolveram suspender a greve, que paralisou as aulas daquela faculdade durante 12 dias, por unanimidade, tendo em vista que suas reivindicações imediatas foram atendidas, conforme declaração do presidente do Cahs, João Cândido Cunha Pereira. O remanejamento no quadro de docentes do curso, possibilitando a existência de professores para as disciplinas no 2.º semestre, é apenas uma solução paliativa, segundo os estudantes, não atingindo as verdadeiras causas do movimento grevista, "trazendo o fim da greve, mas não o cancelamento das reivindicações".

Por isso, a própria Universidade deliberou a formação de uma comissão partidária, composta por alunos e professores, que num prazo de trinta dias deverá elaborar relatório circunstanciado sobre as necessidades específicas do curso de Direito e avaliação da reforma universitária nessa área de ensino, a ser levado a exame do MEC e Conselho Universitário.

Entre os problemas específicos estão a falta de autonomia da faculdade, a necessidade de extinção da figura anômala do professor colaborador, e conseqüente renovação do quadro docente, através de concurso público a nível de auxiliar de ensino. Lembra João Cândido, presidente do Cahs, que está havendo apenas um remanejamento conseqüente renovação do quadro docente, através de concurso público a nível de auxiliar de ensino. Lembra João Cândido, presidente do Cahs, que está havendo apenas um remanejamento interno de professores na UFP, mas não uma renovação do quadro, e pergunta onde estão as 9 vagas que existiam, "pergunta que levaremos ao Conselho Universitário". Com o fim da greve, os alunos terão reposição das aulas até o dia 11 de julho, e as provas bimestrais serão realizadas entre 12 e 22 deste mês. A recuperação paralela será levada a efeito de 25 a 30 de junho, com os exames finais entre 2 e 11 de julho.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL O Estado do Paraná
 Pasta: UFR
 Data 09/06/79 Estado PR
 119

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Greve termina

Os estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná, em assembléia realizada ontem pela manhã, resolveram suspender a greve, que paralisou as aulas daquela faculdade durante 12 dias. A decisão foi por unanimidade, tendo em vista que suas reivindicações imediatas foram atendidas, conforme declaração do presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas. O remanejamento no quadro de docentes do curso, possibilitando a existência de professores para as disciplinas no 2.º semestre, é apenas uma solução paliativa, segundo os estudantes, não atingindo as verdadeiras causas do movimento grevista. "trazendo o fim da greve, mas não o cancelamento das reivindicações".

Por isso, a própria Universidade deliberou a formação de uma comissão partidária composta por alunos e professores, que num prazo de trinta dias deverá elaborar relatório circunstanciado sobre as necessidades específicas do curso de Direito e avaliação da reforma universitária nessa área de ensino, a ser levado a exame do MEC e Conselho Universitário.

Entre os problemas específicos estão a falta de autonomia da faculdade, a necessidade de extinção da figura anômala do professor colaborador, e conseqüente renovação do quadro docente, através de concurso público a nível de auxiliar de ensino. Lembra João Cândido, presidente do Cahs, que está havendo apenas um remanejamento interno de professores na UFP, mas não uma renovação do quadro, e pergunta onde estão as 9 vagas que existiam. "pergunta que levaremos ao Conselho Universitário". Com o fim da greve, os alunos terão reposição das aulas até o dia 11 de julho, e as provas bimestrais serão realizadas entre 12 e 22 deste mês. A recuperação paralela será levada a efeito de 25 a 30 de junho, com os exames finais entre 2 e 11 de julho.

PT 2355.258

UNIVERSIDADE

DIREITO

Greve termina. Mas pode voltar.

Os estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná decidiram ontem voltar às aulas mas afirmam que continuam vivas as causas geradoras da insatisfação

Encerrou ontem a greve dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

Uma nota oficial de esclarecimento ao público foi apresentada em Assembleia Geral. Também a portaria 1303/79, onde o reitor Ocyron Cunha designa os professores que, juntamente com três alunos, irão até Brasília levar um relatório das dificuldades que o curso apresenta. A reposição de aulas e provas foram estudadas pelo coordenador do curso, Ruy Correa Lopes e firmadas no edital nº 4/79.

Publicamos abaixo a carta dos estudantes sobre o final do movimento que veio a quebrar onze anos de vida até então pacífica na Universidade, afora algumas investidas em paralisações de aulas, mas que não foram a termo. Diz o documento: Descoberto um expediente pelo Colegiado do Curso até terça-feira reiteradamente tido por inexistente, puderam as reivindicações dos estudantes de Direito ser atendidas ao nível da Faculdade.

A solução encontrada, longe de atingir as verdadeiras causas do movimento dos estudantes, constitui

mero paliativo, que traz somente o fim da greve, mantendo vivas as causas geradoras do movimento, possibilitando o ressurgimento de novas dificuldades que desencadearão futuras greves.

A figura anômala do professor colaborador — tarefeiro da educação, segundo expressão de um eminente mestre do Direito Penal — deve ser banida da Universidade. Inúmeras vagas para funções docentes, outrora pertencentes à Faculdade de Direito, desapareceram como que por encanto em administrações universitárias anteriores. Se aquelas vagas hoje estivessem

preenchidas, certamente a falta de docentes não estaria a afligir a Faculdade de Direito. Esses dois casos relatados ilustram algumas das inúmeras causas responsáveis pelo surgimento da situação que produziu a greve estudantil: causas essas sequer arranhadas através do expediente do Colegiado de Curso.

Com a finalidade de pôr um breve fim aos embargos que estorvam a Faculdade de Direito, embargados sua autonomia, formou-se uma comissão paritária oficial de estudantes e professores, cuja incumbência será a de inventariar objetivamente as anomalias do curso jurídico, ativar o processo de avaliação da reforma e propor as soluções, em documento a ser entregue ao Ministro da Educação e Cultura.

Desta forma, retornamos estudantes às aulas, sabendo que o seu movimento pelo aprimoramento de ensino jurídico não terminará enquanto não forem corrigidas as distorções da estrutura do ensino superior do Brasil, que mantêm espírito estudantil apreensivo quanto ao valor e a eficácia da formação cultural que lhe é imposta pela Universidade.

Esta
NC
FIL
PR
RE



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Assata do povo*
Posta - JF PR
Data *08 06/79* do *PR*

114

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Parasita ameaça

O secretário Reinhold Stephanes, da Agricultura, determinou a proibição, ontem, de entrada no Paraná de colméias, favos ou abelhas, visando proteger a nossa apicultura e principalmente os pequenos produtores, uma vez que um ácaro ameaça o nosso plantel apícola, contaminando as abelhas e destruindo as larvas.

Segundo resolução baixada pelo Secretário da Agricultura do Paraná, através da Defesa Sanitária Animal, o Departamento de Fiscalização da Seag deve intensificar a fiscalização de trânsito e interditar as áreas e também criatórios onde porventura foram detectados focos de ácaro Varroa Jacobsoni, parasitório da abelha, para evitar comprometimentos àquela cultura.

Ao baixar o ato que proíbe o ingresso de col-

méias, favos ou abelhas, o Secretário determinou que a Empresa Rural e Extensão Rural forneça material para diagnóstico e campanha de educação sanitária para o controle do problema.

Na resolução que o Paraná, o Secretário da Agricultura é fator importador de material para o Pequeno Produtor e que o produtor enfrenta o risco de trazer séria ameaça à apicultura paranaense. Face ao risco de endemias graves naquela cultura, o Bacillus Larvae (Podridão)

Paranaense vai a Festival de Surfe

"Rato" (Jorge Theodócio Atherino), o campeão paranaense do I Festival de Surfe, vai disputar o Campeonato Brasileiro em agosto, no Rio de Janeiro. Acaba de receber o convite e concorrerá com os 80 melhores atletas do país, como o primeiro representante do Estado nessa competição.

Arpoador, Quebra-Mar, Macumba, Posto Cinco são as praias cariocas escolhidas pelos surfistas para as provas, conforme a qualidade do mar. O certame poderá acontecer também na "Praia do Diabo" onde se desenvolveu o último campeonato internacional que sagrou o australiano Cheyne Horan. Cerca de 200 mil cruzeiros serão os prêmios aos concorrentes.

ABERTURA

"Só o fato de concorrer no campeonato nacional deste ano, para mim já significa uma grande abertura", explicou o atleta paranaense, lembrando que o Estado poderá também arrebatar glórias se as conquistas forem boas. Destacou ainda o detalhe do arrojo empresarial carioca em saber reconhecer o que é o moderno surfe, oferecendo apoio e estímulo, algo bastante difícil numa cidade como Curitiba.

Mas "Rato" possui condições de disputar sem a ajuda de ninguém e daí a razão de estar justamente inscrito e participando já da movimentação do Campeonato, a convite da "Ala Moana", empresa que se dedica exclusivamente a produção para o surfe. O surfista do Sul que esteve mais perto até agora, foi Caetano Chito, de São Francisco do Sul, classificado entre os 32 primeiros em 1978.

MELHORES

Com esforço, Jorge continua os estudos de Engenharia em Campinas e todo o tempo que sobra aproveita para os treinamentos. Isso o faz pensar que "com bastante sorte" chegará junto dos principais nomes do surfe brasileiro: Otávio Pacheco, Valdir, Pepê, Cauli, Feio (campeão do certame internacional realizado no Peru) e outros. As chances aumentarão para o estreado caso encontre-se em disputa com atletas de renome.

Encontro dos preços

Representantes das organizações dos Estados do Paraná, São Catarina e Santa Catarina estiveram reunidos em Curitiba. Na pauta do encontro os est



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Verbena do Paraná*
Pasta: *JFPR*
Data: *08 06 1979* Estado: *PR*

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Decisão sobre a greve foi adlada para hoje

A suspensão da greve de onze dias, dos estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná, ficou para a Assembléia de hoje às 10 horas. Na assembléia de ontem os acadêmicos, apesar de considerar que foram atendidas parcialmente suas reivindicações, resolveram primeiro obter garantias de que as aulas serão recuperadas e os professores aplicarão as provas com intervalos mínimos de 48 horas. Também decidiram punir os "fura greves", que de acordo com o Estatuto do Centro Acadêmico Hugo Simas, poderá ir desde suspensão até exclusão da entidade.

Foram escolhidos os estudantes Odilon Reinhardt, Manoel Caetano Ferreira Filho, e o presidente do Cahs, João Cândido Cunha Pereira

Filho para representar os acadêmicos na Comissão Paritária, proposta pelo Colegiado do Curso de Direito para levar a Brasília os problemas específicos do curso de Direito. Integram essa Comissão três professores: Munhoz de Melo, Ruy Correa Lopes e Fernando Andrade de Oliveira.

De acordo com João Cândido, — com o remanejamento no quadro de docentes do curso possibilitando a existência de professores para todas as disciplinas no próximo semestre — foram apenas solucionados em parte os problemas. "Porque persiste toda uma estrutura deficiente cujas soluções foram apontadas no documento da Reavaliação da Reforma, enviado à Reitoria pelo Setor de Ciências Sociais Aplicadas no ano passado.



• MEDICINA •

UNIVERSIDADE

Estudantes acham solução paliativa

O Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná decidiu suspender a resolução 14/79 que gerou insatisfação entre acadêmicos de Medicina

Os estudantes de Medicina da Universidade Federal do Paraná estarão discutindo esta noite, em Assembléia Geral, a partir das 20 horas, a decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa em suspender a Resolução 14/79, de autoria do professor Francisco Miguel Roberto Moraes e Silva. O resultado foi conhecido no início da tarde, após várias horas de discussão entre os membros do CEP e um representante do corpo discente, Sérgio Stelko.

A suspensão não foi bem recebida na esfera acadêmica. Ao saber do resultado o presidente do Dascisa, Tohoru Watari, observou ter sido "uma conquista dos estudantes" mas que "nem por isso devemos nos contentar com essa suspensão porque a resolução a qualquer hora pode ser aplicada em prejuízo aos estudantes de Medicina". A conquista citada por Tohoru deve-se ao fato de que o CEP, há 15 dias "aprova por unanimidade a resolução e hoje reconhece, através dessa suspensão, a justa reivindicação dos acadêmicos de que a medida é ilegal e que não traria nenhum benefício".

Centenas de folhetos estarão sendo distribuídos hoje convidando os acadêmicos a comparecer às 20 horas na Assembléia Geral. Três tópicos fazem parte do encontro: 1º) relato de toda situação referente à aprovação da Resolução 14/79; 2º) resultado da reunião de ontem, do CEP; posicionamento dos estudantes para tomar novas medidas e resolver definitivamente o problema.

Através desta assembléia diversas correntes devem surgir. É possível, contudo, que ocorra a paralisação das aulas em virtude da medida tomada pelo CEP e vista como "paliativa".

A posição da Universidade diante do impasse criado com os estudantes foi divulgada ontem, através de nota oficial que diz:

Atendendo ponderações do representante do Corpo Discente, o Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, em reunião realizada ontem, pela manhã, resolveu suspen-

der os efeitos da Resolução nº 14/79-CEP, aprovada no mês passado.

A decisão, que recebeu o número 18/79-CEP, na íntegra, é a seguinte:

"O Conselho de Ensino e Pesquisa, órgão da administração superior da Universidade Federal do Paraná, considerando a necessidade de analisar fatos novos, trazidos a este Conselho pelo representante discente; considerando, em face do exposto, que se impõe a análise destes fatos, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, a fim de verificar a real situação do Curso de Medicina do Setor de Saúde; considerando que a análise será de longa duração, para evitar prejuízo dos discentes, resolve:

Art. 1º - Fica suspensa a aplicação da Resolução nº 14/79-CEP até que seja feito um levantamento completo do Curso de Medicina, estabelecendo-se, assim, suas reais necessidades didático-pedagógicas e administrativas, dada a peculiaridade inerente ao mesmo.

Art. 2º - O levantamento referido no artigo 1º deverá ser realizado pelo Colegiado do Curso de Medicina, ouvidos os departamentos implicados.

Art. 3º - As incorreções apontadas pelos discentes deverão ser estudadas pelo colegiado do Curso de Medicina e pelos departamentos, visando saná-las por meio de períodos especiais, se possível.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor, na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1979. as) Ocyron Cunha, presidente".

Zanata defende-se de acusação

O estudante Celso Antonio Zanatta, líder do grupo que se opõe à atual diretoria do Dascisa, não concordou com a declaração feita por um acadêmico, re-

centemente ao CORREIO DE NOTÍCIAS a respeito de sua atuação na questão da greve naquele setor da Universidade Federal do Paraná. Ele não admite, em momento algum, em ser tachado de adesista - como entende que ocorreu - e elaborou uma defesa procurando explicar sua posição.

Em documento de uma lauda, Zanatta expõe o seguinte:

"A diretoria do Dascisa - Diretório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde - através de um porta-voz cujo nome se faz omitido, veio através deste jornal levantar inverdades que envolvem o nosso nome. Disse o acadêmico, sobre a aprovação da resolução 14/79 - pelo Conselho de Ensino e Pesquisa: Na reunião, além dos professores, havia apenas dois alunos, e um deles praticamente desconhecido no nosso meio. Sabe-se apenas que se chama Zanatta e faz parte do Colegiado.

"Apesar de concordar com o porta-voz quando disse que somos praticamente desconhecidos; acreditamos que temos o direito de defesa e esclarecimento.

1 - Eramos de fato na época representantes do Corpo Discente junto ao Colegiado de Curso de Medicina, representação obtida em eleições diretas com 89% dos votos a nosso favor.

"2 - É grande o desconhecimento do acadêmico quando diz que estávamos presentes na reunião que aprovou a Resolução 14/79. Não temos nem ingresso às reuniões do CEP, quanto mais direito a voto, como quis fazer parecer tal acadêmico. Se ele procurar ler os Estatutos da Universidade, será surpreendido ao descobrir que Colegiado de Curso e Conselho de Ensino e Pesquisa não são o mesmo órgão.

"3 - O porta-voz da atual diretoria quis fazer parecer que trabalhamos contra o estudante. Não sabemos com que interesse. Mas talvez ele não saiba, que fomos nós os primeiros a alertar sobre os problemas dos alunos Biônicos, que fere frontalmente a moral de nossa Universidade, e que a atual diretoria simplesmente os esqueceu para preocupar-se apenas em se manter no

poder. Talvez não saiba que nos juntamos com outros colegas, praticamente sem atuação da atual diretoria, conseguimos resolver o problema das 2.ª entradas do Curso de Medicina. Entretanto nunca nos esquecemos do diálogo (palavra que a atual diretoria parece não conhecer), inclusive nos posicionamos contra a 14/79 pois achamos que a mesma fere frontalmente o aluno, enquanto não funcionarem efetivamente os Períodos Especiais.

"4 - De fato; as inverdades começam no título da matéria "Medicina tenta evitar greve"; pois em reunião com chefes de departamentos, coordenador de curso e diretor do Setor, exatamente para se encontrar uma solução para a 14/79 e Cursos Especiais; somente se fizeram presentes o grupo de oposição OPINIÃO, e alunos do 6.º ano, sendo que o diretório omitiu-se pois acredita que a única solução é a GREVE usando o estudante com a intenção de perpetuar-se no poder".

Comissão de Direito irá a Brasília

Suspensão aos fura-greves; realização de provas com intervalo de 48 horas; o encaminhamento de representantes docentes e discentes à Brasília, para falar com o ministro Eduardo Portela, do MEC e reposição das aulas foram as proposições aprovadas em plenário ontem na Assembléia Geral realizada no Centro Acadêmico Hugo Simas.

A comissão que apresentará um relatório das dificuldades que passam os acadêmicos de Direito da Universidade Federal do Paraná foi escolhido através de votos. São os seguintes estudantes: Odilon Reinhardt, Manoel Caetano e o terceiro elemento é o presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, João Cândido. Para a suplência foram indicados os alunos: Guilherme Rodrigues, Arnaldo Camargo e Aroldo Montanha Teixeira. Os professores que represen-

tarão o corpo docente são: o desembargador Munhoz de Mello; Fernando Andrade de Oliveira e Ruy Corrêa Lopes.

A greve dos acadêmicos termina hoje, naturalmente, em Assembléia Geral convocada para às 10 horas, no CAHS. O encontro de ontem teve a finalidade da escolha dos alunos que farão um estudo sobre o curso de Direito na UFP.

FURA-GREVES

No final da reunião um dos presentes tomou a palavra para lembrar o papel dos participantes na greve que está encerrando. Existe aquele que "ficou em casa vendo televisão, dormindo" e que "não tem nem meu apoio, nem minha reprovação". Outros, que fizeram cartazes, atenderam à imprensa, manifestaram-se de alguma forma pela continuação da greve. E uma terceira categoria que foi justamente a dos fura-greves.

"Não me sinto bem ao lado de um jovem idealista e de outro, o fura-greve", afirmou. A improvisação foi recebida com aplausos pois até então as discussões eram totalmente outras. Universitários contrários levantaram-se para defender teses diferentes. O plenário, após poucos, modificou a opinião.

Desde a expulsão dos "furões" do quadro do CAHS até uma "anistia" absoluta, todos os pareceres foram apresentados. Enquanto um rapaz defendia a hipótese de que "no futuro eles não prejudicarão", outro rebatia que a desmoralização já era suficiente. E uma gaita acrescentou: "Cada um deve ter o direito de ser o que é".

Como resultado ficou a deliberação de que um Conselho Administrativo aplicará uma sanção punitiva (suspensão) depois de ouvir o Conselho Deliberativo.

Uma nota oficial à opinião pública será apresentada na Assembléia de hoje para votação. Nela serão explicadas as razões e o final da greve. A volta às aulas será oficialmente determinada neste encontro. Um dos momentos mais aplaudidos ontem pelos estudantes foi a alocução final de Manoel Caetano após sua escolha para compor a comissão.

Fico satisfeito ao ver que os quinze dias de recesso não tiraram nossa consciência. Vou sair da Universidade muito contente, muito feliz por tudo que aconteceu nestes oito dias.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Gazeta do Povo*
Posto UFR
Data 07 06 79 Estado PR

116

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Greve de Direito

vai terminar hoje

Termina hoje a greve dos 500 estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFP), após o conselho departamental ter divulgado ontem os nomes dos professores e respectivas disciplinas, para o segundo semestre. Isto é, este conselho atendeu as reivindicações dos estudantes de garantia das mesmas qualidades de ensino atualmente ministrado, no semestre mencionado. A ausência dessas garantias é que motivara a deflagração de greve, na quarta-feira da semana passada.

Por esse motivo, os estudantes estão sendo convocados para deliberação final sobre o assunto, em assembléia-geral extraordinária que será realizada a partir das 9 horas de hoje, nas dependências daquela Faculdade.

Ao comentar ontem a decisão do conselho departamental ter atendido rapidamente às reivindicações dos estudantes, o presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), João Cândido Cunha Pereira Filho, salientou que "o comportamento da coordenação e dos chefes de departamento do Curso de Direito causou estranheza para os alunos, já que da noite para o dia o problema das disciplinas pendentes para o segundo semestre foi completamente solucionado, enquanto que, anteriormente, todos eles declararam-se impotentes para solucioná-lo. Essa posição foi inclusive ratificada durante a reunião mantida entre os estudantes e o reitor Ocyron Cunha, na sexta-feira da semana passada".

Por outro lado, João Cândido voltou a comentar a situação dos professores colaboradores da Faculdade de Direito, e o esvaziamento deles no próximo semestre, afirmando que "é pouco provável que professores de outras Universidades querem prestar exames prévios para ingressar nesta Faculdade, percebendo pequenos vencimentos. Em seguida, voltou a comentar sobre a insistência da UFP não abrir concursos públicos para ingresso no magistério que "vai abrindo um vazio cada vez maior no quadro de docentes da Faculdade de Direito". Lembrou ainda que "nove vagas abertas por morte, doença ou aposentadoria de professores titulares, desapareceram como um verdadeiro passe de mágica, enquanto que em outros cursos vagas procedentes das mesmas circunstâncias continuam de tempos em tempos a serem reabertas".

ATENDER REIVINDICAÇÃO

Atendendo a reivindicação dos estudantes da Faculdade de Direito o Conselho departamental reunido na manhã de ontem decidiu pelas seguintes substituições: os professores Henrique Gomm Neto, Alfredo de Assis Gonçalves Neto e Rubens Requião foram designados para as disciplinas de Direito Comercial I e III, II e IV, respectivamente, para o próximo semestre do corrente ano letivo.

Quanto ao departamento de Direito Civil e Processual Civil a designação feita determina as seguintes disciplinas e professores: Joaquim Roberto Munhoz de Mello (Direito Processual Civil I); Ary Florêncio Guimarães (Direito Processual Civil II); Newton Álvaro da Luz (Direito Processual Civil III); Ivan Ordine Righi (Direito Processual Civil IV); Gaspar Luiz Lacerda Pinto, Antonio Alves do Prado Filho, Sidney Dietrich Zappa, Altino Portugal Soares Pereira, Carmem Lúcia Silveira Ramos, Francisco José Ferreira Muniz, José Lamartine Corrêa de Oliveira Lyra, e Paulo Henrique de Arruda Gonçalves, na disciplina de Direito Civil I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII, respectivamente. E ainda os professores Felício Raitani Neto, e Antonio Moris Cury, para Prática Civil nos períodos de I até IV.

Consta ainda da portaria que designa esses professores pelo departamento acima mencionado, que "na eventual necessidade de substituição de qualquer dos professores acima designados, providenciará o chefe de departamento, de imediato, a indicação de outro docente ou a contratação daquele que se fizer necessário, a fim de que não haja solução de continuidade no programa respectivo, tudo no alto propósito de ser mantida a regularidade curricular".

No Departamento de Direito Público apenas uma substituição foi designada para o próximo semestre, na disciplina de Teoria Geral do Estado, pela professora Regina Maria Macedo Neri.

PT 2355.258



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL *Arborea do Paraná*
Pasta - UFP
Data 07 06/74 Estado PR

117

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Greve estudantil pode acabar hoje pela manhã

Os 500 estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná reuniram-se em assembleia, hoje às 9 horas para decidirem se retornam às aulas depois de dez dias de greve, já que ontem o Conselho Setorial apresentou solução para o problema de docentes.

A volta às aulas é praticamente certa porque os Departamentos baixaram portaria relacionando os professores que ministrarão aulas nas disciplinas onde haveria falta de professor. De acordo com o presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, João Cândido Cunha Pereira Filho, "não se entende porque só agora, depois de ameaçar-

mos ir a Brasília, conseguiram fazer um remanejamento nos Departamentos de forma a garantir professores do mesmo nível dos atuais que deixarão a Universidade".

Entende o presidente do Cahs que para solucionar definitivamente o problema há necessidade de realização de concurso público para Auxiliar de Ensino, pois considera como questão fundamental o baixo nível de salário, que se reflete na qualidade do ensino. Ele acha que a exigência de realização de exame de suficiência para contratação de colaborador não melhorará o nível do ensino. "Ainda mais agora que

os colaboradores declararam ser difícil trazer bons profissionais em vista da remuneração oferecida, creio que haverá poucos professores dispostos a submeter-se a exame de suficiência, observou, acrescentando que esses professores estariam colocando em prática seu prestígio profissional.

Os Departamentos de Direito Público, de Direito Civil e Processual Civil e de Direito Privado resolveram o problema da substituição dos professores que deixarão de dar aulas com um simples remanejamento, ou seja, alguns professores que estavam em licença retornarão e um dos colaboradores resolveu permanecer.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL *Verbena do Paraná*
 Pastor J.F.P.R.
 Data 06/06/79 Estado PR

118

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Continua a greve dos estudantes

Hoje às 9 horas o Colegiado do Curso de Direito e os chefes de Departamento se reunirão para decidir quais as medidas a adotar frente às reivindicações dos estudantes de Direito que entram hoje no oitavo dia de greve. Isto foi o que o Setor de Ciências Sociais Aplicadas informou ao Centro Acadêmico Hugo Simas, por isso o presidente da entidade, João Cândido Cunha Pereira Filho, acredita que sairá uma solução para o problema de substituição dos professores que deixarão a Universidade, de forma a manter a mesma qualidade de ensino.

Mas o presidente do Cahs diz estranhar, porque só agora resolveram anunciar as medidas que solucionarão o problema, "se a entidade vem tentando há mais de dois meses a nível de Departamento, Colegiado de Curso e Reitoria ter uma definição". Alegam os acadêmicos que mesmo na Nota Oficial divulgada ontem pela Reitoria não é garantida a substituição no mesmo nível dos professores atuais, com relação aos três professores que deixarão de dar aulas no próximo semestre.

A Reitoria informou que compete aos departamentos propor a contratação de novos professores, mediante a inclusão de seus nomes no Plano Departamental de Trabalho, que deve ser encaminhado à Reitoria até o próximo dia 30. Desta forma, os estudantes acreditam que hoje será anunciado os professores que serão propostos para contratação no lugar daqueles que deixarão a UFP. Segundo João Cândido, "com esse caso ficaram patente as graves distorções da Universidade, que expuseram o estudante à essa situação (greve) para garantir professores ao próximo semestre".

A nível de administração superior da UFP não se entende o porquê dos estudantes continuarem em greve se foi garantido professores para o próximo semestre.

PT 2355.258



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL Correio de Notícias

Posta - UFPR

Data 07/06 / 79 Estado PR

119

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Viravolta disputa pleito no CEFET

UNIVERSIDADE

O grupo "Viravolta" que virou notícia ao ganhar as eleições para o DCE-Livre da Universidade Federal do Paraná e por denunciar fraude nas últimas eleições da Universidade Católica do Paraná vai disputar o pleito para o Diretório Acadêmico Parigot de Souza do Centro de Engenharia, anexo ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.

A votação será dia 11 próximo e o "Viravolta" apresenta uma plataforma que visa a criação de departamento de convênios, encontros tecnológicos, maior divulgação dos cursos, atualização e ampliação da biblioteca, incentivo a palestras culturais e promoção de torneios inter turmas.

O grupo pretende, também, lutar contra o ensino pago instituído no curso de Engenharia Industrial. Com a subvenção federal que mantém a escola, acreditam os estudantes não haver necessidade da cobrança de taxas, originando-se num processo idêntico às entidades particulares, embora mantenha suas características próprias.

ENSINO PAGO

O Curso de Engenharia de Operação tem a duração de três anos. O pessoal formado pode prosseguir nos estudos por mais dois anos e concluir Engenharia Industrial. Aqui é feita a cobrança de taxas por crédito de cada disciplina. Também os alunos de Engenharia Industrial fazem o mesmo tipo de pagamento.

Cada crédito custa Cr\$ 60,00 e o número máximo chega a 22, totalizando Cr\$ 1.320,00. Mas o que vem a ser, didaticamente, a conceituação de crédito ninguém sabe explicar. Pelo menos a "chapa "Viravolta". Segundo um representante "a definição não existe. É só uma maneira de se cobrar dos

alunos. Não há justificativa razoável para essas taxas".

PPRIMEIROS MANIFESTOS

A institucionalização do ensino pago no Centro Federal de Educação Tecnológica, segundo comentários, teve os primeiros manifestos contrários no ano passado quando surgiu um grupo de oposição para a eleição do diretório. "Estrutura", a chapa foi pressionada pela diretoria da escola para que amenizasse a campanha eleitoral nas salas de aula. Inclusive com o conselho do coordenador do curso, Aramis Deméterco, que chamou alguns integrantes em seu gabinete para dizer-lhes que se não houvesse atenuantes "a coisa poderia piorar". Sem especificar exatamente o quê.

A contagem de votos, comentam alunos da época, "foi uma coisa estranha". Além do professor Aramis, participaram o presidente do diretório acadêmico que deixava o cargo e um professor. Não foi permitido o ingresso dos elementos das chapas concorrentes, sendo conhecido somente os resultados.

VIRAVOLTEANOS

Compõem o grupo "Viravolta" no CEFET os seguintes elementos: Vicente de Paulo Palhares Filho (presidente), Dalcio Roberto dos Reis (vice-presidente), Renato Ferreira de Q. Monteiro (secretário geral); Dyson Pereira Jr. (1º secretário), Elias Augustinho (relações públicas); Benedito M. de Paludêto Sacom (tesoureiro); Marcos Antonio Alberti (diretor social), Renato Diniz Aracema (diretor esportivo) e Renato Gosdal (diretor cultural).

No Conselho Deliberativo estão: Marcos Gilmar Mouller; Ubiratan Jarbas Gonçalves; Cerize Solfiatti; Roberto Iantorno; Carlos Alberto Provin; Maria Rita Zubetti e Maxwell de Carvalho.



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

120

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Greve poderá terminar

Os 500 estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná reuniram-se em assembleia, hoje às 9 horas para decidirem se retornam às aulas depois de dez dias de greve, já que ontem o Conselho Setorial apresentou solução para o problema de docentes. A volta às aulas é praticamente certa porque os Departamentos baixaram portaria relacionando os professores que ministrarão aulas nas disciplinas onde haveria falta de professor. De acordo com o presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, João Cândido Cunha Pereira Filho, "não se entende porque só agora, depois de ameaçarmos ir a Brasília, conseguiram fazer um remanejamento nos Departamentos de forma a garantir professores do mesmo nível dos atuais que deixarão a Universidade".

Entende o presidente do Cahs que para solucionar definitivamente o problema há necessidade de realização de concurso público para Auxiliar de Ensino, pois considera como questão fundamental o baixo nível de salário, que se reflete na qualidade do ensino. Ele acha que a exigência de realização de exame de suficiência para contratação de colaborador não melhorará o nível do ensino. "Ainda mais agora que os colaboradores declararam ser difícil trazer bons profissionais em vista da remuneração oferecida, creio que haverá poucos professores dispostos a submeter-se a exame de suficiência, observou, acrescentando que esses professores estariam colocando em prática seu prestígio profissional.

Os Departamentos de Direito Público, de Direito Civil e Processual Civil e de Direito Privado resolveram o problema da substituição dos professores que deixarão de dar aulas com um simples remanejamento, ou seja, alguns professores que estavam em licença retornarão e um dos colaboradores resolveu permanecer.

Mas ainda preocupa os acadêmicos a não renovação do quadro de docentes e o não preenchimento de nove vagas no curso de Direito, que foram abertas ou por morte, doença, ou aposentadoria de professores. "Num verdadeiro passe de mágica, essas vagas desapareceram ou foram transferidas a outros setores" - reclamou João Cândido.



401

• UFP •

Solução para a greve

Deputados emedebistas estão contra a proposta conciliatória feita pela Reitoria

O deputado Nestor Baptista continua acompanhando a greve dos estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná, que já dura uma semana. Ontem ele falou sobre o assunto na tribuna da Assembléia Legislativa e repudiou a proposta de conciliação partida da Reitoria. Para o parlamentar opositorista, "já não podem mais andar de mãos dadas o erro e a verdade". Seu companheiro de bancada, Nelton Friedrich, apartou-se para, igualmente, manifestar estranheza diante do discurso feito anteriormente por Airton Cordeiro, defendendo a posição da Reitoria. Nestor Baptista afirmou que a situação se arrasta há muito tempo para ser resolvida com um simples apelo do reitor.

Eis a íntegra de seu discurso:

"Devo entender, e tenho a impressão que meus companheiros de Bancada assim também o entendem, que não cabe no caso, a chamada, a proposta de conciliação entre a Reitoria e os estudantes da Faculdade de Direito Federal. Isto porque, já mais podem andar de mãos dadas o erro e a verdade. Com essa conciliação proposta, hoje, pela Reitoria, seria colocar, lado a lado, o erro que vem, há muito tempo empregando a Reitoria e a incompetência que vem grassando, pelos lados dessa mesma Reitoria, com a verdade, com a reivindicação justa dos alunos da Faculdade de Direito.

Ontem o Reitor propôs: "fim de greve", e a constituição de uma comissão paritária: 9 alunos e 9 professores para estudar o problema. E a solução fica apenas na palavra "estudar".

Os estudantes negaram a proposta da Reitoria e decidiram pela continuidade da greve, para, durante a greve, constituírem uma comissão paritária de 9 alunos e 9 professores. Os estudantes alegam que "estudar não resolve, mas sim, resolve a solução do problema". Solução que, há muito tempo, é aguardada e, agora teve a sua situação agravada pela greve dos alunos da Faculdade de Direito Federal.

Toda a imprensa apresenta, uma nota da Reitoria, alegando que há aulas e professores na Faculdade.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as listas passam pelas classes, os alunos assinam as listas de presença, mas os professores acabam não aparecendo. E os professores colaboradores, também desestimulados pelo pequeno salário que recebem, acabam desistindo de ministrar as aulas que os alunos ficam aguardando.

Propõe o Reitor uma banca examinadora para avaliar o nível dos professores. Mas, também não é a solução. Porque, qual é o advogado, qual é o jurista de nosso Estado, que vai se submeter a uma banca examinadora para, no fim do mês, receber entre mil e quinhentos cruzeiros a três mil cruzeiros?

Não existe nenhum advogado, nenhum estudioso de Direito que vai se submeter a passar diante de uma banca examinadora como esta proposta pelo Sr. Reitor.

E há mais ainda: ainda que entre como professor colaborador, não tem a esperança de um concurso, porque já há muito tempo existe concurso para professores da Faculdade de Direito Federal.

O atual professor colaborador não possui garantias e tem um contrato de seis meses, que pode ser renovado por uma vez; nos primeiros seis meses, tem, o professor, o objetivo de conseguir "status" como professor de Universidade; no segundo, talvez para completar um ano. Há professores que vêm já pela segunda, ou terceira vez, conseguindo a renovação do título de professor colaborador, o que é ilegal, segundo o Estatuto da Universidade Federal do Paraná.

Não entendemos que devam, os alunos da Universidade Federal do Paraná, aceitar o apelo feito aqui, hoje, pelo nobre Deputado Airton Cordeiro, no sentido de se conciliar os objetivos da Reitoria, com as reivindicações dos estudantes da Universidade Federal do Paraná. A

pacificação proposta pelo Deputado Airton Cordeiro, também não cabe, porque já há muito tempo, os problemas da Universidade vêm se somando, e não podemos aceitar de forma alguma que, agora venha "democraticamente" a Reitoria, fazer propostas de estudo da situação para acabar com a greve, e, não apresentar uma solução plausível para o problema que vive hoje o estudante de Direito".

Em aparte a Nestor Baptista, o deputado Nelton Friedrich, disse o seguinte:

"Também a nós foi estranha a posição levantada pelo deputado opositorista, até porque, fazer uma comissão paritária de 9 professores e 9 estudantes, condicionando a existência dessa comissão à paralisação, da greve, em princípio poderia ser uma solução plausível. Ocorre, que esta Casa precisa, saber que, já existe um estudo feito, há dois anos, na Universidade Federal do Paraná. Este estudo, chamado de Processo de Reavaliação da Reforma Universitária está engavetado. Há dois anos se produziu, este Processo de Reavaliação da Reforma Universitária, mas ficou exatamente no processo e no estudo. Por isto, os estudantes não aceitaram mais, e não aceitaram, na Assembléia de ontem, que se faça, agora, uma nova Comissão para reiniciar os estudos que já estão engavetados, num processo há dois anos iniciado. Por esta razão, na mesma Assembléia de ontem, os estudantes da Universidade Federal do Paraná, da Faculdade de Direito, decidiram que, a Comissão de Greve fosse a Brasília, procurar junto ao Ministério da Educação e Cultura, uma solução, já que aqui não a estão encontrando. Basta apenas compatibilizar uma data para a audiência, e então, com a solução possível, terminará com esse movimento grevista. É por estranho que possa parecer, nós, deputados, precisamos deixar de ser magníficos deputados, defendendo Magníficos Reitores, e, nos debruçarmos sobre as verdadeiras causas desse movimento grevista".



Estado do Paraná

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

DELE

Reitor crê em solução para greve

"Nós somos adultos; confio nos líderes estudantis e tenho esperança de que os estudantes que estão sem aula cheguem a um acordo, aceitando uma proposta", afirmou ontem o reitor da Universidade Federal do Paraná (UFP), Ocyron Cunha, referindo-se a situação de impasse gerada anteontem com a ratificação da greve dos 500 alunos da Faculdade de Direito.

Ao mesmo tempo, Ocyron Cunha reiterou que "respeito a autonomia dos chefes de departamento da Faculdade de Direito e tenho certeza que eles conseguirão, até o dia 30 próximo, quando expira o prazo regular, de elaborar um plano departamental preservando as mesmas qualidades do ensino ministrado atualmente", reivindicado pelos grevistas.

Quanto as negociações feitas com os estudantes, num rápido retrospecto esse reitor lembrou que no documento enviado pelo Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS); daquela faculdade, pediu garantia de aulas, através de professores garantidos, para o próximo semestre. Nesse interim, através de uma carta circular, encaminhadas aos diretores de setores, Ocyron Cunha falou sobre a elaboração do plano departamental de trabalho, que deverá ser entregue à Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, até o dia 30 de junho próximo, e que, tarefas neste item abrangidas deveriam ser executadas nos dias 20 até 26 de maio, durante o recesso escolar para atividades culturais ou esportivas dos diretórios acadêmicos.

Entretanto, como o documento enviado pela CAHS estipulou o prazo até o dia 29 do mês passado para uma resposta sobre as contratações para agosto (essas contratações significam a garantia de continuidade das aulas), os estudantes entraram em greve. A partir deste momento — prossegue — encetamos negociações com uma comissão deles, aqui na reitoria, propondo que fosse formada uma comissão paritária permanente, para resolução do problema.

Conforme deixou claro o reitor, nenhuma outra proposta partiu da reitoria, exceto essa da comissão mencionada.

Depois disto — prossegue — fiz uma consulta e tive contactos com professores de direito da Universidade Católica do Paraná, da Faculdade de Direito de Curitiba, e esses professores manifestaram o desejo de lecionar na Faculdade de Direito da UFP, e se prontificaram, inclusive, a prestar testes de avaliação.

Sendo assim, e tendo em vista que os planos departamentais tem ainda o prazo máximo de 25 dias (expiram no dia 30), para serem entregues, "eu peço a Deus que a greve não se prolongue até o dia 30 de junho próximo".

Segurança Pública

POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Opinista do Levo*

Bot - UFR

Data 06/06/79 Estado PR

INFORMAÇÕES

122

CO

PT 2356-268

423

Pedido de reconsideração

Será apreciado amanhã em sessão plenária do Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná o pedido de reconsideração dos estudantes de Medicina, à Resolução 14, que vigora desde o último mês. Ontem o Conselho analisou o pedido a nível de Câmara, sendo que a reunião plenária que votará o recurso será amanhã. O Diretório Acadêmico do Setor de Ciências da Saúde já convocou assembleia geral dos 1098 acadêmicos de Medicina para sexta-feira, às 20 horas na sede do Diretório para um posicionamento perante o resultado da reunião do CEP. Caso não seja revogada a resolução, ameaçam impetrar mandado de segurança ou entrar em greve.

Para o Diretório, a Resolução 14 prejudica todos os estudantes de Medicina porque o artigo 2º impede que alunos já desperiodizados possam cursar disciplinas de mais de dois períodos subse-

quentes, de maneira a acompanharem sua turma de entrada, para uma graduação conjunta. O artigo 4º não permite aos estudantes cursar concomitantemente disciplinas do ciclo básico e profissionalizante, ainda que não existam pré-requisitos. Desta forma, os atrasados em alguma disciplina só poderão dar continuidade ao curso após recuperá-la.

O representante discente junto ao Conselho, Sérgio Miguel Stelco, afirmou que o pedido de reconsideração dessa Resolução tem amparo nos artigos 49 e 95 do Regimento Geral da UFP. O primeiro determina que o aluno tem acesso ao 2º ciclo, em todo ou em parte, desde que tenha cumprido os pré-requisitos necessários. Já o artigo 95 estabelece que qualquer aluno que teve nota deficiente pode cursar a disciplina em que reprovou, e outras para as quais já tem o pré-requisito.

Chefe de gabinete se demite

A crise enfrentada pela Universidade Federal do Paraná redundou no pedido de demissão do chefe de Gabinete Alcino Amorim, que ocupava o cargo desde 1973. Segundo algumas fontes, Alcino Amorim pediu demissão "por não aguentar pressões tanto do lado do reitor como dos estudantes, por ser intermediário nas negociações, quando surgem problemas".

Ainda não se sabe quem o substituirá, mas a maioria dos funcionários reconhece que substituir quem ocupa o

cargo desde a posse do ex-reitor Theodócio Atherino vai ser tarefa difícil.

O chefe de Gabinete permanecerá no cargo por mais 30 dias, até o final do aviso prévio. Alcino Amorim é contrário a muitas medidas adotadas pela UFP, como a Resolução 14, que impede os estudantes de Medicina de cursar as disciplinas do ciclo profissionalizante, caso não tenham feito todas as disciplinas do básico, ainda que não sejam pré-requisitos.

Conselho aprova contratação

No início da noite de ontem a Reitoria da Universidade Federal do Paraná anunciou que o Conselho de Ensino e Pesquisa, reunido pela manhã, aprovou a Resolução 16/79, que obriga a realização de prova didática para efeito de contratação de professores, visando com isso melhorar o nível de ensino ministrado em todos os departamentos.

De acordo com essa Resolução, as propostas de contratação anexadas aos respectivos planos departamentais de trabalho deverão ser acompanhadas da ata da reunião do departamento em que foram homologados os resultados da prova. Os departamentos da Universidade terão prazo até final do mês para executar esse processo.

Essa decisão do Conselho de Ensino e Pesquisa havia sido anun-

ciada na segunda-feira, pela manhã, aos estudantes de Direito reunidos em Assembleia Geral, por dois professores porta vozes do Reitor. Ela representou uma primeira tentativa de superar a greve, já que uma das reivindicações dos estudantes é justamente melhoria nas condições de ensino.

A Assembleia Geral dos alunos do curso de Direito, porém, recusou a proposta de volta às aulas, por entender que nenhum jurista habilitado a dar aulas na Universidade vai se dispor a prestar prova didática perante banca constituída, para depois receber um salário que oscila entre Crs 1.500,00 e Crs 2.000,00. Para os estudantes, a questão fundamental continua sendo o nível de salário, que se reflete automaticamente na qualidade dos professores e do ensino.

Estudantes em greve há 8 dias

Hoje, às 9 horas, o Colegiado do Curso de Direito da UFP e os Chefes de Departamento se reunirão para decidir quais as medidas a adotar frente às reivindicações dos estudantes de Direito que entram hoje no oitavo dia de greve. Isto foi o que o Setor de Ciências Sociais Aplicadas informou ao Centro Acadêmico Hugo Simas. Por isso o presidente da entidade, João Cândido Cunha Pereira Filho, acredita que sairá uma solução para o problema de substituição dos professores que deixarão a Universidade, de forma a manter a mesma qualidade de ensino.

Mas o presidente do Cahs diz estranhar porque só agora resolveram anunciar as medidas que solucionarão o problema, "se a entidade vem tentando há mais de dois meses a nível de Departamento, Colegiado de Curso, e Reitoria, ter uma definição". Alegam os acadêmicos que mesmo na Nota Oficial divulgada, ontem, pela Reitoria, não é garantida a substituição no mesmo nível dos professores atuais, com relação aos três professores que deixarão de dar aulas no próximo semestre.

A Reitoria informou que compete aos departamentos propor a contratação de novos professores, mediante a inclusão de seus nomes no Plano Departamental de Trabalho, que deve ser encaminhado à Reitoria até o próximo dia 30. Desta forma, acredita-se que hoje serão anunciados os professores que serão propostos para contratação no lugar daqueles que deixarão a UFP. Segundo João Cândido, "com esse caso ficaram patentes, as graves distorções da Universidade, que expuseram o estudante a essa situação (greve) para garantir professores ao próximo semestre".

A nível de administração superior da UFP, não se entende o porquê dos estudantes continuarem em greve, se foram garantidos professores para o próximo semestre.

Direito

O deputado Airton Cordeiro fez um apelo, ontem, ao reitor da Universidade Federal do Paraná, Ocyron Cunha, e aos dirigentes do Diretório Acadêmico "Hugo Simas", no sentido de que, "com os espíritos desarmados, passem a encarar a perspectiva da solução para esta crise". Disses o parlamentar estar convencido de que a greve dos alunos do curso de Direito deverá ter um desfecho rápido: pois tanto o reitor como o presidente do CAHS "estão imbuidos do melhor propósito e da melhor boa vontade". Ocupando posteriormente a tribuna, o deputado Nestor Baptista, do MDB, manifestou-se com a sugestão de conciliação, dizendo que não pode haver conciliação entre o erro e a verdade. Para Nestor, a verdade está com os estudantes e a afirmação da Reitoria, de que não houve nenhuma falta de professor à aula, não é verdadeira, pois o bedel corre a lista de frequência entre os alunos, que assinam para não levar falta, mas a aula não é dada, porque o professor não compareceu. Nestor discordou também dos demais itens propostos pelo reitor.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: *Estado do Paraná*

Partido UFPR

Data *06/06/79* Estado *PR*

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

124

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

“Viravolta” denuncia

Na posse da chapa Reestruturação ontem, na Universidade Católica, a chapa “Viravolta”, que perdeu as eleições do último dia 28 para todos os níveis de representação estudantil, distribuiu Carta Aberta aos estudantes denunciando irregularidades nas eleições. Com a falsificação da assinatura da aluna do 2º ano de Serviço Social, Rosângela Cristina Rosinsski Lima, cujo nome constou das cédulas de eleição concorrendo à Secretaria do Diretório Acadêmico de Ciências Jurídicas e Sociais, pela chapa Reestruturação, sem que ela tivesse inscrito seu nome para concorrer às eleições.

De acordo com os componentes da chapa Viravolta, essas irregularidades “denotam de forma evidente o comprometimento existente e defraudado durante as eleições, entre a Reitoria e os Diretórios”. Observam que a Reitoria se comprometeu quando alegando falta de ética, impediram que a chapa Viravolta obtivesse cópias das fichas de inscrição das chapas. Argumentam ainda, que o Diretório Central de Estudantes “designou os mesários coniventes com os que pleiteavam a reeleição, o que reforçou o caráter fraudulento das eleições”.

O Movimento Viravolta terá continuidade apesar de não ter conseguido se eleger, pois de acordo com seus integrantes, não nasceu com o objetivo único de pleitear eleições estudantis, “mas lutar por um ensino melhor, por diretórios democráticos”.

A estudante cuja assinatura foi falsificada para possibilitar o preenchimento do cargo de secretária pela chapa Reestruturação, assinou declaração em cartório, pedindo providências para atribuição de responsabilidades aos autores da falsificação.

PT 2356.258



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL: O Estado de São Paulo
Pasta - UFPR
Data 06/06/79 Estado SP

125

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Direito decide no PR

Da sucursal de CURITIBA

Os alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, que se encontram em greve desde o dia 30, devem decidir em assembléia, hoje ou amanhã, se retornam ou não às aulas, atendendo apelo neste sentido, feito pelos professores da escola. Reunido ontem pela manhã o corpo docente da faculdade, segundo os estudantes, decidiu propor a recontração de três professores da área de Ciências Sociais Aplicadas. Os três eram colaboradores e haviam pedido demissão ale-

gando baixos vencimentos. Agora serão contratados como titulares de suas respectivas cadeiras.

Ainda ontem, depois de mostrar que a medida "é justa", à proporção que os três professores, apesar de ganharem salário de colaboradores (124 cruzeiros a aula), vinham exercendo a função de titulares, os alunos achavam-se em dúvida se acatarão ou não a proposta do corpo docente da escola. Para alguns, os problemas da faculdade só serão resolvidos com a abertura de concurso para contratação de mais professores para diversas áreas.

126

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL



Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

Vão continuar em greve Estudantes de Direito

Os 500 estudantes do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, decidiram, em assembleia realizada ontem pela manhã, continuar em greve. Eles pretendem levar o seu problema a Brasília, por considerarem que as garantias prometidas pela Reitoria da Universidade não foram suficientes. Ainda ontem, eles divulgaram nota de esclarecimento, onde expõem as razões da greve e suas intenções.

De acordo com a "nota de esclarecimento", o atendimento às reivindicações estudantis somente poderá ser oferecido pelo Ministério da Educação e Cultura e demais órgãos governamentais envolvidos no problema, de vez que as soluções às reivindicações transcendem aos limites da "Universidade". Acreditam os estudantes que o ministro da Educação não se recusará a recebê-los, "sobretudo nesta época de diálogo e abertura política".

A NOTA

Em sua nota, lembram os estudantes que procuraram os departamentos para que estes procedessem à contratação de professores a nível de colâboradores efetivamente aptos, mas que os departamentos delegaram não ser possível garantir um

padrão docente, de vez que os professores com talento e capacidade não se submetiriam a exames para "ingressar numa situação incompatível com sua dignidade".

Após passar pelo Setor de Ciências Aplicadas, que também nada poderia fazer, os estudantes recorreram à Reitoria, concedendo um prazo para solucionar os problemas (incluídos nesses o pedido de demissão de três professores colâboradores) até o dia 28 de maio. Sem resposta, entraram em greve. Posteriormente, a Reitoria convocou-os para um diálogo.

Nesse diálogo, "examinadas todas as probabilidades ao alcance da limitada autonomia que goza a Universidade, concluiu-se, final e unanimemente, que, embora dispondo de meios para contratar docentes, argumento este que motivou o empenho da palavra do reitor neste sentido, nada pode afiançar a Universidade quanto à qualidade desses professores".

Assim, a solução para os estudantes pode ser conseguida somente apelando para o Ministério da Educação e Cultura e órgãos governamentais envolvidos no problema educacional, "de vez que

as soluções às reivindicações transcendem aos limites da Universidade. Semelhante circunstância denuncia uma greve incongruência da estrutura do ensino superior do Brasil, cuja excessiva centralização chegou ao ponto de impedir, como impede à UFPR, a contratação de docentes mediante padrões elementares de dignidade profissional, capazes de atrair para a Universidade profissionais competentes, suprimido, assim, às necessidades presentes e imediatas com que se debaterá uma instituição de ensino superior, dedicada e preocupada em proporcionar a seus estudantes um elevado padrão de formação cultural, e a seus professores a possibilidade de um constante aperfeiçoamento elevação cultural".

Conclui a nota: "Desta forma, recorrerão os estudantes ao ministro da Educação e Cultura, que já manifestou preocupação pelos graves problemas de nosso ensino superior e que, por isso, certamente não deixará de receber os estudantes. Sobretudo nesta época de diálogo e abertura política, cuja essência constitui na boa vontade de todos os setores da sociedade brasileira para operar no sentido de trazer ao Brasil um futuro despojado das apreensões e angústias que ora nos assaltam."

UFPR



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL *Carta do Paro*
Carta - UFP
25.06.79 - João PR

127

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Estudantes ratificam greve em assembléia

A greve dos 500 estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFP) foi ratificada ontem em assembléia-geral extraordinária que durou cerca de três horas. Logo após o início desta assembléia, uma delegação oficial da reitoria, composta pelos professores Ario Florêncio Guimarães e Rubens Requião, pediram ao presidente João Cândido Cunha Pereira Filho a suspensão dos trabalhos, por cinco minutos, para que fosse ouvida uma nova proposta. No entanto, até aquele momento, não tinha ainda sequer sido exposta à assembléia a proposta feita na última sexta-feira quando o reitor Ocyron Cunha, da UFP, recebera uma comissão de alunos em seu gabinete.

A delegação oficial foi convidada a fazer parte da mesa, e anunciou que a UFP está disposta admitir professores colaboradores para agosto, somente após a realização de exames suficientes, perante uma banca especialmente constituída. Evidente, a proposta condicionava a volta as aulas.

Por unanimidade, a assembléia votou contra a proposta formulada pela delegação, baseados nas declarações de Ocyron Cunha, feitas na sexta-feira última, e, ainda, nas declarações dos chefes de departamento daquela Faculdade, conforme argumentou-se durante as discussões.

Por outro lado, nova proposição foi votada para que o movimento perdure, buscando-se a solução no Ministério de Educação e Cultura, em Brasília.

EM BRASÍLIA

Segundo explicou o presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas (CAHS), da Faculdade de Direito (UFP), João Cândido Cunha pereira Filho, os alunos votaram contra a proposta da reitoria baseados nas declarações do reitor Ocyron Cunha de

que a UFP não tem autonomia para resolver a situação dos colaboradores, e que essa solução só poderia vir de Brasília. Assim, os estudantes vão tentar o único caminho existente para uma solução, apontada pelo próprio reitor, que é em Brasília, junto ao Ministério.

Acresce ainda - ajuntou - a afirmação dos chefes de departamento de que não há condições de contratar-se novos colaboradores nos mesmos níveis dos atuais, para perceber os mesmos pequenos vencimentos. Isto é, não há condições de preservar os mesmos níveis de Ensino, pagando tão pouco. Assim sendo, - continua João Cândido - decidimos pela continuidade do movimento grevista, porque não fomos atendidos em nossas reivindicações básicas que é a garantia de continuidade de aulas no próximo semestre, preservando-se as mesmas qualidades do ensino ministrado até o momento.

MOVIMENTOS

Durante a assembléia foi discutida também a situação do 10.º período do curso de Direito, de cuja turma seis alunos assistiram aulas na manhã de ontem. Justificando que os alunos da turma em questão estão recebendo pressão por parte de alguns professores que passam listas de presença e marcam inclusive provas, alunos desta turma afirmaram categoricamente que comungam com a greve, mas que é necessário lembrar que além da pressão faltam apenas vinte dias para a sua formatura (deles). Entretanto, concordaram em manter-se na greve, após a promessa do CAHS divulgar o documento público contendo sobre as pressões. Além desta promessa, já na tarde de ontem foram organizados piquetes na entrada da faculdade para impedir que alguns alunos tenham aulas.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL: *Quarta do Sorvo*

Pasta - *UFPR*

Data *05/06/79* Estado *PR*

128

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**REITORIA
COMUNICADO**

Os professores e alunos da Universidade Federal do Paraná têm pleno conhecimento de sua estrutura organizacional, consubstanciada na legislação pertinente, no Estatuto e no Regimento Geral, amplamente divulgada por meio do Manual do Acadêmico em princípios de 1978 e de 1979.

Em respeito, porém, à comunidade não universitária, a qual tem o direito à correta informação para poder ajuizar os fatos, é meu dever prestar os seguintes esclarecimentos:

I — Frequência dos Professores

1. O controle da frequência dos professores às aulas é da competência dos chefes dos departamentos, conforme estabelecem:

a) o Regimento Geral da Universidade, no art. 42, item VIII: "Fiscalizar a frequência dos docentes e dos servidores técnico-administrativos, encaminhando boletins mensais ao Diretor";

b) a Resolução n.º 13/76 do Conselho de Ensino e Pesquisa, no art. 6.º: "O Chefe do Departamento e o Coordenador do Curso exercerão o controle da frequência do docente e a execução do seu plano de trabalho".

2. As folhas de pagamento são elaboradas com base nas informações contidas nos boletins de frequência que são enviados mensalmente pelos chefes dos departamentos.

3. Especificamente quanto ao Curso de Direito, determinei o levantamento da frequência de seus professores. Com base nos boletins de frequência encaminhados pelos departamentos, o Departamento de Pessoal da Reitoria não constatou nenhuma falta. **Portanto, é inverídica a alegação dos alunos desse curso de que as aulas não estão sendo ministradas.**

II — Contratação de Professores

1. A proposta de contratação de professores é da exclusiva competência dos departamentos, conforme estabelecem:

a) a Lei n.º 5.540, de 28/11/68, no art. 12, parágrafo 3.º: "O Departamento será a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal e compreenderá disciplinas afins";

b) o Regimento Geral da Universidade, no art. 40, item V: "aprovar os programas das disciplinas e designar professores"; item VII: "propor a admissão, relocação ou afastamento dos professores e demais servidores, bem como o regime de trabalho a ser observado".

2. A Reitoria nunca se negou a contratar os professores propostos nos Planos Departamentais de Trabalho.

3. Neste 1.º semestre letivo, todas as turmas de alunos do Curso de Direito têm professores designados pelos respectivos departamentos.

Três dos Professores Colaboradores, contratados até 05 de julho de 1979, manifestaram, por escrito, o desejo de não ministrar aulas durante o 2.º semestre, no Curso de Direito.

4. Compete, pois, aos respectivos departamentos, e não ao Reitor da Universidade, propor a contratação de novos professores, mediante a inclusão de seus nomes no Plano Departamental de Trabalho, cujo prazo final de encaminhamento à Reitoria expira a 30 de junho próximo.

5. Por meio do Ofício n.º 1.167/79-Circular, de 11/05/79, determinei aos chefes de departamento que aproveitassem o recesso escolar de 20 a 26 de maio para realizar as seguintes tarefas:

"a) discussão e análise dos problemas surgidos durante o 1.º semestre letivo;

b) apresentação de sugestões para um melhor funcionamento das aulas e de alternativas para ajustamento das necessidades à realidade presente;

c) elaboração do Plano Departamental de Trabalho para o 2.º semestre letivo, sem o qual a contratação de professores colaboradores, julgados necessários, não poderá ser analisada e aprovada".

Curitiba, 04 de junho de 1979

Ocyron Cunha
REITOR

PT 2355-258



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

Direito: estudantes mantêm greve

Os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal continuam em greve. A primeira na UFP desde 68, quando houve confronto com a polícia.

UNIVERSIDADE

O movimento grevista dos alunos do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná continua por tempo indeterminado, até que alguma solução seja encontrada. A decisão foi tomada na Assembleia Geral realizada às 10 horas de ontem no Centro Acadêmico Hugo Simas.

Os estudantes de Medicina, por outro lado, estão propensos a tomar medida semelhante. Este é o comentário que corria nos corredores vazios da Faculdade de Direito, onde algumas faixas reforçando o movimento eram feitas ontem à noite. No Diretório Acadêmico de Ciências de Saúde, entidade representativa do setor, não se encontrava nenhum dos diretores e, portanto, nenhuma confirmação houve, oficialmente.

A Faculdade de Direito está recebendo apoio dos docentes que não comparecem às salas, evitando assim o registro de matérias. São mais de 100 professores, calculam os alunos, e apenas dois estão furando o movimento: Luiz Alberto Machado, de Direito Penal e Joaquim Munhoz de Mello, de Direito Civil.

Luiz Alberto Machado, segundo informações dos acadêmicos, disse a um grupo de alunos que a greve chegou num momento oportuno. "A medida que o tempo passa ele coloca em dia as matérias que estavam atrasadas. Este professor é bastante conhecido justamente pelo grande número de faltas à escola".

Luiz Alberto Machado, advogado da companhia CR Almeida, e advogado particular do reitor da Universidade, Ocyron Cunha, conforme insistem os estudantes, está aproveitando a greve para fazer uma greve de greve e já mar-

Reitor diz que as aulas não pararam



Esgotados todos os meios, greve

Em nota de esclarecimento entregue aos jornalistas, o Centro Acadêmico Hugo Simas faz um relato sobre as últimas tentativas junto à Reitoria e departamentos do curso de Direito visando solucionar os problemas existentes na área.

"Esgotados os meios", dizem, "recorreu-se ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas". O impasse chega, então, ao reitor através de ofício no dia 21 de maio. Uma semana depois não havia resposta e após "exaurirem-se os meios normais de que dispunham os estudantes para resolver suas questões", o estudantado declara greve.

selho Universitário, em 01 de junho, tentar encontrar uma solução. Foram examinadas **todas as probabilidades** ao alcance da limitada autonomia que goza a Universidade. Concluiu-se, final e unanimemente, que, embora dispondo de meios para contratar docentes, argumentando este que motivou o empenho da palavra do reitor **neste sentido**, nada pode afiançar a Universidade quanto a qualidade desses professores. Diante destes fatos, percebe-se que o atendimento às reivindicações estudantis somente poderá ser oferecido pelo Ministério da Educação e Cultura e de-

mais órgãos governamentais envolvidos no problema, de vez que as soluções às reivindicações transcendem aos limites da Universidade. Semelhante circunstância denuncia uma grave incongruência da estrutura do ensino superior do Brasil, cuja excessiva centralização chega ao ponto de impedir, como impede à UFP, a contratação de docentes mediante padrões elementares de dignidade profissional, capazes de atrair para a Universidade profissionais competentes, suprindo, assim, as necessidades presentes e imediatas com que se debate uma instituição de ensino superior, dedicada e preocupada em proporcionar a seus estudantes um elevado padrão de formação cultural, e a seus professores a possibilidade de um constante aperfeiçoamento e elevação intelectual.

Desta forma, recorrerão os estudantes ao Ministro da Educação e Cultura, que já manifestou preocupação pelos graves problemas de nosso ensino superior, e que, por isso, certamente não deixará de receber os estudantes. Sobretudo nesta época de diálogo e abertura política, cuja essência constitui na boa vontade de todos os setores da sociedade brasileira para cooperar no sentido de trazer ao Brasil um futuro despojado das apreensões e angústias que ora nos assaltam.

Primeira greve desde as batalhas de 1968

Texto - José Carlos Corrêa Leite

A última paralisação de aulas que se deu na Universidade Federal do Paraná...

mento de energia elétrica, através de sabotagem nos fios de alta tensão por dois elementos que se utilizaram de um automóvel Gordini".

Os pais deveriam impedir a presença dos estudantes nos confrontos com a polícia, pois a estas alturas, conforme a participação de seus filhos...

ativa do setor, não se encontrava nenhum dos diretores e, portanto, nenhuma confirmação houve, oficialmente.

A Faculdade de Direito está recebendo apoio dos docentes que não comparecem às salas, evitando assim o registro de matérias. São mais de 100 professores, calculam os alunos, e apenas dois estão furando o movimento: Luiz Alberto Machado, de Direito Penal e Joaquim Munhoz de Mello, de Direito Civil.

Luiz Alberto Machado, segundo informações dos acadêmicos, disse a um grupo de alunos que a greve chegou num momento oportuno. "A medida que o tempo passa ele coloca em dia as matérias que estavam atrasadas. Este professor é bastante conhecido justamente pelo grande número de faltas à escola".

Luiz Alberto Machado, advogado da companhia CR Almeida, e advogado particular do reitor da Universidade, Ocyron Cunha, conforme insistem os estudantes, está aproveitando a greve para completar sua caderneta e já marcou provas para as turmas e diariamente anota as faltas dos alunos.

O pessoal do 10º período é que se encontra numa situação difícil, reconhecem os colegas de períodos inferiores. Mas nem por isso estão forçando o fim da greve, pois, como disse uma garota, "furar greve é falta de consciência. Persistir nas aulas no nível atual é praticamente impossível. O objetivo do movimento é moralizar esta casa". Poucos são os fura-greve da Universidade. Casos isolados de dois ou três em meio a centenas, comentaram os estudantes.

Estudantes querem falar com ministro

João Cândido, o presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, tentou contato ontem à noite com o Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella. Caso fosse conseguida, a audiência serviria para um relato das causas que levaram a Faculdade de Direito a entrar em greve. Uma comissão representativa que está sendo formada, levaria as reivindicações ao próprio ministro, depois de esgotadas as possibilidades de negociações com o reitor Ocyron Cunha.

As aulas estão paralisadas desde terça-feira passada. Os alunos exigem solução para o problema de sete das dez turmas do curso que estão ameaçadas de reprovação este ano por falta de professores habilitados. A reitoria alega que só com autorização do MEC pode realizar concurso para admissão de docentes. Enquanto isso procura resolver provisoriamente a situação com os chamados professores contratados, sem vínculo empregatício, mas não consegue candidatos em virtude do reduzido salário: cerca de Cr\$ 1.500,00 por mês.

A situação se agravou há cerca de dois meses, quando seis desses professores contratados se demitiram depois que não conseguiram a equiparação salarial com seus colegas concursados. O reitor Ocyron Cunha se dispõe a entrar em contato com o Ministro Eduardo Portella, pedindo autorização para realizar concursos, mas exige que os estudantes retornem às aulas antes para que nada seja decidido sob pressão.



Em nota oficial paga, divulgada em todos os jornais da cidade, o reitor Ocyron Cunha afirma que as aulas estão sendo ministradas, que a Reitoria nunca se negou a contratar docentes e que, a contratação de novos (a retirada de três professores colaboradores foi um dos estopins que levou o curso de Direito a paralisar suas aulas) é competência dos departamentos e não do reitor da Universidade.

Em seu comunicado Ocyron Cunha contesta a alegação dos universitários quanto à falta de professores. Diz um trecho: "Com base nos boletins de frequência encaminhados pelos departamentos, o Departamento de Pessoal da Reitoria não constatou nenhuma falta. Portanto, é inverídica a alegação dos alunos desse curso de que as aulas não estão sendo ministradas".

Contesta também o fato de ter sido negada a contratação de professores, e observa:

— Neste 1º semestre letivo, todas as turmas de alunos do Curso de Direito têm professores designados pelos respectivos departamentos.

No final do documento, Ocyron Cunha cita o ofício 1.167/79, de 11 de maio último, onde determinara aos chefes de departamento para que aproveitassem o recesso escolar de 20 a 26 de maio para discutir a análise dos problemas surgidos no primeiro semestre letivo, apresentar sugestões para melhor funcionamento, e elaborar um Plano Departamental de Trabalho para o segundo semestre letivo.

Esgotados todos os meios, greve

Em nota de esclarecimento entregue aos jornalistas, o Centro Acadêmico Hugo Simas faz um relato sobre as últimas tentativas junto à Reitoria e departamentos do curso de Direito visando solucionar os problemas existentes na área.

"Esgotados os meios", dizem, "recorreu-se ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas". O impasse chega, então, ao reitor através de ofício no dia 21 de maio. Uma semana depois não havia resposta e após "exaurirem-se os meios normais de que dispunham os estudantes para resolver suas questões", o estudantado declara greve.

O documento entregue à imprensa ontem à tarde pelo CAHS é reproduzido textualmente abaixo:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Antes de haver sido desencadeada a greve, os estudantes de Direito buscaram a solução para seus problemas junto aos departamentos do curso de Direito, ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas e à reitoria da UFP.

Os departamentos, que é a quem cabe propor a contratação de docentes a nível de colaboradores, alegando ser a situação do professor colaborador de natureza aviltante, declaram que não podem oferecer garantias quanto ao padrão docente dos professores a serem contratados por esse regime. Mesmo que se proceda a exame de suficiência, declaram os departamentos, a garantia quanto ao padrão docente não pode ser oferecida, pois existe a forte presunção de que dificilmente os profissionais de talento e capacidade à altura do padrão de ensino proposto pela UFP iriam se submeter a exames para ingressar numa situação incompatível com sua dignidade. Tal perspectiva é agravada pelo fato de que a demissão do cargo de colaborador, assinada por três profissionais, demonstra à classe dos profissionais de Direito o aviltamento a que se expõem aqueles que à função de professor colaborador se submetem.

Esgotados os meios junto aos departamentos, recorreu-se ao Setor de Ciências Sociais Aplicadas, que declarou não possuir poderes estatutários e regimentais para resolver o problema.

Assim, encaminhou-se pedido ao magnífico reitor para que ele providenciasse as soluções. O pedido, oriundo de Assembléia Geral do CAHS, foi entregue ao reitor através de ofício, em 21 de maio, e pedia uma resposta até 28 de maio. Como a reitoria não pronunciou-se até a data oferecida como prazo, exauriram-se os meios normais de que dispunham os estudantes para resolver suas questões, motivo este que originou a greve - último recurso na mão dos estudantes.

Depois de iniciada a greve, foram os estudantes convocados pelo reitor, juntamente com os chefes de departamentos, coordenador do curso e diretor do setor para, em reunião na sala de Con-

selho Universitário, em 01 de junho, tentar encontrar uma solução. Foram examinadas todas as probabilidades ao alcance da limitada autonomia que goza a Universidade. Conclusão final e unanimemente, que, embora dispondo de meios para contratar docentes, argumento este que motivou o empenho da palavra do reitor neste sentido, nada pode afiançar a Universidade quanto à qualidade desses professores.

Diante destes fatos, percebe-se que o atendimento às reivindicações estudantis somente poderá ser oferecido pelo Ministério da Educação e Cultura e de-

Primeira greve desde as batalhas de 1968

Texto - José Carlos Corrêa Leite

A última paralisação de aulas que se tem notícia na Universidade Federal do Paraná antes da greve deflagrada terça-feira passada pelos estudantes de Direito, ocorreu nos idos de maio de 1968. Era a época do confronto entre estudantes e policiais que foi, não somente uma ocorrência local e nacional, mas que varreu o mundo todo.

Os explosivos tempos de 1968 eclodiram durante a gestão do reitor Flávio de Suplicy Lacerda, que com suas leis ficou tristemente famoso nos anais do ensino brasileiro. O motivo que gerou violências na Universidade e luta dos estudantes com cavalarias da Polícia Militar foi a tentativa de implantação do ensino pago na UFP com a criação de um curso noturno de Engenharia. Seria cobrado uma taxa mensal de Cr\$ 100,00, perfazendo Cr\$ 1.200,00 cada ano.

Neste meio surgiu uma segunda corrente contra a inclusão de taxas de ingresso na UFP. Em quatro parcelas, o aluno deveria pagar Cr\$ 100,00 à Universidade contrariando frontalmente aquilo que se tem por uma escola mantida pelo governo federal que, para ter o provimento necessário, busca seu sustento nas taxas e impostos, obrigações que cada cidadão paga ao Tesouro.

Mas a UFP institucionalizara a cobrança e admitia uma medida de mensalidade. A teimosia da medida irritou ainda mais os estudantes contrários, assim como os calouros e veteranos que negavam-se ao pagamento da taxa de Cr\$ 100,00. As correntes se uniram e o que se viu foram momentos de guerrilha no Jardim das Américas e na Reitoria.

Como era de praxe na época, as autoridades viam no movimento infiltração de agitadores que, com o passar dos anos, passaram a ser subversivos e hoje comunistas. Em comunicado oficial datado de 13 de maio, o Comando Geral da Polícia Militar deixava clara a sua posição, não dissimulava o caráter de prevenção aos pais dos estudantes envolvidos na movimentação. Dizia a nota que a PM estava a "postos na defesa da tranquilidade do povo e que serão dadas todas as garantias à continuidade dos exames no Centro Politécnico".

A menção ao Campus referia-se aos piquetes estudantis que estavam sendo realizados no local. Era lá, afinal, que os vestibulandos deveriam comparecer. Na noite de sábado uma guarnição postarase no Politécnico. Segundo a PM "houve uma tentativa de interrupção no forneci-

mento de energia elétrica, através de sabotagem nos fios de alta tensão por dois elementos que se utilizaram de um automóvel Gordini".

Destes fatos, recorrerão os estudantes ao Ministro da Educação e Cultura, que já manifestou preocupação pelos graves problemas de nosso ensino superior, e que, por isso, certamente não deixará de receber os estudantes. Sobretudo nesta época de diálogo e abertura política, cuja essência constitui na boa vontade de todos os setores da sociedade brasileira para cooperar no sentido de trazer ao Brasil um futuro despojado das apreensões e angústias que ora nos assaltam.

mento de energia elétrica, através de sabotagem nos fios de alta tensão por dois elementos que se utilizaram de um automóvel Gordini".

Os pais deveriam impedir a presença dos estudantes nos confrontos com a polícia, pois a estas alturas, conforme a nota oficial, "a participação de seus filhos em movimentos de perturbação" poderia trazer "resultados" que a PM insistia em afirmar que "todos querem evitar".

Domingo pela manhã, dia 12, o trabalho dos estudantes em impedir a realização das provas transformou-se em tumulto. Foguetes juninos, bolinhas de gude, estilingue, rochas e pedras eram as armas utilizadas pelos universitários. Para os policiais, foram presos instrumentos mais violentos como "bombas molotov".

Os 500 acadêmicos batalharam contra os policiais em número duplicado (eram mais de mil) através da tática de pequenos grupos, deslocando os PM em vários pontos do Campus. A intenção era a ocupação da sede do Centro Politécnico o que não foi conseguido.

Na noite desse mesmo dia o movimento grevista foi deliberado através de assembléia geral. Aderiram os cursos de Medicina, Direito, Odontologia, Engenharia Química, Engenharia Civil, Farmácia, Filosofia, Engenharia Florestal, Economia e Agropecuária. Em solidariedade paralisaram as atividades acadêmicas os estudantes da Universidade Católica do Paraná dos cursos de Direito, Filosofia, Ciências e Letras e Medicina.

"Quem vai manter a ordem é a polícia em colaboração com as autoridades, para dar garantia a vestibulandos e professores" — declarou o reitor Suplicy de Lacerda. Dava ainda, consentimento à direção da Engenharia para "realizar o vestibular ao curso noturno" e predisponha-se também a oferecer toda a sua "solidariedade".

Na terça-feira terminou o impasse quando os estudantes já haviam tomado a Reitoria e os prédios D. Pedro I e II. Estavam firmados os propósitos de: suspensão das matrículas até solução definitiva; formação de Comissão Especial, entre estudantes, diretoria da Engenharia e representantes do governo, para levar o assunto ao MEC, no Rio; que nenhum estudante seria preso e, caso alguma irregularidade houvesse nesse sentido, o desembargador Munhoz de Mello deixaria de responder pela garantia da escola. Munhoz de Mello foi o mediador no impasse. O acordo foi notificado aos estudantes às 10h45min, na Reitoria. Corria a data de 14 de maio, 1968.



Greve na UFP continua

Os 500 estudantes do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná decidiram, em assembléia realizada ontem pela manhã, continuar em greve. Eles pretendem levar o seu problema a Brasília, por considerarem que as garantias prometidas pela Reitoria da Universidade não foram suficientes. Ainda ontem, eles divulgaram nota de esclarecimento, onde expõem as razões da greve e suas intenções.

De acordo com a "nota de esclarecimento", o atendimento às reivindicações estudantis somente poderá ser oferecido pelo Ministério da Educação e Cultura e demais órgãos governamentais envolvidos no problema, de vez que as soluções às reivindicações transcendem aos limites da Universidade". Acreditam os estudantes que o ministro da Educação não se recusará a recebê-los, "sobretudo nesta época de diálogo e abertura política".

A NOTA

Em sua nota, lembram os estudantes que procuraram os departamentos para que estes procedessem à contratação de professores a nível de colaboradores efetivamente aptos, mas que os departamentos alegaram não ser possível garantir um padrão docente, de vez que os professores com talento e capacidade não se submete-

riam a exames para "ingressar numa situação incompatível com sua dignidade".

Após passar pelo Setor de Ciências Aplicadas, que também nada poderia fazer, os estudantes recorreram à Reitoria, concedendo um prazo para solucionar os problemas (incluídos nesses o pedido de demissão de três professores colaboradores) até o dia 28 de maio. Sem resposta, entraram em greve. Posteriormente, a Reitoria convocou-os para um diálogo.

Nesse diálogo, "examinadas todas as probabilidades ao alcance da limitada autonomia que goza a Universidade, concluiu-se, final e unanimemente que embora dispondo de meios para contratar docentes, argumento este que motivou o empenho da palavra do reitor neste sentido, nada pode afiançar a Universidade quanto à qualidade desses professores".

Assim, a solução para os estudantes pode ser conseguida somente apelando para o Ministério da Educação e Cultura e órgãos governamentais envolvidos no problema educacional, "de vez que as soluções às reivindicações transcendem aos limites da Universidade. Semelhante circunstância denuncia uma grave

incongruência da estrutura do ensino superior do Brasil, cuja excessiva centralização chega ao ponto de impedir, como impede a UFP, a contratação de docentes mediante padrões elementares de dignidade profissional, capazes de atrair para a Universidade profissionais competentes, suprimindo, assim, às necessidades presentes e imediatas com que se debaterá uma instituição de ensino superior, dedicada e preocupada em proporcionar a seus estudantes um elevado padrão de formação cultural, e a seus professores a possibilidade de um constante e aperfeiçoamento elevação cultural".

Conclui a nota: "Destá forma, recorrerão os estudantes ao ministro da Educação e Cultura, que já manifestou preocupação pelos graves problemas de nosso ensino superior e que, por isso, certamente não deixará de receber os estudantes. Sobretudo nesta época de diálogo e abertura política, cuja essência constitui na boa vontade de todos os setores da sociedade brasileira para cooperar no sentido de trazer ao Brasil um futuro despojado das apreensões e angústias que ora nos assaltam.

Na página 10, a nota oficial da Reitoria da UFP

Dascisa aguarda decisão

Será analisado hoje, pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, o pedido de reconsideração por parte dos alunos, de Medicina, da Resolução 14/79 aprovada em 15 de maio passado. Alegam os estudantes, ao ameaçar entrar em greve, que essa resolução obrigará os reprovados em algum a disciplina a perder um semestre só para recuperá-la. Mas o pró-reitor de Ensino e pesquisa, Eurico Back, informou que essa resolução "pôs apenas no papel o que estava sendo feito no curso de Medicina desde 1976". Ou seja, só pode ingressar no ciclo profissionalizante, a partir do 5.º período, o estudante que venceu todas as disciplinas do básico.

De acordo com o pró-reitor, a realização de períodos especiais para disciplinas onde haja pelo menos dez alunos reprovados, possibilitará ao aluno recuperar-se de maneira a prosseguir normalmente no próximo semestre. Mas os 1098 acadêmicos de Medicina não vêem assim a medida, pois consideram que se não há pré-requisito para determinada disciplina, nada o impede de cursá-la mesmo que não tenha terminado o básico.

Explicou o pró-reitor que a medida foi adotada para o curso de Medicina, porque o estudante, se acelerar o curso ou não, terá a prática necessária ou prejudicará o doente". Reitera que tal medida existe desde 1976, e que bastava não ter sido colocada no papel para não sofrer tanta crítica dos estudantes.

Observa Eurico Back que até 1976 o curso de Medicina da UFP estava classificado entre os 16 bons cursos do Brasil, e agora está entre os cinco do País considerados de excelência. "O que prova de que a medida possibilita uma ordenação dos estudos e a formação de um bom profissional" - frisa.

GREVE

Os estudantes ameaçam entrar em greve, ou impetrar mandado de segurança caso a Resolu-

ção não seja revogada hoje ou quinta-feira, na próxima reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa. O Dascisa, marcou assembléia geral para a próxima sexta-feira, às 20 horas, para discutir o problema, pois assim já terá ou não uma solução em termos de administração superior da UFP.

De acordo com o representante dos estudantes do Conselho, Sérgio Miguel Stelco, o pedido de reconsideração da Resolução se baseia no fato da medida contrariar dois artigos do Regimento Geral da Universidade: 49 e 50. Já que estes artigos possibilitam o acesso do aluno ao 2.º ciclo em todo ou em parte, desde que tenha cumprido os pré-requisitos necessários. O artigo 95 estabelece que qualquer aluno que teve nota deficiente pode cursar a disciplina em que reprovou e outras para as quais já tem o pré-requisito.

A RESOLUÇÃO

Além de estabelecer para qualquer aluno entrar no ciclo profissionalizante, a realização total do ciclo básico diz que alunos que entram no décimo período não podem ter nenhuma disciplina pendente e que só podem ser cursadas disciplinas de dois períodos subsequentes. Atualmente os estudantes que têm disciplinas atrasadas que não são pré-requisito, deixam para recuperá-las no décimo período. Apenas com a realização de períodos especiais, "o que é difícil de garantir", os estudantes consideram que todos estarão prejudicados e por causa de uma disciplina vão demorar mais um semestre para terminar o curso. "Por isso entrar em greve é uma das poucas opções que temos a discutir se a Resolução não for revogada" - argumentam os estudantes.

Segundo os estudantes, o coordenador do curso, a revelia da lei, tem utilizado essa medida, ou seja "sujeitado os estudantes a observar tais critérios, ainda que a Resolução não existisse".

Professor marca outra assembléia para amanhã

Os professores da rede estadual de ensino marcarão nova assembléia para amanhã às 17 horas, quando será analisado o documento que uma comissão formada por três professores efetivos e três suplementaristas está elaborando para subsídios à Comissão de Concurso da Secretaria de Educação. Essa comissão foi formada na assembléia de domingo pra analisar todas as proposições relativas ao concurso de 5ª a 8ª série e 2º grau que a Seed prometeu realizar na segunda quinzena de julho.

O problema dos suplementaristas foi discutido na assembléia quando os professores concordaram com a proposta dos deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro, pela criação de um Quadro

Especial, mas que inicialmente esse regime de trabalho traria mais vantagens aos professores suplementaristas do que a simples adoção da CLT, como o quinquênio, licença prêmio. Além do que a CLT implicaria em ônus maior para o Estado. Observou entretanto o presidente da APP que a experiência tem mostrado que o quadro especial não é o melhor, já que a Prefeitura de Curitiba, depois de oito anos, transferiu o professor do quadro especial para o efetivo.

Mas com relação às serventes, o benefício seria grande com a criação do Quadro Especial, pois, conforme Ogliari, teriam garantida uma melhor remuneração, já que atualmente ganham Crs

PT 23

vêm assim a medida, pois consideram que não há pré-requisito para determinada disciplina, nada o impede de cursá-la mesmo que não tenha terminado o básico.

Explicou o pró-reitor que a medida foi adotada para o curso de Medicina, porque o estudante, se acelerar o curso ou não, terá a prática necessária ou prejudicará o doente". Reitera que tal medida, existe desde 1976, e que bastava não ter sido colocada no papel para não sofrer tanta crítica dos estudantes.

Observa Eurico Back que até 1976 o curso de Medicina da UFP estava classificado entre os 16 bons cursos do Brasil, e agora está entre os cinco do País considerados de excelência. "O que prova de que a medida possibilita uma ordenação dos estudos e a formação de um bom profissional" - frisa.

GREVE

Os estudantes ameaçam entrar em greve, ou impetrar mandado de segurança caso a Resolu-

ção não existisse". Segundo os estudantes, o coordenador do curso, a revelia da lei, tem utilizado essa medida, ou seja "sujeitado os estudantes a observar tais critérios, ainda que a Resolução não existisse".

Professor marca outra assembleia para amanhã

Os professores da rede estadual de ensino marcarão nova assembleia para amanhã às 17 horas, quando será analisado o documento que uma comissão formada por três professores efetivos e três suplementaristas está elaborando para subsídios à Comissão de Concurso da Secretaria de Educação. Essa comissão foi formada na assembleia de domingo pra analisar todas as proposições relativas ao concurso de 5ª a 8ª série e 2º grau que a Seed prometeu realizar na segunda quinzena de julho.

O problema dos suplementaristas foi discutido na assembleia quando os professores concordaram com a proposta dos deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro, pela criação de um Quadro Especial para absorção dos suplementaristas, desde que não implique na suspensão do concurso, "que é a salvação do suplementarista e professor com um padrão" - argumentou o presidente da Associação dos Professores, Isaias Ogliari. Assinalou que "a urgência que o governo está tendo em resolver a situação desses cerca de 9 mil professores é o espinho das reclamatórias trabalhistas, a qual recorrem mais de três mil professores".

Argumentou que outras formas de pressão foram também os milhares de requerimentos protocolados na Seed pedindo elevação de nível de vencimento, de acordo com a habilitação "Isso tudo é que apressou o governo para a transposição, realização de concurso, sugestão de quadro especial para suplementarista, promoção, entre outras medidas. Portanto acho que merecem nota dez os professores que tiveram coragem de ingressar na justiça e protocolar requerimentos na Seed. 26 desses professores há cerca de 20 dias já ganharam a causa no Supremo Tribunal Federal.

CLT

De acordo com a APP, a expectativa dos professores é quanto ao conteúdo da lei que cria o Qua-

dro Especial, mas que inicialmente esse regime de trabalho traria mais vantagens aos professores suplementaristas do que a simples adoção da CLT, como o quinquênio, licença prêmio. Além do que a CLT implicaria em ônus maior para o Estado. Observou entretanto o presidente da APP que a experiência tem mostrado que o quadro especial não é o melhor, já que a Prefeitura de Curitiba, depois de oito anos, transferiu o professor do quadro especial para o efetivo.

Mas com relação às serventes, o benefício seria grande com a criação do Quadro Especial, pois, conforme Ogliari, teriam garantida uma melhor remuneração, já que atualmente ganham Crs 700,00 a Crs 1.400,00. Caso seja aceita a sugestão dos deputados, elas passarão a perceber nunca menos que o salário mínimo. Também para os professores que não passarem no concurso do próximo mês, o Quadro Especial seria uma solução. Melhor que a CLT, pois o plano do governo é realizar concursos periódicos. Até passar em concurso e entrar para o quadro próprio do magistério, o professor estaria contando o tempo de serviço, o que não correria com a CLT" - explicou o departamento jurídico da APP.

VANTAGENS

Para os professores que à primeira vista pensam que é melhor o Quadro Especial porque não precisarão fazer concurso, a APP lembra que aí não terão vantagens da carreira do magistério como as promoções, avanços diagonais e verticais, elevação de nível, entre outras. Com relação ao concurso, o presidente da APP disse que a Comissão está preocupada com os professores que há muito estão como suplementaristas e que já ultrapassaram o limite de idade para realizar o concurso. Ainda bem que a Seed irá aceitar inscrição "ex-officio", desde que seja exclusivamente suplementarista" observou Ogliari.

Um conselho para o magistério

Para possibilitar ao governo a implantação do Conselho do Magistério no Dia do Professor, em 15 de outubro, os professores da rede estadual de ensino aprovaram uma "Sugestão de Decreto para a Criação do Conselho", que foi enviada ontem à Secretaria da Educação. O Conselho é previsto no Estatuto do Magistério mas até hoje não foi implantado, apesar de ser o órgão disciplinar do Pessoal do Magistério, e ser o responsável pela observância dos preceitos contidos no Estatuto do Magistério, do ponto de vista ético e do aspecto funcional. Os avanços verticais e diagonais previstos no Estatuto não foram até hoje realizados justamente por não existir o Conselho.

Ao Conselho do Magistério competiria o conhecimento dos processos administrativos (e opinar

sobre eles) decorrentes de infrações a deveres e proibições, além de apurar responsabilidades quer digam respeito ao Pessoal do Magistério, quer relacionados aos servidores públicos em geral locado em órgão ou estabelecimento da Seed. Cabe ao presidente do Conselho abrir Processo Administrativo e designar relatores quando da apresentação de denúncias ou queixas.

O órgão, de acordo com a sugestão de decreto, deverá ser composto de sete membros, todos professores ou especialistas em educação estáveis no serviço público estadual, sendo dois indicados pelo Conselho Estadual de Educação, três pelo Secretário de Educação e dois pelas entidades de classe do Pessoal do Magistério, sendo um do 1.º e outro do 2.º grau.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL *Gazeta do Povo*
Paraná - UFPR
Data *03/06/79* Estado *PR*

131

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Estudantes grevistas convocam assembléia-geral para amanhã

As lideranças estudantis da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFP) estão convocando os 500 alunos grevistas para comparecerem na assembléia geral que será realizada às 10 horas de segunda-feira, nas dependências daquela Faculdade.

Na ocasião, será discutida e votada a proposta feita pela Reitoria da UFP. Eles condicionaram a volta às aulas a formação de uma comissão paritária permanente para resolver o problema da carência iminente de professores na Faculdade de Direito.

Também será colocada em votação uma contraproposta a ser apresentada a Reitoria, onde será reiterada a reivindicação de garantia de aulas no próximo semestre, nos mesmos níveis do ensino prestado anteriormente. Essa contraproposta foi decidida ontem à tarde, enquanto as lideranças estiveram reunidas para solucionar o impasse criado pela argumentação dos chefes de departamento da UFP, que declararam que a Universidade não tem condições de contratar professores colaboradores para o segundo semestre, nos mesmos ni-

veis dos que atualmente colaboram. Além disto, a idéia da contraproposta foi fundamentada na argumentação do reitor Ocyron Cunha que declarou-se incompetente para solucionar integralmente a reivindicação dos alunos. Conforme declarou esse reitor, não é de sua competência deliberar sobre as contratações de colaboradores.

Quanto a uma resolução total para a problemática dos colaboradores que percebem pequenos vencimentos na UFP e que por este mesmo motivo estão se recusando a renovar os contratos para agosto próximo, Ocyron Cunha disse que dependerá de recursos federais para a abertura de exames suficientes para auxiliar de ensino. Isto é, deixou claro que a UFP não tem condições de resolver sozinha a questão.

Em face disto, os líderes estudantis deixaram clara ontem a disposição de continuarem em greve, além de estudarem uma contraproposta que possibilite, finalmente, o atendimento da reivindicação básica.

PT 2356-268



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL: O Estado do Paraná
Pasta - UFPR
Data 02/06/79 Estado PR

132

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Direito mantém greve

A possibilidade de levar o problema de docentes do curso de Direito da UFP para discussão em Brasília com o ministro da Educação, Eduardo Portela, foi aventada ontem pelos estudantes depois de terem considerado infrutífero o diálogo de quatro horas mantido com o reitor Ocyron Cunha, diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas e chefes de departamentos. Hoje, a greve entra em seu quarto dia e entendem os estudantes que deverá prosseguir porque a garantia de que não faltarão professores não basta se não for possível a manutenção do nível de ensino.

Acreditam os estudantes que a substituição dos professores, que só permanecerão na Universidade caso haja concurso, a fim de que passem à categoria de auxiliar de ensino, implicará em queda do ensino, que já não é considerado dos melhores. Como o reitor

informou apenas que pediu recursos ao MEC para realizar exame de suficiência para Auxiliar de Ensino, o que não é certeza que saia para este ano, entendem os acadêmicos que os substitutos não terão condições nem muito interesse em ministrar aulas boas.

O Diretório Acadêmico Clotário Portugal, da Faculdade de Direito de Curitiba, enviou moção de apoio ao Centro Acadêmico Hugo Simas pelo movimento por melhores condições de ensino. O Dascisa, da UFP, também se solidarizou com os acadêmicos de Direito, tendo enviado inclusive faixas para colocação frente ao prédio da Santos Andrade. Apesar de não assistirem aulas, os estudantes tem permanecido mais tempo na Universidade que normalmente, pois entendem ser necessária a união. Uns confessam que comparecem por temor de acabar a greve e acabarem perdendo provas.

Reitor da UFP garante solução

Apesar disso, os estudantes vão decidir se terminam a greve. A solução corrige os efeitos do problema, mas não as causas.



REITOR, ESTUDANTES E O CONSELHO

Cinco horas de reunião. É uma solução apenas provisória

"Eu garanto que todas as turmas da Faculdade de Direito terão aulas no segundo semestre deste ano. Se isto não acontecer, prometo a vocês estudantes, que em Assembléia com vocês, eu me exporei a execração pública". Esta foi a posição tomada pelo reitor da Universidade Federal do Paraná, Ocyron Cunha, a respeito das reivindicações dos alunos da Faculdade de Direito, que estão em greve.

Depois de uma reunião de cinco horas com o reitor os estudantes da Faculdade de Direito resolveram manter a greve pelo menos até hoje cedo, quando vão reunir-se para estudar a proposta do Conselho Universitário. O CU quer a formação de uma comissão permanente de professores e estudantes "para buscar a solução desta crise".

Os estudantes entraram em greve terça-feira, reivindicando "soluções que possam garantir bom nível de professores e ensino". A classe ficou revoltada com o pedido de demissão de três professores colaboradores, em razão da baixa remuneração, e ficaria sem aulas caso os pedidos se consumassem. A situação ficaria mais grave no segundo semestre pois oito turmas ficariam sem

aulas com a demissão dos colaboradores, que recebem Cr\$ 124 por hora/aula.

Nas cinco horas de reunião com o reitor e com o Conselho Universitário, os estudantes reafirmaram a necessidade de abertura de concursos públicos para a contratação de professores. Esta medida evitaria a utilização de colaboradores pelos professores titulares. No começo da semana, os estudantes afirmaram que alguns titulares não compareciam às aulas, alegando compromissos diversos. Na reunião, o reitor Ocyron Cunha pediu uma denúncia formal destas ocorrências mas os estudantes não se manifestaram.

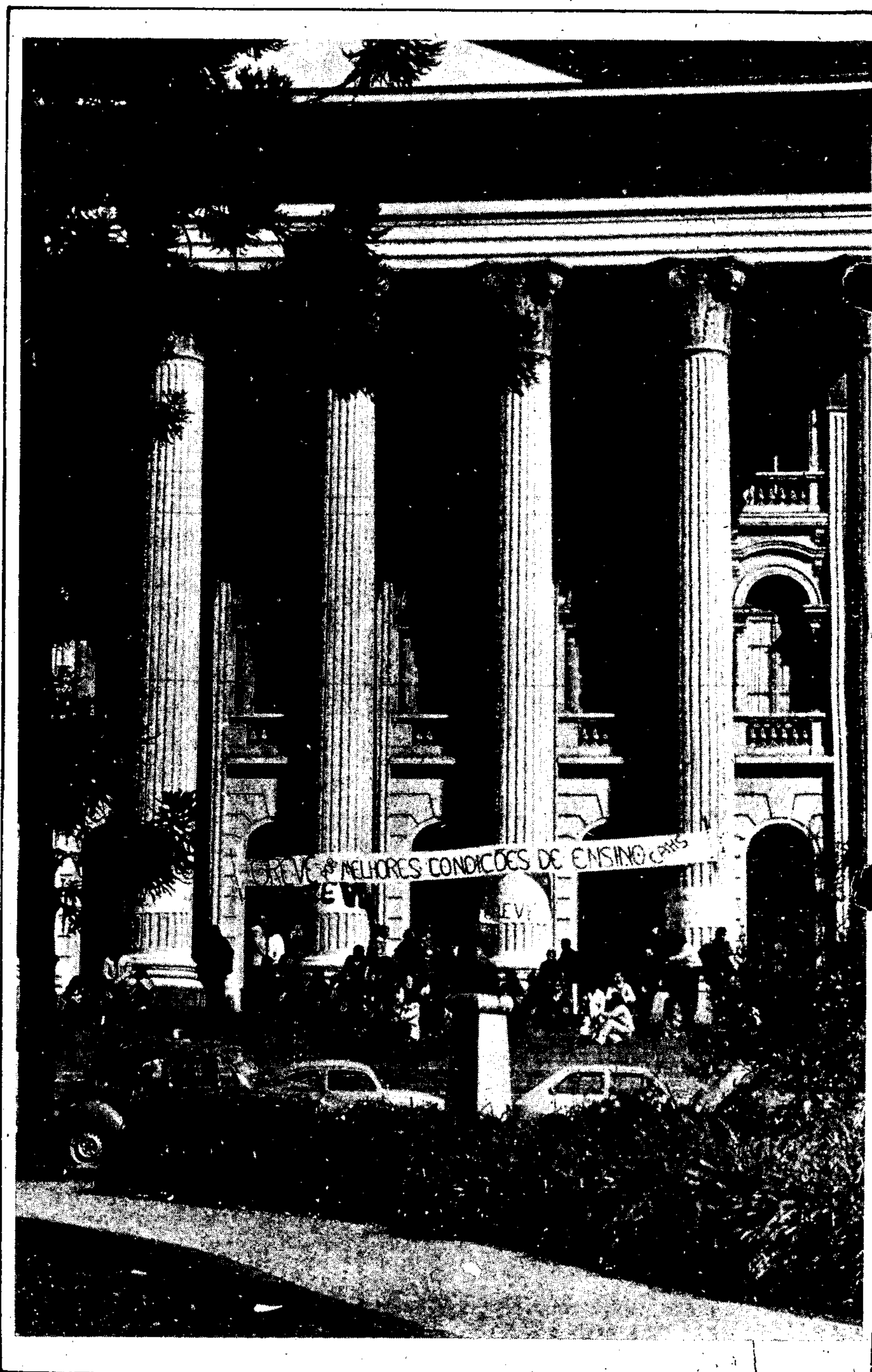
Sobre a contratação de professores, o reitor disse ser responsabilidade dos departamentos de curso, que precisam de autorização do Ministério da Educação, que libera as verbas. "A Reitoria tem autonomia para contratação de professores, mas a regra do jogo é ditada pelo Ministério de Educação. Os recursos emanam do governo federal", lembrou Ocyron Cunha.

João Cândido Cunha Pereira Filho contrariou o reitor, afirmando que "a autonomia dos departamentos é mera

ficção, pois para admitir um professor, o departamento precisa submeter o orçamento aos órgãos superiores da Reitoria". O presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas disse que "a Reitoria é quem pode contratar, pois dela depende a aprovação. Acreditamos que para solucionar este problema temos como única solução a abertura de concursos".

Ocyron Cunha argumentou que já fez contatos com Brasília pedindo a realização de concursos públicos para suprir esta deficiência, que não é exclusividade da Faculdade de Direito. "Não cheguem a soluções extremistas. Nenhuma autoridade decide coisa alguma sob pressão. Eu não posso ir a Brasília pressionar o Ministério".

Neste ponto do debate, o reitor garantiu que nenhum estudante de Direito ficará sem aulas por falta de professores. "Uma das alternativas que tenho é a contratação de professores visitantes para substituir os auxiliares durante seu curso de Mestrado". Ocyron Cunha reclamou que "se o MEC não autorizar a UFP a reanizar concursos, temos que adotar um outro critério de remuneração, mas isso também está na depen-



dência da aprovação de recursos financeiros".

Os estudantes lembraram ao reitor que "precisamos de medidas excepcionais no que se refere a escola de docentes qualificados e em condições dignas dentro da Faculdade e não professores que tapem buracos, apenas. Chegamos a conclusão que a Reitoria não pode resolver este problema".

A solução proposta por Ocyron Cunha atende as necessidades imediatas da Faculdade de Direito, mas não completamente, pois será necessária uma

reformulação na estrutura de ensino superior do País para resolver o problema do professor colaborador.

Ao final da reunião, o Conselho Universitário propôs a formação de uma comissão permanente de estudantes e professores, em igual número, para juntos debaterem uma solução para a crise.

Com esta comissão, a greve teria fim. Os estudantes pediram tempo para estudar a proposta e vão reunir-se hoje cedo. Conforme a maioria decidir, o movimento parasista será interrompido e todos voltarão às aulas.

PT2356-268



FACULDADE DE DIREITO

Universitários mantêm greve

O Conselho Universitário da UFP convocou os alunos da Faculdade de Direito para uma reunião hoje, mas eles quisam: a greve só pára quando forem atendidos

UNIVERSIDADE

"Se nós voltarmos atrás agora, estaremos desmoralizados! Nunca mais poderemos reivindicar coisa alguma dentro desta faculdade. A solução virá, desde que o movimento não se disperse, não se dissolva!" Com estas palavras, João Cândido Cunha Ferreira Filho, presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, reforçou o pedido para que seus 450 colegas permanecessem unidos durante a greve.

O movimento grevista continuava ontem pela manhã na Faculdade de Direito da UFP. A fachada do prédio da Praça Santos Andrade, estava tomada pelos cartazes e faixas, onde os acadêmicos pediam melhorias ao corpo docente, e a qualidade das aulas, com dizeres do tipo, "Pedimos tão pouco! Aulas e professores!", ou, "Inércia da Reitoria resulta em greve!"



A movimentação nas dependências da Faculdade de Direito era grande. Os estudantes reafirmavam a posição de não voltar às aulas enquanto não forem atendidos pela Reitoria. Ontem à tarde, os acadêmicos receberam convocação para uma reunião com o Conselho Universitário, marcada para as 9:00 horas da manhã de hoje, na qual comparecerão pela faculdade, representantes estudantis, chefes de departamentos e o coordenador do Curso de Direito, Orello Lopes, diretor do setor, será o mediador.

A greve recebeu solidariedade de diretórios de faculdades do Paraná e outros Estados. Na Assembléia, o dep.

Nestor Baptista, mostrou-se solidário ao movimento. O Diretório Central dos Estudantes - Livre da UFP, e o Diretório Acadêmico Rocha Pombo do Paraná enviaram cartas de apoio. Em sua mensagem o DCE frisa a importância do movimento, "o primeiro desencadeado desde 1968. Este movimento grevista faz parte da retomada da tradição combatividade e de luta dos estudan-

tes da UFP, e assume um papel de destaque no avanço do Movimento Estudantil e na denúncia das péssimas condições de estudo a que estamos submetidos".

As duas entidades apóiam as reivindicações feitas através dos seguintes termos:

- "Pela abertura de concursos públicos e efetiva contratação de professores".
- "Por mais verbas para a educação".
- "Por melhores condições de ensino".

- "Contra a burocracia universitária".

- "Todo o apoio à greve dos estudantes de Direito".

Reuniram-se ontem pela manhã, os professores responsáveis pelo Colegiado do Curso de Direito, quando toma-

ram decisões sobre medidas internas em relação à greve. Em princípio ficou deliberado que continuariam a dar aulas, contando faltas para os alunos que não estivessem presentes, e que as provas aconteceriam nas datas previamente marcadas. Mas ao saírem da reunião, disseram que se nenhum aluno comparecer, transferirão os testes. Acredita-se que tenham tomado esta posição, por ser a única forma de evitar que se mostrassem oficialmente integrados na greve, pois na sua maioria apóiam os acadêmicos.

Houve reunião também do Conselho Setorial, com a presença de chefes de departamentos, coordenadores de Curso, e um representante dos estudantes. Ficou decidido que o órgão levará até a Reitoria as reivindicações dos estudantes, bem como a sua solidariedade, no sentido que as causas que originaram este movimento tenham solução urgente e concreta.

Um estudante, falou da resolução de só voltarem às aulas depois que forem atendidos. Foi aí que apareceu a primeira discórdia. Alguns professores pediram que o movimento acabasse, e um deles disse que já que os estudantes tinham demonstrado que sabiam fazer greve, estava na hora de terminar com ela. O representante do Corpo Discente

respondeu, "já que o senhor se mostra tão experiente no assunto, deveria saber que uma greve só acaba, quando as suas reivindicações são atendidas".

Outro caso que aconteceu, e só veio a confirmar os motivos desta manifestação, foi o aparecimento de uma lista de chamada fria no Departamento de Direito Penal. Os alunos deveriam ter aula desta cadeira às 11:00 horas, mas a lista encontrava-se no departamento desde as 10h30min, sem que Luis Alberto Machado, professor responsável pela cadeira, lá estivesse presente, ciente do que estava acontecendo. Mesmo assim, somente três dos cem alunos que deveriam assistir a esta aula assinaram.

"É um dos professores que mais raramente comparece, tendo sempre a desculpa de estar comprometido com assuntos que relacionam a Faculdade de Direito e a Reitoria," declarou um aluno. O professor, que é o representante do Corpo Docente junto à Reitoria, após reunião com representantes estudantis, voltou atrás na sua decisão de dar aulas enquanto existir a greve. Mas esta foi apenas uma pequena contrariedade, pois os estudantes contam com o apoio da maioria dos professores, como é o caso do responsável pela disciplina de Direito Constitucional, Sansão José Loureiro, que declarou, "estou com os estudantes e não abro!"



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL *Estado Novo*

Pasta - UFPR

Data *12.06.79* Estado *PR*

135

NOME:

FILIAÇÃO:

Greve na Faculdade de Direito repercute em nosso Legislativo

“Os estudantes do curso de Direito da Universidade do Paraná estão em greve” - afirmou ontem da tribuna da Assembléia o deputado Nestor Baptista que teve o seu discurso interrompido por aplausos de estudantes presentes nas galerias da AL.

“Esgotados todos os meios de lutas por seus interesses, prosseguiu o parlamentar - viram que suas reivindicações só seriam atendidas na medida em que, decretada uma greve geral, tornassem pública a grave situação que caracteriza o ensino naquela Faculdade”.

O deputado Nestor Baptista foi aparteado pelos arenistas Airton Cordeiro e Rubem Walduga que aplaudiram a atitude dos estudantes afirmando que a juventude brasileira quer estudar e está lutando por este direito. Airton inclusive preconizou a autonomia da Faculdade de Direito que não pode mais ficar como “um simples curso de ciências da Universidade Federal”.

CARTA AO REITOR

Nestor leu da tribuna a seguinte carta encaminhada pelos estudantes ao Reitor buscando soluções definitivas:

“Ao Magnífico Reitor Prof. Ocyron Cunha:

Os estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária do seu Órgão de Representação (CENTRO ACADÊMICO HUGO SIMAS), vem, mui respeitosamente, à presença de vossa Magnificência, expor os seguintes fatos:

a) - considerando o iminente afastamento de diversos membros do corpo docente da Faculdade de Direito, v.g., pedido de demissão dos Professores Colaboradores do Departamento de Direito Privado e Direito Civil e Processual Civil, além de outras situações anômalas;

b) - considerando que o afastamento dos Professores deverá implicar na falta de outros que os substituem, e conseqüentemente na ausência de aulas a partir do próximo semestre, impossibilitando o preenchimento da carga horária mínima estabelecida legalmente.

DECIDIRAM

Aguardar das autoridades universitárias competentes, até o dia 29 de maio de 1979, a solução completa e definitiva a esses graves problemas, sem o eventual prejuízo da qualidade do ensino a ser ministrado.

A solução apresentada pelos órgãos competentes será submetida a apreciação da Assembléia Geral do CAHS no dia 30 de maio de 1979, quando os estudantes deliberarão face à proposta apresentada.

Sem outro particular, aguardamos vossa providência.
Saudações Universitárias.

(a) João Cândido Cunha Pereira Filho, Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas.

C.C. ao Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Ao Coordenador do Curso de Direito.
Ao Departamento de Direito Civil e Processual Civil.
Ao Departamento de Direito Privado. E prosseguiu o parlamentar:

“Os estudantes não estão em greve porque não desejam assistir às aulas. Pelo contrário. Estão em greve porque na Faculdade de Direito não recebem aulas. E quando recebem, com

exceção de algumas cadeiras, são aulas sem qualificação, ministradas por professores colaboradores arrebanhados com mão-de-obra barata para cobrir os períodos letivos.

Este é um movimento justo e oportuno que se soma a todos os outros que, em nosso Estado, vêm deixando clara a crise da Universidade brasileira e, por extensão, a crise na sociedade brasileira, fatigada destes quinze anos de arbitrio e violência que denegiram todas as instituições deste País.

Nesta Assembléia Legislativa a bancada da oposição tem refletido todos esses movimentos. Recentemente vimos o retrato da crise na Universidade de Londrina através da greve de docentes do curso de Medicina. Vimos o tratamento que os reitores dão aos estudantes que reivindicam uma Universidade melhor no caso de Ponta Grossa, quando um estudante sofreu punição porque ofereceu críticas à direção daquela Universidade. Não são fatos isolados. Acredito que esta greve dos estudantes de Direito, primeira desde 1968, quando a repressão, respaldada em atos arbitrários, prendeu, cassou, torturou estudantes e trabalhadores para impedi-los de lutar por seus interesses, é um momento importante de manifestação geral que sem dúvida vai se estender a todos os lugares onde existe um certo nível de consciência e a liberdade seja conquistada na luta.

A sociedade e os estudantes, com a técnico-burocratização, perderam as condições de gerir a Universidade. Um corpo de burocratas se encastelou na Universidade por um processo que privilegiou o clientelismo e o filiotismo político. Pode-se dizer que a Universidade foi privatizada pelos interesses das multinacionais e grupos econômicos. E também, pelos interesses de grupos políticos burocráticos, corruptos e incompetentes.

Este é o resultado da Reforma Universitária.

Temos hoje uma Universidade que não serve aos interesses nacionais e populares. Onde a polícia se instalou internamente, através das Assessorias de Segurança Interna, AESIs, para assegurar o mando dos incompetentes e dos obscurantistas que conspiram contra o progresso científico de nosso país. Uma Universidade de onde foram expulsos os melhores mestres para que em seus lugares assumissem os coniventes com o regime de força.

Qual o custo dessa transformação?

Muitos ainda afirmam que o Paraná foi uma ilha de paz e tranquilidade nesses anos de violência. Mas se fizermos hoje o balanço, veremos que em nosso Estado pagamos um preço muito alto pela resistência à opressão. Dezenas de estudantes foram perseguidos e muitos tiveram que cumprir altas penas de prisão pelo seu comportamento patriótico. Agora, o movimento estudantil ressurgiu ao lado de todas as manifestações da sociedade brasileira que procuram reencontrar o caminho da Democracia. Pede a democratização do país e, especificamente, da Universidade brasileira, como forma de conduzir a instituição ao seu verdadeiro papel.

VOLTA DOS ESTUDANTES

Concluiu o deputado emedebista:

“É um movimento estudantil que se reorganiza, com a União Nacional dos Estudantes, UNE. Com os DCEs livres, com os Diretórios que se recusam a servir os corruptos e incompetentes que dirigem nossa Universidade.

PT-2356-268



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL O Estado do Paraná
Paraná JFR
Data 12 06/79 Estado PR

A36

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Greve

Um estudante esteve ontem pela manhã na Assembleia Legislativa tentando convencer por todas as formas o deputado arenista Werner Wanderer a subcrever um requerimento, pedindo voto de solidariedade aos alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, que estão em greve desde quarta-feira, pedindo professores para sete turmas que estão ameaçadas de sofrerem reprovação. Nada conseguiu, pois o parlamentar considerou o assunto "muito grave" para se manifestar.

PT 2355.258



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL O Estado do Paraná

Edição - UFPR

Data 19 06 1979 Estado PR

137

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Reitor promete diálogo com grevistas da UFP

Hoje, às 9 horas, os estudantes do curso de Direito serão recebidos pelo reitor Ocyron Cunha para dialogar sobre o problema de deficiência no quadro docente, na tentativa de solução da greve que hoje já está em seu terceiro dia na Universidade Federal do Paraná. Também participarão da reunião os chefes de departamentos, coordenador do curso e diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Segundo os estudantes, o Conselho Setorial se reuniu ontem para avaliar a greve dos 500 acadêmicos, tendo consideradas justas as reivindicações e de que precisam ser solucionados os problemas.

Entretanto, o diretor do setor, Othelo Werneck Lopes, informou através de sua secretária apenas que a reunião do Conselho Setorial está suspensa e que prosseguirá hoje na Reitoria. O reitor concentrou entrevista coletiva ontem, quando garantiu que os estudantes não ficarão sem aulas no próximo semestre como estão temendo. Observou que, de acordo com o artigo 40 do Regimento da Universidade, é competência exclusiva dos departamentos propor contratação de professores e que não há ninguém que aponte que ele não tenha contratado algum professor proposto por algum departamento.

Até dia 30 de junho estarão prontos, os Planos Departamentais que prevêem o quadro docente para o próximo semestre, com o que estará solucionado o problema de insuficiência de docentes, como explicou o reitor. Ele alegou que os professores

colaboradores que disseram que pedirão demissão, na verdade terão seus contratos vencidos no próximo mês, mas que existem professores para substituí-los.

CONCURSO

O fato de existirem 328 professores colaboradores na UFP que ganham Crs 124,00 por aula ministrada preocupa o reitor, que disse concordar que eles ganham pouco. Argumentou que desde dezembro de 1977, quando assumiu a Reitoria, vem tentando solucionar o problema, e que solicitou recursos e autorização do MEC para realização de exame de suficiência para Auxiliar de Ensino, que se possível serão realizados ainda este ano.

Conforme Ocyron Cunha, inicialmente o empecilho para resolver a situação desses professores foi orçamentários mas que para o próximo semestre mesmo que não saia o concurso ele já tem outra solução (que disse ser segredo). Com relação ao documento do Setor de Ciências Sociais Aplicadas propondo a reavaliação da reforma universitária esclareceu que é necessário aguardar os demais setores encaminharem documento semelhante para uma análise global do assunto. Mas que muitas das propostas desse documento estão sendo analisadas pelo Pró-reitor de Ensino e Pesquisa, Eurico Back, em reuniões com chefes de departamentos e coordenadores de curso, nos oito setores, como é o caso do retorno ao sistema letivo anual.

Estudantes recebem apoio

O Centro Acadêmico Hugo Simas recebeu diversas moções de apoio pelo movimento grevista que vem sendo desenvolvido pelos 500 acadêmicos do curso de Direito, da Universidade Federal do Paraná para reclamar melhores condições de ensino. Além do Diretório Central de Estudantes - DCE-livre e Diretório Acadêmico Rocha Pombo, da UFP, também o Centro de Debates Jurídicos da PUC de Campinas enviou telegrama considerando justa a greve. Na Assembleia Legislativa, os estudantes obtiveram solidariedade ao movimento, através de pronunciamento do vice-líder do MDB, Nestor Baptista.

O deputado classificou o movimento grevista como justo e oportuno, "que vem deixando clara a crise da Universidade Brasileira e, por extensão, a crise na sociedade brasileira, fatigada destes 15 anos de arbítrio e violência que denegriram todas as instituições deste País". Nestor Baptista leu a carta que os estudantes enviaram aos diversos escalões da Universidade dando um prazo (já esgotado), para solução das deficiências no corpo docente, que tendem a se agravar com o afastamento de diversos professores, e a demissão de docentes colaboradores no próximo mês.

Ontem de manhã os estudantes se reuniram nas escadarias do prédio da Santos Andrade, apesar do frio,



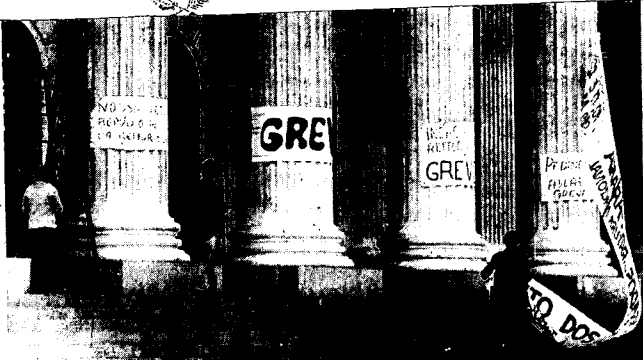
Pela manhã, apesar do frio, diante da Faculdade.

quando portavam cartazes explicativos da situação que os levaram à paralisação das aulas. O Colegiado do DCE salientou que esse movimento faz parte da retomada da tradição de combatividade e de luta dos estudantes da UFP, "que assim assumem um papel de destaque no avanço do movimento estudantil e na denúncia das péssimas condições de ensino".



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

138
JORNAL O Estado do Paraná
Pasta - UFP
Data 31/05/74 Estado PR



Os acadêmicos de Direito afirmam que entraram em greve unicamente pedindo professores e aulas.

Greve na Direito-UFP

Estão em greve desde a manhã de ontem os 500 acadêmicos do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná. Eles culpam o reitor Ocyron Cunha por não lhes ter dado garantia de que no próximo semestre não se repetirá a situação atual de falta de professores para inúmeras disciplinas. A decisão foi tomada por unanimidade na assembléia que contou com a participação de 450 estudantes, pois ontem encerrou-se o prazo que haviam dado para a Reitoria dar uma solução definitiva para a falta de docentes.

"De promessas estamos cheios, pois nesses últimos dois meses, fizemos cerca de cinco assembléias e a Reitoria sempre se eximindo de responsabilidade" - afirmou o presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, João Cândido Pereira. Os universitários exigem garantia de aulas para o próximo semestre porque sete turmas das seguintes disciplinas estão na

iminência de ficar sem professor: Direito Civil, Direito Comercial, Prática Processual Civil, Técnica Pericial Penal Aplicada e Direito Penal.

Além do problema de professores colaboradores que deram prazo para a Reitoria contratá-los, existem alguns que já deixaram de dar aulas, além de outros com situação anômala, como um que fez concurso público em 1974, mas que posteriormente não foi considerado válido, sem que houvesse justificativa.

Outra preocupação dos estudantes é quanto ao "esquecimento" da Reitoria com relação ao documento do Conselho Setorial de Ciências Sociais Aplicadas que propôs uma reavaliação da reforma universitária no ano passado e que deveria ter sido analisada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa.

Essa Comissão de Avaliação da Reforma havia reivindicado a autonomia da Faculdade

de Direito, a necessidade de valorização do sistema de concursos públicos para o recrutamento do pessoal docente, necessidade de que o sistema de utilização de professores colaboradores seja restrito à hipótese de necessidades eventuais e, portanto, destituídas de caráter permanente como está ocorrendo. O problema da baixa remuneração dos professores, o que provoca a falta de docentes capacitados e especializados também constava no relatório final da Comissão que enviou o documento ao reitor.

O retorno do vestibular específico, por Setor ou Unidade e a abolição dos períodos especiais, assim como a proibição da interferência da Assessoria de Segurança em processos de contratação ou nomeação de professores, persistindo como critério único o mérito, também integravam o documento final, cujo relator foi o professor José Lamartine Correa de Oliveira Lyra.

"Repúdio à indiferença"

O reitor Ocyron Cunha negou-se a receber a imprensa ontem para falar sobre o problema de falta de professores do curso de Direito. Informou, através da Assessoria de Imprensa que não daria entrevista porque teria uma reunião com a Comissão de Finanças do Mec e, "mesmo porque o assunto ainda é de competência do diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas".

"Nada a declarar" - assim se pronunciou sobre a greve dos acadêmicos de Direito da UFP o diretor do Setor, professor Othelo Werneck Lopes, que disse nem ter conhecimento da greve, por não ter sido comunicado ainda que os estudantes tenham espalhado cartazes por todas as dependências do prédio da Santos Andrade. Ele mandou informar, através de sua secretária, que não poderia receber a imprensa porque teria que presidir a formatura de uma turma da Escola Técnica de Comércio do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

"Inércia da Reitoria resulta em greve", "Pedimos tão pouco: aulas e professores", "Nosso voto de repúdio à indiferença da Reitoria". Estes alguns dos dizeres dos cartazes que os estudantes afixaram na fachada do prédio da Santos Andrade. A partir de hoje, às 9 horas da manhã, todos os 500 estudantes estão sendo convocados para participar das concentrações diárias nas escadarias da Faculdade.

Hoje serão distribuídos folhetos contendo explicações sobre a atitude dos acadêmicos, "só tomada depois de esgotar os demais recursos de pressão para resolver os problemas por melhores condições de ensino" - explica o presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas, João Cândido Cunha Pereira. "Façamos valer nossos direitos. Queremos professores. Queremos aulas. Mantenhamo-nos unidos, pois só assim é que alcançaremos nossos objetivos. Você é importante. Todos somos importantes". Este é o teor do comunicado.

UNE

Os estudantes entraram em contato inclusive com Salvador, para que todos os participantes do II Encontro Nacional de Estudantes para reestruturação da Une, que se encerrou ontem, tomassem conhecimento do movimento grevista. Todos os diretórios estudantis também já foram comunicados, já que esta é a primeira greve que ocorre na UFP depois de 1968, quando o presidente do Cahs, na ocasião, teve até que se retirar do País.

Os mais temerosos com a greve são os acadêmicos do primeiro ano do curso de Direito porque esse é um período de provas em quase todas as disciplinas. Isto porque determinados professores não estavam dispostos a adiar as provas.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL Diário do Paraná

Pasta: UFR

Data 31.05.79 Estado PR

139

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Deputado se diz solidário com a greve estudantil

O deputado Nestor Baptista, vice-líder em exercício do MDB, manifestou-se solidário com os estudantes da faculdade de Direito da Universidade do Paraná, que ontem entraram em greve.

Para o parlamentar, que se encontra em companhia do deputado Nelton Friedrich, também apoiando o movimento, "a reivindicação universitária é mais do que justa; pois não se pode conceber instrução sem a devida competência para ensinar".

Afirmando que vem acompanhando o problema, desde a reivindicação dos universitários, há dois anos, quando estes solicitaram aulas e professores à Reitoria e não foram atendidos.

"Há um mês os estudantes de direito enviaram correspondência ao reitor Ocyron Cunha, já que este se recusara a receber uma comissão de alunos, solicitando aulas para oito das 10 turmas da universidade. Eles se encontram sem as disciplinas de direito civil, penal, comercial, agrá-



APOIO — Universitários com Baptista e Friedrich.

rio, constitucional e processual civil. E a reitoria novamente, ignorou a reivindicação dos estudantes. Na verdade nada mais restava aos mesmos do que solidificar o seu protesto com a greve".

Fazendo coro às reclamações estudantis, o vice-líder emedebista acha que o problema não é atual e as suas raízes remontam há vários anos, pois "os reflexos da estrutura autoritária e tecnocrática do ensino, bem como o desprestígio-

mento governamental aos professores e às universidades no geral, é que iniciaram esse protesto hoje concretizado na greve".

Tanto Baptista como Nelton Friedrich, bastante preocupados com o problema, pediram imediatas providências para a solução deste impasse. Com a suspensão da sessão, no dia de ontem, no Legislativo, ambos os parlamentares irão se pronunciar, da tribuna, sobre o caso, no dia de hoje.

PT 2355-258



NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

OPINIÃO PÚBLICA

PESQUISA

A greve chegou a Curitiba

Quatrocentos e cinquenta estudantes de direito da UFP entraram em greve. Reivindicam professores e aulas. Outros estudantes foram ouvidos e aqui estão as respostas:

Thirzá Tirapelle, estudante de Comunicação Social: "Acho a greve dos estudantes de Direito da Federal excelente pois deve haver uma reivindicação no sistema de ensino. Nós geralmente entramos na Faculdade sabendo um pouco e saímos sabendo menos ainda. Eles têm todo o direito de reivindicar em forma de greve, considerando que não há atualmente outra forma para se expressar quando queremos alguma melhoria. Fico muito feliz sabendo que os estudantes paranaenses estão fazendo uma greve para a reivindicação de uma melhoria de ensino e professores".

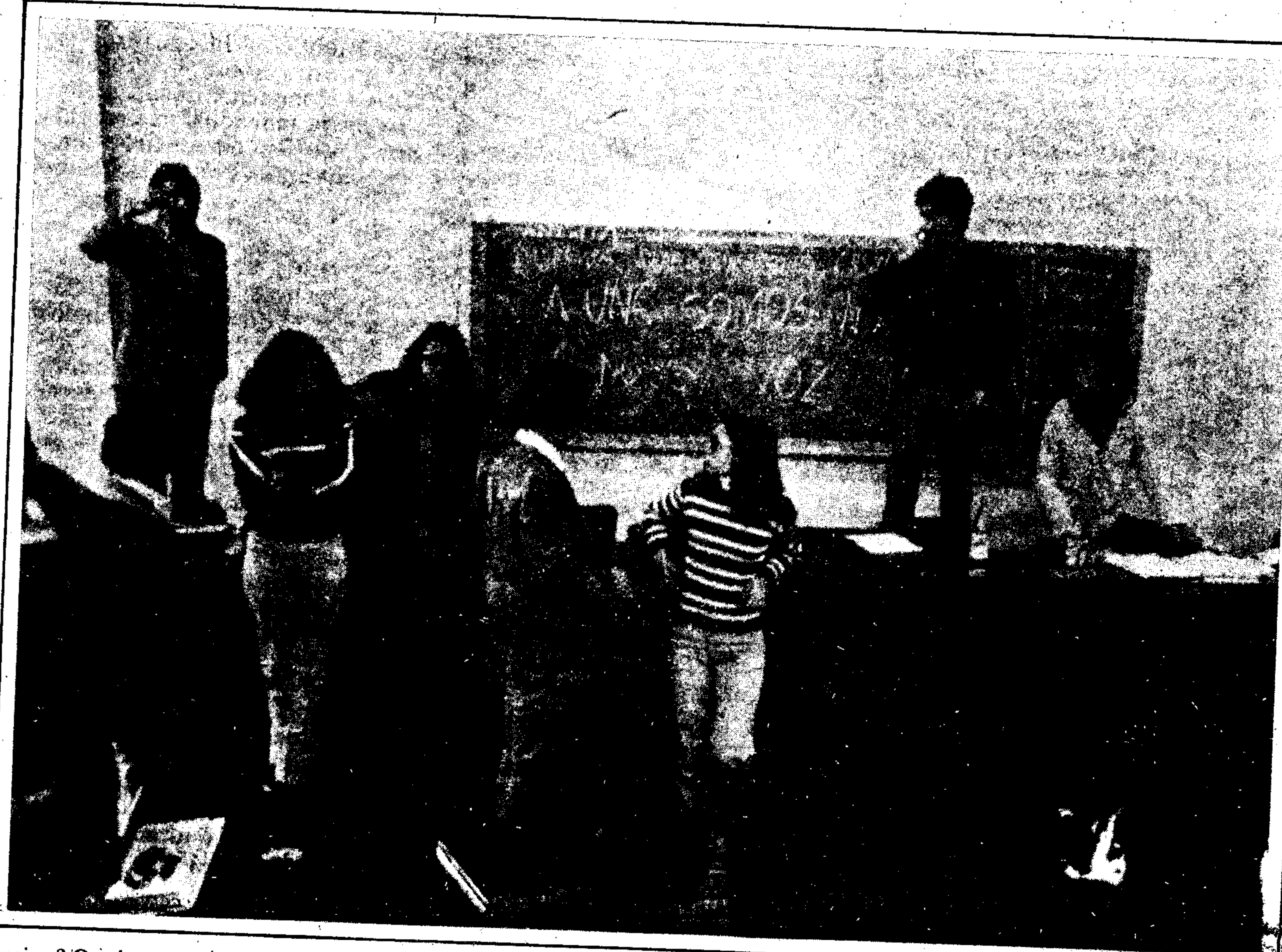
Rosângela Pires, estudante de Ciências Sociais: "Já que não existem outros meios, a greve é a melhor forma de mostrar o que está acontecendo com o estudante. O problema não é só da Faculdade de Direito, por isso todos os alunos da Universidade deveriam ajudar, sendo que provavelmente só com a greve dos alunos de Direito os problemas do ensino não vão receber total melhoria".

Joaquim Barros, estudante de jornalismo: "Acho que o pessoal do Curso de Direito deveria ser o mais integrado quanto a modificações políticas. Se em outros Estados do Brasil existem movimentos nesse sentido, Curitiba não poderia, nem deveria ficar de fora. Aqui em Curitiba quem deve encabeçar esses movimentos são exatamente os alunos de Direito. As reivindicações que eles estão fazendo agora são mais a nível interno, pelo que eu ouço sobre a Faculdade de Direito da UFP, é que o ensino é muito antiquado. Hoje, o ensino está tornando-se mais liberal, por isso os alunos têm toda a razão de tomar uma atitude assim, para que o ensino de Direito seja mais liberal e modernizado. Não posso afirmar que essa greve vai ter o fim que eles pretendem, mas uma das maneiras de destruir uma estrutura é fazendo uma greve. A greve é uma das alavancas que eles podiam utilizar".

Avelar Lívio dos Santos, estudante de Jornalismo: "Estou de acordo com a greve deles, apesar de achar que fazer greve está na moda o motivo deles é justo. Digo isso analisando principalmente de que se trata de uma Faculdade de Direito, porque é o maior absurdo o abismo que existe entre o Direito que nós temos, o Direito que se ensina na escola e o Direito que nós queremos. A realidade é que a sociedade vive sob o Direito do Capital e o Direito da classe privilegiada. A escola ensina um Direito Romano, muito distante da nossa realidade. A sociedade quer o Direito de igualdade de condições. Quem deve agir para que nos aproximemos da realidade que queremos são os próprios estudantes de Direito, por isso concordo com suas reivindicações".

Mônica Cohen, estudante de Pedagogia: "Sou a favor da greve dos estudantes da Faculdade de Direito, mas acho que não vai resolver nada. Uma greve não resolve esse tipo de problemas, pois não é uma solução no Brasil. Essa greve vai acabar sem solução, porque os alunos vão ter que voltar às aulas e de nada vai adiantar".

Rubens Martin, estudante de Relações Públicas: "Acho que nada resolve nada. O que adianta eles entrarem em greve, perderem aulas para melhorar o



ensino? Os alunos devem melhorar o nível de estudos para que os professores melhorem a forma de dar aulas. Acho essa greve uma bobagem. Bem, se isso ajudar os estudantes, eles que levem a diante, até o fim, mas se eles não estiverem dispostos a permanecer com a greve até que haja uma solução, é melhor que nem comecem".

Maria da Luz Borbunsak, do lar: "Acho muito justo que os alunos entrem em greve, mas estando conscientes de suas reivindicações. Provavelmente eles não encontraram uma forma de resolver o que está acontecendo na Faculdade e por isso partiram para uma greve. Concordo com eles, porque sei que eles tentaram de todas as formas arrumar a situação, mas não foi possível. Os dirigentes da faculdade não solucionaram seus problemas, foi pedido com jeito, mas não deu. Não gosto de greve, estou vendo todas essas que estão acontecendo no Brasil e fico triste, pois garanto que todas as classes que já fizeram uma greve lutaram antes através de outros meios, mas não foram atendidas. Se a greve é justa, e sei que é, eles estão com a razão".

Santos de Souza, estudante de Pedagogia: "Acredito que o problema deles não vai ser resolvido, pois o Brasil não tem recursos no momento. Eles devem fazer a greve simplesmente porque a lei está bagunçada. Na época em que o presidente Geisel quis fazer a reformulação dos códigos Civil e Penal, eu era de acordo, mas não aceitaram e no fim ele assinou aquele pacote. O Brasil está um País quase democrático, por isso to-

dos devem agir juntos. O único problema que eu vejo nessas greves, é de que alguns estão conscientes do que reivindicam, o resto só quer bagunçar. O Brasil ainda tem muito o que fazer antes de resolver esse problema".

Lúcia Maria de Cassia, comerciante: "Olha, eu nem estava sabendo disso, mas acho certo, se eles estão com problemas devem resolver. Acho bacana que todos fiquem juntos e façam uma greve, pois assim vão resolver o problema. Não adianta nada a gente ficar reclamando todo o tempo quando todos estão insatisfeitos, e nada fazer. Dou boa sorte aos alunos de Direito e espero que eles possam logo voltar às aulas para continuar os estudos sem problemas".

Maria Angélica Marochi, estudante de Pedagogia: "Dentro da abertura que o governo está dando hoje, há grandes probabilidades de que os problemas sejam resolvidos através dessa greve. Antigamente eles não iriam ceder, hoje talvez. Não sei se vai dar resultado, dependendo de como eles estão se organizando, pois se estiver mal organizado pode dar resultados negativos. Não sou a favor de greves, mas acho que quando você chega a fazer uma é porque não há outra saída".

Sônia Regina Cholinski, estudante de Pedagogia: "Eles têm todo o direito de reivindicar melhoria de ensino, mas não sei se vai dar resultado. Não creio que a greve seja a melhor forma de fazer reivindicações, expor a situação com calma seria bem melhor, com uma greve o ensino tem chances de decair ainda mais. O meu curso, de Pedagogia, creio

que é o que mais vem sofrendo decadência em nível de ensino, mas nós não pretendemos fazer uma greve, e sim dialogar e ver resultados, e a melhor forma de se conseguir a melhoria. Não é só o pessoal de Direito ou de Pedagogia que vem sofrendo decadência no ensino, mas em toda a Universidade. Todos deveriam reivindicar juntos os seus direitos, pois todos sofrem os mesmos problemas, mas não em forma de greve".

Roclonira de Souza Caron Cassou, estudante de Pedagogia: "Acho que greves não adiantam para nada, temos que procurar um meio de chegar até os professores de outra forma, sem agressão. Para mim, a greve é uma forma de agressão, não leva nada a lugar nenhum. Essa greve só vai ajudar para que os professores pensem que os alunos são um bando de vândalos e fiquem com mais raiva, o que, consequentemente decairá ainda mais o ensino. Todo o ensino brasileiro passa por deficiências hoje em dia, desde o primário até a Universidade, mas as reivindicações devem ser feitas sem qualquer agressão".

Carlos Machado de Souza, músico: "Acho ótimo que eles tomem uma atitude, pois as faculdades, pelo que eu ouço falar, estão péssimas. Se eles estão a fim de aprender e não têm condições, realmente devem fazer uma greve. Eu dou a maior força e acho que todos os que só reclamam devem tomar uma atitude também. Não adianta nada só falar e não agir".

PT 2356-268



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

JORNAL Estado do Paraná
Pasta V.F.P.R.
Data 31/10/51 Estado PR

149

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Grevista pede apoio

Uma comissão representante dos estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, que ontem entraram em greve exigindo que a Reitoria solucione o problema de sete turmas que ficaram sem professores para o próximo semestre, esteve à tarde na Assembléia Legislativa, pedindo o apoio dos deputados da Arena e do MDB para o seu movimento.

Depois da conversa com os estudantes, o líder em exercício da bancada do MDB, deputado Nestor Baptista, distribuiu nota à imprensa manifestando a solidariedade do seu partido à greve e afirmando que "a reivindicação é mais do que justa, pois não se pode conceber instrução sem alguém para ensinar". Ele prometeu fazer hoje um pronunciamento na Assembléia sobre o problema.



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIALSECÇÃO DE INFORMAÇÕES

142

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Residentes entregam abaixo-assinado. Só



MÉDICOS RESIDENTES

*Acertando últimos detalhes antes de conversar com Ocyron***MEDICINA**

Foi entregue ontem ao Reitor da Universidade Federal do Paraná, Ocyron Cunha, um abaixo assinado dos médicos residentes do hospital de Clínicas, com a finalidade da obtenção de carteira assinada, e conseqüentemente acesso aos direitos trabalhistas. A manifestação foi em apoio aos colegas residentes de todos os Estados brasileiros que, além de estarem em greve, mantiveram ontem, contato com o MEC, tratando da homologação da carteira assinada.

No dia 21 de maio, às 16 horas houve uma assembléia extraordinária onde ficou firmada a posição dos médicos do Hospital de Clínicas frente ao problema. Foi decidido, por unanimidade, a realiza-

ção de manifestação pública, com a paralisação das atividades às dez horas de ontem, ficando no Hospital somente os médicos residentes necessários para o atendimento dos pacientes internados e de emergência.

O documento entregue ao reitor contava com 140 assinaturas. Os demais 38 médicos não foram localizados, mas concordaram com o abaixo-assinado. Entre 4 e 5 mil assinaturas coletadas dos médicos residentes de todo o Brasil foram entregues ao MEC ontem, pela Associação Nacional dos Médicos Residentes.

Um dos líderes pela luta da carteira assinada declarou que o reitor recebeu os profissionais cordialmente, indo até o Hospital das Clínicas às 9h30min.

143



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

JORNAL:

Pasta - DCE / UFPB

Data: / / Estado: PR

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Eleições
do Estado do Paraná
para
o DCE
03/05/79

As eleições para a diretoria do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Paraná na próxima semana estão movimentando os universitários que já apresentaram duas chapas: "Viravolta", que inclui associados do Darpp, Andança, Dascisa, e "Refazendo", integrada por estudantes do setor de Tecnologia. A votação ocorrerá nos dias 9 e 10, para que todos os estudantes possam comparecer às urnas.

O órgão eletivo do DCE é um colegiado de 12 estudantes, sem distinção hierárquica, ao qual cabe defender o programa sob o qual foi eleita, bem como dirigir e coordenar as atividades do DCE, representando-o dentro e fora da Universidade, sempre que possível dentro das decisões dos órgãos deliberativos: assembleia geral, plebiscito, reunião aberta.

A chapa que for eleita irá representar a UFP no congresso da União Estadual de Estudantes, no final do mês, em Salvador. O primeiro passo será a formação da União Estadual de Estudantes — UEE, integrada por estudantes de quatro cidades do Estado: Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Curitiba, "para que, onde haja Universidade, os estudantes possam influir na estrutura educacional insuficiente e propor soluções".

144



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Diretórios da UFP
Revista do Povo 03/04/79
receberão alimentos

O reitor Ocyron Cunha determinou, ontem, a abertura de licitação para a compra de gêneros alimentícios que serão repassados aos quatro diretórios acadêmicos da Universidade Federal do Paraná que mantêm restaurantes para atendimento dos seus associados.

Essa determinação foi consequência de ato orçamentário do Reitor, pelo qual abriu crédito suplementar ao orçamento próprio da Universidade para a compra desses alimentos. A decisão do reitor foi tomada após entendimentos com autoridades do Ministério da Educação e Cultura, na última sexta-feira, em Brasília.

OUTRAS MEDIDAS

Desta forma os problemas com os restaurantes universitários vão sendo solucionados através de medidas tomadas pelo reitor Ocyron Cunha. Ainda na terça-feira passada, após a reunião que manteve com os dirigentes de todos os diretórios acadêmicos, o reitor determinou o atendimento das reivindicações apresentadas por aqueles diretórios, especialmente para os diretórios acadêmicos dos Setores de Tecnologia, DAST, e de Ciências Sociais Aplicadas, DASCIESA.

O ato do reitor que determinou a compra de gêneros alimentícios para os restaurantes universitários já está sendo cumprido pela Pró-Reitoria de Administração da Universidade, que iniciou o levantamento de preços e está solicitando informações aos vários organismos ligados ao setor de abastecimento da cidade. Ao mesmo tempo serão mantidos contatos com os dirigentes do DAST, DASCIESA, DASCISA e DASCA para estudar formas para o repasse destas mercadorias.

Posto UFR



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

9ª Assembléia estudantil
O Estado do Paraná - 03/04/79

Será realizada hoje, às 10 horas, no campus da Universidade Católica, uma assembléia geral do Núcleo de Comunicação Social que congrega cerca de 300 estudantes, objetivando discutir os problemas do curso. De acordo com os estudantes, a UCP não proporciona aos alunos condições de aprendizado suficiente para enfrentar a realidade do mercado de trabalho. Alegam que não é cumprido o currículo mínimo estabelecido pelo Ministério de Educação e Cultura e que o curso não possui equipamento técnico necessário ao aprimoramento da profissionalização, constante do currículo mínimo.

Conforme os estudantes, deveria ser firmado convênios com empresas da área de comunicação. Na semana passada foi realizada um plebiscito entre os alunos, em que foi decidida a realização da assembléia. Entretanto, o coordenador do curso, segundo eles, passou a boicotar a assembléia: retirou cartazes e faixas fixadas na parede, conclamando os estudantes à participação. Alegou existência de fraude no plebiscito e foi de sala em sala tentando dissuadir os estudantes a não comparecerem à assembléia.

O aumento de vagas no curso de comunicação social de 60 para 120, desde 1978, também é criticada pelos estudantes com o argumento de que no mesmo período em que os veículos de comunicação realizavam dispensas de profissionais em massa, a UCP aumentava para o ano seguinte o número de vagas, mas só aumentou a arrecadação do curso, e as condições continuam as mesmas. Questionam onde está sendo aplicado o dinheiro arrecadado, já que as despesas com pagamento de salário dos professores, material didático não atingem 40 por cento do total das mensalidades pagas pelos alunos.

Posto
UFPR

PT 2355.258

145



146

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Comissão especial
realizará reunião**

*gazeta do povo
02/04/59*

A comissão parlamentar especialmente designada pela Assembléia para acompanhar as reivindicações dos estudantes da Universidade Federal do Paraná deverá se reunir hoje ou amanhã, a fim de analisar o resultado dos primeiros contatos com os universitários. A comissão é constituída pelos deputados Ezequias Losso, Airton Cordeiro, Leonidas Chaves, Toguio Setoguti, Mario Celso, Nestor Baptista e Nelton Friedrich.

O representante emedebista de Toledo, Nelton Friedrich, afirmou a reportagem política da GAZETA DO POVO que "em nosso primeiro contato, pudemos sentir que as reivindicações da classe são as mais justas possíveis e devem ser atendidas com o máximo de urgência pelas autoridades federais".

SOLICITAÇÃO

A solicitação para que a comissão fosse constituída foi feita por Nestor Baptista, que inclusive acompanhou as manifestações estudantis no "Dia da Fome". Para o requerimento constituindo a comissão, ele apresentou a seguinte justificativa:

"Ante a situação grave que envolve a classe universitária de Curitiba, mais especificamente os estudantes da UFP, em razão da ausência de recursos para funcionamento dos refeitórios, cabe aos deputados um posicionamento urgente e solidário aos interesses dos estudantes".

Para Nestor, "é completamente inadmissível que o estudante continue sendo tratado com tal desprezo que hoje se registra em nosso país, a começar pelo nível dos estudos, custo dos mesmos, desativação de seus legítimos órgãos representativos e com refeitórios fechados por falta de verbas e ausência de reparos nas instalações precárias existentes".

*Pactar
UFP PR*



Secretaria de Segurança Pública

DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

6

LOCAL

DIÁRIO DO PARANÁ

1º Caderno

62/4/79

Partido UFRP

147

Os estudantes da Universidade Federal distribuíram, ontem, nota oficial na qual apontam divergências entre o Ministério da Educação e o reitor.

Estudante sem verba mostra divergência entre MEC e UFP

A luta dos estudantes da Universidade Federal do Paraná para a obtenção de subsídios em favor da manutenção de seus refectórios e pela reestruturação do DCE deverá tomar novos rumos a partir da semana que se inicia. Ao mesmo tempo em que os presidentes dos diretórios estudantis esperam manter uma nova reunião com o reitor Ocyron Cunha na terça-feira - com vistas a fixar um prazo para a obtenção de soluções concretas para seus restaurantes - começa, agora, a surgir uma impaciência entre os universitários, que acham que estão sendo prejudicados por desentendimentos pessoais entre a cúpula da Reitoria e elementos envolvidos com o MEC.

O presidente do Diretório de Ciências da Saúde, Tohoru Watari, fez ontem um relato da situação à qual os estudantes estão envolvidos, e manifestou veemente protesto com relação ao jogo de culpas que está havendo entre o MEC e a Reitoria, "por meras divergências pessoais". O principal problema, no momento, conforme apontou, é que representantes do MEC estão utilizando um problema que afeta os estudantes para mostrar uma espécie de inimizade com o reitor, e que este, por sua vez, indica que a falha está ligada ao Departamento de Assuntos Estudantis do Ministério.

NOTA EXPLICATIVA
Diante desse problema, o Dascisa elabo-



Tohoru Watari

rou uma nota a ser distribuída amanhã num boletim aos estudantes da UFP. O boletim abordará um apinhado geral da situação do fechamento dos restaurantes, com recortes de jornais, e explicações das entidades envolvidas com o problema. Com referência ao problema das divergências pessoais entre o reitor e o MEC (mais especificamente o ex-diretor geral do DAE, Cleto de Assis, hoje assessor do governador Ney Braga), o Dascisa tem a seguinte nota:

"Durante as negociações entre o reitor e os

estudantes, transpirou um atrito entre Ocyron Cunha e o professor Cleto de Assis (ex-diretor do DAE) com acusações mútuas de des-caso ante a nossa atual problemática estudantil. O ex-diretor do DAE convidou os estudantes para uma reunião no Palácio Iguazu, dia 16, quando expôs documentos que indicavam falhas da UFP em relação a não liberação de verbas à Reitoria".

"O reitor, por sua vez, fez uma visita ao Dascisa, num domingo, dia 25, às 22 horas, quando tentou justificar sua atuação mos-

trando que teria todas as cópias dos ofícios de pedidos de verbas enviados ao MEC".

"Perguntamos: se ambos têm documentos provando que encaminharam os papéis necessários de um órgão para outro, porque a solução não veio? Como vamos acreditar na autenticidade desses ofícios? Até quando divergências pessoais entre representantes do Governo vão provocar o fechamento de restaurantes que atendem cerca de 3 mil estudantes por dia?"

"Diante dessa sucessão de desculpas evasivas

vemos que o estudante está sendo claramente prejudicado por uma monstruosa burocracia agravada por divergências pessoais entre representantes do MEC e da Reitoria".

"Nós não podemos permitir que fiquemos sujeitos a esse tipo de política universitária, que reserva aos estudantes o último lugar na escala de prioridades."

SEM VERBAS

As informações de que a Reitoria já teria uma certa quantia de verbas para solucionar a situação dos restaurantes fechados, por outro lado, foram desmentidas por Tohoru Watari. Segundo o presidente do Dascisa, pelo menos a classe estudantil não foi comunicada da existência dessa verba. Ao mesmo tempo, Tohoru desmentiu que os estudantes teriam acatado as medidas paliativas apontadas pelo reitor.

Ocyron Cunha encontra-se em Brasília de onde, amanhã, deverá regressar com um novo panorama sobre a situação dos restaurantes universitários da UFP. Enquanto isso, os diretórios estudantis movimentam-se para a realização de plebiscito para a reestruturação do Diretório Central dos Estudantes. A votação ocorrerá na quarta e quinta-feira. E uma nova assembleia geral será realizada na sexta-feira, ocasião em que os estudantes pretendem marcar data para eleição da diretoria do DCE, e, ao mesmo tempo, avaliar a situação dos restaurantes.

Antonio Fialla



148

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Reitor foi à busca de recursos em Brasília

O reitor Ocyron Cunha, da Universidade Federal do Paraná, esteve ontem em Brasília para encaminhar solução a diversos problemas que afligem a instituição. Entre elas, a obtenção de verba para compra de alimentos aos refeitórios dos diretórios estudantis, como forma de minorar o problema de manutenção, e obter meios para colocar em dia o pagamento dos incentivos funcionais de produção científica, já que mais de 200 professores estão sem receber desde o ano passado.

Os estudantes esclareceram ontem que ainda não se definiram por um posicionamento quanto ao recebimento desse alimentos, pois isso não vai acabar com o déficit mensal que enfrentam para conseguir oferecer refeições a baixo preço e de boa qualidade. Segundo eles, o reitor ainda não fez uma proposta concreta, ainda que tenha sido pedido aos quatro diretórios que mantêm restauran-

tes o levantamento dos custos mensais para que a UFP justifique o pedido de verba para alimentação junto ao Mec.

Quando à reforma do refeitório do Dast, o primeiro a fechar há quase duas semanas, a Reitoria informou que já estão sendo enviadas cartas-consulta a diversas empresas para ver qual oferece melhor preço, para execução dos trabalhos, o que possibilitará o início das obras talvez já no final da próxima semana. Os demais restaurantes não teriam tantas reformas para executar, segundo a Reitoria, mesmo porque não chegaram a ser fechados pela Saúde Pública por não oferecerem condições de preparação de uma refeição com higiene e segurança aos funcionários, como ocorreu com o Dast. Mas o Dascisa decidiu pela manutenção do refeitório fechado (oferecia 800 refeições diárias) até que sejam sanadas as dificuldades e as dívidas que montam a Crs 980 mil.

“Está chegando a hora”

“Está chegando a hora. Diga Sim ao DCE nos dias 4 e 5; Diga Não ao ensino pago”. Estes são os dizeres de alguns cartazes fixados nos prédios da Universidade Federal do Paraná, convocando os estudantes para o plebiscito onde se decidirá pela reestruturação ou não do Diretório Central de Estudantes, fechado em 1968 pela polícia. Também estão sendo distribuídos folhetos onde se diz o que é o DCE: “órgão máximo de representação estudantil da UFP. E o instrumento de unificação e fortalecimento das nossas lutas”.

Os estudantes poderão votar em dois dias para possibilitar a todos expressar a sua posição já que em determinados dias da semana não há muitos que não tem aula. De quarta para quinta-feira haverá vigília das urnas que serão

distribuídas nos diversos setores da UFP. A apuração será feita no Dascisa, na Ebano Pereira, após o encerramento da votação na quinta-feira. Na sexta-feira, haverá uma assembleia geral às 10 horas no pátio da Reitoria para se avaliar o resultado e, se for o caso, continuar a luta pelo DCE, fixando-se a data da eleição da primeira diretoria da entidade, sua composição, os princípios, sua estrutura e estatuto.

Os estudantes consideram que o DCE deve ser livre, “só comprometido com a defesa dos interesses dos estudantes, devendo se opor a toda e qualquer subordinação da entidade à burocracia universitária ou a quaisquer normas que limitem a liberdade de manifestação e organização dos estudantes tais como os decretos 477 e 228”.

*Dast
UFP*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

fontes UFP-PR

Eleição na Universidade movimenta três chapas

O Estado Paranaense - 21/02/79

A eleição para renovação da diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná será no próximo dia 25, das 9h30min às 18 horas, quando serão distribuídas quatro urnas por diversos locais para recolher os votos dos cerca de 1500 associados. Disputam a APP três chapas: "Universidade Necessária" liderada pelo professor e vereador Adhail Sprenger Passos; "Independente", presidida por Constantino Comininos; e outra liderada pelo professor Ismael Fabricio Zanardini.

O presidente atual, professor Danilo Costa Cortes, apoia a chapa "Independente", cujos demais integrantes são: vice-presidente: Francisco M. Moraes Silva (Ciências da Saúde); 1.º secretário: Ivete Abaello Jakobi (Ciências Exatas); 2.º secretário: Leonase Ribeiro dos Reis (Ciências Biológicas); 1.º tesoureiro: André Rdrudiger (Ciências Sociais Aplicadas) e 2.º tesoureiro: Fridolin Schlogel (Ciências Agrárias); Orador: Henrique Chesneau Lenz Cesar (Ciências Sociais Aplicadas); diretor cultural: Marcos Eduardo Kluppel (Educação); diretor social: Álvaro Vicente Gonçalves (Ciências da Saúde).

O conselho deliberativo é composto: titulares - Gregório Bussyguin (Tecnologia); Jahir Leal (Ciências Exatas); Adjuntos - João Cândido F. da Cunha Pereira (Ciências da Saúde), Ary Ravaglio Cunha (Ciências Biológicas); Assistentes - Oswaldo Chizuo Iwamoto (Ciências Exatas), Galbas Millêo (Ciências Humanas, Letras e Artes); Auxiliares de Ensino - Carlos Eugênio Kantek Garcia Navarro (Ciências Agrárias), Marcus Pinheiro Machado (Tecnologia).

A chapa "Universidade Necessária" que objetiva uma maior democratização da UFP e que a associação não lute apenas pelos aspectos assistenciais,

é assim composta: vice-presidente: Dante Romanó Júnior (Departamento de Clínica Médica); 1.º secretário: Maria de Lourdes Zanardini de Camargo (Departamento de Ciências Morfológicas); 2.º secretário Elias Karan Júnior (Departamento de Genética); 1.º tesoureiro: Nelson Antonio Kracinski (Departamento de Ciências Econômicas); 2.º tesoureiro: Nilo Fidelis Bichara (Departamento de Eletricidade); Orador: Derno Newton Bittencourt Fowler (Departamento de Direito Penal e Processual Penal); diretor social: Alfeu Wilbar Marques Garcia (Departamento de Planejamento e Administração Escolar); diretor cultural: Ruy Christovam Wachowicz (Departamento de História).

O conselho deliberativo é integrado: titulares - José Lamartine C. de Oliveira Lyra (Departamento de Direito Civil e Processual Civil); Riad Salamuni (Departamento de Geociências); Adjuntos - Cesar Cusatis (Departamento de Física), Carlos Roberto Antunes dos Santos (Departamento de História); assistente - Emmanuel José Appel (Departamento de Filosofia); Mirna Luiza de Oliveira Cortopassi (Departamento de Arquitetura); auxiliar de ensino - Carlos Alberto Faraco (Departamento de Linguística, Letras Clássicas e Vernáculas) e Joesio Deoclécio Pierini Siqueira (Departamento de Silvicultura e Manejo).

O professor e médico Zanardini ainda não anunciou a composição de sua chapa, mas na propaganda que distribui entre os professores expõe: "candidato apolítico, só tem vínculo com você professor; com mais de dez anos de vivência em órgão de classe (64/79) presidente da Associação dos Professores do Paraná - APP de 1966 a 68; tesoureiro do Sindicato dos Médicos (77/80)".



150

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Estudante aceita as propostas do reitor

O Estado do Paraná
29/03/74

A assembléia geral universitária realizada na manhã de ontem, com cerca de 500 estudantes da UFP, decidiu aceitar as medidas "paliativas" propostas pelo reitor Ocyron Cunha para sanar as dificuldades de manutenção dos refeitórios dos diretórios, mas pediu para que a reitoria também assuma os encargos sociais dos diretórios, "principal causador do déficit mensal das entidades". Os restaurantes do Dasca (que fornecia 800 refeições diárias) e o do Dast (360 refeições), entretanto, continuarão fechados até que sejam distribuídas as verbas para a compra de alimentos como prometeu o reitor.

Com exceção do Dasca, que também possui refeitório, todos os demais diretórios da Universidade participaram da assembléia e expuseram as dificuldades enfrentadas por cada um para manutenção dos refeitórios. Lembraram que "não é função do diretório manter apenas as lutas assistenciais; temos que repassar os encargos administrativos à Reitoria". A necessidade de reestruturar o Diretório Central dos Estudantes foi ressaltada por todos os dirigentes com o argumento de que "ele é a nossa força, nossa representatividade".

Por isso, lembraram aos estudantes da realização do plebiscito nos próximos dias 4 e 5, quando será decidido se a maioria dos universitários é favorável ou não à reestruturação do DCE, que foi fechado em 1969 pela polícia. A palavra de ordem da assembléia foi pela continuidade da luta, "pois o reitor apenas prometeu a verba para compra dos gêneros alimentícios; assim como frisou que "haveria" condições da Reitoria assumir a administração direta do Restaurante Universitário, que está arrendado a terceiros. Observaram também que apenas existe

uma pré-proposta de pedido de verba para construção do Restaurante do Centro Politécnico.

PANFLETO

Além da distribuição do convite para participação do ato público, que se realizaria à noite, em apoio aos metalúrgicos, também passava entre os estudantes um comunicado "A Juventude Brasileira", de autoria da Arena Jovem, mas que, segundo alguns, estaria sendo entregue por pessoas da TFP. Além de lembrar da Marcha com Deus, pela Liberdade, entre outras causas que originaram a Revolução de 1964, o panfleto especificava itens que "a Arena Jovem não aceita e não pode aceitar", como, por exemplo, o retorno de assassinos, ladrões e políticos corruptos, que tudo fizeram para infelicitarem nossa terra, lançando-a no caos; uma "federação de oposições", que, sob a capa de partido político, agride os governos revolucionários, vilipendiando suas realizações e agasalhando, em seus quadros, ladrões de bancos, assassinos de inocentes pais de famílias, comunistas atuantes ou bebedores de Whisky".

Para os estudantes que "lutam por melhores condições de ensino, e apóiam a luta dos metalúrgicos por melhores salários para conquistar melhores condições de vida", este foi um elemento estranho à assembléia. Por outro lado, foi formada durante a assembléia, uma comissão para ir falar com o reitor Ocyron Cunha, mas ele havia ido ao Centro Politécnico entregar os prêmios a uma turma de Arquitetura vencedora de um concurso nacional sobre habitação. Diante disso, os estudantes decidiram aprovar as propostas e formar diversas comissões para continuidade do trabalho até a próxima assembléia, no dia 6, quando será avaliado o resultado do plebiscito.

Pastor
UFP PR

151



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

Gazeta do Povo

Curitiba, Quinta-Feira, 29 de Março de 1979

Poucos estudantes presentes à assembléia no pátio da UP

Apesar do fechamento dos restaurantes estudantis envolver mais de mil associados, devidamente contados, compareceram a "assembléia geral" realizada ontem a partir das 10 horas no pátio da Reitoria apenas pouco mais de 300 universitários. Com uma mesa formada em frente das escadarias do edifício D. Pedro I, foram falando os responsáveis pelo movimento, pedindo em primeiro lugar pela "anistia ampla e irrestrita", mais tarde pelo Diretório Central dos Estudantes e depois pela alimentação.

Enquanto isso o gabinete da Reitoria dava informações destacando que o acontecimento estudantil já não tinha mais razão de ser, porque acabara de ser liberada verba no total de 2.380.000,00 sendo 1.980.000,00 encaminhada pelo Ministério da Educação e o restante pela Universidade. O fato contudo não foi confirmado pela Assessoria do Planejamento, que advertiu existir possibilidade de liberação só após um levantamento real da situação e em alimentos somente.

MOVIMENTO

Em princípio "assembléia" do universitário, era tida como de "frequência total", mas pelas estimativas, fracassou. Contudo os estudantes fizeram suas propostas e reclamações sem contar com a participação do Reitor, como haviam planejado. A autoridade visivelmente preocupada nem tem efetuado outros despachos, conforme se pôde constatar pelo volume de processos por assinar nestes últimos dias.

Pelo que se informou oficialmente a verba liberada

seria de 980 mil para o Diretório de Ciências da Saúde, 550 mil cruzeiros para o Diretório do Setor Agrário, 550 mil para o Diretório do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, 500 mil para o Diretório do Setor de Tecnologia e 200 mil para a Casa da Estudante Universitária. A Assessoria de Planejamento contudo só confirmou a vinda de 200 mil para a Casa da Estudante.

NÃO PODE

A versão oficial para o problema todo é que o Ministério não pode dar dinheiro para os restaurantes universitários que existem como pessoas jurídicas autônomas no Paraná. Se o órgão oficial assim proceder terá criado um precedente sem limites, que pode gerar até o entendimento de que seria a mesma coisa que prestar auxílio a uma empresa qualquer a beira da falência.

Mas para evitar interpretações errôneas, existe um esforço o a través do qual se pretende ouvir os estudantes com relatórios e informações reais sobre a situação. Partindo daí estudar-se-á fórmulas para atender dificuldades financeiras e melhorar o planejamento do uso do dinheiro. A construção de novos restaurantes, já prevista no plano global de desenvolvimento da Universidade quando era reitor Theodócio Atherino, é outro plano que será executado a partir do Centro Politécnico. Essas novas entidades serão construídas de acordo com requisitos oficiais para poderem ser incluídas no plano orçamentário ministerial. Oferecerá a opção nova para o estudante em paralelo com os demais restaurantes acadêmicos, mas não uma concorrência.

Pastor UFPR

PT 2356.258



Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:



Foi concorrida a assembléa dos "barrigas vazias".

Paraná 29/03/69

Estudantes ficam esperando a verba

A assembléa geral universitária realizada na manhã de ontem, com cerca de 500 estudantes da UFP, decidiu aceitar as medidas "paliativas" propostas pelo reitor Ocyron Cunha para sanar as dificuldades de manutenção dos refeitórios dos diretórios, mas pediu para que a reitoria também assuma os encargos sociais dos diretórios, "principal causador do déficit mensal das entidades". Os restaurantes do Dascisa (que fornecia 800 refeições diárias) e o do Dast (360 refeições), entretanto, continuarão fechados até que sejam distribuídas as verbas para a compra de alimentos como prometeu o reitor.

Com exceção do Dasca, que também possui refeitório, todos os demais diretórios da Universidade participaram da assembléa e expuseram as dificuldades enfrentadas por cada um para manutenção dos refeitórios: Lembraram que "não é função do diretório manter apenas as lutas assistenciais, temos que repassar os encargos administrativos à Reitoria". A necessidade de reestruturar o Diretório Central dos Estudantes foi ressaltada por todos os dirigentes com o argumento de que "ele é a nossa força, nossa representatividade".

Por isso, lembraram aos estudantes da realização do plebiscito nos próximos dias 4 e 5, quando será decidido se a maioria dos universitários é favorável ou não à reestruturação do DCE, que foi fechado em 1969 pela polícia. A palavra de ordem da assembléa foi pela continuidade da luta, "pois o reitor apenas prometeu a verba

para compra dos gêneros alimentícios, assim como frisou que "haveria" condições da Reitoria assumir a administração direta do Restaurante Universitário, que está arrendado a terceiros. Observaram também que apenas existe uma pré-proposta de pedido de verba para construção do Restaurante do Centro Politécnico.

PANFLETO

Além da distribuição do convite para participação do ato público que se realizaria à noite, em apoio aos metalúrgicos, também passava entre os estudantes um comunicado "À Juventude Brasileira", de autoria da Arena Jovem, mas que, segundo alguns, estaria sendo entregue por pessoas da TFP. Além de lembrar da Marcha com Deus pela Liberdade, entre outras causas que originaram a Revolução de 1964, o panfleto especificava itens que "a Arena Jovem não aceita" e não pode aceitar", como, por exemplo, o retorno de assassinos, ladrões e políticos corruptos, que tudo fizeram para infelicitizar nossa terra, lançando-a no caos; uma "federação de oposições", que, sob a capa de partido político, agride os governos revolucionários, vilipendiando suas realizações e agasalhando, em seus quadros, ladrões de bancos, assassinos de inocentes pais de famílias, comunistas atuantes ou bebedores de Whisky".

Para os estudantes que lutam por melhores condições de ensino, e apóiam a luta dos metalúrgicos por melhores salários para conquistar melhores condições de vida", este foi um elemento estranho à assembléa.

*P. X
Factor
UFPR*



153

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

**Um plebiscito decidirá
o destino do DCE livre**

Subunidade de Curitiba - 10/03/79

Nos próximos dias 4 e 5 de abril os cerca de 14 mil acadêmicos da Universidade Federal do Paraná participarão de plebiscito onde decidirão pela formação ou não de um Diretório Central de Estudantes - DCE. Dependendo do resultado, será marcada a data para a eleição, na assembléia geral do dia 6, às 10 horas no pátio da Reitoria quando será avaliado o plebiscito. Os estudantes terão dois dias para se posicionar, já que os diretórios estudantis prevêm que em certos dias da semana há acadêmicos que não têm nenhuma aula e não comparecendo na Universidade ficaria sem votar.

Os pontos mínimos que a Comissão Pró-DCE livre defende serão divulgados para os estudantes através de um jornalzinho que circulará no final da semana na UFP. Essa comissão foi eleita por assembléia geral dos estudantes em 1977 e em certos períodos chegou a se desarticular. Ultimamente, seus integrantes têm se re-

nido toda terça-feira para discutir o assunto.

Esses estudantes são favoráveis a independência do DCE em relação à UFP "para desatrelar da burocracia da instituição". Consideram que o único compromisso do DCE deve ser com a defesa dos interesses dos estudantes, por isso rejeitam qualquer subordinação "à burocracia universitária ou normas que limitem a liberdade de manifestação e organização dos estudantes, tais como decreto 477, 228".

A diretoria, órgão eletivo do DCE, na proposta da comissão deverá ser composta por um colegiado de 12 elementos sem distinção hierárquica. Deverá ter mandato de um ano a contar da data da posse que deverá ser realizada dez dias após a apuração dos votos. Num prazo de três meses, deverá a diretoria elaborar os estatutos do DCE-UFP que depois irá para deliberação em assembléia geral.

*Lista
U.F.P.R.*



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

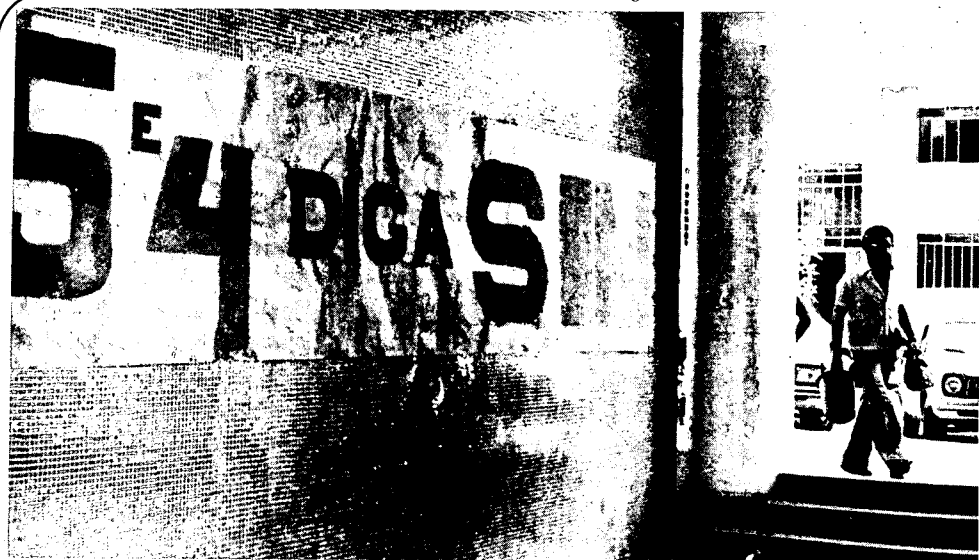
FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

CURITIBA, SÁBADO, 10 DE MARÇO DE 1979

9 Estado do Paraná



Campanha para a formação do Diretório Central de Estudantes da UFP.

Plebiscito vai decidir sobre formação de DCE

Nos próximos dias 4 e 5 de abril, cerca de 14 mil acadêmicos da Universidade Federal do Paraná participarão de plebiscito onde decidirão pela formação ou não de um Diretório Central de Estudantes - DCE. Dependendo do resultado, será marcada a data para a eleição, na assembleia geral do dia 6, às 10 horas, no pátio da Reitoria, quando será avaliado o plebiscito. Os estudantes terão dois dias para tomar posição, já que os diretórios estudantis prevêm que em certos dias da semana há acadêmicos que não têm nenhuma aula e não comparecendo na Universidade ficariam sem votar.

Os pontos mínimos que a Comissão Pró-DCE livre defende serão divulgados para os estudantes através de um jornalzinho que circulará no final da semana na UFP. Essa comissão foi eleita por assembleia geral dos estudantes em 1977 e em certos períodos chegou a se desarticular. Ultimamente, seus inte-

grantes têm se reunido toda terça-feira para discutir o assunto.

Esses estudantes são favoráveis à independência do DCE em relação à UFP, para desatrelar da burocracia a instituição". Consideram que o único compromisso do DCE deve ser com a defesa dos interesses dos estudantes, por isso rejeitam qualquer subordinação "à burocracia universitária ou normas que limitem a liberdade de manifestação e organização dos estudantes, tais como os decretos 477 e 228".

A diretoria, órgão eletivo do DCE, na proposta das comissões deverá ser composta por um colegiado de 12 elementos sem distinção hierárquica. Deverá ter mandato de um ano a contar da data da posse que deverá ser realizada dez dias após a apuração dos votos. Num prazo de três meses, deverá a diretoria elaborar os estatutos do DCE-UFP que depois irá para deliberação em assembleia geral.

Boa
J. C. P.

155



Secretaria de Segurança Pública DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIA:

PROF
RESIC

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 6 DE MARÇO DE 1979

O ESTADO DO PARANÁ

Contra a anistia recíproca

"Sou contra a anistia recíproca, pois entendo que a revogação das punições deve ser feita sem prejuízo da apuração das responsabilidades daqueles que violaram os direitos humanos". Essa declaração foi feita pelo deputado federal Célio Borja (Arema-RJ), que ontem pela manhã proferiu aula inaugural na Faculdade de Direito, da Universidade Federal do Paraná, a convite do Centro Acadêmico Hugo Simas, sob o tema "A Democracia e seus Críticos".

Para o deputado Célio Borja, ex-presidente da Câmara dos Deputados, "não podemos dizer que temos um Estado Democrático no Brasil, mas apenas um Estado de Direito". Na sua opinião, o que falta para que o País atinja a democracia é, de um lado, a descentralização, capaz de gerar o pluralismo social; e, de outro, a sinceridade da representação pela ampliação do quadro partidário; além de uma mobilização nacional para eliminação da miséria".

CPI DAS TORTURAS

Ao ser questionado sobre a possibilidade da criação de uma CPI no Congresso Nacional, para apurar as violações dos direitos humanos nos últimos 15 anos, e sobre as tentativas do governo de obstruir essas iniciativas, o deputado Célio Borja acenou que "o importante hoje, sem entrar no mérito com relação as responsabilidades dos que abusaram da autoridade, contra os direitos humanos, é a restituição dos direitos políticos de quem os perdeu, por razões políticas".

Célio Borja não quis comentar a hipótese de um retrocesso institucional a partir de iniciativas como essa, da criação de uma CPI das torturas, limitando-se a comentar:

"O que se deve saber é se as partes envolvidas no grande conflito nacional estão dispostas a encontrar um palmeiro de chão limpo para recomendar os entendimentos, ou querem dar margem ao reinício de uma guerra social com as con-



Célio Borja fala na Faculdade de Direito.

sequências funestas que todos nós conhecemos".

O parlamentar considerou importante a criação de novos partidos políticos no Brasil, classificando de "uma questão meramente judicial" o ressurgimento do Partido Comu-

nista Brasileiro: "O Partido Comunista - lembrou - foi colocado na ilegalidade em 1947, por uma decisão da Justiça Eleitoral, que considerou que seu programa conflitava em dois pontos com a Constituição Federal, ou seis, no que se referia aos direitos fundamentais da pessoa humana e ao pluralismo partidário. Agora, seria o caso de quem for comunista entrar com um pedido na Justiça Eleitoral para a revogação daquela decisão".

Pasta UFPR

PT 2356-258



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Oposição 18
entre os 03
professores 79
do Estado do Paraná

Já está formada a chapa de oposição que disputa a diretoria da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, em substituição a Danilo Costa Cortes. A chapa "A Universidade Necessária" é liderada pelo professor e vereador Adhail Sprenger Passos e Dante Romanó Junior, dos departamentos de Comunicação e Ciências Sociais, e Clínica Médica. A plataforma defende a democratização não só nas decisões da Associação mas em extensão à própria Universidade reivindicando a participação de seus membros em todos os assuntos que lhe dizem respeito a que são de interesse geral da classe.

A eleição ainda não tem data definida, mas os 1.500 professores com direito a voto estão em pleno clima de eleição. Por outro lado, a atual gestão também está articulando uma chapa para apoiar. Ainda não estaria definido o nome do professor Constantino Comninos, ex-coordenador da Comec, mas ele já está em plena campanha também, tendo o apoio de professores ligados a área governamental.

Passos
AUFRR



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESIDÊNCIA:

HISTÓRICO

Ainda investigada
Analisado do Paraná - 05/01/79
a explosão na UFP

O atentado criminoso contra o depósito de inflamáveis do Almoxarifado Central da Universidade Federal do Paraná continua sendo investigado pelo pessoal do Instituto de Polícia Técnica. Continua também, no local, uma patrulha da Polícia Militar, para evitar novas incursões dos incendiários que, se houvessem atingido o depósito geral, teriam causado prejuízos de aproximadamente 20 milhões de cruzeiros.

O professor Milton Miró Vernalha, diretor do setor de Ciências Biológicas, entretanto, disse que não acredita que os alunos tenham tido qualquer participação no atentado. Miró nem ao menos trata o problema como atentado criminoso, preferindo dizer que "não cabe a nós pesquisar sobre as causas do incêndio, pois é um processo puramente policial".

ESCLARECIMENTO
"O que realmente ocor-

reu no prédio do ex-Colégio Sacre Coeur foi um incêndio no depósito de inflamáveis onde existiam bujões de gás, latas de cera e, possivelmente, um pouco de querosene. Isto se deu por volta das 19,30-min de sábado passado. Logo a seguir foram chamados os bombeiros, pela esposa do guardião, os quais atenderam prontamente. Por volta das 22 horas, não existia mais nenhum vestígio de fogo" disse o professor.

"Quanto ao restante, como quebra de vidros, achamos que em um local de incêndio, para se assegurar que o fogo não se estendeu, é necessário entrar para ver. Desta forma os vidros foram quebrados". Depois de dizer que não existe nenhuma suspeita sobre os alunos, o professor agradece o CB e a PM, além de peritos e alguns alunos que estiveram no local.

Boate U.F.P.R.

PT 2355-258



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECÇÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

SAQUE

Carreio de Materiais 04/10/77

Estudantes contrariados?

Vários rapazes e duas moças, segundo observações do zelador, saquearam e atearam fogo às instalações dos Setores de Genética e Zoologia da UFPr. Suspeitam de estudantes desgostosos.

Mais de Cr\$ 300 mil foi o prejuízo da Universidade Federal do Paraná com a depredação que sofreu na noite de sábado último, quando diversos elementos atearam fogo num prédio, onde estavam armazenadas mercadorias altamente inflamáveis. Também foram destruídos móveis e equipamentos dos setores de Zoologia e Genética, além de vidros diversos. Todos localizados nas antigas dependências do Colégio Sacre Coeur de Marie, na BR-116, em frente ao Hospital Erasto Gaertner.

Até agora não há nenhuma pista definida sobre os autores do atentado. Apenas alguns funcionários e investigadores comentam a possibilidade de que alunos revoltados com o alto índice de reprovação nas cadeiras de genética e zoologia. Um zelador dos prédios depredados, chegou a ver, quando vários rapazes e duas moças saíam do local ocupando uma Variant e um Volkswagen.

Até às 19 horas de sábado haviam vários professores trabalhando no setor administrativo. Logo depois o grupo de jovens chegou, quebrou os vidros da porta de entrada e foi para a secretaria, da Genética, onde foram destruídas três máquinas de escrever, sendo uma delas, IBM elétrica. Também destruíram vários móveis e um ventilador. Logo passaram para o setor de Zoologia, onde destruíram objetos de valor de pesquisa científica.

Por fim foram ao almoxarifado geral da UFP, nos fundos das instalações. Tentaram entrar no prédio principal,



ALMOXARIFADO

Um prejuízo de mais de 300 milhões de cruzeiros.

quebrando seus vitros, porém eram fixos e eles não conseguiram o intento.

Mas no prédio menor, onde eram guardados os materiais combustíveis, como gás engarrafado, cerca, álcool e benzina, após quebrarem os vidros, atearam fogo. Logo um alarma contra incêndio disparou, afugentando os destruidores, que ainda foram vistos pelo zelador, quando entravam em dois carros.

O Corpo de Bombeiros combateu o fogo por mais de duas horas e só conseguiu dominá-lo após a destruição de 24 garrafas de gás e outras mercadorias no valor aproximado de Cr\$ 200 mil. Posteriormente o Instituto de Polícia Técnica fez os levantamentos necessários no local do fogo e nos setores de aulas. Acredita-se que nas próximas horas sejam conhecidas as identidades dos autores do atentado e as razões.

Postar U.F. PR



Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Estado do Paraná

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

NOME:

FILIAÇÃO:

PROFISSÃO:

RESI

Cleverson citou entre os homens que batalharam pela concretização do decreto presidencial, o então Ministro da Educação, Ney Braga, o atual ministro, Euro Brandão, os reitores da Universidade, que se empenharam para que este decreto se transformasse em realidade e o Paraná se beneficiasse desta permuta.

A BATALHA PARLAMENTAR

Cleverson lembrou que desde o início de seu mandato na Câmara

Cleverson Teixeira: "Campus da Universidade é uma realidade"

após doação de 15/12/78

Federal vem se empenhando no sentido da transformação deste sonho de nossos universitários em realidade, tendo, ao longo destes últimos quatro anos, feito pronunciamentos, contatos junto aos ministros, teve uma audiência especial com o presidente Ernesto Geisel para tratar do assunto, quando defendeu seu projeto que visava na ocasião a doação da área para a universidade. Como a doação se tornou juridicamente inviável, Cleverson passou a lutar pela permuta, que deve ocorrer logo após o cumprimento das formalidades executivas.

CONCENTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Segundo Cleverson Teixeira a área permitirá a concentração de quase todas as atividades da Universidade Federal do Paraná numa só área, tornando mais funcional nossa universidade e permitindo a melhor realização dos objetivos da reforma universitária.

Para os estudantes, as facilidades serão maiores, "pois não precisarão se deslocar para outros pontos da cidade para assistirem aulas, restringindo-se as atividades universitárias ao próprio campus".

UMA VITÓRIA DO PARANÁ

"Estão de parabéns no momento em que se concretize esta permuta e quando a universidade amplia o seu campus, todos os paranaenses que deram as mãos na tarefa fundamental de somar forças para conseguir dotar nossa Universidade Federal de uma área que permite a sua expansão que garante o desenvolvimento do ensino em nosso Estado".

Disse ainda o parlamentar, que "a participação da GAZETA DO POVO, encampando mais uma vez como é de sua tradição, as teses paranasistas, demonstrou que a imprensa do Paraná esta sempre de sen-tinela para defender as melhores causas deste Estado".

Para Cleverson Teixeira



Estado do Paraná

Secretaria de Segurança Pública
DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

SECCÃO DE INFORMAÇÕES

Curitiba, Domingo, 17 de Dezembro de 1978

Gazeta do Povo — 16.^a página

Avaliação da Reforma na Universidade Federal do Paraná:

Relatório é aprovado por unanimidade

O relatório apresentado pela Comissão de Avaliação da Reforma, designada pelo Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, foi submetido à aprovação do Conselho Setorial nos últimos dias.

Após inúmeros debates pelos membros do Conselho Setorial, o relatório foi aprovado por unanimidade de votos, devendo, em breve, ser encaminhado ao Conselho Universitário, a quem compete aprová-lo em definitivo.

Em destaque o fato de que o Setor de Ciências Sociais Aplicadas foi o primeiro a finalizar seu relatório, com a reavaliação da reforma. Os demais setores integrantes do atual sistema da Universidade Federal ainda não concluíram seus trabalhos.

O relatório do Setor de Ciências, em sua íntegra, é o seguinte:

RELATORIO COMPLEMENTAR

A Comissão designada pelo diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas para elaboração da avaliação da Reforma Universitária, tendo em vista a conversão em diligência determinada pelo Egrégio Conselho Setorial e as contribuições adicionais oferecidas pelo Departamento de Direito Civil e Processual Civil, e por seu chefe, pelo Departamento de Direito Privado, pelo Coordenador do Curso de Ciências Contábeis e Departamento de Contabilidade, pelo DACIESA, pelo representante estudantil junto ao Conselho Setorial e pelo Departamento de Ciências Econômicas, assim resume as conclusões a que chegou, ficando claro que as mencionadas contribuições adicionais constituem partes integrantes deste Relatório.

a) Preliminarmente, a Comissão reitera e ratifica seu anterior Relatório, datado de 22 de junho de 1978. Tal Relatório continua a expressar o pensamento da Comissão, e sua íntegra é, nesta oportunidade, novamente encaminhada.

b) Aproveita a Comissão, porém, a oportunidade, para, ex-offício, corrigir referências inexatas, do ponto de vista estatutário, constantes do anterior Relatório.

Assim, a referência feita à infelicidade da norma estatutária pertinente à representação dos docentes nos colegiados superiores diz respeito ao Conselho de Administração (art. 16 letra "d" do Estatuto da Universidade), e não ao Conselho de Ensino e Pesquisa.

Quando a este último colegiado superior, aproveita a Comissão a oportunidade para recomendar, na linha das considerações expendidas

no anterior Relatório, a eleição direta de representantes do corpo docente por Setor da Universidade.

Quando ao Conselho de administração, também suas funções são de molde a recomendar a alteração sugerida quanto ao critério de representação.

c) Alguns temas emergem, com redobrada ênfase, da análise das novas contribuições trazidas à Comissão.

Um deles é o da restauração da antiga Faculdade de Direito, como não integrada em qualquer dos setores da UFPR. Essa reivindicação aparece no relatório adicional do Departamento de Direito Civil e Processual Civil, no do representante estudantil junto ao Conselho Setorial e no do DACIESA. Sobre tal assunto, deseja a comissão deixar claro que não lhe parece tal reivindicação incompatível com a reforma, como demonstram os exemplos de São Paulo, do Recife e de Porto Alegre (USP, UFPE, UFRGS). Pelo contrário, tudo parece indicar a dificuldade de compatibilização harmônica entre o Curso de Direito e os três cursos que, juntamente com o de Direito, foram artificialmente comprimidos no atual Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

A luta e a persistência de outras Faculdades de Direito para se conservarem autônomas indicam a existência de fatores culturais que se devem levar em conta para que seja entendida a necessidade da autonomia para nossa faculdade.

Até mesmo as queixas manifestadas pelo Departamento de Ciências Econômicas, parecem autorizar a conclusão no sentido de que útil seria o "desquite amigável" a "separação consensual", que pusesse fim ao atual casamento forçado de cursos de preocupações, mentalidades e opções axiológicas fundamentalmente divergentes.

Um outro tema, que aflorou com força nas novas contribuições, foi o da semestralidade enfaticamente criticada pelo Departamento de Direito Civil e Processual Civil, e pelo seu chefe, pelo Departamento de Direito Privado, e pelo representante estudantil junto ao Conselho Setorial. Pareceu à Comissão que o retorno à anualidade seria apenas medida paliativa, útil sem dúvida a curto prazo, pois que foi implantada a semestralidade antes de ter a universidade número de docentes necessários à duplicação de turmas provocada pelo regime semestral.

A longo prazo, porém, e atendida a etapa prévia de ampliação do quadro docente, a semestralidade poderia ser útil por ensinar número

menor de alunos por turma. Na fase atual, tal matéria deveria constituir objeto de livre opção dos diferentes cursos, atendida a circunstância de que no caso de alguns cursos, o processo de desenvolvimento do país exige aceleração do ritmo de formação de profissionais, o que não é o caso da maior parte dos cursos do setor.

Deseja a Comissão, na oportunidade, esclarecer, porém, que essas duas medidas só terão plena eficácia como partes de um todo. Isso significa, de modo especial, que a autonomia da Faculdade de Direito só terá o amplo sentido que lhe é atribuído, no quadro de reformulação estatutária proposta pela Comissão, e que equivale a ampla descentralização da estrutura universitária. Sem isso, poderia a projetada restauração da antiga Faculdade ser nominal e ilusória.

d) A nota a Comissão, para honra sua, e como índice do caráter, acertado de seu pronunciamento, a generalizada acolhida que despertou, nas novas manifestações, a posição da Comissão quanto aos seguintes pontos:

1) Necessidade de valorização do sistema de concursos públicos para o recrutamento do pessoal docente.

2) Necessidade de que o sistema de utilização de professores colaboradores seja restrito à hipótese de necessidades eventuais, (e, portanto, destituídas de caráter permanente), na forma do art. 32, II Regimento Setorial.

3) Crítica unânime denominada "recuperação paralela" e aos "períodos especiais".

4) Crítica (de que só em parte discrepa o DACIESA), quanto a unificação do vestibular.

Aproveita a Comissão a oportunidade para endossar a manifestação do Departamento de Direito Privado e do tocante à necessidade de valorização do instituto da docência livre, como título capaz de suprir os cursos de pós-graduação, dispensando-os. Isto não significa devam ser esquecidos os cursos de pós-graduação.

e) Registra a Comissão alguns pontos novos e específicos trazidos por alguns Relatórios. Assim o DACIESA, efetuou uma série de críticas "internas", pertinentes à implantação e funcionamento da Reforma. Tais foram, de modo especial:

— Parte dos Colegiados de Cursos Inoperantes;

— Criação do DAERG (Departamento de Assuntos Estudantis e Registro Geral), sem infraestrutura administrativa e técnica; e sem cor-

po administrativo prático.

— Contratação de serviços de terceiros, a cujas normas o regime implantado na universidade tem de se adaptar. (É o caso da contratação dos serviços de processamento de dados da DATAMEC, que forçou modificações de Resoluções do Conselho de Ensino e Pesquisa).

— Distorções na fixação de prioridades para dirigir trabalho de ampliação da universidade.

— Dispersão das Unidades Universitárias (falta de "campus" universitário), que dificulta o melhor aproveitamento das instalações existentes;

— Má distribuição das dotações orçamentárias e verbas.

— Distorções na distribuição do pessoal administrativo, de forma desproporcional às reais necessidades;

— Excessiva rigidez curricular, determinada pelo grande número de pré e co-requisitos, pela insuficiência de recursos humanos, e pela má distribuição do espaço físico;

— Falta e dispersão de locais para prática da Educação Física de forma a exigir constantes deslocamentos de alunos;

— Carência de professores em "Retide";

— Falta de docentes capacitados e especializados;

— Baixa remuneração dos professores.

O DACIESA critica também os horários de aulas, com "aulas geminadas" e "janelas" nos horários. Tais distorções já foram objeto de providência por parte dos órgãos superiores da UFPR.

De outro lado, e de modo oportuno, o Sr Coordenador de Ciências Contábeis e o Departamento de Contabilidade enfatizaram a necessidade de revisão (por parte do MEC), da carga horária mínima e de cada curso.

Adicione-se, finalmente, a generalizada crítica à falta de adequada infra-estrutura administrativa para o funcionamento dos Departamentos, que deveriam dispor de um mínimo de três funcionários.

e) A Comissão deseja externar sua mais absoluta divergência em relação às críticas formuladas pelo Departamento de Ciências Econômicas, críticas de resto marcadas por nítida má vontade em relação aos professores de Direito, de modo geral.

— Sem querer entrar no mérito do critério de sua própria composição, assunto pertinente, de modo exclusivo, à competência da Direção

do Setor, deseja a Comissão deixar claro que jamais esqueceu a triste realidade representada pela extinção da Faculdade de Direito, tendo-a pelo contrário bem presente.

A Comissão continua a considerar partes integrantes de seu Relatório as contribuições fornecidas pelo Centro Acadêmico Hugo Simas e por dois estudantes. Parece esquecer-se o Departamento de Ciências Econômicas do princípio constitucional da liberdade de associação. O CAHS não é entidade oficial nem oficiosa. Mas é pessoa jurídica de Direito Privado, que congrega estudantes da UFPR. Se desejou emitir opinião, a Comissão não será surda a tal manifestação como não o será em relação às manifestações de qualquer interessado no assunto, principalmente os estudantes, isolados ou agrupados.

Uma Universidade que se pretenda parte da sociedade democrática pode e deve ser aberta às críticas do povo em geral: a fortiori, às críticas dos estudantes.

Agora, desejou o DACIESA fazer ouvir sua voz. Foi tal voz ouvida com a devida atenção e valorizada no presente Relatório adicional.

Respeitando embora a divergência do Departamento de Ciências Econômicas, rejeita a Comissão a injuriosa referência a micro-departamentos, deplorando a falta de elegância universitária.

Os pontos sobre os quais guardou a Comissão silêncio, continuam a merecer apenas silêncio, como no caso da questão pertinente à adequada localização do Gabinete do Diretor. Não é tal tema da competência da comissão.

f) Quanto ao problema da excessiva centralização administrativa, já ventilado no anterior Relatório, deseja a Comissão aduzir considerações complementares.

Porque a função de Educação implica necessariamente em processo pedagógico e atividade administrativa e a implantação da Reforma Universitária compreende esses dois subsistemas de operações, a avaliação da Reforma Universitária exige o exame dos efeitos pedagógicos e administrativos, isolados, e entendidos em suas relações, de modo a se identificarem, quando ocorrem, influências negativas de uns sobre os outros.

Consequência dessa vinculação e da fatal necessidade de apreciá-la são as manifestações recebidas pela Comissão. Algumas delas abordam assuntos que, desavisadamente, foram tidos como de natureza meramente administrativa e não,

propriamente da Reforma Universitária. Ledo engano. A Reforma implicaria em uma reorganização acadêmico-administrativa, inclusive constituindo-se as universidades sob a forma de autarquia, fundação ou associação como surgiu o Grupo de Trabalho presidido pelo então ministro Tarso Dutra.

A estrutura administrativa atual da Universidade Federal do Paraná apresenta, em relação ao cargo do Reitor, uma organização de poder pessoal inconveniente e um excesso de atribuições que dificulta o processo decisório e a execução das medidas necessárias. Apesar do que consta do Estatuto da Universidade — art. 37 — há como que uma só unidade orçamentária e um só ordenador de despesas na Universidade.

A organização do poder pessoal extrema-se na atribuição de nomear: nem sempre pelo critério do mérito demonstrado nos Departamentos ou pela indicação dos dirigentes a quem incumbe, em primeiro plano, o cumprimento dos objetivos. Mas pelo critério da adesão à política pessoal. Extrema-se ainda pela competência exclusiva do poder.

O excesso de atribuições conferidas ao Reitor revela-se além dos atos ordinários de expediente, pelos cargos de presidente do Conselho de Administração e Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa.

As dotações orçamentárias e específicas pelos setores e se o Estatuto da Universidade confere aos Diretores dos Setores, as atribuições de "aplicar as verbas próprias" e "ordenar as despesas da Unidade", o exercício de controles formais e informais tem prejudicado a administração Setorial.

g) Finalmente, e tendo em vista o contido nas partes precedentes do presente Relatório, é no Relatório anterior, a Comissão propõe, como sugestão a ser encaminhada aos órgãos superiores da Universidade.

1 — Reforma do Estatuto e Regimento da UFPR, de modo a que:

1) Os Coordenadores de curso sejam eleitos pelos respectivos colegiados.

2) Os chefes e sub-chefes de Departamento sejam eleitos pelos membros do Departamento.

3) A representação dos docentes no Conselho de Administração seja feita por Setor e não mais por categoria, em eleição direta, elegendose, na mesma oportunidade, por eleição direta, os representantes dos docentes do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa, abolida a atual escolha pelo Conselho Setorial.

4) A representação dos docentes no Conselho de Ensino e Pesquisa seja feita por Setor e não mais por categoria, em eleição direta, elegendose, na mesma oportunidade, por eleição direta, os representantes dos docentes do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa, abolida a atual escolha pelo Conselho Setorial.

5) A representação dos docentes no Conselho de Ensino e Pesquisa seja feita por Setor e não mais por categoria, em eleição direta, elegendose, na mesma oportunidade, por eleição direta, os representantes dos docentes do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa, abolida a atual escolha pelo Conselho Setorial.

6) A representação dos docentes no Conselho de Ensino e Pesquisa seja feita por Setor e não mais por categoria, em eleição direta, elegendose, na mesma oportunidade, por eleição direta, os representantes dos docentes do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa, abolida a atual escolha pelo Conselho Setorial.

7) A representação dos docentes no Conselho de Ensino e Pesquisa seja feita por Setor e não mais por categoria, em eleição direta, elegendose, na mesma oportunidade, por eleição direta, os representantes dos docentes do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa, abolida a atual escolha pelo Conselho Setorial.

8) A representação dos docentes no Conselho de Ensino e Pesquisa seja feita por Setor e não mais por categoria, em eleição direta, elegendose, na mesma oportunidade, por eleição direta, os representantes dos docentes do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa, abolida a atual escolha pelo Conselho Setorial.

9) A representação dos docentes no Conselho de Ensino e Pesquisa seja feita por Setor e não mais por categoria, em eleição direta, elegendose, na mesma oportunidade, por eleição direta, os representantes dos docentes do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa, abolida a atual escolha pelo Conselho Setorial.

10) A representação dos docentes no Conselho de Ensino e Pesquisa seja feita por Setor e não mais por categoria, em eleição direta, elegendose, na mesma oportunidade, por eleição direta, os representantes dos docentes do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa, abolida a atual escolha pelo Conselho Setorial.

160

hkt V.F.P.R.

pelo Coordenador do Curso de Ciências Contábeis e Departamento de Contabilidade, pelo DACIESA, pelo representante estudantil junto ao Conselho Setorial e pelo Departamento de Ciências Econômicas, assim resume as conclusões a que chegou, ficando claro que as mencionadas contribuições adicionais constituem partes integrantes deste Relatório.

a) Preliminarmente, a Comissão reitera e ratifica seu anterior Relatório, datado de 22 de junho de 1978. Tal Relatório continua a expressar o pensamento da Comissão, e sua íntegra é, nesta oportunidade, novamente encaminhada.

b) Aproveita a Comissão, porém, a oportunidade, para, *ex-officio*, corrigir referências inexatas, do ponto de vista estatutário, constantes do anterior Relatório.

Assim, a referência feita à infelicidade da norma estatutária pertinente à representação dos docentes nos colegiados superiores diz respeito ao Conselho de Administração (art. 16 letra "d" do Estatuto da Universidade), e não ao Conselho de Ensino e Pesquisa.

Quanto a este último colegiado superior, aproveita a Comissão a oportunidade para recomendar, na linha das considerações expendidas

seivarem autônomas a existência de fatores culturais que se devem levar em conta para que seja entendida a necessidade da autonomia para nossa faculdade.

Até mesmo as queixas manifestadas pelo Departamento de Ciências Econômicas, parecem autorizar a conclusão no sentido de que útil seria o "desquite amigável" a "separação consensual", que pusesse fim ao atual casamento forçado de cursos de preocupações, mentalidades e opções axiológicas fundamentalmente divergentes.

Um outro tema, que aflorou com força nas novas contribuições, foi o da **semestralidade** enfaticamente criticada pelo Departamento de Direito Civil e Processual Civil, e pelo seu chefe, pelo Departamento de Direito Privado, e pelo representante estudantil junto ao Conselho Setorial. Pareceu à Comissão que o retorno à anualidade seria apenas medida paliativa, útil sem dúvida a curto prazo, pois que foi implantada a semestralidade antes de ter a universidade número de docentes necessários à duplicação de turmas provocada pelo regime semestral. A longo prazo, porém, e atendida a etapa prévia de ampliação do quadro docente, a semestralidade poderia ser útil por ensejar número

necessidades eventuais (e, portanto, destituídas de caráter permanente), na forma do art. 32, II Regimento Setorial.

3) Crítica unânime à denominada "recuperação paralela" e aos "períodos especiais".

4) Crítica (de que só em parte discrepa o DACIESA), quanto a unificação do vestibular.

Aproveita a Comissão a oportunidade para endossar a manifestação do Departamento de Direito Privado no tocante à necessidade de valorização do instituto da docência livre, como título capaz de suprir os cursos de pós-graduação, dispensando-os. Isto não significa devam ser esquecidos os cursos de pós-graduação.

e) Registra a Comissão alguns pontos novos e específicos trazidos por alguns Relatórios. Assim o DACIESA, efetuou uma série de críticas "internas", pertinentes à implantação e funcionamento da Reforma. Tais foram, de modo especial:

— Parte dos Colegiados de Cursos Inoperantes;

— Criação do DAERG (Departamento de Assuntos Estudantis e Registro Geral), sem infraestrutura administrativa e técnica; e sem cor-

— Baixa remuneração dos professores.

O DACIESA crítica também os horários de aulas, com "aulas geminadas" e "janelas" nos horários. Tais distorções já foram objeto de providência por parte dos órgãos superiores da UFP.

De outro lado, e de modo oportuno, o Sr Coordenador de Ciências Contábeis e o Departamento de Contabilidade enfatizaram a necessidade de revisão (por parte do MEC), da carga horária mínima e de cada curso.

Adicione-se, finalmente, a generalizada crítica à falta de adequada infra-estrutura administrativa para o funcionamento dos Departamentos, que deveriam dispor de um mínimo de três funcionários.

e) A Comissão deseja externar sua mais absoluta divergência em relação às críticas formuladas pelo Departamento de Ciências Econômicas, críticas de resto marcadas por nítida má vontade em relação aos professores de Direito, de modo geral.

Sem querer entrar no mérito do critério de sua própria composição, assunto pertinente, de modo exclusivo, à competência da Direção

departamentos, deplorando a falta de elegância universitária.

Os pontos sobre os quais guardou a Comissão silêncio continuam a merecer apenas silêncio, como no caso da questão pertinente à adequada localização do Gabinete do Diretor. Não é tal tema da competência da comissão.

f) Quanto ao problema da excessiva centralização administrativa, já ventilado no anterior Relatório, deseja a Comissão aduzir considerações complementares.

Porque a função de Educação implica necessariamente em processo pedagógico e atividade administrativa e a implantação da Reforma Universitária compreende esses dois subsistemas de operações, a avaliação da Reforma Universitária exige o exame dos efeitos pedagógicos e administrativos, isolados, e entendidos em suas relações, de modo a se identificarem, quando ocorrem, influências negativas de uns sobre os outros.

Consequência dessa vinculação e da fatal necessidade de apreciá-las são as manifestações recebidas pela Comissão. Algumas delas abordam assuntos que, desavisadamente, foram tidos como de natureza meramente administrativa e não,

Conselho de Ensino e Pesquisa. As dotações orçamentárias se especificam pelos setores e se o Estatuto da Universidade confere aos Diretores dos Setores, as atribuições de "aplicar as verbas próprias" e "ordenar as despesas da Unidade", o exercício de controles formais e informais tem prejudicado a administração Setorial.

g) Finalmente, e tendo em vista o contido nas partes precedentes do presente Relatório, e no Relatório anterior, a Comissão propõe, como sugestão a ser encaminhada aos órgãos superiores da Universidade.

I — Reforma do Estatuto e Regimento da UFP., de modo a que:

1) Os Coordenadores de curso sejam eleitos pelos respectivos colegiados.

2) Os chefes e sub-chefes de Departamento sejam eleitos pelos membros do Departamento.

3) A representação dos docentes no Conselho de Administração seja feita por Setor e não mais por categoria, em eleição direta, elegendo-se, na mesma oportunidade, por eleição direta, os representantes dos docentes do Setor no Conselho de Ensino e Pesquisa, abolida a atual escolha pelo Conselho Setorial.

4) A representação estudantil seja estabelecida de modo a haver sempre um estudante para cada cinco professores, em todos os colegiados da Universidade.

5) Seja expressamente proibida a interferência da Assessoria de Segurança em processos de contratação ou nomeação de professores: o grande critério é o mérito.

6) Seja a questão da semestralidade ou anualidade transformada em matéria da competência dos colegiados de curso.

7) Sejam abolidos os períodos especiais e a denominada **recuperação paralela**.

8) Seja restaurada a Faculdade de Direito como Unidade distinta e não integrada em qualquer Setor.

9) Seja atribuída ao Vice-Reitor a função de Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa e atribuído ao Conselho de Administração o poder de escolher seu presidente.

10) Seja fortalecido, por adequada reformulação do Estatuto, o caráter colegiado do órgão executivo superior, a que se refere o art. 27 do Estatuto.

11) Sejam descentralizadas as operações de matrícula pelos Setores ou Estabelecimentos isolados, seja tal descentralização estendida a operações análogas.

12) Seja cada Setor transformado em uma unidade orçamentária efetiva.

II — Decidida posição da UFP., pela abolição do vestibular unificado e volta ao sistema de vestibular por Setor ou Unidade;

III — Adequada valorização do corpo docente voltando-se ao sistema de concursos públicos seguidos de nomeações (e não de contratação pela C.L.T.), evitando-se a contratação de "Professores Colaboradores", e lutando-se pela revalorização da docência livre, independentemente de cursos de pós-graduação.

Esta última medida e a de número II dependem de reforma de disposições atualmente em vigor, devendo a UFP. reivindicar tal reforma.

IV — Dinamização e descentralização operacional das bibliotecas especializadas.

V — Reivindicação no sentido de que seja assegurado a cada Departamento um mínimo de três funcionários.

Por fim, ao concluir nossas considerações, desejamos deixar bem claro e definitivo que elas não tem caráter pessoal e por isso não autorizam quem quer que seja a envidar-se, fazendo-se alvo de liberação delas. Apenas procuramos cumprir nossa missão, simplesmente por dever da incumbência, e em benefício da Instituição e do País.

Prof. José Ribamar Gaspar Ferreira
Presidente da Comissão

Prof. José Lamartine Correia de Oliveira Lyra

Relator

Prof. Geraldo Moreira de Macedo.

PT 2355-258